



**Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
DOUTORADO**

CARLOS EDINEI DE OLIVEIRA

**MIGRAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO:
HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE TANGARÁ DA SERRA
MATO GROSSO - BRASIL
(1964 -1976)**

**Uberlândia – MG
2009**



**Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
DOUTORADO**

CARLOS EDINEI DE OLIVEIRA

**MIGRAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO:
HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE TANGARÁ DA SERRA
MATO GROSSO – BRASIL
(1964 -1976)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador Prof. Dr. Décio Gatti Júnior

**Uberlândia – MG
2009**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48m Oliveira, Carlos Edinei de, 1968-
Migração e escolarização : história de instituições escolares de Tangará da Serra Mato Grosso – Brasil (1964-1976) / Carlos Edinei de Oliveira. - 2009.
335 f. : il.

Orientador: Décio Gatti Júnior.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Educação - História - Teses. 2. Escolas - Tangará da Serra (MT) - 1964-1976 - Teses. 3. Migração interna - Mato Grosso - Teses. 4. Colonização agrária - Mato Grosso - Teses. I. Gatti Júnior, Décio. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37 (091)



**Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
DOUTORADO**

CARLOS EDINEI DE OLIVEIRA

**MIGRAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO:
HISTÓRIA DE INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE TANGARÁ DA SERRA
MATO GROSSO – BRASIL
(1964 -1976)**

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, pela Banca formada pelos professores:

**Orientador: Prof. Dr. Décio Gatti Júnior
Universidade Federal de Uberlândia – UFU**

**Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Monarcha
Universidade Estadual Paulista – UNESP**

**Profa. Dra. Maria Adenir Peraro
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT**

**Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
Universidade Federal de Uberlândia – UFU**

**Profa. Dra. Selva Guimarães Fonseca
Universidade Federal de Uberlândia -UFU**

Uberlândia, 15 de dezembro de 2009.

Ao Murilo e a Clarinha,
meus maiores presentes!

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa é resultado da ação de muitas pessoas que de diversas formas contribuíram positivamente para que esta produção historiográfica pudesse ser elaborada. Desta maneira, desejo aqui, manifestar meus agradecimentos a todos pela solidariedade nessa “caminhada”.

Aqui estão meus agradecimentos:

Particularmente, às pessoas que me conferiram entrevistas, sujeitos desta investigação, e o fizeram com imensurável riqueza de detalhes. Às professoras Ivone Paternez Gonçalves e Grácia Paternez Pereira, Iracema Machado da Silva Casagrande e ao professor Antônio Francisco de Melo pela disponibilidade na concessão de várias entrevistas, e pela disposição em localizar outras pessoas que pudessem contribuir para a realização deste trabalho.

A todas as pessoas que contribuíram com documentos escritos e iconográficos, buscando em seus baús, algo que pudesse contribuir para a tessitura desta pesquisa. Em especial à professora Elza Batista da Costa, que me apresentou as imagens da formatura da primeira turma de Magistério e a Irmã Osvalda Kroetz pela concessão de suas valiosas fotografias.

Às Irmãs da Divina Providência, na pessoa da Irmã Lúcia Maria Turns, em Cuiabá, e da Ir. Maria Therezinha Perin, em Tangará da Serra, pela abertura irrestrita dos seus arquivos, assim como, a dedicação na localização de outras irmãs no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

À secretária Maria Aparecida Batista e à diretora Vilma Bento Mariano pela atenção e disponibilidade de pesquisa no acervo da Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”; e ao secretário Adelmo Novodovoski por facilitar e contribuir com a pesquisa através dos documentos da Escola Estadual “29 de Novembro”.

Aos meus alunos do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação de Tangará da Serra, pela dedicação ao projeto “Memória de Professores” e aos meus alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, Fábria de Oliveira e Bruna Schmidt, pela contribuição com a reprodução dos projetos das escolas.

Aos amigos professores da Faculdade de Educação, e aos professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Estado de Mato Grosso pelo incentivo e o diálogo contínuo.

À Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso pela concessão da licença para que pudesse realizar a esta pós-graduação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberlândia, pelas profícuas contribuições teóricas e metodológicas em História da Educação.

Aos grandes amigos que conquistei ao longo do curso de doutorado, na Universidade Federal de Uberlândia, em particular Ana Emília e Andréia Demétrio pela oportunidade de exercermos a solidariedade e de contribuir para que meus dias de aulas na UFU fossem felizes.

Não poderia deixar de agradecer ao James e à Gianni, secretários da Pós-Graduação em Educação na UFU, pela atenção e orientações necessárias.

Aos membros da banca de qualificação, Prof.^a Dr.^a. Selva Guimarães Fonseca, Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto e ao Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo, cujas observações, críticas e sugestões muito enriqueceram esta pesquisa.

Em especial, ao Prof. Dr. Décio Gatti Júnior, orientador, a quem faço referência de reconhecimento pelo apoio, estímulo, organização e pela tranquilidade no processo de orientação, pois suas contribuições sempre valiosas, foram imprescindíveis, admitindo ainda, outros pontos de vista.

Não poderia esquecer, aqueles com os quais mantenho uma convivência diária e que sentiram ao longo de quase quatro anos, meu envolvimento com o curso de doutorado e com esta tese.

À professora e amiga Regiane Cristina Custódio pela interlocução constante sobre o fazer histórico, pelas discussões, sugestões, correções e opiniões sempre brilhantes durante a construção desta tese. À amiga e professora Elisângela Pereira de Lima pela alegria contagiante e pela valiosa contribuição na correção ortográfica deste trabalho.

Agradeço o carinho e atenção dos meus pais, Adelaide e Benedito, sempre torcendo para que em minha vida tudo descesse muito certo.

A Matildes, minha companheira, pela dedicação e por guardar um tempo em sua jornada dupla para cuidar de mim.

Aos meus filhos, Carlos Murilo e Maria Clara, que ao longo destes anos, cresceram e aprenderam que uma tese se faz com ausências, mas também com permanências, dedicação e carinho.



Figura 1 - Professora Elza Batista da Costa e seus alunos da 2ª série – 1976, Escola Estadual de I Grau “Emanuel Pinheiro”. Aluno Carlos Edinei de Oliveira **
FONTE: Acervo Particular de Elza Batista da Costa

*O que vale na vida
não é o ponto de partida e sim a caminhada.
caminhando e semeando, no fim,
terás o que colher.*

Cora Coralina

LISTA DE ABREVIATURAS

Ação Missionária “Eduardo Michelis” – AMEM
Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT
Banco do Estado de Mato Grosso – BEMAT
Companhia Imobiliária Tupã para a Agricultura - CITA
Comissão de Planejamento da Produção - C.P.P.
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso – CODEMAT
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB
Delegacia Regional de Educação – DRE
Delegacia Regional de Educação e Cultura – DREC
Departamento de Terras e Colonização – DTC
Fundo de Atividades para Extra-Escolares – FAPEE.
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral de Tangará da Serra – NUDHEO-TS
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR
Plano Preliminar de Orientação para o Desenvolvimento Urbano – P.P.O.D.U
Secretaria de Educação e Cultura – SEC
Sociedade Imobiliária Comercial Tupã para Agricultura – SITA.
Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Professora Elza Batista da Costa e seus alunos da 2ª série – 1976, Escola Estadual de I Grau “Emanuel Pinheiro”. Aluno Carlos Edinei de Oliveira **	11
Figura 2 - Tangará da Serra em Mato Grosso e no Brasil	28
Figura 3 - Crianças na Avenida Brasil - 1966	55
Figura 4 - Divisão das Glebas entre proprietários	61
Figura 5 - Glebas de terras em 1960 - Tangará da Serra - MT	63
Figura 6 - Projeto Urbano de Tangará da Serra	71
Figura 7- José Nodari em plantação de arroz – 1972?	102
Figura 8 - Antônio Hortolani e José Nodari em discurso a população – 1965.....	104
Figura 9 - Aldo Sasaki - 1964	105
Figura 10 - Professoras Terezinha Sasaki e Ivone Nodari – 1965	107
Figura 11 - Defasagem Idade e Série – 4ª Série – 1964 a 1966	114
Figura 12 - Defasagem Idade e Série – 3ª Série – 1964 a 1966	115
Figura 13 - Defasagem Idade Série – 2ª Série – 1964 a 1966	115
Figura 14 - Defasagem Idade Série – 1ª Série – 1964 a 1966	116
Figura 15 - Famílias migrantes na frente da Igreja - 1967	131
Figura 16 - Aluna em Desfile Cívico – 1969	155
Figura 17 - Alunas balizas e sua professora - 1968.....	165
Figura 18 - Professoras das Escolas Reunidas de Tangará da Serra - 1969.....	169
Figura 19 - Planta do Bloco – B. Grupo Escolar de Tangará da Serra.....	189
Figura 20 - Grupo Escolar de Tangará da Serra - 1975.....	190
Figura 21 - Cantina do Grupo Escolar - 1975	191
Figura 22 - Biblioteca do Grupo Escolar de Tangará da Serra - 1975	192
Figura 23 - Secretária do Grupo Escolar - 1975	194
Figura 24 - Recibo de cobrança de Caixa Escolar - 1971	195
Figura 25 - Sala de Aula – 4ª Série – 1975.....	196
Figura 26 - Comemoração do Dia dos Professores – 1975	214
Figura 27 - Professoras uniformizadas - 1970.....	215
Figura 28 - Crianças em fileiras - 1975	221
Figura 29 - Horta Escolar - 1975	223

Figura 30 - Plantação de abacaxi - 1975	223
Figura 31 - Bilhete recebido pela doação de livro.....	224
Figura 32 - Cine Teatro Alvorada – 1974.....	226
Figura 33 - Equipe diretiva e alunos vestidos de índios	228
Figura 34 - Desfile cívico na Avenida Brasil – 1972	229
Figura 35 - Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”	232
Figura 36 - – Planta Baixa – Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”	233
Figura 37 - Estado de Origem dos Alunos - 1974	237
Figura 38 - Tabela para a Caixa Escolar – 1975.....	249
Figura 39 - Depósito Bancário para o Fundo Estadual de Educação	250
Figura 40 - Diploma de Contribuinte Honorário - 1969.....	263
Figura 41 - Planta Baixa do Ginásio Estadual de Tangará da Serra.....	266
Figura 42 - Ginásio Estadual de Tangará da Serra – 1971	267
Figura 43 - Secretaria da Escola Est. de I e II Graus de Tangará da Serra - 1975	268
Figura 44 - Sala dos Professores - 1975	271
Figura 45 - Cozinha - 1975.....	273
Figura 46 - Comunicado de Ausência - 1970.....	278
Figura 47 - Apresentação de Teatro – Anos 70.....	279
Figura 48 - Festa Junina – anos 70	280
Figura 49 - Formatura de 8ª Série - 1979	283
Figura 50 - Baile de Formatura – Habilitação em Magistério - 1975	285

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Escolarização de Tangará da Serra - 2008	29
Tabela 2 - Divisão das glebas de terras em 1960, que corresponde ao município de Tangará da Serra – MT.....	62
Tabela 3 - A Gleba Santa Fé e seus registros	66
Tabela 4 - Estrutura do Ensino Primário de Mato Grosso – 1965.....	88
Tabela 5 - Número de alunos matriculados na Escola R. M. de Tangará da Serra	94
Tabela 6 - Efemérides do ano letivo de 1964.....	96
Tabela 7 - Porcentagem de frequência média nas aulas -1964.....	96
Tabela 8 - Quadro de professores e turmas de 1964.....	101
Tabela 9 - Matrícula de alunos por série – 1964 - 1966.....	119
Tabela 10 - Recenseamento em Tangará da Serra - MT - 1966.....	132
Tabela 11 - Orientações didática – pedagógica – 1968 – 1971	175
Tabela 12 - Diretoras do Grupo Escolar de Tangará da Serra.....	180
Tabela 13 - Disciplinas de 1970 à 1975	183
Tabela 14 - Relatório de Atividades para datas comemorativas – 1973	184
Tabela 15 - Número de Matrículas	185
Tabela 16 - Serventes do Grupo Escolar – 1970 a 1975	187
Tabela 17 - Profissão dos Pais dos alunos - 1970	198
Tabela 18 - Naturalidade dos alunos do Grupo Escolar de Tangará da Serra- 1970.....	199
Tabela 19 - Número de alunos por sexo	200
Tabela 20 - Alunos examinados e aprovados – 1970 à 1975	201
Tabela 21 - N° de Turmas por ano letivo do Grupo Escolar de Tangará da Serra – 1970 à 1975	206
Tabela 22 - Conteúdos de Português – 1ª Série - 1973	208
Tabela 23 - Conteúdos de Matemática – 1ª Série - março de 1973.....	210
Tabela 24 - Conteúdos de EMC, Estudos Sociais e Ciências – 1ª série – 1973.....	212
Tabela 25 - Professoras e professores – Grupo Escolar	216
Tabela 26 - População de Mato Grosso.....	230
Tabela 27 - Número de Matrículas – 1971 - 1975.....	230
Tabela 28 - Número de Matrículas – 1971 - 1975.....	231

Tabela 29 - Alunos matriculados no início do ano, por série, em Mato Grosso – 1971 a 1973	239
Tabela 30 - Resultados finais de alunos - 1971 à 1975	242
Tabela 31 - Quadro de Professores - 1975	248
Tabela 32 - Lista dos alunos do primeiro exame de Admissão em Tangará da Serra – MT - 1969	256
Tabela 33 - Resultado de Exames de Admissão de 1969 a 1971	258
Tabela 34 - Grade Curricular do Ensino Ginásial de Tangará da Serra - 1969.....	260
Tabela 35 - Quadro de Funcionários da Secretaria Escolar – 1969 a 1975.....	269
Tabela 36 - Quadro de Diretores do Ginásio Estadual de Tangará da Serra.....	270
Tabela 37 - Quadro de Serventes – Ginásio Estadual – 1971 a 1975.....	273
Tabela 38 - Alunos concluintes da primeira turma de 8ª Série de Tangará da Serra – 1972 .	282
Tabela 39 - IDEB – Brasil e Mato Grosso – Escola Pública - 2007	291

RESUMO

A pesquisa “ Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil (1964 -1976)”, responde ao seguinte problema: “Como foi tratada a questão educacional durante o estímulo à ocupação territorial em Mato Grosso a partir de 1960?” Como hipótese, destacamos que a população migrante forçou por meio de várias práticas a implantação de escolas, cobrando inclusive da colonizadora privada denominada de SITA o movimento de escolarização. Esta investigação objetivou analisar as relações entre migração e escolarização em Mato Grosso, discutindo as categorias: *tempo, espaço, aluno e professor* da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, das Escolas Reunidas de Tangará da Serra, do Grupo Escolar de Tangará da Serra, do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” e do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, priorizando a cultura escolar produzida nestas instituições no período de 1964 a 1976. As categorias de análise foram construídas com referência às indicações metodológicas de Gatti Júnior e Pessanha (2005). A produção da tese se fez à luz do marco teórico da História Cultural proposto por Chartier (1990) e por Magalhães (2004). As categorias de análise tiveram como referências os escritos de Viñao Frago (1995); Magalhães (1998); Buffa e Nosella (1996 e 2005). A história do tempo recente foi metodologicamente construída com análise de diversas fontes escritas, como a imprensa, mensagem de governadores, censos demográficos, documentos escolares, registros paroquiais, arquivos de congregação religiosa e da legislação correspondente à época. Estas fontes foram cruzadas com outras fontes orais e iconográficas. Após leitura e análise das fontes, concluí-se, confirmando a hipótese inicial, que a família migrante, em um número significativo, preocupava-se com o processo de escolarização dos seus filhos. As escolas em Tangará da Serra sejam elas de ensino primário e ou médio, até 1976, foram criadas inicialmente a partir de movimentos realizados pelas famílias migrantes, que buscaram apoio institucional nas lideranças políticas e religiosas da localidade. A empresa de colonização privada em Tangará da Serra esteve em sintonia com a organização da escola, mantendo-a quando se fazia necessário, apoiando seus professores e utilizando a presença da escola como propaganda para incentivar a prática migratória para Tangará da Serra. A comunidade se mobilizou e em oito anos de migração (1960 – 1968) já existia o ensino ginasial o que desencadeou, em 1973, à organização do ensino de 2º grau. O poder público estadual, por meio de seus órgãos educacionais, após a escola se constituir enquanto espaço físico e recursos humanos fez o processo de institucionalização mantendo- a inspecionada para que a legislação educacional fosse respeitada.

Palavras-chave: Migração. Educação. História de Instituições Escolares.

ABSTRACT

The study “Migration and schooling: history of educational institutions of Tangará da Serra – Mato Grosso – Brazil (1964-1976)”, answers the following matter: “How was the educational issue dealt during the encouragement of land occupation in Mato Grosso from 1960?” As hypothesis, we emphasize that the migrant population forced the deployment of schools, through various practices. The private settlement, called SITA, was charged the schools deployment. This research aimed to analyze the relationship between migration and schooling in Mato Grosso, approaching the following categories: time, space, student and teacher. The analyzed schools were: Rural Mixed School of Primary Education of Tangará da Serra, United Schools of Tangará da Serra, School Group of Tangará da Serra, School Group “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” and State School of Tangará da Serra. The priority was the school culture produced in these educational institutions from 1964 to 1976. The analysis was built according to Gatti Júnior and Pessanha’s (2005) methodology. The thesis production carried out according to the theoretical framework of Cultural History proposed by Chartier (1990) and by Magalhães (2004). The analysis had as reference the written productions of Viñao Frago (1995); Magalhães (1998); Buffa and Nosella (1996 and 2005). The recent time history was methodologically built with the analysis of various written sources, as the press, governors message, demographics census, school documents, church records, religious congregation archives, that time legislation archives. These written sources were crosschecked with other oral and iconographic sources. After reading and analyzing these sources it was possible to conclude, confirming the initial hypothesis, that the migrant family, in a significant number, worried about their children school education process. The primary or high school in Tangará da Serra, until 1976, were built, in a first moment, from an organization performed by the migrant families that looked to a institutional support of the political and religious leaders of that place. The private settlement, in Tangará da Serra, looked after the school organization, keeping it, when it was necessary and supporting the teachers. The private settlement used the school existence as an advertisement to encourage the migration practice to Tangará da Serra. The local community mobilized itself and in eight years of migration (1960 – 1968) there was the basic education level and after, in 1973, the high school was organized. The state government, through its educational agencies, when the school was built up as a physical space and with human resources, made the institutionalization process keeping it in order to ensure the educational legislation.

Keywords: Migration. Education. History educational institution.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
-------------------------	-----------

PARTE I

COLONIZAÇÃO, CIDADE E ESCOLARIZAÇÃO EM TANGARÁ DA SERRA – MT

1. A COLONIZAÇÃO PRIVADA DE TANGARÁ DA SERRA – MT	59
1.1 A Colonizadora - Sociedade Imobiliária de Tupã para a Agricultura Ltda – SITA.....	60
1.2 A configuração da cidade	69
1.3 O movimento migratório	79
2. O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO EM TANGARÁ DA SERRA - MT	85
2.1 A Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra	89
2.1.1 O espaço e o tempo da Escola Rural Mista de Tangará da Serra	89
2.1.2 Aprendendo a ser professor	98
2.1.2.1 José David Nodari e a escrita de si	109
2.1.3 Ser aluno no movimento migratório	113
2.2 A Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio”	120
2.2.1 Professora, alunos e ensino.....	124
3. IGREJA E INSTITUIÇÕES ESCOLARES	129
3.2 As Irmãs da Divina Providência e a Educação Pública.....	134
3.2.1 As Irmãs da Divina Providência em Mato Grosso	135
3.2.1 As Irmãs da Divina Providência em Tangará da Serra - MT	138
3.2.1.1 Irmã Myriam Hansel.....	139
3.2.1.2 Irmã Osvalda Kroetz.....	144
Considerações Parciais	148

PARTE II

ESCOLAS REUNIDAS, GRUPOS ESCOLARES E GINÁSIO ESTADUAL

4. AS ESCOLAS REUNIDAS DE TANGARÁ DA SERRA	156
4.1 Espaços alternados e tempo múltiplo	158
4.2 Aluno valoroso e dócil.....	163
4.3 Moral: critério principal na escolha do professor	168
5. GRUPO ESCOLAR TANGARÁ DA SERRA	179
5.1 O tempo do avanço migratório e do espaço cercado	182
5.2 Alunos do Grupo Escolar	197
5.3 Professor: a caminho da formação profissional.....	203
6. GRUPO ESCOLAR “DR. ATALIBA ANTÔNIO DE OLIVEIRA NETO”	219
6.1 Toque do sino – hora de cantar, rezar e de comemorar	220
6.2 Apenas um corredor.....	232
6.3 Alunos no grupo escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”	235
6.4 Professor: autoridade em sala de aula.....	244
7. DO GINÁSIO ESTADUAL À ESCOLA ESTADUAL DE I E II GRAUS	253
7.1 O tempo e os espaços do Ensino Médio em Tangará da Serra.....	255
7.2 Pastor, Padres, Freiras e leigos ensinando os alunos migrantes	275
Considerações Parciais	286
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	291
MATERIAIS HISTÓRICOS	299
1. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT.....	299
2. Arquivo das Irmãs da Divina Providência.....	301
3. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida – Tangará da Serra – MT	301
4. Arquivos Particulares	301
5. Arquivo dos Jesuítas – Cuiabá – MT.....	302

6. Biblioteca da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.....	302
7. Câmara Municipal de Barra do Bugres	302
8. Depoimentos.....	302
9. Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”	304
10. Escola Estadual “29 de Novembro”	305
11. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR.....	306
12. Mensagens eletrônicas.....	306
13. Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral de Tangará da Serra –NUDHEO-TS.	306
14. Fontes iconográficas	306
Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961	308
Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971	308
Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.....	308
16. Referências Bibliográficas.....	308

APÊNDICE

APÊNDICE A - quadro da educação em Tangará da Serra – 1964 – 1976	326
APÊNDICE B - Quadro da educação em Tangará da Serra – Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”	327
APÊNDICE C – Quadro da educação em Tangará da Serra – Escola Estadual “29 de novembro”	328
APÊNDICE D – Mapa de Movimento geral	329

ANEXOS

ANEXO A - Ata de instalação da Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio”.....	332
ANEXO B - Carta de José David Nodari a Sílvio Paternez	334

INTRODUÇÃO

[...] não há instituição educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica (SANFELICE, 2007, p. 79).

A pesquisa **“Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil - (1964 -1976)”**, justifica-se pela necessidade de analisar a história e a memória de homens e mulheres que participaram da configuração da escola em momento de colonização recente em Mato Grosso. As instituições escolares historiadas, organizadas inicialmente pela população local, representaram uma alternativa para garantir parte da realização de sonhos através da ocupação de uma nova terra, nos anos sessenta do século XX, em Mato Grosso – Brasil.

O problema que direciona esta pesquisa é: “Como foi tratada a questão educacional durante o estímulo à ocupação territorial em Mato Grosso a partir de 1960?” Temos como hipótese, o fato de que a população migrante forçou, por meio de várias práticas, a implantação de escolas, cobrando da colonizadora privada e, intervindo diretamente na construção e manutenção da infra-estrutura das salas de aulas; contribuindo para a indicação de professores dentre os migrantes; incentivando a prática migratória por meio de representações positivas, mobilizando parentes e amigos de diferentes localidades do Brasil, aumentando assim o número de alunos e, como consequência a mudança na forma de modalidade institucional escolar oferecida; solicitando aos poderes públicos estadual e municipal responsabilidades para com a educação básica.

A investigação também se justifica, na medida em que verificamos, a partir dos anos 90 do século XX, o resultado educacional desta população que fora escolarizada pelas instituições de ensino em análise, durante o movimento migratório, desprovida em sua maioria de professores com formação e qualificação para o magistério. O resultado da pesquisa aponta caminhos ao poder público. Trata-se de uma tentativa de construir propostas e de sugerir investimentos, na atualidade, que atendam esta população, que tendo participado destas frentes de colonização na história recente¹ em Mato Grosso, e sem as

¹ O conceito de história recente é utilizado conforme a análise historiográfica proposta por Franco e Levín (2007).

garantias da qualidade de vida vendida pela propaganda da empresa de colonização privada, que “organizou” oficialmente o espaço, onde é a cidade de Tangará da Serra.

O município de Tangará da Serra, local da pesquisa, foi emancipado em 13 de maio de 1976. Localizado a sudoeste do Estado de Mato Grosso, com altitude média de 452 metros, entre os paralelos 14 e 15 graus e entre os meridianos 57° 15' 00” e 59 10' 00”. Limita-se com os municípios de Campo Novo dos Parecis, Sapezal, Campos de Júlio, Conquista D'Oeste, Pontes e Lacerda, Vale de São Domingos, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Santo Afonso, Nova Marilândia e Diamantino. Tangará da Serra é considerada cidade pólo da região politicamente denominada de Médio-Norte de Mato Grosso.



Figura 2 - Tangará da Serra em Mato Grosso e no Brasil

FONTE: Adaptado de IBGE. Escala 1: 580 000. Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 10 jul. 2009.

O município possui uma área total de 11.423,04 km², sendo que, aproximadamente, 51% é área indígena do povo Paresí, habitante primeiro de toda a área dos campos do Tapirapuã, local onde está edificada a cidade e a zona rural de Tangará da Serra.

Conforme os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – estima-se uma população de 81.960 habitantes em Tangará da Serra para 2009.

Em relação ao quadro educacional, conforme dados do IBGE, o município de Tangará da Serra tinha os seguintes números em 2008:

Tabela 1 - Escolarização de Tangará da Serra - 2008

Elementos	Números
Matrícula – Ensino Pré-Escolar	2.099
Matrícula – Escola Pública Municipal - Ensino Pré-Escolar	1.750
Matrícula – Escola Privada - Ensino Pré-Escolar	349
Matrícula – Ensino Fundamental	13.094
Matrícula – Escola Pública Estadual – Ensino Fundamental	5.282
Matrícula – Escola Pública Municipal – Ensino Fundamental	6.959
Matrícula – Escola Privada – Ensino Fundamental	853
Matrícula – Ensino Médio	4.426
Matrícula – Escola Pública Estadual - Ensino Médio	4.113
Matrícula – Escola Privada – Ensino Médio	313
Matrícula – Ensino Superior	3.551
Matrícula – Escola Pública Estadual – Ensino Superior	1.586
Matrícula – Escola Privada – Ensino Superior	1.899
Número de Docentes – Ensino Pré-Escolar	149
Número de Docentes – Ensino Fundamental	758
Número de Docentes – Ensino Médio	282
Número de Docentes – Ensino Superior	229
Número de Escolas – Ensino Fundamental	52
Número de Escolas – Pública Estadual – Ensino Fundamental	16*
Número de Escolas – Pública Municipal – Ensino Fundamental	30
Número de Escolas – Privada – Ensino Fundamental	06**
Número de Escolas – Públicas – Ensino Superior	01***
Número de Escolas – Privadas – Ensino Superior	02****

FONTE: IBGE. Cidades: Mato Grosso: Tangará da Serra. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 29 ago. 2009.

Esta estrutura atual teve seu início na seguinte ordem cronológica das instituições escolares em Tangará da Serra:

- Escola Rural Mista de Instrução Primária, 1964;
- Ginásio Estadual de Tangará da Serra, 1968;

* Dentre estas escolas, nove oferecem Ensino Médio.

** Dentre estas, três oferecem Ensino Médio.

*** Em Tangará da Serra existe o campus da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, com os seguintes cursos: Administração em Agronegócios, Administração em Empreendedorismo, Agronomia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Enfermagem e Letras.

**** A Faculdade de Educação de Tangará da Serra oferece o curso de Pedagogia e na Universidade de Cuiabá – campus de Tangará da Serra, há os seguintes cursos: Administração, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia de Produção, Farmácia, Fisioterapia, Gestão em Agronegócios, Odontologia, Pedagogia e Tecnologia em Mecanização Agrícola.

- Escolas Reunidas de Tangará da Serra, 1968;
- Grupo Escolar de Tangará da Serra, 1970;
- Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto, 1971.

As instituições acima citadas (que se transformaram em apenas duas escolas, Escola Estadual “Emanuel Pinheiro” e Escola Estadual “29 de Novembro”) caracterizam fontes de investigação nesta tarefa da produção historiográfica da educação em Mato Grosso. A produção da História da Educação realizada em, e sobre o Mato Grosso, tem se limitado à primeira República, em alguns estudos até os anos 60 do século passado. “A produção de Mato Grosso que concentra suas pesquisas no século XIX até meados do XX, tende a ampliar seus estudos até os anos de 1960” (SÁ, 2005, p.122).

A história da Educação de Mato Grosso, em especial do período Imperial e da Primeira República, tem sido objeto de análise dos seguintes autores: Lázara Nanci de Barros Amâncio (2008); Elizabeth Figueiredo de Sá (2007); Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e Silva (2006); Rosinete Maria dos Reis e Nicanor Palhares Sá (2006); Regina Aparecida Versoza Simião (2006); Ivone Goulart Lopes (2006); Nicanor Palhares Sá, Elizabeth Madureira Siqueira e Rosinete Maria dos Reis (2006); Nicanor Palhares Sá e Elizabeth Madureira Siqueira (2003); Elizabeth Madureira Siqueira (2000); Laci Maria Araújo Alves (1998); além do trabalho de Luiz Gilberto Alves (1996) sobre a educação e história de Mato Grosso no período compreendido entre 1719 – 1864.

A educação em Mato Grosso, posterior aos anos 60 do século XX, é objeto de um pequeno número de pesquisas. Esta pesquisa é uma discussão inédita sobre os caminhos das instituições escolares em Mato Grosso durante o período do avanço da fronteira agrícola no contexto da ditadura militar brasileira. A historiografia da educação brasileira que contempla os movimentos migratórios está mais centrada em estudos específicos da região sul do Brasil, destacando análise para escolas formadas por imigrantes italianos, poloneses, alemães dentre outros. Os resultados dessas pesquisas estão publicados em Anais dos simpósios e congressos de História e de História da Educação, em particular o período de maior análise que é a primeira República brasileira.

Esta pesquisa, contudo, contempla a necessidade de conhecer outros elementos cotidianos das famílias migrantes, que seguiram a rota do café, conforme já estudado em minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Mato Grosso (OLIVEIRA, 2004).

Na perspectiva de que a pesquisa realizada por mim, enquanto historiador está diretamente ligada a minha produção de vida, investigar sobre migração e escolarização em regiões de colonização recente, é encontrar-me nas fontes.

Os documentos tendem a revelar minha prática cotidiana escolar no tempo do movimento migratório para Tangará da Serra, pois, em 1972 minha família migrou-se de São Paulo para Mato Grosso. Em 1975, eu estava com seis anos de idade, começava a frequentar em Tangará da Serra, a sala de aula da primeira série regida pela professora Luzia Delcaro na Escola Estadual de I Grau “Emanuel Pinheiro”, antigo Grupo Escolar de Tangará da Serra.

Esta pesquisa aponta num primeiro momento para a compreensão dos significados de migração e escolarização, para, então, a análise de como, em uma região considerada de colonização recente, estes elementos se amalgamam. A migração ocorre pela inconstância dos movimentos econômicos e por uma economia planejada independentemente das necessidades da população. É conveniente ressaltar aqui que denomina-se como migração todos os movimentos de pessoas de um país a outro, ou de um determinado lugar geográfico a outro dentro de um mesmo país, com a mudança de residência.

A migração pode ser definida como o movimento da população pelo espaço. Esse movimento relaciona-se às transformações econômicas, sociais e políticas que ocorrem nos diferentes lugares. Por isso, o seu significado e as suas motivações variam tanto no tempo como no espaço. A migração não é um fenômeno atual. Ela é antiga; desde os tempos primitivos o homem se desloca pelo espaço. Mas esse fenômeno, tão antigo, é conseqüentemente renovado. Em cada momento histórico, as condições que levam o indivíduo a deixar um lugar por outro são diferentes, relacionadas ao desenvolvimento de cada sociedade. Por isso dizemos que a migração é um fenômeno histórico e social (SANTOS, 1998, p. 6, grifo nosso).

A escolarização é o processo que ocorre com a institucionalização das unidades escolares. Segundo Franco Cambi (1999) com a modernidade a escola é o espaço:

[...] que instrui e que forma, que ensina conhecimentos mas também comportamentos, que se articula em torno da didática, da racionalização da aprendizagem dos diversos saberes, e em torno da disciplina, da conformação programada e das práticas repressivas (constitutivas, mas por isso mesmo produtoras de novos comportamentos). Mas, sobretudo, uma escola que reorganiza – racionalizando-as – suas próprias finalidades e seus meios específicos (CAMBI, 1999, p.205).

No processo de consolidação da colonização em Mato Grosso, nos anos 60 e 70 do século XX, devido ao avanço da fronteira agrícola, está o movimento migratório

impulsionado pelas propagandas sobre a terra fértil em vários estados do Brasil. Um dos elementos constitutivos de atração de migrantes é a presença de escolas. A escola, para o migrante, seria a materialidade da garantia de um futuro próspero. O ensino que esta escola poderia oferecer, não era posto em discussão, mas, cobrava-se a efetiva existência de um espaço físico em que ocorresse uma relação de ensino do professor para com o aluno.

Para entender o significado da colonização é necessário levar em conta o seu caráter de empreendimento comercial. Dessa motivação é que decorreram as principais características que assumiram a ocupação e a valorização econômica das terras do Novo Mundo (SILVA, 1996, p. 22). O termo *colonização* é amplo. Na fase do regime militar no Brasil definiu-se como: toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através de cooperativas de produção previstos. Esse discurso atravessou a década de 1970 no Brasil. O Estado, dando ênfase à colonização dirigida, tomou para si as responsabilidades, até o momento em que conseguiu criar condições para a expansão do capital e a acumulação na fronteira. A partir de então, estimulou a colonização particular, transferindo parte do controle social do processo, aos projetos privados e às cooperativas (BECHER; MACHADO; MIRANDA, 1990).

Neste fazer do movimento migratório, entendendo a escola como elemento de garantia de uma prosperidade futura e relacionando-a ao caráter comercial do empreendimento da colonização, é que de forma específica, contempla-se a análise das categorias: *tempo, espaço, aluno e professor* da Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”, enquanto Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, como Escolas Reunidas de Tangará da Serra e como Grupo Escolar de Tangará da Serra; e também da Escola Estadual “29 de Novembro”, como Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” e como Ginásio Estadual de Tangará da Serra, priorizando a cultura escolar produzida nestas instituições no período de 1964 a 1976.

Ao elegermos estas instituições escolares para, de forma geral, analisar as relações entre migração e escolarização em Mato Grosso, a partir da segunda metade do século XX, concordamos com Décio Gatti Júnior (2002, p.04) quando afirma que: “[...] as escolas apresentam-se como locais que portam um arsenal de fontes e de informações

fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira”.

Nesta mesma análise ainda nos recomenda Ester Buffa (2002, p.25):

Pesquisar uma instituição escolar é uma das formas de se estudar filosofia e história da educação brasileira, pois as instituições escolares estão impregnadas de valores e idéias educacionais. As políticas educacionais deixam marcas nas escolas. Assim, se bem realizadas, as investigações sobre instituições escolares apresentam a vantagem de superar a dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia.

As especificidades de estudos, em história da educação, regionais ou locais, podem nos levar à compreensão de análises macros. Historiar as instituições escolares em Tangará da Serra é compreender como a vida se organizou em cidades de colonização recente no Brasil, assim como nos indica Antônio Nóvoa (1997) mostrando que a escola, e suas práticas são resultados de construção social.

É fundamental valorizar os trabalhos produzidos a partir das realidades e dos contextos educacionais. A compreensão histórica dos fenômenos educativos é uma condição essencial à definição de estratégias de inovação. Mas para que esta inovação seja possível é necessário renovar o campo da História da Educação. Ela não é importante apenas porque nos fornece a memória dos percursos educacionais, mas, sobretudo porque nos permite compreender que não há nenhum determinismo na evolução dos sistemas educativos, das idéias pedagógicas ou das práticas escolares: tudo é produto de uma construção social (NÓVOA, 1997, p.221).

A periodização da pesquisa segue uma linha cronológica, tendo como início o ano de 1964, com o funcionamento da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, conforme registros no livro de matrículas (1964) e também da sua lei de criação publicada em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 11 de setembro de 1964. O movimento histórico investigado finaliza em 1976, quando há a integração física do antigo Ginásio Estadual com o Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto, transformando as duas unidades em uma única instituição de ensino, Escola Estadual “29 de Novembro”.

Na construção do objeto “migração e escolarização” em região de colonização recente de Mato Grosso, tem-se como parâmetro a análise das categorias: *tempo, espaço, professor e aluno*. Em primeira instância, estas categorias nos remetem a uma apropriação da história das instituições, evidenciando que suas práticas relacionam-se fortemente ao

processo de colonização privado de Mato Grosso², reproduzindo em suas ações pedagógicas cotidianas representações singulares do movimento migratório operante em regiões de colonização recente. A escola reproduz as inquietações e esperanças da sociedade que se fixava em Tangará da Serra.

Na construção da materialidade do objeto histórico pretendido, analiso os diferentes momentos em que as instituições escolares foram organizadas. O caminho percorrido inicialmente é a investigação da primeira forma de escola de ensino primário existente em Tangará da Serra, caracterizando então, duas escolas isoladas, a primeira denominada Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra (1964 – 1967) e a outra Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio” (1965 – 1967). Em um segundo momento, a organização escolar foi em escolas reunidas, tendo como objeto de análise as Escolas Reunidas de Tangará da Serra (1968 a 1970), e em seguida ocorreu a consolidação dos grupos escolares, o Grupo Escolar de Tangará da Serra (1970 a 1975) e o Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” (1971 a 1975). Além do ensino primário, caracteriza-se como objeto de registro e análise a prática educativa do Ginásio Estadual de Tangará da Serra (1969 a 1973), assim como, a transformação do Ginásio Estadual em Escola de I e II Graus de Tangará da Serra (1973 -1975). Em síntese, faz-se a reconstrução da história de duas Instituições Escolares que na atualidade são denominadas de Escola Estadual “Emanuel Pinheiro” e Escola Estadual “29 de Novembro”.

As formas de organização das instituições escolares para o ensino primário foram: escolas isoladas, escolas reunidas e grupos escolares; e, para o ensino médio, o ginásio.³ É importante salientar, que em Mato Grosso a Lei 5.692/71 foi implementada nas escolas a partir de 1975.

Os estudos sobre a forma de escola isolada em Mato Grosso e no Brasil estão centrados no período colonial e imperial. Sobre a organização das escolas isoladas em Mato Grosso temos como referência a obra de Elizabeth Madureira de Siqueira (2000), que destaca a estrutura do sistema escolar na província. Embora a administração provincial seguisse a mesma estrutura organizacional do Império, em matéria de educação, não havia muito a ser administrado pelo presidente provincial.

² A colonização privada em Mato Grosso teve início com os governos de Fernando Corrêa da Costa e Ponce de Arruda, na década de 50. Neste processo terra, consideradas devolutas pelo Estado, eram vendidas a empresas privadas para a realização de projetos de colonização. “Em Mato Grosso, em poucos anos, as empresas de colonização privada se apossaram de milhões de hectares de terras devolutas” (BARROZO, 2008, p.23).

³ Considera Ensino Médio o ensino oferecido no Ginásio Estadual de Tangará da Serra no período de 1969 a 1971. Com a Lei 5.692/71 a escola passa a oferecer o Ensino de 1º Grau de 5ª a 8ª série, alterando também sua denominação em 1973 para Escola Estadual de 1º e 2º graus de Tangará da Serra.

Até 1872, a sua organização [do ensino] era muito simples, ficando a administração das poucas aulas avulsas e das igualmente minguadas escolas primárias voltadas quase que exclusivamente para a formação dos filhos das elites, sob o controle e fiscalização do Presidente da província auxiliado por um Inspetor Geral das Aulas (SIQUEIRA, 2000, p. 129).

Elizabeth Figueiredo de Sá (2007), ao discutir sobre as escolas isoladas ou avulsas, informa que este modelo de escola foi responsável pela escolarização de contingente significativo de mato-grossenses. Estas escolas eram gratuitas e acessíveis à população pobre. A autora destaca as vantagens das escolas isoladas em Mato Grosso no início da República.

Outra vantagem é que a abertura de uma escola isolada, conforme regimento da Instrução Pública de 1910 (art. 4º), era autorizada a partir de 20 alunos, podendo comportar até 60, sob a regência de um único professor. Essa determinação favorecia a abertura dessas instituições em diversas cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado, podendo ser os alunos matriculados em qualquer época do ano letivo, facilitando o acesso à escolarização de um grande número de crianças em idade escolar; contrapondo ao funcionamento dos grupos escolares que exigiam um número maior de alunos, que se concentravam nos grandes centros urbanos, e apresentavam um calendário rigoroso para a matrícula (SÁ, 2007, p.105-106).

As escolas isoladas, denominadas de casas-escola e ou escolas de improviso, do período imperial, também foram objeto de estudo de Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes Faria Filho (2005) que ao estudá-las demonstram que elas funcionavam em espaços improvisados, em geral distantes umas das outras, fazendo com que o controle e o desenvolvimento do ensino, ficassem prejudicados. Os professores não eram controlados pelos órgãos públicos e muitas vezes misturavam suas atividades profissionais a outras cotidianas e a escola não funcionava literalmente.

Faria Filho (2003) ao discutir a instrução elementar no século XIX, destaca que a presença do Estado nas escolas era pequena e pulverizada no trato com a educação elementar, “[...] nem a própria escola tinha um lugar social de destaque cuja legitimidade fosse incontestável”. (FARIA FILHO, 2003, p. 136). A mesma situação é observada por Antônio Carlos Ferreira Pinheiro (2002) ao estudar as práticas instrucionais na era das cadeiras isoladas no Estado da Paraíba. Rosa Fátima Souza (1998) também destaca a situação das escolas isoladas em São Paulo no século XIX.

A necessidade de escolas isoladas era um fato incontestável. Durante as primeiras décadas deste século elas sobreviveram à sombra dos grupos escolares

nas cidades, nos bairros e no campo. Apesar de elas serem consideradas tão necessárias, os grupos foram mais beneficiados, e nelas, continuou predominando a carência de tudo: materiais escolares, livros, cadernos, salas apropriadas e salários para os professores. (SOUZA, 1998, p.51).

Em Mato Grosso, as escolas isoladas, existiram até os anos 70 do século XX na área rural. Em Tangará da Serra a presença das escolas isoladas também se configurou como escola rural. O ensino oferecido nas escolas isoladas e rurais de Mato Grosso, conforme nos indica Laci Maria Araújo Alves (1998), nos anos 40 e 50 do século XX era precário.

Conclui-se, assim, que o ensino mato-grossense no início da década de 1940 apresentava uma dicotomia: uma escola voltada para as elites, preparatória aos Cursos Superiores e outra, destinada aos alunos que pertenciam às camadas menos favorecidas, urbanas e rurais. Ao mesmo tempo em que se proclamava a necessidade de educar integralmente os alunos em Mato Grosso, a maioria mal sabia ler e escrever e padecia com problemas de saúde e falta de professores qualificados (ALVES, 1998, p.127).

Após analisar o desenvolvimento econômico de Mato Grosso na primeira metade do século XX, Alves (1998) enfatiza que, a permanência dos alunos na escola era baixa, e que, a educação rural em Mato Grosso, chegou em 1950 com resultados pouco satisfatórios.

Ao lado de toda essa diversidade e riqueza econômica Mato Grosso apresentava uma população pobre e uma rede de ensino deficiente, nos moldes do Regulamento de 1927. Apesar da criação de várias escolas isoladas e alguns grupos escolares, da escola ser divulgada como elemento primordial no 'progresso' do Estado, a educação em Mato Grosso no aspecto técnico-pedagógico só apresentava bons resultados nas escolas urbanas. Na zona rural, segundo mensagens e relatórios, os resultados continuavam sendo quase nulos (ALVES, 1998, p.137. Grifo da autora).

Contemporâneas às escolas isoladas estão as escolas reunidas. As práticas instrucionais das escolas reunidas, que existiram por todo o Brasil não foram ainda, um largo objeto de estudo explorado pelas investigações da historiografia da educação. As pesquisas sobre os grupos escolares, em geral, abordam como preâmbulo para a organização destes, as escolas reunidas.

Nas poucas páginas da literatura em história da educação, onde as escolas reunidas são apresentadas, são pensadas como modelos de escolas anteriores ou contemporâneas aos grupos escolares, em especial, na sua fase áurea, ou seja, o tempo dos grupos escolares como escolas monumentos da Primeira República. As escolas reunidas ultrapassaram a

existência da consolidação dos grupos escolares, e a Lei de Diretrizes da Educação, a Lei 4.024 de 1961.

As escolas reunidas que em seu começo eram agrupamentos de escolas isoladas (LOPES, 2006) caracterizam também uma forma de economia para os cofres públicos. Esta classificação que os estados adotavam ao dividir as escolas em isoladas, reunidas e grupos escolares, permanece como justificativa de ordem econômica, sem nenhuma preocupação com a qualidade do processo educacional a ser oferecido.

A prática de reunião de escolas em um mesmo edifício continuou a ser adotada, criando um outro tipo de escola primária denominada de escolas reunidas. Embora reunidas, as escolas funcionavam independentes entre si, como isoladas. Mantendo diferenças salariais e uma organização mais simplificada que os grupos escolares, tais escolas foram um expediente econômico utilizado pelo governo, uma forma de protelar a criação do grupo escolar na localidade (SOUZA, 1998, p.50).

A questão abordada por Souza (1998) sobre as escolas reunidas em São Paulo, é compactuada com Sá (2007) quando analisa a presença destas escolas em Mato Grosso no período de 1910 a 1927. A economia em fazer educação, fez com que o modelo de escolas reunidas alcançasse os anos 60 do século XX em Mato Grosso.

Contemporâneos ou substituindo as escolas reunidas, estão os grupos escolares. E sobre estes, existe uma literatura em grande expansão na história da educação brasileira. São importantes os trabalhos de Souza (1998), Faria Filho (2000), Pinheiro (2002) e Vidal (2006), além de inúmeros outros textos publicados em livros e anais de congressos, e ainda, dissertações e teses de vários programas de pós-graduação brasileiros.

A grande maioria dos trabalhos sobre grupos escolares tem um caráter regional e está vinculada ao tempo de suas origens, quando esta modalidade de instrução foi implantada no Brasil, ou seja, na Primeira República.

Implantar os grupos escolares no Brasil, seria dar visibilidade ao regime republicano, seria construir nas cidades um espaço para garantir a modernização social. O grupo escolar, como escola monumento (VIDAL; FARIA FILHO, 2005), seria um espaço de demonstração do progresso e da modernização cultural. A criação dos grupos escolares expressa significados simbólicos, na constituição do imaginário social, durante a Primeira República brasileira.

Criar um grupo escolar tinha um significado simbólico muito maior que a criação de uma escola isolada, cuja precariedade mais assemelhava às condições das escolas públicas do passado imperial com o qual o novo regime queria

romper. Em certo sentido, o grupo escolar, pela sua arquitetura, sua organização e suas finalidades aliava-se às grandes forças míticas que compunham o imaginário social naquele período, isto é, a crença no progresso, na ciência, e na civilização. Não podendo universalizar o ensino primário, optou-se por privilegiar as escolas urbanas com maior visibilidade política e social (SOUZA, 1998, p.91).

Os grupos escolares foram inicialmente instalados em São Paulo em 1894, e depois criados nas outras unidades da federação, nas primeiras décadas da República.

[...] nos estados do Rio de Janeiro (1897); do Maranhão e do Paraná (1903); de Minas Gerais (1906); da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Santa Catarina (1908); do Mato Grosso (1910); de Sergipe (1911); da Paraíba (1916) e do Piauí (1922), e somente foram extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692 (VIDAL, 2006, p.07).

Embora, Vidal (2006) afirme que os grupos escolares foram extintos com a Lei 5.692 de 1971, em Mato Grosso, a presença dos grupos escolares se estendeu até a segunda metade dos anos 70 do século XX. A Lei 5.692 foi implementada em Mato Grosso de uma forma muito lenta, garantindo por mais anos, a existência institucional dos grupos escolares. É importante destacar que estes, não se enquadravam aos mesmos modelos criados em sua origem, mas, sua configuração oficial era como grupo escolar, e seguia os princípios básicos adotados no início da República quanto aos elementos de tempo, espaço, papel social do professor e do aluno. São mais perceptíveis as mudanças do currículo escolar e a introdução de métodos de ensino.

As referências sobre os Grupos Escolares em Mato Grosso, na Primeira República, são os trabalhos de Rosinete Maria Reis, Nicanor Palhares Sá (2006) e Sá (2007). A primeira obra (REIS; SÁ, 2006) apresenta a implantação dos grupos escolares em Mato Grosso, no período de 1910 a 1927. Os autores, analisam em sua obra a estrutura organizacional e funcional dos grupos escolares, destacando as mudanças e concepções, acerca do fazer pedagógico, que foram produzidas por estas instituições.

E o segundo Sá (2007, p.215) destaca:

A proposta deste livro consistiu em analisar as representações de infância e de escolarização em Mato Grosso entre 1910 a 1927, atentando prioritariamente ao modelo do grupo escolar. Para tal foi importante observar o currículo dos grupos escolares de Mato Grosso entre 1910 a 1927, atentando prioritariamente ao modelo do grupo escolar. Para tal foi importante observar o currículo dos grupos escolares de Mato Grosso no período de sua implantação (1910), até a reorganização do ensino público primário (1927), quando foram introduzidas no sistema educacional, entre outras inovações, as escolas reunidas. Pretendia-se saber quais as mudanças que este novo modelo escolar introduziu no ensino

primário, inquirindo sobre a cultura escolar que nele surgiu e as representações construídas, através dela, acerca da infância.

Os grupos escolares, as escolas reunidas, e as escolas isoladas apresentadas nesta tese apresentam uma organização diferenciada, daquelas produzidas ao final do Império e início da República brasileira, porém as categorias de análise têm o mesmo princípio. O tempo, o espaço, o aluno e o professor são pensados, a partir de um tempo pretérito, mas, enquadrados no contexto da colonização da história recente de Mato Grosso.

As categorias de análise (tempo, espaço, professor e aluno) constroem-se com referência às indicações metodológicas de Gatti Júnior e Pessanha (2005). Estes autores apresentam reflexões teórico-metodológicas que possibilitam ao pesquisador escolher alguns caminhos. E para as categorias de análise, os trabalhos indicados são de Antonio Viñao Frago (1995) sobre o tempo escolar; Justino Magalhães (1998) sobre espaço, tempo e público (ex-alunos); Buffa e Nosella (1996) e Nosella e Buffa (2005) em relação a prédio, mestres (origem social e destino profissional), clientela (trajetória de vida). Desta forma, a teoria para análise das categorias, trabalhadas nesta tese, segue os pressupostos indicados, e ainda estará aliada a outras discussões de caráter mais empírico, cujos temas possam ser relacionados ao objeto de estudo proposto.

A análise, das categorias referidas anteriormente, também é feita à luz do marco teórico da História Cultural, assim definida por Roger Chartier (1990, p.27):

A definição de história cultural pode, nesse contexto, encontrar-se alterada. Por um lado, é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço. As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras(...) Por outro lado, esta história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido.

A História Cultural possibilita mutações no trabalho histórico renunciando a preocupação com a descrição da totalidade social e buscando alternativas para decifrar de outra maneira as sociedades formadas por experiências históricas, constituidoras de práticas sociais que são produzidas pelas representações, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo.

Desta forma, a História Cultural tem como um dos seus objetivos as representações do mundo social. A noção de representação, segundo Chartier, permite articular três modalidades da relação com o mundo social:

[...] em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significa simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1990, p.23)

Tentando refletir sobre o texto de Chartier, quanto à primeira modalidade, não podemos pensar a história como linearidade, pois a história é o terreno do inesperado, do imprevisto. As atitudes humanas, as conjunturas, o contexto histórico resultam na história. A universalidade se quebra quando pensamos na experiência histórica, sendo constituidora de práticas sociais que forjam conceitos e ideias. Cada sociedade busca respostas diferentes para suas necessidades, convivendo com grupos que tentam desconstruir este ambiente, produzindo lutas diárias, abolindo modelos regulares, concretizando experiências históricas.

As práticas sociais são carregadas de hábitos e exibem uma maneira própria de o indivíduo estar no mundo, não seguem modelos regulares, mas se configuram em experiências históricas, formadas por práticas políticas, econômicas, sociais e educacionais representadas pela simbologia. A verdadeira leitura das práticas deve ser a preocupação constante dos historiadores.

O resultado da leitura das práticas e dos discursos se concretiza na narrativa. A narrativa deve ser organizada no tempo e no espaço, dar inteligibilidade às coisas, ao relato histórico. Toda narrativa tem que ser montada numa intriga (CHARTIER, 1990, p.83). Ao se trabalhar com vestígios, indícios e documentos, deve-se entender as práticas sociais que deram origem a estes elementos, pois o historiador só romperá com a descrição quando conseguir ler os documentos.

Segundo Chartier (1990), as coisas têm significações múltiplas, multiplicidade de visões, produção, consumo, e os indivíduos têm maneiras particulares de se relacionar com os significados. Desta forma, a apropriação realiza as interpretações das práticas sociais que são construídas na descontinuidade das trajetórias históricas. A apropriação nos remete ao jeito de como fazemos a leitura do que recebemos de forma múltipla.

Sendo assim, a história deve ser entendida também como o estudo das práticas, que são plurais, dinâmicas e contraditórias. Percebemos que a representação é tudo o que é passivo de leitura, identificando as formas como a realidade é socialmente construída. Nesta pesquisa, as representações construídas sobre as instituições escolares em análise, são perceptíveis na análise das fontes escritas e orais. Em especial, nos relatos produzidos por professores e alunos. Chartier (2009, p.15) destaca também que: “A história como escritura desdobrada tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; escrever e convencer o leitor”.

Justino Magalhães (2004), ao propor a reconstrução histórica das instituições escolares brasileiras, analisa o esquema figurativo, que envolve três aspectos: “a materialidade (o instituído), a representação (a institucionalização) e a apropriação (a instituição)”. Para Saviani (2007) a materialidade é a escola instalada, suas condições físicas, material didático, equipamentos e estrutura organizacional; a representação é o papel desempenhado pela instituição escolar, envolvendo tradição, bibliografia, planejamento das ações, modelos pedagógicos, currículo, estatutos e agentes encarregados do funcionamento institucional; a apropriação compreende as práticas pedagógicas propriamente ditas, ou seja, o que define “a identidade dos sujeitos e da instituição e seus respectivos destinos” (SAVIANI, 2007, p.25).

Na propositura teórica de Chartier (1990), com os três aspectos de Magalhães (2004) seguindo a trilha da materialidade, da representação e da apropriação, esta investigação é feita a partir da análise das práticas escolares, na possibilidade de uma leitura do *espaço, do tempo, do papel do professor e do aluno* nas instituições escolares. Estas práticas são pensadas como práticas culturais, impondo um duplo investimento:

Por um lado, ocupar-se o mapeamento dos lugares de poder constituídos, inventariando estratégias. Por outro, conferir atenção às ações dos indivíduos, nas relações que estabelecem com os objetos culturais que circulam no interior das escolas, esmiuçando astúcias e atentando à *formalidade das práticas*. Nos dois procedimentos é necessário ter clareza de que os sujeitos encarnam representações que se produzem nas situações concretas do fazer ordinário da escola. Nesse percurso, o cuidado com as permanências e o interesse por mudanças permitem reconhecer o intramuros da escola como permeado por conflito e (re) construção constante (VIDAL, 2005, p.15-16, Grifo da autora)

Sobre práticas escolares, como parte dos processos culturais mais amplos destaca-se o conceito de Gonçalves e Faria Filho (2005, p.32):

Essa observação remete para o entendimento de que há, por parte dos pesquisadores, uma tendência direcionada ao interesse do conhecimento sobre o funcionamento interno da escola, na compreensão de que no seu interior existe uma cultura em processo de formação que, ainda que possa ser considerada particular, pela especificidade das variadas práticas dos sujeitos que ocupam esse espaço, articula-se com outras práticas culturais mais amplas da sociedade.

Para análise dos conceitos sobre a cultura escolar a pesquisa é realizada com a utilização de autores, tais como: Viñao Frago, Dominique Julia e Antônio Nóvoa que têm utilizado o conceito de cultura escolar de forma que atenda às perspectivas de explicação de como ocorrem as práticas internas da instituição escolar.

As instituições escolares, espaço de produção e reprodução de cultura, são estruturas materiais construídas pelo homem, na perspectiva de atender algumas necessidades humanas de caráter permanente, resultados de unidades de ações. Desta forma, utilizo como elemento central o seguinte conceito de instituição:

Assim, além de ser criada pelo homem, a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se de necessidade de caráter permanente. Por isso a instituição é criada para permanecer. [...] Mas, sua transitoriedade se define pelo tempo histórico e não, propriamente, pelo tempo cronológico e, muito menos, pelo tempo psicológico. [...] As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade à qual servem. [...] Em suma, podemos dizer que, de modo geral, o processo de criação de instituições coincide com o processo de institucionalização de atividades que antes eram exercidas de forma não institucionalizada, assistemática, informal e espontânea (SAVIANI, 2007, p.4 -5).

Para compreensão do conceito de instituição, faz-se necessário adentrá-la. E segundo José Luís Sanfelice (2007, p.77): “O que me dá o passaporte de ingresso é o conjunto de fontes que levanto, critico e seleciono, e nenhum tipo de fonte deve ser interdito”. Portanto, sabemos que não existe diferença de importância entre as fontes, sejam elas escritas, orais ou iconográficas, todas devem ser tratadas pelo historiador com o mesmo rigor. É conveniente ressaltar aqui que existem algumas técnicas específicas no trabalho com estas diferentes fontes que devem fazer parte do ofício dos historiadores.

Ao construir a narrativa para o registro da história, o historiador deve incorporar ao corpo principal da trama, os procedimentos da pesquisa em si, as limitações documentais, as técnicas de persuasão e as construções interpretativas. Assim, as hipóteses e as problematizações surgem a todo momento.

As fontes, não são mais as provas positivistas, mas devem ser lidas, interpretadas, compreendidas como indícios, vestígios. Os procedimentos que são resultados do questionário vão determinar o olhar frente às fontes. Faz-se mister lembrar que para produzir questões temos que ter familiaridade com as fontes. Quando indagamo-las instalamos nosso procedimento e com isso se tece a narrativa, mormente valendo-se das decifrações das leituras das práticas sociais nas fontes.

Os fundadores da revista “*Annales d’histoire économique et sociale*”(1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os exames de pedras feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreaajuda que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE, 1953, Apud LE GOFF, 1996, p. 539-540).

Em relação aos documentos, Benedetto Croce (2006, p.26) destaca que “[...] o estado presente na minha mente constitui o material e conseqüentemente a documentação para um juízo histórico, a documentação viva que carrego em mim”. O autor enfatiza que:

Os documentos conhecidos especificamente como tais por pesquisadores parecerão muito pequenos na massa total de documentos, se tivermos em mente todos os outros documentos em que continuamente nos apoiamos, como a língua que falamos, os costumes que nos são familiares, a intuição e o raciocínio que usamos quase por instinto, as experiências que trazemos como se estivéssemos em nosso corpo. Sem esses outros documentos, algumas de nossas lembranças históricas seriam difíceis, e mesmo completamente impossíveis [...] a história não nos vem de fora, mas vive em nós[...] (CROCE, 2006, p.30).

Sendo assim, o historiador deve estar preocupado com a interpretação, pluralidade e ambigüidade dos significados e do mundo simbólico, pois como historiadores, devemos remontar a realidade complexa em que vivemos, fazendo exercícios metodológicos frente ao nosso objeto de pesquisa.

Julio Aróstegui (2006) nos orienta que:

Sobre que informação, ou que evidência, se baseia o conhecimento histórico, sobre que materiais o historiador constrói seus dados, é uma questão cuja importância não necessita ser ponderada. Em consequência, é um assunto que requer um tratamento específico. A idéia de fonte adquire sua importância fundamental quando se repara que em todo conhecimento há sempre algo de exploração de 'pistas'. Em historiografia, certamente isto tem uma especial relevância, mas não está desprovido de sentido em nenhum outro tipo de conhecimento. Fonte histórica seria, em princípio, todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo (ARÓSTEGUI, 2006, p.491).

A pesquisa acontece mediante a leitura de várias fontes escritas, como a imprensa, mensagem de governadores, censos demográficos, documentos escolares, registros paroquiais, arquivos de congregação religiosa e da legislação correspondente à época.

Os textos da imprensa escrita passam por uma análise cujo propósito é levantar informações produzidas pela mídia sobre a educação em Mato Grosso no período em estudo. Através do levantamento documental no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR e no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, encontro as seguintes fontes: Revista Brasil-Oeste - 1956 a 1960, Jornal Tribuna Liberal - 1964 a 1967, Jornal A Cruz 1959 a 1967, Jornais Diversos - 1926 a 1966⁴, e Jornal o Estado de Mato Grosso - 1970 – 1976. As informações sobre a educação nestes veículos de comunicação referem-se apenas à capital Cuiabá e outras cidades como Corumbá e Cáceres.

Sobre a imprensa de Tangará da Serra analiso cuidadosamente os seguintes jornais: Folha de Tangará da Serra - 1º de dezembro de 1974 a 23 de dezembro de 1975, Jornal Vanguarda de Tangará da Serra - Ed. Especial e Jornal a Razão - Tangará da Serra – 1975.

Esta pesquisa não tem a imprensa como primeiro objeto de análise. A preocupação com a leitura destas fontes, marca a possibilidade de se construir o macro acerca do discurso sobre a educação no período de 1964 a 1976.

Nesta perspectiva, a imprensa cria um espaço público através do seu discurso – social e simbólico – agindo como mediador cultural e ideológico privilegiado entre o público e o privado, fixa sentidos, organiza relações e disciplina conflitos. Com um discurso carregado de intenções, constitui verdades, ao incorporar e promover práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, produz e divulga saberes que homogeneizam, modelam e disciplinam seu público-leitor (BASTOS, 2002, p.152).

⁴ Parte destes jornais e revistas foi pesquisada em microfiches no Núcleo de Documentação e Informação de História Regional - NDIHR – UFMT, e outras foram objetos de análise no Arquivo Público de Mato Grosso.

Através das mensagens dos governadores Fernando Corrêa da Costa - 1954 - 1959, João Ponce de Arruda - 1956 -, Fernando Corrêa da Costa - 1962 - (1965) se observa a política de colonização em Mato Grosso.

Representam também, objeto de análise, os censos demográficos de 1960 e 1970, consultados na biblioteca do IBGE em Cuiabá. A partir destes, percebemos os deslocamentos populacionais e as configurações sociais que vão sendo tecidas no território mato-grossense.

No interior da escola nos deparamos com os arquivos escolares. E concordando com Maria Elisabeth Blanck Miguel (2007), enfrentamos inúmeros problemas em relação a estes arquivos, ocupando um tempo além do proposto.

Os estudos das instituições escolares por meio da documentação que registra suas histórias nem sempre está à disposição do pesquisador de forma organizada e em arquivos. Raramente a encontramos disponível para consultas. Na maior parte das vezes, a coleta, a seleção, recuperação e, finalmente, a organização das fontes demandam tempo; no entanto, constituem também uma das etapas do trabalho (MIGUEL, 2007, p.31).

No contato com arquivo escolar, foi necessário selecionar, higienizar, recuperar e organizar os documentos. O processo foi muito demorado. Parte dos documentos do acervo da Escola Estadual “29 de Novembro” não se encontra mais na escola e, segundo informações de funcionários, tais documentos foram armazenados em espaço não apropriado e, portanto, foram devorados por insetos. Entretanto, o acervo da Escola Estadual “Emanuel Pinheiro” encontra-se atualmente, depois do trabalho do pesquisador, arranjado e disponível à pesquisa.

As fontes analisadas no acervo da Escola Estadual “Emanuel Pinheiro” e da Escola Estadual “29 de Novembro” foram: legislação, livros de matrículas, livros ponto de professores, livros de notas bimestrais, livros de notas de recuperação, livros de reuniões, livros de visitas, livros/diários de classe, processos de autorização e reconhecimento das escolas, ofícios, mapas de movimento geral de professores, relatórios de atividades, relatórios de caixa-escolar, dentre outros documentos avulsos.

No APMT, os documentos escolares após os anos 60 do século XX, estão apenas higienizados, mas não arranjados. Foi necessário um trabalho de verificação documento a documento, para seleção e neste arquivo, foram verificados os seguintes documentos escolares no período de 1961 a 1968: livro protocolo, registros de portarias, livro de índices de escolas do município de Barra do Bugres, termos de compromissos de

professores, leis pra o concurso de 1959, despacho governamental, lei das normalistas, legislação em geral. Na análise sobre as caixas de documentos de 1963, 1964 e 1965 nada foi encontrado sobre o objeto de estudo proposto nesta pesquisa.

Quanto ao tempo cronológico expresso nos documentos, que às vezes não está no recorte da pesquisa, significa que alguns recuos ou avanços são necessários para uma melhor construção da narrativa.

Através do contato com a Paróquia de Tangará da Serra encontramos os registros paroquiais em bom estado de conservação. No Livro Tombo há quase que um registro diário das atividades desenvolvidas inicialmente pelo padre José Egberto Pereira e depois pelo pároco Edgar H. Mueller e outros padres que os substituíram. O primeiro livro teve seu registro inicial no bispado de Diamantino no dia 25 de janeiro de 1966 e tem seu último registro no dia 16 de maio de 1983. O livro registra um histórico da formação do povoado de Tangará da Serra, bem como, algumas atitudes do bispo na vida cotidiana da reitoria⁵ e posteriormente da paróquia.

O Livro Tombo embora com algumas falhas de registro (os padres não fizeram em alguns momentos registros diários), é fundamental para conhecermos algumas práticas da população católica de Tangará da Serra. Nesta fonte encontramos registros muito significativos sobre algumas práticas educativas realizadas nas escolas. O cotidiano das primeiras escolas de Tangará da Serra, como comemorações, palestras, passam pelo registro dos padres. Outra fonte paroquial singular é o Levantamento demográfico do P. José Aleixo Kunraht que visitou Tangará da Serra em 1966 a mando do bispo da Prelazia de Diamantino.⁶

Outro espaço visitado para a produção desta pesquisa é o Arquivo das Irmãs da Divina Providência⁷, um arquivo privado da congregação religiosa. Com a liberação, quase que irrestrita a esta pesquisa, após seleção documental, demos importância maior aos Livros de Crônicas das Irmãs da Divina Providência, das cidades de Arenápolis, Cuiabá, Nortelândia e Tangará da Serra, no período compreendido entre 1963 a 1976. A determinação do período é em virtude do tempo da chegada das irmãs em Mato Grosso

⁵ Reitoria é uma paróquia em formação.

⁶ O conhecimento do censo demográfico realizado pelo P. José Aleixo Kunraht foi possível devido às indicações registradas no Livro tomo da Reitoria de Nossa Senhora Aparecida, entre os dias 11 a 18 de outubro de 1966. É importante informar que os levantamentos demográficos analisados encontram-se no Arquivo da Missão Prelazia de Diamantino, na sede Regional de Mato Grosso I - Rua do Ouro, 64, Araés, Cuiabá - MT.

⁷ Este arquivo encontra-se localizado no bairro D. Aquino, na cidade de Cuiabá – MT.

(1963) e o momento em que a Ir. Osvalda Kroetz deixa a direção do Grupo Escolar Ataliba Antônio de Oliveira Neto (1975).

Nas crônicas as irmãs fazem registros anuais de suas atividades realizadas, bem como, algumas informações sobre o cotidiano da cidade de Tangará da Serra e também sobre as escolas, pois as irmãs foram primeiras diretoras dos dois primeiros grupos escolares de Tangará da Serra.

A legislação brasileira e mato-grossense no recorte tempo-espço da pesquisa representa objeto de análise em relação a questão investigada. A legislação é trabalhada tendo em vista seu momento de construção e sua eficácia na escola, atitude revelada ao analisarmos a cultura escolar. É necessário compreender as normas institucionais, porém é fundamental compreendermos como estas normas são elaboradas e o que a escola faz com elas, quais são suas apropriações.

Entretanto, é necessário destacar que o trabalho com as fontes escritas nos remete aos arquivos, espaços primordiais à aprendizagem do historiador, pois lá no arquivo, ao garimpar os papéis, busca respostas para suas questões, define uma intriga, enriquece suas informações, define cenários e constrói narrativa. O arquivo é um espaço que possibilita a criação e esta pode contribuir para a humanização.

Destacando que, “[...] o movimento da escrita do historiador não é um reflexo da pesquisa documental, mas uma escritura permeada pelos desafios e questões do presente, associados aos referenciais teóricos que dão suporte às suas análises” (MONTENEGRO, 2005, p. 22). Desta forma, realizamos o cruzamento das fontes escritas, orais e iconográficas para a produção da reconstrução da história das instituições escolares investigadas.

Já na antiguidade clássica Heródoto e Tucídides trabalhavam com a história do presente, ou seja, valorizavam os testemunhos oculares da história. Posteriormente no século XIX, quando a história surge como disciplina utilizando-se de regras e manuais para seu registro, esta história propõe um distanciamento entre passado e presente, ocupando-se apenas com o passado. Mesmo a nova história não processou o uso da história oral, a grande maioria dos historiadores filiados a esta nova historiografia produziram estudos sobre a Idade Média.

A partir dos anos oitenta do século XX, começa-se a fazer uma ampliação historiográfica, existe uma preocupação com a política, cultura, com a vida do passado recente.

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século xx, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2005, p.155).

As fontes orais nos permitem o trabalho com o tempo mais recente, são os testemunhos que convivem com os historiadores na feitura da história. Na perspectiva do registro da história das instituições educacionais, durante o período da colonização recente de Mato Grosso, foi fundamental o trabalho com a memória de pessoas que participaram e viveram aquele tempo. Pois, como afirma Pierre Nora (1993) memória é a vida.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 28).

A memória como um caminho constante de aprendizagem, mediada por tempos plurais, é movida no terreno da história, desta forma toda memória é social, nos permitindo conhecer algumas práticas sociais partilhadas pelos indivíduos. Para Chartier (2009, p.23) “[...] o testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e não é mais.”

Toda memória individual é social, é parte constitutiva da memória coletiva, aquela que revela acontecimentos vividos por um determinado grupo, como o grupo não é sempre igual e homogêneo a memória coletiva sempre está se redefinindo.

Meihy (1998) destaca algumas considerações sobre memória e história oral:

Memória social/coletiva abrange imagens e recorrências freqüentes nos discursos de uma coletividade (ou colônia), com uma comunidade de destino claramente definida.

Memória histórica é o conjunto de fontes materiais que se organizam como forma de indicação de alternativas analíticas que ainda não compuseram versões da história.

As fontes sempre são a base da história, portanto a memória é a base da história (MEIHY, 1998, p.75).

Em discussão sobre memória social, Gilmar Arruda (2000) escreve que a memória é muito mais que um conjunto de lembranças sobre determinado fato ou espaço, mas é um processo de luta em torno do que deve ou será guardado, registrando desta forma, as relações entre história e memória:

As relações entre história e memória possuiriam dois sentidos. Um positivo, na medida em que a produção dos historiadores ‘enriquece as representações possíveis da memória coletiva, fornece símbolos, conceitos instrumentos rigorosos para que a sociedade pense a si mesma em relação ao seu passado’. O outro sentido, negativo, pois estabelece uma relação de destruição da memória coletiva, ‘atacando seus princípios seus pressupostos, seus símbolos’ (ARRUDA, 2000, p.54, grifo do autor).

As lembranças armazenadas em fitas cassetes para a produção desta pesquisa são de pessoas que estabeleceram contato com as escolas em análise, durante o primeiro fluxo migratório para a região sudoeste de Mato Grosso (1960 a 1979). No momento em que as entrevistas são internalizadas nesta tese, leva-se em conta que:

Pensadas metaforicamente, as entrevistas são painéis pintados coletivamente, através do diálogo entre entrevistador e entrevistado. No entanto, ao se tornarem públicas, não revelam o processo de construção. Trazem, sim, os contornos, as imagens, os acontecimentos, as emoções, os desafios, os sonhos, os desejos realizados ou não, as vitórias e algumas vezes as derrotas que o entrevistado (a) seletivamente organiza para dizer do que se fez e como fez da e na sua própria vida (MONTENEGRO, 2005, p.21).

Os colaboradores são as pessoas que no período de 1964 a 1976 tiveram contato com as instituições de ensino analisadas: professores, diretoras, alunos, funcionários administrativos, merendeiras, contínuas e outras pessoas de Tangará da Serra que por algum motivo estiveram relacionadas à educação escolar, ou a alguém que esteve diretamente envolvido com a escolarização. A colônia (MEIHY, 1998) de colaboradores, que está ligada a *Migração e Escolarização*, foi formada por pessoas vinculadas diretamente à empresa responsável pela colonização de Tangará da Serra, a Sociedade Imobiliária Tupã para a Agricultura - SITA, padres e freiras ligados à Igreja e por pessoas que estavam diretamente ligadas à escola, como: professores, diretores, secretárias, serventes, alunos. E também, por agentes que tiveram uma participação ou articulação para que ações educacionais ocorressem, dentre estes estão: pais de ex-alunos, parentes de professores, políticos e outras pessoas da comunidade.

Na trilha da escrita da história das instituições educacionais, faço uso das fontes iconográficas. O uso de imagens está presente nos trabalhos de história, ora como aspecto ilustrativo, ora a partir de uma análise iconográfica e iconológica. Quando a imagem aparece apenas como uma “prova” documental, que pretende dar um pouco de visibilidade sobre o que o autor está discutindo, configura-se então apenas como um uso ilustrativo. Porém, quando a imagem é objeto de uma análise densa em aspectos pré-iconográficos,

iconográfico e iconológico, ela deixa de ser apenas objeto de simples visualização e passa a ser fonte histórica.

Na análise pré-iconográfica elabora-se uma descrição dos elementos essenciais que aparecem na imagem. Quando se realiza um aprofundamento da descrição, fazendo uma análise mais complexa dos elementos visíveis então se procede ao trabalho iconográfico, porém quando se busca entender a imagem dentro de uma época específica, a imagem e seu tempo histórico, desta forma a análise parte para o campo iconológico.

Ao pensarmos um trabalho com fotografia, por exemplo, é fundamental entendermos que a imagem é limitada pela tecnologia de cada época. Também podemos submetê-la a alguns questionamentos como: O que somos capazes de ver na fotografia? O que o fotógrafo viu? O que as pessoas que estão na imagem queriam que fosse visto? Além de muitas outras questões de ordem técnica e histórica que devemos aplicar à fonte analisada.

Ao estudar as escolas desta região de colonização privada de Mato Grosso, nos deparamos com algumas fotografias, em geral de acervos privados. Estas imagens são reveladoras de muitas práticas educativas. Portanto, levo ao leitor, no decorrer da leitura dos capítulos, algumas análises de fontes iconográficas, para isso foram selecionadas imagens relacionadas ao universo escolar, como: a arquitetura escolar, mobiliário, atividades cívicas, festas de professores e professores em espaços da cidade.

Quaisquer que sejam os conteúdos das imagens devemos considerá-las sempre como fontes históricas de abrangência multidisciplinar. Fontes de informação decisivas para seu respectivo emprego nas diferentes vertentes de investigação histórica, além, obviamente, da própria história da fotografia. As imagens fotográficas, entretanto, não se esgotam em si mesmas, pelo contrário, elas são apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado. Elas nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência (KOSSOY, 2000, p.21).

As fontes iconográficas apresentadas e outras incorporadas ao texto da tese, passam por classificação e posteriormente, análise. Tais fontes estão presentes nos acervos da Escola Estadual “29 de Novembro”, da Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”, no Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação de Tangará da Serra e nos álbuns fotográficos das Irmãs da Divina Providência, disponíveis no Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral de Tangará da Serra – NUDHEO-TS, porém a sua maioria provém de acervos particulares.

Sobre as fontes sempre é lançado um olhar investigativo. O documento é algo que nos remete a inúmeras configurações de tempo, de sociedade, de poder e de mentalidade, porém o mesmo não é pensado nesta pesquisa como “prova real”, mas como uma representação de quem elaborou.

Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu. Uma carta pastoral de um bispo, por exemplo, é a opinião do próprio autor, mas profundamente inserido em um panorama ideológico da Igreja daquele momento e daquele local. A interação do bispo com sua comunidade, e com os outros membros do clero, dará um tom muito específico a essa carta, e deve ser considerada (BACELLAR, 2005, p.63).

Tenho como pretensão destacar o cruzamento de fontes escritas, orais e iconográficas, permitindo um diálogo mais construtivo na busca das representações feitas pelos agentes que estiveram presentes no mesmo tempo e no mesmo espaço durante a institucionalização das escolas em Tangará da Serra, durante o período da ditadura militar brasileira.

À construção desta investigação segue a proposta de redução de escala do objeto em uma análise micro histórica, conforme Levi (1992) sem perder a relação e a intensidade com o macro. Desta forma, mesmo separado em partes e capítulos, este texto sincroniza o micro (instituições escolares) com o macro (escolarização e migração no Brasil durante a ditadura militar).

Desta feita, a tese é realizada em duas partes e sete capítulos. A primeira parte intitulada “Colonização, cidade e escolarização em Tangará da Serra” analisa a colonização de Tangará da Serra em sintonia com a política fundiária mato-grossense e brasileira, o planejamento urbano da cidade e sua ocupação, bem como, o surgimento das duas primeiras escolas em Tangará da Serra, na modalidade de escola rural mista primária. Assim como, a relação entre igreja e instituições escolares, em específico o papel das Irmãs da Divina Providência em Mato Grosso e em Tangará da Serra no contexto da escolarização na história recente.

Esta primeira parte está dividida em três capítulos. O capítulo, “A colonização privada de Tangará da Serra – MT” apresenta um retrato da colonização privada de Tangará da Serra; o papel específico da colonizadora responsável pelo empreendimento imobiliário; a configuração da cidade, seu projeto urbanístico; a presença da escola nesta organização planejada do espaço; descreve também, rapidamente, aspectos da vida cotidiana de uma cidade em formação; como o movimento migratório, foi construído a

partir de dados censitários e pesquisas já consolidadas sobre a migração em Mato Grosso; e, apresenta os motivos do fluxo populacional na busca da fronteira agrícola mato-grossense.

O segundo capítulo, *o início da escolarização em Tangará da Serra – MT*, destaca a escolarização em Tangará da Serra no período de 1964 a 1976. O capítulo é dividido em dois itens, o primeiro trata da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra. Sua reconstrução é pautada na análise das categorias *espaço, tempo, aluno e professor*. A identidade desta instituição é construída, quando estabelecemos as relações entre o micro, as categorias de análise, e o macro, a migração e a colonização. Com o mesmo objetivo, é estruturado o outro item sobre a Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio”. A pesquisa sobre esta instituição também é uma contribuição para a historiografia da escola rural brasileira, nos anos sessenta do século XX, e para a reconstrução da escolarização de Mato Grosso, tão carente de estudos e pesquisas, sobre a educação vivenciada pelo homem do universo rural.

O último capítulo, da primeira parte, constitui uma abordagem macro, sobre a relação da igreja e as instituições escolares. A ênfase é nas ações das Irmãs da Congregação da Divina Providência e nas histórias de vida das irmãs Myriam Hansel e Osvalda Kroetz, enquanto diretoras de instituições públicas de ensino em regiões de colonização recente em Mato Grosso.

A segunda parte da pesquisa, “Escolas Reunidas, Grupos Escolares e Ginásio Estadual”, tem por objetivo o registro da cultura escolar das instituições: Escolas Reunidas de Tangará da Serra, Grupo Escolar de Tangará da Serra, Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” e Ginásio Estadual de Tangará da Serra. Este segundo momento da tese é dividido em quatro capítulos. No quarto capítulo, a construção textual, apóia-se na análise das categorias: *espaço, tempo, aluno e professor*, reconstruindo a identidade das Escolas Reunidas de Tangará da Serra.

No capítulo quinto, a investigação, ainda sobre as mesmas categorias abordadas anteriormente, se faz pela análise da institucionalização da escolarização em Tangará da Serra, através das práticas educativas realizadas no Grupo Escolar de Tangará da Serra. Utilizando a mesma metodologia, no capítulo sexto, as categorias em análise constituem a história da educação do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”.

Finalizando a segunda parte, o último capítulo, intitulado o “Ginásio Estadual de Tangará da Serra”, destaca a estrutura do ensino médio (ginasial) e depois, 5ª a 8ª séries do

Ensino de 1º Grau, portanto, alguns aspectos dos primeiros anos do funcionamento da Habilitação para o Magistério, na Escola Estadual de I e II Graus de Tangará da Serra.

Ao término de cada parte, estão as considerações parciais, com o propósito de síntese sobre a construção e análise do objeto investigado. Apêndices e anexos, também compõem o corpus pós-textual desta tese.

Escrever sobre a “Migração e Escolaridade” em regiões de colonização e história do passado recente, é encontrar-se com os testemunhos vivos, nas praças, nas esquinas, nas ruas e *nas escolas*. O documento emerge, pois sempre alguém tem uma fotografia em seu baú, ou um caderno escolar entre seus pertences, ou uma história para contar. Diante disso, é preciso descobrir os nexos, conforme salienta Justino Magalhães (2004). Mas, contudo, é prazeroso, pois “não há instituição escolar ou educativa que não mereça ser objeto de pesquisa histórica” (SANFELICE, 2007, p.79).

PARTE I

COLONIZAÇÃO, CIDADE E ESCOLARIZAÇÃO EM TANGARÁ DA SERRA – MT



Figura 3 - Crianças na Avenida Brasil - 1966

FONTE: Acervo privado de Ivone Paternez Gonçalves

Tudo era a escola!
Prof^ª. Ivone Paternez Gonçalves

A história de Mato Grosso pode ser pensada em dois tempos históricos distintos, porém sincrônicos. O primeiro é o tempo da mineração e das extrações vegetais (poaia⁸, borracha e erva-mate), que teve início no período colonial com os achados auríferos chegando até o governo de Getúlio Vargas com o estabelecimento do projeto nacional de ocupação do Centro-Oeste, denominado de Marcha para o Oeste. Neste período, houve a concentração da vida urbana e rural, especialmente na região que se denomina “baixada cuiabana”, espaços ao longo do Rio Cuiabá e também regiões do atual Mato Grosso do Sul devido à extração da erva-mate e do porto de Corumbá, um dos locais em que a máquina administrativa e econômica era muito operante. Destacam-se também outros espaços de mineração ao sul de Mato Grosso.

O segundo tempo, objeto do estudo proposto, iniciou com a Marcha para Oeste, em 1939, durante o governo de Getúlio Vargas e intensificou-se a partir de 1960 quando Mato Grosso transformou-se na grande fronteira agrícola que recebeu excedentes populacionais expulsos pela economia rural de outros estados da federação. De 1960 até 1985, a população de Mato Grosso aumentou significativamente. Este aumento também se relacionou aos programas e projetos coordenados pela Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e por outros projetos coordenados pelas Secretarias do Governo Estadual ou então, diretamente ligados ao Governo Federal. Famílias inteiras dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e de outros da região Nordeste do Brasil buscaram um futuro melhor para seus filhos migrando para Mato Grosso, ocupando terras dantes só conhecidas por diferentes povos indígenas.

O município de Tangará da Serra, localizado na região sudoeste de Mato Grosso, território tradicional do povo indígena Paresí, foi reocupado⁹ pelos não-índios a partir do início dos anos 60 do século XX.

Esta reocupação do espaço de Tangará da Serra ocorreu através de um projeto de colonização privada do território rural e urbano, por uma empresa colonizadora denominada Sociedade Imobiliária Comercial Tupã para Agricultura – SITA. Em Mato Grosso as práticas da colonização privada das terras, principalmente do sudoeste e norte do

⁸ A poaia (*Cephaeles Ipecacuanha*) é uma planta medicinal. Desta planta aproveita-se apenas a raiz, que tem em média 20 a 30 cm, e que é utilizada pela indústria farmacêutica principalmente para doenças pulmonares.

⁹ O uso do prefixo re é necessário para deixar evidente que, quando não-índios ocuparam as terras da região do Tapirapuã, elas não se constituíam em espaços vazios, mas já eram habitadas ou perambuladas pelos povos indígenas, neste caso, em particular os Paresí. O município de Tangará da Serra pertencia ao município de Barra do Bugres, cidade cortada pelo Rio Paraguai que teve sua origem devido à extração da poaia, planta medicinal da qual se extrai alcalóides de suas raízes.

Estado, têm sido objeto de alguns estudos. Sobre a colonização recente, aqui entendida como colonização efetivada em Mato Grosso a partir do movimento de expansão da fronteira agrícola que ocorreu nos anos 60 do século XX, podemos verificar as seguintes obras de: Carlos Edinei de Oliveira (2004), Edison Antônio de Souza (2001), Eudson de Castro Ferreira (1984), Gislaine Moreno (1993), João Carlos Barrozo (2008), João Mariano de Oliveira (1983), Lígia Osório Silva (1996), Luís R. Cardoso de Oliveira (1981), Regina Beatriz Guimarães Neto (2002), Regiane Cristina Custódio (2005) e Sueli P. Castro et al (2002), dentre outras.

A reocupação de Tangará da Serra começou a ocorrer no início dos anos 60, porém a intensificação da corrente migratória se deu nos anos 70. As primeiras famílias que requadrificaram o espaço são procedentes de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e de alguns Estados do Nordeste do Brasil, porém foi de Minas Gerais o maior fluxo populacional para Tangará da Serra, nos primeiros dez anos de colonização privada. E este movimento migratório se deu em grande parte no fenômeno da migração rural-rural (OLIVEIRA, 2004).

A região sudoeste de Mato Grosso, no caso o atual município de Tangará da Serra, espaço de fronteira não apenas devido à proximidade com a Bolívia, mas espaço de fronteira étnica, ocupada por povos Paresí¹⁰, recebeu um grande contingente populacional a partir de 1960.

A ocupação, em específico de Tangará da Serra, deu-se em virtude da propaganda ligada à fertilidade do solo para o plantio do café. O processo de migração rural-rural intensificou o movimento de famílias para a formação de várias cidades de Mato Grosso.

Homens e mulheres migraram em busca de um espaço melhor para viver, colocando na bagagem a promessa de um futuro próspero para seus filhos. Porém a responsabilidade da infra-estrutura destas novas regiões estava a cargo das colonizadoras privadas responsáveis pela venda de lotes urbanos e rurais, que em sua maioria não cumpriam os contratos estabelecidos com o Departamento de Terras e Colonização – DTC órgão do governo do Estado. A exemplo, podemos citar a mensagem do governador Fernando Corrêa da Costa no ano de 1955, sobre os contratos que as empresas

¹⁰ Conforme COSTA (1985, p.52): “Os chamados Paresí se auto denominam *Halíti*. O termo pode ser traduzido tanto como ‘gente’ numa referência explícita ao gênero humano em oposição aos animais, quanto como ‘povo’ para indicar uma identidade exclusiva do grupo.” Para SOUZA (1997, p.29) “Eles se auto denominam Haliti, que em português quer dizer “gente”. “Gente como eles”. Enquanto expressão da identidade particular do grupo Haliti, também é um palavra em oposição a Waikwakoré, atualmente usada para designar os outros povos indígenas.”

colonizadoras deveriam fazer: “Colocar nas terras os colonos que virão povoar, e dotá-las de meios de comunicações, de medi-las, de marcá-las, loteá-las, de saneá-las e assistir aos colonos que nelas se fixarem” (NDIHR, Rolo 9. Doc.118-122).

Não cumprindo o contrato, as colonizadoras deixavam os migrantes recém chegados à própria sorte, estes, porém se organizavam em regimes de mutirão para resolver alguns problemas de ordem estrutural como construção de estradas, pontes e também escolas.

Segundo relatos orais, as famílias que chegaram em Tangará da Serra nos anos 60 do século XX começaram a mobilização para que seus filhos pudessem estudar, surgindo, assim, a primeira escola na localidade urbana, porém reconhecida oficialmente como rural – “Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra” – criada em 04 de setembro de 1964.¹¹ Paralela a esta escola foi criada em 1965 uma escola rural denominada Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio”.¹²

As escolas eram construídas com o material que existia, pau-a-pique ou madeira serrada. Após a construção da escola havia a necessidade de se conseguir professor. Para exercer esta função verificava se alguém na comunidade, onde existia a escola, possuía um grau de escolaridade mais elevado, desse modo, geralmente os professores eram leigos que possuíam até a 4ª série do ensino primário mas que lecionariam para esta mesma série.

O texto que segue, configurando os escritos sobre “Colonização, cidade e escolarização em Tangará da Serra - MT” analisará a formação da colonização privada em Tangará da Serra, a organização da cidade e o movimento migratório, resultando assim na “invenção” das duas primeiras escolas de Tangará da Serra, a Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra e a Escola Rural Mista “Santo Antônio”.

¹¹ Conforme registro no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 11 de setembro de 1964, p.4. Decreto n. 813 de 4 de setembro de 1964.

¹² Conforme Ata de Instalação da Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio” de 18 de junho de 1965.

1. A COLONIZAÇÃO PRIVADA DE TANGARÁ DA SERRA – MT

Os picadeiros¹³, no final dos anos cinquenta do século XX, nos campos do Tapirapuã¹⁴, continuavam a política getulista da Marcha para Oeste, demarcando territórios para inseri-los no mercado capitalista nacional, de acordo com o que estabelecia o Estado Novo, usando a estratégia destacada por Lenharo (1986, p.14):

[...] os desdobramentos da proclamação permitiram-me perceber como foi sendo articulada a política geral de colonização do Estado Novo, estrategicamente centrada sobre a criação de colônias agrícolas nacionais no interior do país, nas áreas ditas “vazias”. Tal política foi sendo implantada simultaneamente à manutenção de alianças com os grandes proprietários de terras que não foram ofertados diretamente pelas obrigações trabalhistas aplicadas nas cidades.

Os picadeiros que ultrapassaram a Serra do Tapirapuã, cartografando o cerrado e as matas ciliares dos inúmeros córregos que compõem a bacia do Paraguai, efetivavam a política fundiária mato-grossense desenvolvida pelos Serviços Estaduais de Terra e Colonização, formado pelo Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.) e pela Comissão de Planejamento da Produção (C.P.P.).

Conforme Moreno (1993), o Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.) foi criado em 1946 em substituição à Diretoria de Terras e Obras Públicas, criada em 1902, tendo como principais atribuições a regularização fundiária do Estado, a orientação técnica aos órgãos subordinados, a legalização de propriedades e explorações rurais e o estabelecimento de regras para a imigração e colonização de Mato Grosso. Este órgão de terras que sempre apresentou instalações físicas precárias e problemas de recursos humanos nunca teve sua estrutura funcionando regularmente. Moreno registra que, em 1948, foi regulamentada a Comissão de Planejamento da Produção (C.P.P.), criada para gerar as condições básicas para o funcionamento do Banco Agrícola de Mato Grosso, futuro Banco do Estado de Mato Grosso – (BEMAT). A C.P.P., subordinada diretamente ao governador do Estado, funcionava como verdadeira secretaria de Estado. Esta comissão tinha como funções a fundação, a organização, a fiscalização das colônias e a assistência técnica a todos os ramos da produção agrícola, preferencialmente às sociedades cooperativas. As atividades da C.P.P. eram financiadas pelo recém-criado “Fundo de

¹³ Picadeiros eram homens que abriam picadas nas matas, identificando e demarcando os espaços que seriam posteriormente ocupados pelos proprietários de glebas e ou colonizadoras.

¹⁴ Os campos do Tapirapuã é o espaço físico em que se encontra atualmente o município de Tangará da Serra. A Serra do Tapirapuã é um extenso planalto basáltico, rocha vulcânica, entalhada no interior da bacia do rio Sepotuba, afluente do rio Paraguai, cuja altitude média atinge, aproximadamente, 500 metros, servindo de limite, embora contestado, entre os municípios de Tangará da Serra e Nova Olímpia – MT.

Planejamento da Produção”, com base em diversas taxações: taxas de colonização e taxa de publicidade dos processos sobre terras, além de créditos concedidos pela União.

A duplicidade de funções entre a C.P.P. e o D.T.C. concorreu para o surgimento de conflitos entre as administrações, gerando prejuízos para o empreendimento. Estes órgãos funcionaram juntos até o final da década de sessenta. Na década anterior, várias denúncias de corrupção e desorganização foram dirigidas contra o D.T.C. As deficiências organizacionais e técnico-administrativas do D.T.C. e a absoluta falta de controle do processo de regularização das terras estaduais serviram ao complicado jogo de interesses, onde objetivos econômicos e partidários comandavam a desenfreada privatização das terras públicas.

Devido a denúncias de corrupção e irregularidades, o Departamento de Terras foi fechado em diversas administrações. Em 1951, 1956 e 1961, as suspensões foram temporárias e os serviços internos não foram paralisados. Em 1966, as transações fraudulentas de terras escapavam a qualquer tipo de controle. O volume de irregularidades e de corrupção atingiu níveis extraordinários. O governador Pedro Pedrossian, para acabar com as negociatas indiscriminadas de terras, fechou o D.T.C., desta vez, por 12 anos. A C.P.P. continuou funcionando e sendo responsável pela continuidade do programa de colonização, absorvida pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT), criada em 1966.¹⁵

As terras do planalto do Tapirapuã, recortadas e medidas pelos picadeiros, configuram-se na política do Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.), pois o município de Tangará da Serra, emancipado pela Lei 5.687, de 13 de maio de 1976, formou seu território por desmembramento dos municípios de Barra do Bugres e Diamantino.

1.1 A Colonizadora - Sociedade Imobiliária de Tupã para a Agricultura Ltda – SITA

Um documento necessário para pensarmos a cartografia do espaço que forma o município de Tangará da Serra é a *Planta Cadastral de Barra do Bugres - Arenópolis, Cáceres* (SILVA, 1960), onde estão mapeadas todas as glebas de terras de Tangará da Serra. Estas glebas somam 54 e, em sua maioria, foram concedidas à descendentes de

¹⁵ As informações contidas nestes três últimos parágrafos, poderão ser observadas e acompanhadas com detalhes da Legislação em Moreno (1993), capítulo 4.

japoneses dos Estados de São Paulo e do Paraná, sobretudo do município paranaense de Londrina; são quase retangulares e começam na Serra do Tapirapuã e são recortadas até o Sepotuba.¹⁶

Dentre as glebas identificadas no mapa, não foi possível encontrar referência completa de algumas, dado o estado de deterioração do documento. Das 54 glebas identificadas, em sete não identificamos os seus nomes, em três não aparecem os nomes dos proprietários e em onze as áreas de terras estão ausentes ou incompletas.

Ao verificarmos os nomes dos proprietários, percebe-se que 30 dos identificados têm sobrenomes de origem japonesa, incorporando uma área de terras de 184.531 hectares, em uma área total registrada de 344.738 hectares. Várias glebas de terras foram concedidas aos “descendentes” de japoneses. Entretanto, a posse da terra não foi efetivada por eles, pois efetuaram a venda dos seus títulos.

O gráfico que segue apresenta a divisão da área de terras entre proprietários japoneses e outros, identificadas na Planta Cadastral de Barra do Bugres, Arenápolis e Cáceres, que corresponde ao atual município de Tangará da Serra:

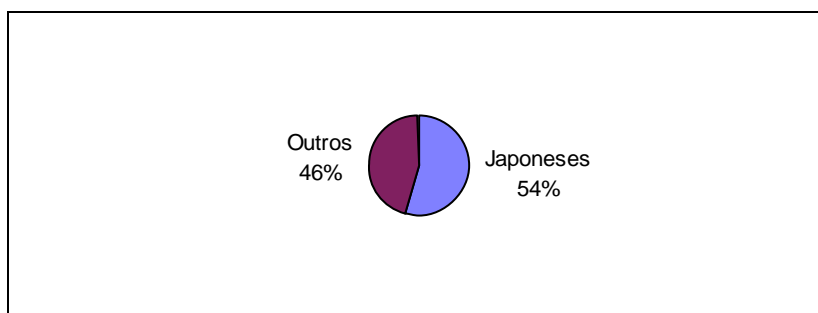


Figura 4 - Divisão das Glebas entre proprietários

FONTE: SILVA, Darwin Monteiro da. *Planta cadastral de Barra do Bugres, Arenápolis e Cáceres*. Cuiabá, 1960. 1 mapa, n.º 226; Escala 1: 250. Manuscrito.

Com rara exceção, todas as glebas têm o recorte retangular, sendo o rio Sepotuba divisor de glebas da Serra do Tapirapuã e da Chapada dos Parecis. Para além de sua margem direita, iniciam-se as glebas que avançam para a Chapada dos Parecis. Um picadeiro, que realizava trabalho de agrimensor, afirmou em entrevista que, na época, isso era necessário, pois mata ciliar era sinônimo de terra fértil. Para Monbeig (1998, p.214), a divisão das glebas indica rumos ao povoamento e esboça a ordem que fazendeiros e sitiantes irão estabelecer.

¹⁶ Veja-se o mapa e o quadro a seguir.

Tabela 2 - Divisão das glebas de terras em 1960, que corresponde ao município de Tangará da Serra – MT

N.º	Nome da Gleba	Proprietário	Área em hectares
01	Pratinha	Kazoi Fuzioka	n.c.
02	Pitangas	Massanori Hiroke	4.952
03	Recanto Alegre	Sadaychi Missano	4.952
04	Cantagalo	Tsunekiti Yonegura	8.806
05	Amor	Shrio Okoyama	5.473
06	Progresso	Tóquio Koyke	5.193
07	Boa Vista	Osamu Koyke	5.157
08	Paraíso	Ana Augusta Mota	7.014
09	Assay	Suma Koyke	n.c.
10	Palmital	Shiguarú Kawamura	6.619
11	Bandeirante	Tomae Kimoto	5.408
12	Boa Esperança	Yoshio Kimoto	n.c.
13	Juntinho	Tokinobu Kaike	6.020
14	Santa Fé	Euclides Borges Leal	5.860
15	Esmeraldo	Ichizo Yamaneka ou T. Kussamo	n.c.
16	n.c.	Evandro Floriano Almeida	4.580
17	S. Salvador	Miyo Fujita e Josako Ikeda	6.281
18	S. Paulino	Sussumo Nakamura	6.220
19	S. Cândida	Cândido Borges Leal	n.c.
20	Lote Lunardélli	n.c.	n.c.
21	n.c.	Maria Vitória Garcatte	9.860
22	Aurora	Maria Áurea Adrien	n.c.
23	Sesmaria Tapirapuã	n.c.	22.620
24	Pilão Deitado Tapirapuã	n.c.	3.397
25	n.c.	Maria C. M. Lisboa	6.30?
26	Capricho	Maria Ignês França Adad	7.109
27	Conceição	Luiz V. dos Reis	9.780
28	Triângulo	Maria Barbosa	9. ???
29	São Gonçalo	Gonçalo G. Souza	9.594
30	Passatempo	Mária W.	n.c.
31	Quilombo	Akira Kamuyama	9.744
32	Jaú	Jiro Abe	7.475
33	Jangada	Tosimi Ueyama	7.950
34	Oriente	Tokita Tokikawa Fujji	8.817
35	Brotas	Linda Takichima	8.519
36	Vila Bela	Nassaharu Watanabe	6.069
37	Prateado	Mário Watanabe	9.144
38	Passa Três	Watanabe	9.265
39	Ouro Verde	Sanae Ueda	6.882
40	Ouro Preto	Missuko Ikeda	8.361
41	Tangará	Makáo Massanobú	9.020
42	Serra Azul	Nakáo Massaro	9.207
43	Alvorada	K. Kimoto	n.c.
44	n.c.	Fernando do Carmo Lisboa	7.158
45	Uval	Alice de Jesus	8.755
46	Vera Cruz	Haruo Nakao	9.134
47	Barra Mansa	Eika Fujissawa Yoroka	8.298
48	Nobreza	Fujiwara Nabuaki	9.040
49	Bonito	Francisco Alves Carneiro	8.854
50	Mata Formosa	Amélia Adrien Carneiro	9.997
51	São Félix	Fidadelfo Zacarias Souza	9.900
52	n.c.	Antônio Stocco	9.789
53	n.c.	Antônio Ross	9.844
54	n.c.	Pedro Tricca	8.621

FONTE: SILVA, Darwin Monteiro da. *Planta Cadastral ...* Cuiabá, 1960. 1 mapa, n.º 226; Escala 1:250.

NOTA : Onde aparece n.c. não foi encontrada referência no mapa.

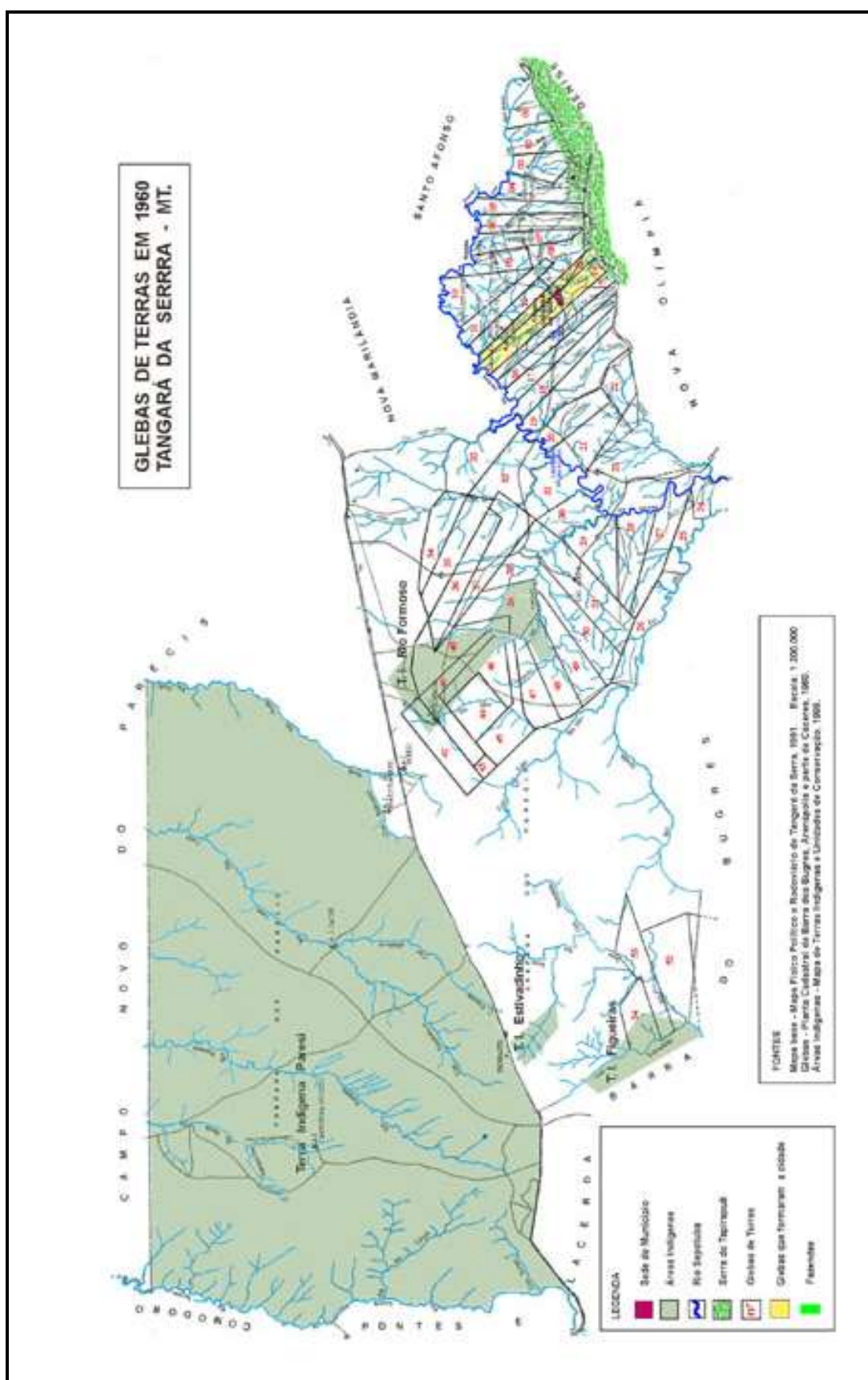


Figura 5 - Glebas de terras em 1960 - Tangará da Serra - MT

O mapa é pensado como artefato cultural, com os valores culturais da sociedade que o criou, procurando representar o que o futuro colonizador desejava, carregando as marcas do poder (ARRUDA, 2000, p. 138-159).

O acesso a estas terras, que permitiu a realização desta configuração no espaço, até então representado como sertão inóspito¹⁷, foi realizado através de propaganda de terras, especialmente pela imprensa, contribuindo para a corrida pela busca do solo fértil.

É comum encontrarmos, nos jornais e em revistas especializadas em agricultura da época, anúncios convidando pessoas a se tornarem fazendeiros em Mato Grosso e especificamente, na região de Barra do Bugres.¹⁸

Com a propaganda realizada pela colonizadora e pelo Estado de Mato Grosso para a ocupação das “terras devolutas”, o planalto do Tapirapuã foi novamente quadriculado em 1956. Kubo Sakuyoshi, agrimensurador, morador do Paraná, procurador de outros japoneses que conseguiram títulos de terras, foi para a região com o objetivo de conferir estas glebas em Mato Grosso.

Entretanto, uma das glebas presentes no mapa cartográfico não existia de fato, mas o seu proprietário, um japonês residente no Paraná, já havia vendido seu título para terceiros que vieram para ocupar a gleba. Não existindo a gleba efetivamente, a posse foi efetuada pelos novos compradores, no limite entre duas outras glebas. Percebendo esta situação, Kubo Sakuyoshi, representando os interesses dos proprietários das “glebas invadidas”, solicitou a saída dos “invasores” das terras o que gerou alguns conflitos. Após estes conflitos, em uma emboscada depois do distrito de Nova Olímpia, a caminho de Barra do Bugres, Kubo Sakuyoshi foi assassinado.¹⁹

Talvez por este fato, os colonos japoneses venderam suas terras em um curto período de tempo. O que aconteceu com Kubo Sakuyoshi estava ligado ao comércio fundiário mato-grossense na década de cinquenta, conforme destacou o João Mariano de Oliveira:

¹⁷ ARRUDA (2000, p.176) afirma que: “[...] sertão é uma descrição da natureza, uma paisagem, ou muitas paisagens com o mesmo nome. A utilização do termo é bastante antiga, mas não é uma palavra brasileira. Suas origens remontam ao período medieval português e é encontrado na África. Em Portugal, estaria ligado à região de terras secas, pouco férteis e despovoadas. O que interessa é que ela serviu e serve para designar diversas realidades físicas e assumiu, na cultura brasileira, um enorme significado” Também podemos conferir esta discussão em GALETTI (2000, parte II).

¹⁸ Devemos destacar em especial a revista Brasil-Oeste que tinha distribuição gratuita aos responsáveis pela produção da lavoura e da pecuária, aos agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas, às entidades representativas das atividades agropastoris e às empresas diretamente vinculadas à produção agropecuária.

¹⁹ Estas considerações sobre a vida de Kubo Sakuyoshi estão presentes na memória de alguns entrevistados e especialmente na de seu filho Uraci Maciel Sakuyoshi.

Embora não conste nenhuma colônia agrícola federal no Estado, tem-se que essas terras ficaram sob a gerência do Departamento de Terras e Colonização do Estado, que se pôs a vendê-la indiscriminadamente, no Estado e fora dele. É assim que em 1953 tem-se em Mato Grosso a presença dos famosos beliches fundiários que se verificam especialmente, no município de Diamantino, particularmente, na área cortada pela BR 364 (Cuiabá - Porto Velho) envolvendo terras dos municípios de Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade (OLIVEIRA, 1983, p.56-57).

O caso de Kubo Sakuyoshi não foi o único conflito fundiário em Tangará da Serra, mas muitos outros aconteceram com a expansão dessa fronteira, entre fazendeiros e fazendeiros, fazendeiros e posseiros, fazendeiros e índios, proprietários e não-proprietários de terras, alguns persistindo até os dias de hoje. Uma revista de 1980, ao registrar as qualidades da microrregião do Alto Paraguai, à qual pertencia geograficamente o município de Tangará da Serra, representa assim o ambiente:

Tem problemas similares aos de outras regiões, como superposição de títulos de propriedade, concentração fundiária excessiva e especulação imobiliária, porém, em compensação, revela grande potencial agrícola, baixo índice de erosão ou irregularidades topográficas; de seus 28,421 km², apenas 8% são tidos como inaproveitáveis (PERFIL, 1980, p.111).

É fundamental observar a propaganda que o veículo de comunicação apresenta, colocando a questão dos beliches de terras²⁰, superáveis pela fertilidade do solo. Registramos, contudo, a permanência da violência no campo, como responsável também pelos movimentos populacionais destas regiões de fronteiras.

A violência, apesar de inibir alguns grupos, como dos japoneses, não impede o avanço da frente pioneira e nem da frente de expansão,²¹ e nem mesmo o embate entre elas, pois a violência é parte substancial deste processo:

Porém o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território. Ao coexistirem ambas na *situação de fronteira*, dão aos conflitos que ali se travam, entre grandes proprietários de terra e camponeses e entre civilizados, sobretudo grandes proprietários, e índios, a dimensão de conflitos por distintas concepções de destino. E, portanto, dimensão de conflitos por distintos projetos históricos ou, ao menos, por distintas versões e possibilidades do projeto histórico que possa existir na mediação da referida situação de fronteira é um ponto de referência privilegiado para a pesquisa sociológica porque encerra maior riqueza de possibilidades históricas do que outras situações sociais. Em grande parte porque mais do que o confronto entre grupos sociais com interesses conflitivos, agrega a esse conflito também o conflito entre historicidades desencontradas (MARTINS, 1997, p.182).

²⁰ Beliches de terra consiste na falsificação de vários títulos da mesma terra (gleba) e sua venda para compradores diversos, com objetivo de especular apenas o título da terra.

²¹ Os conceitos de frente pioneira e frente de expansão são abordados na perspectiva de Martins (1997, cap. 4). “A frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, [...]. A frente pioneira é também a situação espacial social que convida ou induz à modernização. Ela constitui ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas” (MARTINS, 1997, p.153). “E frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica” (MARTINS, 1997, p.153).

Parte da frente pioneira, principalmente a partir do ano de 1960, no ambiente em estudo, foi efetivada pela colonização privada da Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura Ltda (SITA).²²

Inicialmente, conforme Planta Cadastral, as glebas de terra que formaram a Colonizadora eram: Santa Fé, com 9.870,00 hectares e 3.045 m², de propriedade de Euclides Borges Leal; Juntinho com 6.020,00 hectares pertencendo a Tokinobú Kaike; Esmeraldo, de Ichizo Yamaneca ou T. Kussumo²³. Além destas glebas, muitas outras foram distribuídas pelo ambiente que hoje se denomina Tangará da Serra, reespecializadas, dinamicamente, conforme os interesses econômicos dos proprietários.

Está lavrado no Registro Geral de Imóveis do Cartório do Primeiro Ofício, segundo quadro a seguir, a seguinte evolução da gleba Santa Fé, uma das formadoras da SITA. É também nesta gleba que foi criado o loteamento urbano, dando origem à cidade de Tangará da Serra.

Tabela 3 - A Gleba Santa Fé e seus registros

Registro no Cartório	Data do Registro	Área em hectares	Transmitente	Adquirente	Título Definitivo ou escritura
Fls. 55 Livro 3-C N.º 1886	20/12/1955	5.860,00	Estado de Mato Grosso	Euclides Borges Leal	Título Expedido em 19/11/53
Fls. 62 Livro 3-C N.º 1913	20/01/1956	5.860,00	Euclides Borges Leal e sua esposa	Fabio Liserre Júlio Martinez Benevides Joaquim Oléa	Escritura L.º 81 - fls. 09 Cartório de Tupã - SP
Fls. 134 Livro 3-D N.º 3461	12/05/1959	1.115,00	Júlio Martinez Benevides e sua esposa	Fabio Liserre Joaquim Aderaldo de Souza	L.º 26 - fls. 70/70v em 26/12/1957 - Cartório de Tupã - SP
Fls. 265 Livro 3- D N.º 4004	13/04/1960	5.860,00, que, após revisão, passou a ter 9.870 e 3.045 metros	Euclides Borges Leal e Estado de Mato Grosso	Fabio Liserre Júlio Martinez Benevides Joaquim Oléa	Título definitivo expedido em 11/04/1960
Fls. 112 Livro 3-F N.º 5586	19/02/1964	847,00	Joaquim Aderaldo de Souza e sua esposa	CITA* - Companhia Imobiliária Tupã para Agricultura	L.º 124 - fls. 02 em 06/08/1959 Cartório de Tupã - SP.

FONTE: CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE ROSÁRIO OESTE - MT, Registro Geral de Imóveis. Rosário Oeste - MT - 05 de mar. 1991.

²² É necessário registrar que a CITA - Companhia Imobiliária Tupã para a Agricultura, passou a ser denominada depois do contrato registrado sob N.º 4, em 30 de janeiro de 1969, de SITA - Sociedade Imobiliária de Tupã para Agricultura Ltda., e conforme outros documentos do Cartório do Primeiro Ofício de Rosário Oeste - MT, datados de 1965 registra-se SITA - Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura.

²³ Não encontrei registro do tamanho desta gleba nem o primeiro nome do proprietário, apenas sua inicial T.

* Veja nota 15.

Sobre as glebas formadoras da SITA, o padre José Egberto, no livro Tombo da Reitoria Nossa Senhora Aparecida²⁴ (1967, p.06) fez as seguintes anotações:

Em 1953, o Sr. Júlio Martinez Benevides e o Sr. Joaquim Oléa, eles compraram do Sr. Cândido Borges Leal e filhos. Em 1954 Dr. Fabio Liserre comprou em comum mais áreas. Veio o Sr. Joaquim Aderaldo em 1954, mas não conseguiu localizá-las. Em 1955 o Sr. Joaquim Aderaldo veio com o engenheiro Domingos Lima e seu agrimensor Joaquim Lima. Desde da Barra do Bugres até aqui com camaradas e tropas, fazendo picadas até a cabeceira do córrego do Estaca e aí ficando dois anos. Onde foi feito o primeiro campo de aviação. Aí foi demarcado os lotes Santa Fé, Santa Cândida, Esmeralda e Juntinho.

Ao relatar sobre a propaganda realizada pelos corretores de terras no norte do Paraná ou na região da Alta Paulista em São Paulo, o senhor Wanderley Martinez (1991) membro da colonizadora SITA afirmou em entrevista:

*Não levam discursos, levam a idoneidade dos proprietários, falavam muito, por que nessa região da Alta Paulista, interior de São Paulo a gente era muito conhecido, todos os três, na região do Paraná também idem. Quer dizer que perguntavam de quem que é a firma a empresa, é de fulano e fulano, então não é problema (MARTINEZ, 1991).*²⁵

Na escrita sobre as bandeiras do século XIX e XX, Cassiano Ricardo (1970) destaca o espírito do bandeirante paulista na ocupação de “novas áreas” e, desta forma, podemos relacionar com a idoneidade que o colonizador relatou.

Cassiano Ricardo (1970) faz uma verdadeira apologia ao neobandeirantismo do século XIX e XX, destacando o paulista como o continuador destas aventuras de dominar ambientes, agora locais, para o plantio do café. Assim define o novo bandeirante:

[...] a palavra “bandeirante” toma um sentido mais amplo; é sinônimo de pioneiro, de sertanista, de “grande empreendedor”; é o que funda cidades, o que atende à voz do Oeste, o que toma parte em expedições para o interior do país, o que emigra de uma região para outra (de um foco de propulsão para outro, ou de atração), com qualquer um dos objetivos da bandeira (RICARDO, 1970, p. 562).

Identificando-se como dignos bandeirantes, paulistas, mineiros, paranaenses e nordestinos, migraram para Tangará da Serra, carregando consigo o emblema de fundador de cidades e o perfil de pioneiros, como escreve Monbeig (1998), ou na busca do ouro verde e outras vantagens que a terra parecia oferecer. Cassiano Ricardo (1970, p.563) também caracteriza como “paulista”, o goiano, o mineiro, o mato-grossense, o fluminense, o paranaense, o catarinense, o rio-grandense-do-sul, ou seja, todos aqueles que

²⁴ Reitoria é uma paróquia em formação.

²⁵ Os depoimentos serão destacados em itálico ao longo do texto.

contribuíram para a “integração nacional”, no fenômeno moderno que ele caracteriza como bandeirantes do século XX.

Nos anos sessenta do século XX, foram muitos os caminhões “pau-de-arara” que transportaram mudanças de várias famílias para Tangará da Serra. Iludidas ou não, estas famílias vieram individualmente ou em grupos de vizinhos, de amigos, de parentes ou de patrões e empregados, para habitar e construir suas vidas neste espaço de Mato Grosso.

Os caminhões de mudança transportavam, além de pessoas que tinham os corações divididos entre a saudade do lugar que deixavam e a vontade de vencer e melhorar seu futuro no lugar em que agora iriam estabelecer, alimentos para uma longa viagem em estradas de difícil acesso. Gatos, cachorros, cavalos, bois, vacas, galinhas, galos, patos, galinhas-d’angola, cabritos, eram comuns nos caminhões. Também eram trazidas mudas de plantas frutíferas e ornamentais, destinadas a ocupar, exoticamente, o novo espaço e a reconfigurar um ambiente preponderantemente de cerrado e de matas ciliares. Livros e materiais escolares dos lugares de origem estavam na bagagem, mesmo sem a certeza da existência de escolas.

As pessoas, por sua vez, como na *Arca de Noé*, se misturavam a uma fauna e flora do lugar de procedência, tentando transpor para sua nova moradia, elementos com os quais conviveu no passado. São estes elementos materiais do ambiente que ajudam a permanecer e atualizar as lembranças registradas na memória destes primeiros moradores de Tangará da Serra (OLIVEIRA, 2004).

Um farto caminhão de mudança poderia ser a garantia de vida em uma terra desconhecida. Essa era uma prática de famílias que, por gerações, corriam em busca da ventura e da fartura. Nem sempre as famílias, nos caminhões de mudança, sabiam onde iriam parar. Nem todos que migraram para Tangará da Serra já conheciam ou tinham estado no local para adquirir sua área de terra; nem todos que deslocaram para Tangará da Serra contavam com dinheiro para comprar um lote urbano ou rural; muitos foram como porcentageiros, meeiros²⁶ e ou como aventureiros em busca de serviços. A frase *crescer com o lugar* focaliza muitas memórias coletivas de pessoas.

²⁶ Segundo citações de COUTO (1999): “porcentageiro é o chefe de uma família que é remunerado com um percentual da produção de café. Geralmente é proprietário de parte dos instrumentos de trabalho e pode utilizar uma área da fazenda para a criação de animais e produção de alimentos. O porcentageiro passou a receber após o terceiro ou quarto ano da produção de café, um percentual da sua produção, que, predominantemente era de 60% para o proprietário da terra e 40% para o porcentageiro. O meeiro conceituado por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira *In*. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 2 ed., Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1998. p.1111., como ‘aquele que planta em terreno alheio, repartindo o resultado das plantações com o dono das terras’, da mesma forma que o porcentageiro tinha uma meação na produção do café na proporção da metade da colheita, destinando-se a outra parte ao proprietário.” p.14-5.

As primeiras famílias a estabelecerem residência em Tangará da Serra, segundo o livro Tombo da Reitoria de Nossa Senhora Aparecida, começaram a chegar a partir de julho de 1959. Das três famílias que chegaram inicialmente, duas delas dedicavam-se à lavoura e a terceira tinha, como líder, um farmacêutico prático, Erotides Rodrigues Machado, inicialmente considerado “médico do povo”; sua farmácia começou a funcionar em 13 de março de 1961, no entanto também se dedicava a uma pequena roça.

A partir de 1960, com intensificação dos trabalhos de propaganda realizados pela SITA, através de corretores e da divulgação em rádio no norte do Paraná, São Paulo e em Minas Gerais, várias famílias foram em busca da esperança, da grande colheita do café, do paraíso perdido. Em 1960, começaram a chegar várias famílias, sendo que as primeiras matas derrubadas e as primeiras plantações foram realizadas depois de julho de 1959.

Através do álbum intitulado, *Desbravadores Tangaraenses - A fé na terra* (SILVA, 1998), que apresenta 81 fotografias de homens e mulheres que estiveram ou residiram em Tangará da Serra desde 1956 até 1969, é possível conhecer nominalmente algumas destas pessoas e suas ocupações.²⁷

1.2 A configuração da cidade

As primeiras famílias, ao chegarem a Tangará da Serra, começaram a requadricular o espaço. Este ambiente foi projetado para ser uma cidade em 1962, em Tupã, cidade do Estado de São Paulo, pelo arquiteto Américo Carnevali e, posteriormente Belizário de Almeida realizou o serviço de agrimensura.

Depois que o local foi escolhido, a propaganda de terras foi realizada em São Paulo, no norte do Paraná e em Minas Gerais. O cerrado começou a dar lugar à cidade, com a chegada dos migrantes.

Quando os migrantes chegaram, encontraram uma cidade quadriculada no solo, com os espaços individuais já pré-estabelecidos, para garantir a disciplina da nova cidade.

Maria Beazóli, paulista, a primeira parteira em Tangará da Serra, menciona esse quadriculamento do espaço:

²⁷ Este álbum foi desenvolvido sob o patrocínio do comércio de Tangará da Serra - MT, inicialmente comercializado nas escolas de Tangará da Serra, onde o comprador, ao completar determinadas páginas com figuras, concorria a vários prêmios.

Tinha as picadinhas, os piquetes fincados nos quarteirão onde ia ser as construção, as coisa, o cemitério, as coisa, porque não tinha nada. Tinha um tal Benedito que era o gerente, gerenciar, não sei o que ele iria gerenciar, não tinha nada, só se fosse mosquito (sorriu), mas ele estava ali para dominar, finca um piquete aqui, finca outro ali. Onde era a quadra do cemitério ele explicou pra nós tudo. Ele falou a Cidade será aqui (BEAZÓLI, 1991, p.05).

A concepção de projeto urbanístico criado pelo arquiteto Américo Carnevali, apresenta uma cidade com traçado moderno, ruas largas, 168 quadras, cada uma com 16 lotes; destacam-se seis avenidas, centro cívico, locais para praças com áreas verdes, grupos escolares, cinema, mercado, hospital, clube recreativo, delegacia, rodoviária, posto de saúde, ginásio, estádio de futebol, aeroporto e horto florestal.²⁸

A nomenclatura original das avenidas destaca três eixos da Marcha para o Oeste, o migrante ideal, a construção de Brasília e a ocupação do Centro-Oeste. O povo migrante é representado pelas avenidas Paraná e São Paulo. O espaço a ser ocupado é destacado pelas avenidas Cuiabá e Mato Grosso e o desenvolvimento é representado pela Avenida Brasília. Todas essas avenidas caminham para outra maior, que corta a cidade ao meio, e só é interrompida pelo Centro Cívico, espaço em que os “poderes” se edificariam, mas que o ultrapassa, formando, então, a trajetória do movimento, a avenida Brasil.

De acordo com Américo Carnevali, quem deu nomes às avenidas foi o senhor Wanderley Martinez, dono da SITA, em homenagem aos Estados em que colonizadores moraram e também ao Estado onde o município de Tangará da Serra está localizado bem como a sua capital. As ruas não receberam nomes, pois o arquiteto preferiu numerá-las no projeto original e os nomes seriam colocados posteriormente, para homenagear os cidadãos que trabalhassem pela cidade (CARNEVALI, 2001a).

²⁸ Vide projeto arquitetônico na próxima página.

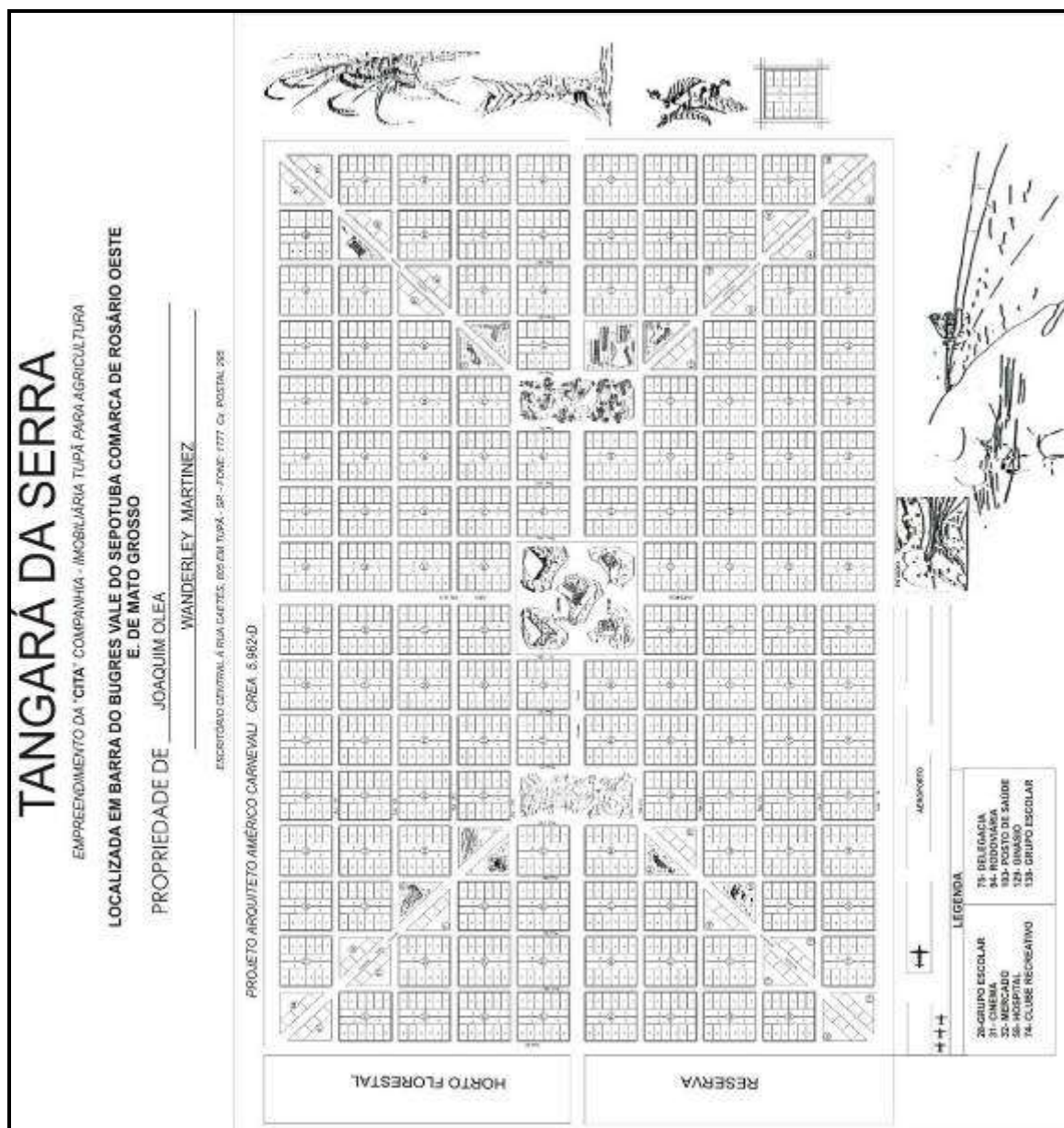


Figura 6 - Projeto Urbano de Tangará da Serra

Fonte: CARNEVALI, Américo. *Projeto Arquitetônico de Tangará da Serra*. Empreendimento da Cita - Companhia Imobiliária Tupã para Agricultura. [s.d.].

Quando idealizou o projeto para a cidade de Tangará da Serra, o arquiteto não conhecia o local, e a planta foi realizada tendo como base informações do proprietário. As informações eram de que o terreno era regular, plano e com pequeno desnível. Não havia grandes rios no espaço em que a cidade seria construída, apenas pequenos córregos nas partes mais baixas, próximas à cidade (CARNEVALI, 2001a).

No projeto urbanístico da cidade são evidentes alguns elementos que serviam como baluarte da representação feita pela colonizadora sobre o futuro do ambiente que estava à

venda. Nele, estavam em destaque algumas possíveis riquezas agrícolas que o solo poderia oferecer, tais com o arroz, a seringueira e o café.

A cidade foi edificada como marca de movimento, *de progresso, do resultado significativo* da Marcha para o Oeste, e o seu projeto ajudou a vender esta idéia:

Quanto aos desenhos de plantas existentes no projeto da cidade, (...) foram desenhados a pedido dos proprietários para dar mais ênfase aos vendedores a fim de mostrar aos possíveis compradores a excelência e fertilidade das terras. O sentido é puramente comercial impressionando aos adquirentes (CARNEVALI, 2001b, p.2).

A cidade arquitetada estava em movimento. Caminhões carregados de madeira deixavam o local levando riquezas, e a comunicação e transporte por meio de avião eliminava a idéia de isolamento.

A planta da cidade apresentava o modernismo urbanístico da década de sessenta, priorizando, como elemento central da cidade, o Centro Cívico, todavia, é perceptível na planta, uma cidade funcional, onde os lugares para os estabelecimentos públicos e ou privados de maior trânsito estavam em destaque.²⁹

A funcionalidade da cidade é uma característica das cidades brasileiras pós-guerra. Tangará da Serra foi projetada, apesar de todas as dificuldades em relação ao transporte e à comunicação. A Serra do Tapirapuã não foi obstáculo para a implantação de um projeto urbano no sudoeste de Mato Grosso. Mesmo que a colonizadora usasse mais a fertilidade da terra e seus benefícios como propaganda, a cidade acontecia, pois a população brasileira estava tornando urbana, como afirma Oliveira (2000, p.26):

Em todo Brasil se assistiu a tentativas de instauração de determinadas políticas permanentes de intervenção no espaço urbano. Numa palavra, o que se buscava nessa sociedade em permanente transformação, cuja população se tornava cada vez mais urbana e cuja economia se industrializava a passos largos, era o urbanismo, ou se preferirem, a instauração do planejamento urbano. Indubitavelmente, a marca mais significativa da época foi a construção de uma nova capital, inteiramente pautada nos pressupostos da “ciência” do urbanismo: Brasil (1960) (grifo do Autor).

Conforme relatos de Wanderley Martinez, o trabalho de colonização da SITA se iniciou pelo plano urbano, depois foram realizadas as demarcações da periferia da cidade:

Achamos por bem na periferia do centro urbano chácaras pequenas chácaras de um alqueire acima, o alqueire Paulista, depois sítios até 30 alqueires, o alqueire paulista tem 24 mil e duzentos metros, o Goiano é o dobro 48.400 mil metros, e

²⁹ Várias famílias de lavradores tiveram contato com as cidades planejadas durante o seu percurso migratório; um exemplo é a cidade de Maringá. Conforme Luz (1980).

depois fazendas mais distantes até 30 km. Que as nossas Glebas pegavam da beira da Serra do Tapirapuã e iam até o Rio Sepotuba ou Tenente Lira, se estendendo em torno de 40 km de uma divisa na outra, eram Glebas compridas, pegavam muitas aguadas, muitos córregos (COUTO, 1999, p.50).

Américo Carnevali destaca o uso do espaço urbano como forma de realizar a ocupação rural mais rapidamente, um incentivo que se reverteria em benefício futuro para a colonizadora:

O proprietário fundador da cidade, Sr. Wanderley Martinez teve uma idéia que considero luminosa. Com intuito de incentivar o desenvolvimento da cidade, reservou certo número de lotes para serem doados gratuitamente aos compradores de glebas rurais, com o compromisso de construir uma casa dentro de um prazo previamente estabelecido. Acredito que isso deu impulso inicial e a cidade se desenvolveu, tornando-se hoje uma pérola do Estado do Mato Grosso. A idéia foi muito boa (CARNEVALI, 2001b, p.01).

A estratégia descrita anteriormente é comum nas áreas de colonização recente do Brasil, pois a Colonizadora, ao incentivar o crescimento da cidade, utilizando-se destes mecanismos, transferia, em um curto espaço de tempo, aquilo que era de sua competência, ou seja, a realização e a manutenção da infra-estrutura dos novos projetos de colonização, para o poder público, pois as cidades cresciam e logo se emancipavam política e administrativamente.³⁰ Por outro lado, deve-se salientar, conforme os relatos orais, que a infra-estrutura inicial de Tangará da Serra se efetivou muito mais com as ações coletivas de lavradores recém-chegados, do que de ações da colonizadora ou dos poderes públicos municipal e ou estadual.

A população que chegava a Tangará da Serra alterava a planta original da cidade conforme suas necessidades; ruas foram criadas em espaços não estabelecidos na planta original, espaços estes destinados a moradias. Todavia, estes espaços, posteriormente, foram reocupados com moradias ou estabelecimentos comerciais.

A configuração da cidade não obedeceu em nenhum momento à logicidade apresentada pelo projeto arquitetônico original. A população foi construindo o significado do espaço, conforme foi realizando sua ocupação; os resultados desta ocupação não eram preconcebidos.

As famílias que davam nova dimensão neste espaço, organizando e reorganizando, em atendimento às suas práticas de vida, pareciam realizar a atividade de *bricoleur*

³⁰ Pode-se verificar esta estratégia em OLIVEIRA (1981).

(LÉVIS-STRAUSS, 1976, Cap. 1), modificando a cidade sem a elaboração de um planejamento anterior e sem as normas técnicas estabelecidas cientificamente.

Para compor o quadriculamento da cidade, caminharemos nas trilhas da história comparada³¹, demonstrando como era o ambiente domiciliar ocupado pela família pobre, em sociedades de tempos diferentes. Ao narrar a vida do caipira paulista dos séculos XVIII e XIX, Antônio Cândido (1982, p.37) afirma que:

A sua casa (significativamente chamada rancho por ele próprio, como querendo exprimir o seu caráter de pouso) é um abrigo de palha, sobre paredes de pau-a-pique, ou mesmo de varas não barreadas, levemente pousado no solo. As casas dos lavradores são miseráveis choupanas de um andar, o chão não é pavimentado nem assoalhado, e os compartimentos são formados de vigas trançadas, emplastadas de barro e nunca regularmente construídas [...].

Não muito diferentes das casas dos paulistas destacadas por Antônio Cândido, nos séculos anteriores, são as casas das famílias que vieram para Tangará da Serra, nos anos sessenta e setenta do século XX. Podemos conhecer suas representações através das fontes escritas, iconográficas e, especialmente, através das fontes orais.

As lembranças de alguns moradores destacam a arquitetura das primeiras construções edificadas em Tangará da Serra, a partir de 1959:

Progresso começou com uns ranchinhos escorados com forquilha, foi quase uns dois anos antes de nós vim, começou o Progresso. Meu marido falou assim, tem Nova Olímpia, depois tem o Progresso, pensei que era um patrimônio, quando cheguei lá era uns ranchinhos que tinha feito de tabuinha, aí o nome Progresso. [...] mas, nós subiu a serra chegou nesse Progresso não tinha nada. Nós entramos aqui fizemos esse ranchinho enfiemos debaixo das folhas que nem formigas. Os grilos começou a furar quando eu estava dormindo a goteira da chuva estava pingando em nós. Daí precisou tirar estas folhas, por de sapé. Ai cobriu de sapé, moramos tempo, aí começou a estragar o sapé. Tiramos tabuinha [tábuas pequenas] no mato e cobrimos de tabuinha Foi tempo que nasceu meu filho, já estava na cobertura de tabuinha (BEAZÓLI, 1991, p.7).

A cidade era muito pequenina tinha uns três ranchos, um lugar assim, campo, cerrado. Então não era bom lugar na época. Aí foi crescendo e ta a cidade que ta. (UREL, 1997, p.11).

As casas em Tangará da Serra, tanto na cidade como na zona rural, eram, em sua maioria, de madeira; quando os paulistas, mineiros e outros chegavam, improvisavam uma casa, denominada por eles de rancho, até construírem suas casas definitivas, que, por serem

³¹ Cf. HAUPT, Heinz-Gerhard (1998, p.212) “(...) a história comparada busca, além do caso individual, traços comuns ou estruturas gerais, visa mesmo aprender os mecanismos de funcionamento de diferentes sociedades em sua importância respectiva (...)”.

rústicas, eram também denominadas de ranchos, denominação muito utilizada por mineiros e paulistas.

Na cidade, até os anos sessenta do período em estudo, as casas eram geralmente de madeira; poucas foram as casas feitas de alvenaria. Os moradores denominavam as casas de alvenaria de casas de *material*. As casas de madeira eram, em sua maioria, cobertas de tabuinhas retangulares, poucas eram construídas de telhas de cerâmica, denominadas de telhas francesas. O material para a construção de casas mais sofisticadas começou a chegar com as primeiras colheitas de arroz, quando caminhões traziam materiais para construção, principalmente telhas provenientes da cidade de Diamantino, e voltavam carregados de arroz.

A casa do então padre José Egberto Pereira, e depois casa das Irmãs da Divina Providência, que foram as primeiras diretoras dos grupos escolares de Tangará da Serra, é um exemplo desta arquitetura. Construída de madeira e coberta de tabuinhas, como destaca o livro Tombo da Reitoria Nossa Senhora Aparecida (1966, p.04) a seguir:

Tudo faz crer de uma florescente paróquia para um próximo futuro. Além da capela, já está com uma casa de tábuas de 6 X 7 ms., oferecida pela população para residência do Padre. A casa é cimentada, isto é, piso coberto de tabuinhas. Infelizmente ficou cheia de goteiras. O P. Com alguns meninos começou a tirar as goteiras com papelões da caixa de leite untadas com óleo queimado. O primeiro quarto ficou reservado ao Sr. Bispo. O P. Adquiriu uma cama e redes para hospedar quem viesse.

As tabuinhas da casa canônica, conforme registro no livro Tombo da Reitoria Nossa Senhora Aparecida (1966, p.17), só foram substituídas em 23 de agosto de 1966, por telhas francesas trazidas de Diamantino por caminhões que iam comprar arroz em Tangará da Serra:

Terça-feira, 23 continuou o trabalho de trocar as tabuinhas pelas telhas francesas ontem começado. Às 14 horas já estão terminado o trabalho só ficando os espigões. A casa é de 4 águas medindo 7 x 6 metros. Ontem estiveram alguns meninos auxiliando os trabalhos. Dois senhores dedicaram o dia de ontem: Francisco Avelino Dantas e Satíles de Oliveira. Hoje continuando os trabalhos: Francisco Dantas e Sr. Júlio.

A abundância de madeira de lei no vale do Sepotuba³², como cedro (*Cedrela odorata* L), araputanga (*Swietenia macrophylla* King) e outras, facilitava a construção de

³² Segundo OLIVEIRA (2004, p.128) “O Kazazorezá, como os índios Paresí chamam o rio Sepotuba, também denominado pelos não-índios de rio Tenente Lira, é um dos maiores afluentes do rio Paraguai,

casas e servia de barganha para a aquisição do lote rural. Alguns madeireiros construía a casa para o comprador de um lote rural, em troca de explorar parte dos recursos vegetais da área adquirida.

A arquitetura das casas não seguia um padrão próprio, tanto na cidade como na zona rural. Geralmente, eram construídas de uma forma retangular ou quadrada, com sala, quartos e cozinha. A quantidade de quartos era de acordo com o número de filhos ou para separar os “filhos homens das filhas mulheres”³³. Com raras exceções, havia um quarto para cada membro solteiro da família. A sala, composta de sofá e ou bancos, mesas, era o ambiente reservado para receber visitas mais ilustres, pois a televisão em poucos lares só foi possível depois da instalação da energia termoelétrica, que se concretizou definitivamente no dia 26 de abril de 1975, dando à sala de visitas uma nova configuração, um espaço para ver televisão.

A cozinha, presa geralmente ao corpo da casa, inicialmente, contava com fogão de lenha feito de barro ou de azulejos, ou *fogão econômico*, um fogão industrial feito de ferro e alimentado à lenha; poucas pessoas possuíam fogão a gás. Eram poucas as casas que tinham a cozinha fora do corpo principal da casa. Geralmente, as casas que não contavam com uma boa chaminé, resultavam em paredes da cozinha pretas, devido à fumaça do fogão.

A geladeira era um eletrodoméstico raro nas casas tangaraenses até meados da década de setenta. Ela popularizou-se após a instalação da energia elétrica em 1975, mesmo porque a energia funcionava apenas por 16 horas, ainda assim, com intervalos. Ter geladeira não era a garantia de conservação do alimento já que salgar ou fritar a carne e acondicioná-la em latas com banha era uma maneira mais segura de conservá-la; para quem morava na cidade, uma alternativa era comprar, diariamente, carne no açougue. Em algumas localidades rurais, como por exemplo, Água Branca, também existiam açougues para abastecer diariamente de carne fresca a população. Na década de sessenta, conforme relatos orais de antigos moradores de Tangará da Serra, havia um açougue que vendia carne de anta (*Tapirus terrestris*).

A casa era iluminada com lamparinas feitas de lata artesanalmente ou adquiridas no comércio local. As notícias nacionais eram acompanhadas pela população através da Rádio

próximo à sua nascente. Desde a nascente no município de Nova Marilândia até encontrar o rio Paraguai, em Cáceres, percorre aproximadamente 396 quilômetros, sendo navegável por embarcações de médio calado apenas na época das cheias, que vai do mês de janeiro a março. O período das águas baixas, que corresponde à seca no Centro-Oeste, é de junho a outubro, com menor vazão em agosto e setembro”.

³³ Expressão muito comum na zona rural dos Estados de São Paulo e Paraná.

Nacional de Brasília, depois, Rádio Nacional da Amazônia. Os programas favoritos das famílias, principalmente das mulheres e moças que ouviam a rádio durante a realização dos seus afazeres domésticos, eram os programas do Edélson Moura e da Márcia Ferreira, que, além de entretenimento, veiculavam cartas e recados para diversas pessoas que moravam em pontos diferentes da Amazônia Legal; havia também o programa da “Tia Leninha” que agradava as crianças e os adolescentes. Podia-se ouvir neste programa histórias e novelas infantis. O rádio que pertencia à cozinha durante o dia, às vezes, em algumas casas, passava para a sala, momento em que o pai sintonizava programas jornalísticos. O futebol era acompanhado pelo rádio no domingo à tarde.

A cozinha, onde também ficavam prateleiras ou armários com louças e panelas de alumínio, recebia tratamento especial aos sábados, quando as mulheres realizavam a faxina geral da casa, e também areavam todos os objetos de alumínio, uma prática cotidiana da maioria das famílias tangaraenses.

A dieta da família em Tangará da Serra era baseada em arroz, feijão e carne. Na década de sessenta, período em estudo, usualmente abatiam-se animais silvestres, preferencialmente anta, pois a carne bovina era rara. O boi e a vaca eram usados mais para o trabalho e como provedores de leite, do que como alimento e, no início da reocupação de Tangará da Serra, tinham preços muito altos.

Sempre aos domingos, ia para a panela um frango ou uma galinha, criados soltos no quintal de casa. O uso de ovos na alimentação também era muito frequente. Algumas famílias faziam hortas para melhorar a dieta com verduras frescas, principalmente alface, couve, almeirão, cebolinha verde e salsa. A batata doce e a mandioca eram pratos constantes nas mesas tangaraenses. A comida era preparada com gordura de porco, denominada pelas famílias de *banha de porco*.

A cozinha era o espaço privilegiado para o encontro da família, para saborear, logo pela manhã, um bom *gole* de café, a bebida preferida das famílias que reterritorializaram Tangará da Serra. Entre uma e outra caneca de café, muitos *causos* locais ou dos lugares de origem eram relatados. Algumas vezes, o ocorrido durante o dia era conversado durante o encontro noturno entre membros da mesma família e de vizinhos.

Próximo à porta da cozinha, ficava uma área de serviço, denominada de *área dos fundos*. Espaço de trabalho feminino, nessa área ficavam geralmente o poço, o moinho de café, o *jirau* para a lavagem de louças (uma espécie de mesa, cujos pés são fixos no solo) e ou panelas e o *batedor* (um tronco de árvore cortado ao meio, liso, em que a roupa era esfregada e batida, durante a sua lavagem). Dos dois lados do *batedor*, havia três paus

fixos no chão onde as bacias eram colocadas, uma com a roupa ainda suja e molhada e a outra onde a roupa deveria ser enxaguada. Em alguns casos, tanto na cidade como na zona rural, o serviço de lavagem de roupas e vasilhas era executado em pequenos córregos. Os pequenos córregos, Rico, São João e o Buriti, serviam para essas atividades de limpeza de utensílios, roupas, banho e fornecimento de água para alguns moradores da cidade de Tangará da Serra.

Assim relatou, em entrevista, a professora Lindalva Dantas Porfírio, sobre sua chegada em Tangará da Serra em 1961:

Quando cheguei a cidade tinha apenas seis ou sete casebres feitos de bambus e recobertos de barro ou pau-a-pique cobertos de tabuinhas (lascas largas de madeira) sem piso, um poço para fornecer água para as sete famílias. Quando o poço secava pegávamos água da mina no bosque de madrugada para não ficar sem água (UREL, 1997, p.3).³⁴

Em oposição à *área dos fundos*, tinha-se a *área da frente*, espaço nem sempre contemplado por todas as casas. Nesta área, usava-se colocar latas com plantas ornamentais e às vezes, algumas cadeiras ou bancos, para as conversas ou encontros nos finais da tarde.

No fundo do quintal, era construída a privada³⁵ que em algumas casas, também servia para o banho. Em outras casas, havia dois pequenos cômodos, um, mais próximo à casa, destinado ao banho e outro, no fundo do quintal, usado como privada.

Na cidade, o lote da casa era denominado de *data*. Data é uma parte da quadra quarteirão, que é formado por 12 datas de 15 metros de frente e 30 metros de fundo (450m²) e quatro datas de 15 metros de frente por 45 metros de fundo (675 m²), conforme se pode observar na planta original da cidade. O lote era cercado por balaústres, cercas feitas de madeira, em que ripas com pontas afiadas eram usadas como forma de proteção do espaço da casa e do seu quintal.

Quem chegou em Tangará da Serra nos anos sessenta e setenta, os períodos em estudo, encontrou uma cidade sendo construída, casas sendo edificadas, homens e mulheres que, quotidianamente, organizavam novas práticas e relações sociais, com

³⁴ A palavra bosque é uma referência ao atual bosque municipal Ilto Coutinho, localizado no centro da cidade.

³⁵ A expressão “privada” era usada pela população de Tangará da Serra para designar a latrina, pequena construção em madeira, sobre um buraco cavado no solo no fundo do quintal, usado para realizar as atividades fisiológicas, em alguns casos, também no espaço se realizava o banho.

pessoas de diferentes lugares; as casas, o jeito de viver, foram se organizando, de acordo com o que as novas relações culturais exigiam.

A entrada da cidade se fazia pela parte sul, ou seja, pela atual Vila Alta, bairro da cidade; hoje, a entrada, para quem vem de Cuiabá ou de Diamantino, é realizada pelo leste. Chegando pela entrada antiga, o Padre Edgar Henrique Müller, primeiro pároco de Tangará da Serra, dá um testemunho de quando avistou o povoado, em 1968:

Lá no alto da Vila Alta, enxergava Tangará da Serra, era tudo casa de madeira, coberta de tabuinha, eu me lembro bem, que tinha duas casas, duas casas cobertas de telha francesa, o resto era tudo tábuas. Tinha muita casa era uma vila grande, até era bonito de se ver lá de cima. Um monte de casa, uma vila bem grande, principalmente ao longo da avenida Brasil, que era o campo de pouso, na avenida pousava os aviões. Era uma vila bem comprida ao longo da Avenida. Muita, muita casa sendo construída, daquele ano em diante, começaram a construir casa de material (MÜLLER, 2000. p.10).

A Avenida Brasil, destacada pelo padre, é o ponto de referência para demarcar o endereço das casas da cidade. A avenida não era apenas ocupada por moradias, mas pelo comércio local; quase todo ele estava estabelecido na Avenida Brasil.

A atividade comercial, por excelência, em Tangará da Serra, foi efetivada em função da produtividade do solo, pelo resultado do trabalho das famílias de lavradores, que, diante das adversidades de um *ambiente desconhecido*, produziram suas vidas, reorganizando-o e sendo também reorganizados pelos elementos que compõem o ambiente.

1.3 O movimento migratório

Realizar o registro quantitativo de uma região que recebe constantemente fluxo populacional e que produz também, em um breve espaço de tempo, refluxos populacionais, não é uma tarefa muito simples. Para isto, é necessário recorrer a algumas alternativas, pois os censos demográficos oficiais não acompanham com detalhes os movimentos populacionais, a exemplo dos ocorridos em Mato Grosso nos anos sessenta do século XX.

Na leitura do Anuário Estatístico do Brasil, (IBGE, 1955 a 1958) bem como nos dados censitários de 1960 (IBGE, 1965) e 1970 (IBGE, 1970) e na Monografia dos

Municípios – 1975 (GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, 1975), não foi possível encontrar dados demográficos específicos de Tangará da Serra, pois, até 1976, era um povoado que pertencia ao município de Barra do Bugres, e os registros existentes sempre destacam o total geral do município.

Barra do Bugres, entre 1960 e 1970, teve um crescimento populacional anual de 17,93%, ou seja, em 1960, contava com 4.332 habitantes, registrando, em 1970, um total de 22.250 habitantes, sendo que, em 1974, a população estimada era de 31.578 habitantes, destes, 9,3% apenas constituindo a população urbana e 93,7% , a população rural (IBGE, 1970).

Ao que consta, o fluxo populacional proveniente de famílias de vários Estados do Brasil para Tangará da Serra contribuiu para o crescimento populacional de Barra do Bugres. Em geral este fluxo migratório foi realizado por famílias de lavradores.

A denominação *lavradores* é retirada dos registros de casamentos (OLIVEIRA, 2004) e a prática das famílias confere com o conceito apresentado pelo Dicionário Houaiss (2001, p.1733), que apresenta o verbete lavrador como “*que ou o que lavra terra própria ou de outrem*”.

O fluxo populacional para Tangará da Serra foi intenso, principalmente nos anos setenta, em estudo, conforme destaca Oliveira (2004, p. 83):

Nos anos sessenta, não houve um crescimento diferenciado no número de casamentos, ou seja, em 1964, foram realizados quatro casamentos; nos outros anos, foram registrados oito casamentos ao longo de cada ano, com exceção do ano de 1967, quando treze casamentos foram registrados. Já em 1970, foram assentados 47 casamentos e, nos anos seguintes, o crescimento foi bastante significativo, sendo o de maior número de registro o ano de 1975, com 177 casamentos.

O número de casamentos apresenta declínio em 1976, 1977 e 1978, pois, nestes anos, apareceram novos núcleos de colonização em Mato Grosso, principalmente o de Juína, projeto de colonização oficial elaborado pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT), que teve aprovação do INCRA através da Portaria n.º 904, de 19 de setembro de 1978. Muitas famílias de lavradores de Tangará da Serra dirigiram-se para esta cidade em busca da terra fértil e segura, principalmente em 1978.

Esta trajetória das famílias é evidente nos livros de registro de nascimentos, em que estão averbados os registros de casamento, onde constam, com frequência, casamentos realizados em Rondônia (OLIVEIRA, 2004).

Nos últimos anos da década de setenta, intensificou-se a propaganda de outros projetos de colonização privados de Mato Grosso, tais como o de Juara (1974), de Sinop (1974), de Alta Floresta (1976), de Sorriso (1977), de Juruena (1978) dentre outros, e também no Estado de Rondônia, atraindo paranaenses e sulistas para diferentes áreas de colonização privada.

A propaganda da SITA e a propaganda de familiares residentes no povoado, através de cartas a parentes e amigos, mobilizaram pessoas de vários lugares do Brasil para Tangará da Serra, mas, sobretudo os naturais de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia, Goiás, Pernambuco e Espírito Santo.

As famílias que migraram para Tangará da Serra são aquelas que seguem o roteiro do movimento migratório do Brasil, geralmente do Nordeste, que migraram para São Paulo e depois, para o Paraná. São paulistas que foram para o Norte Novo do Paraná, em busca do *ouro verde*; são mineiros que migraram para São Paulo e depois para o Paraná e de Minas Gerais para o Paraná; ou, paulistas e paranaenses que foram para o sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, e depois chegaram a Tangará da Serra, tendo como nova parada, e não como porto seguro, Mato Grosso³⁶.

A compreensão do processo migratório rural-rural, que possibilitou aos lavradores, particularmente mineiros, paulistas e paranaenses, buscar novas terras, deve ser analisado no conjunto dos movimentos migratórios do Brasil.

Ao analisarmos os movimentos migratórios brasileiros de 1940 a 1950, percebemos que existiu um grande fluxo de nordestinos para São Paulo, especialmente após a construção da estrada Rio-Bahia; neste mesmo período, o Paraná recebeu um contingente populacional proveniente de São Paulo. Os paulistas migraram para o Paraná devido à política de colonização adotada pela empresa privada inglesa “Companhia de Terras Norte do Paraná” e pela construção da estrada de ferro Noroeste, no norte do Paraná.

De 1950 a 1960, o Paraná ainda continuou recebendo um número bastante expressivo de pessoas devido à colonizadora privada, mas parte da migração já se dirigia para Mato Grosso e Goiás. A transferência do fluxo migratório acontecia em virtude do declínio da produção do café, substituída por atividades que usassem menos mão-de-obra, como, por exemplo, a pecuária, e também em virtude da construção de estradas que facilitaram o acesso à região Centro-Oeste, além de toda política da Marcha para o Oeste (COSTA; PORTO; NOZOE, 1987).

³⁶ Ao observar o texto de Luz (1999), em obra já citada, percebemos esta trajetória de paulistas, mineiros e baianos até o Estado do Paraná. Esta observação também pode ser verificada em SWAIN (1988).

As famílias que foram para Tangará da Serra, motivadas pela esperança na posse da terra, seguiram a rota do café, mesmo que, chegando ao vale do Sepotuba, tenham se dedicado à lavoura branca, em seguida, preparando-se para o plantio do café.³⁷

Segundo Oliveira (2004) na leitura do livro de registro de casamento de 1964 à 1979, pode-se mapear o movimento das famílias, de acordo com a sua procedência. Ao se cruzar informações do livro de registro de óbitos dos cartórios com as da Paróquia de Tangará da Serra ou com as fontes orais, pode-se perceber, com clareza, a trajetória das famílias. No livro de registro de nascimento, também é possível verificar este movimento das famílias; com frequência, em um mesmo dia, o pai ou a mãe registrou mais de um filho nascido em datas, cidades e Estados diferentes.

Alguns exemplos destas práticas podem ser identificados no registro de óbitos da Igreja, quando dois filhos da mesma família morreram em Tangará da Serra, um deles nascido em São Paulo, e o outro, mais novo, no Paraná.

O padre José Egberto Pereira, que chegou em Tangará da Serra, em 12 de fevereiro de 1966, com a elevação da capela de Tangará da Serra a Reitoria³⁸, pelo bispo da Prelazia³⁹ de Diamantino D. Alonso Silveira de Mello, destaca, no Livro Tombo da Reitoria de Nossa Senhora Aparecida, a procedência das famílias que formavam seu grupo de fiéis, diferentes daqueles da região de sua procedência, formados quase que absolutamente por descendentes de nordestinos e filhos de mato-grossenses:

Logo na chegada o P. começou a dar aulas a dois meninos que mostraram desejos de seguir a vocação sacerdotal. Começou entrar entendimento com certas pessoas do local a fim de construir a matriz definitiva. Sempre há boa disposição da parte de todos. Geralmente eles vieram de diversos Estados, assim São Paulo, Paraná, Minas Gerais e de outros Estados. Constitui a população diferente dos

³⁷ O café é uma planta dicotiledônea de porte arbustivo ou arbóreo de caule lenhoso, folhas e flores persistentes e flores hermafroditas, pertence ao gênero *coffea* da família rubiaceal da espécie arábica.

³⁸ Segundo SILVA (1988), Reitoria é uma Paróquia em formação. A Paróquia Nossa Senhora Aparecida de Tangará da Serra também teve início numa Reitoria. Historicamente, foi o segundo núcleo colonizador, portanto, após a Gleba Conomali que deu origem a Porto dos Gaúchos. No entanto, devido às boas terras, o desenvolvimento da Gleba de Tangará da Serra superou o de Porto dos Gaúchos. Após buscar informações de pertença, inicialmente sem resultados, porque se duvidava da localização em região limítrofe com a Diocese de São Luís de Cáceres, os diretores da Gleba Tangará da Serra encontram informação fortuita em Nortelândia, uma vez que se abriu linha de Toyota entre as duas localidades. Após o atendimento a partir de Nortelândia, foi criada a Reitoria em 25 de Janeiro de 1966, sendo reitor o P. José Egberto Pereira, do clero secular. A Paróquia foi criada em 9 de março de 1968, sendo pároco o P. Edgar Henrique Muller, de 17 de março de 1968 à 1976. Devemos perceber também que, segundo D. Máximo Biennês (1987, cap. XVII), o primeiro padre a realizar desobriga no espaço onde está localizado Tangará da Serra, foi P. Antônio Fiol, sacerdote de Maiorca, que morou em Barra do Bugres por pouco tempo.

³⁹ De acordo com SILVA (1988, p.16) “As Prelazias ‘nullius’ devem ser consideradas como dioceses em formação. O Prelado, portanto, deve empenhar-se ao máximo no sentido de fundar ou desenvolver aquelas obras e instituições que, em futuro, que se espera não seja muito remoto, serão necessários para o desenvolvimento normal da vida de uma diocese.”

outros lugares da prelazia, a constar do Alto Paraguai até os dois povoados: Santo Afonso e Marilândia (LIVRO TOMBO ..., 1967, p.4).

A maior parte das famílias que foram para Tangará da Serra, no período de 1964 à 1979, era natural de Minas Gerais. Um significativo fluxo migratório ocorreu a partir de 1972 e, conforme os relatos orais, as famílias foram motivadas a mudar pela propaganda que amigos e parentes que já residiam em Tangará da Serra faziam da terra fértil. Deve-se ressaltar que grande parte dos mineiros que foram em direção a Mato Grosso, especificamente para Tangará da Serra, são procedentes de localidades rurais de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2004).

É significativo o contingente de famílias que são naturais de São Paulo, Paraná e de Estados da região nordeste, sobretudo da Bahia, Pernambuco, Ceará e Alagoas. Os paulistas, em sua maioria, seguem a rota do café; também estão nesse fluxo os nordestinos, cuja parte dos filhos daqueles que migraram para Tangará da Serra são paranaenses. Alguns depoimentos ajudam a percorrer melhor estes caminhos:

[...] nasci em São Paulo, morei em Catanduva (SP), nós fomos para Osvaldo Cruz (SP), nós fomos para o Paraná, Paranavaí, de Paranavaí a gente veio para Tangará da Serra (TORRES, 1991, p.7).

Eu morava no Paraná, eu nasci em São Paulo mais morava no Paraná, quando eu mudei para Paraná tinha 15 anos de idade[...] fiquei muitos anos em Maringá, depois mudei para Paranavaí[...] depois vim para cá (BEAZÓLI, 1991, p.5).

Eu nasci em São Paulo do Potengi no Rio Grande do Norte, mas morava em Amaporã no Paraná, cheguei em 7 de setembro de 1961. (UREL, 1997, p..5)

A região sudeste liderou a origem regional da corrente migratória para Tangará da Serra no período de 1964 a 1979, sendo que o nordeste foi também responsável por um grande fluxo migratório para aquela região (OLIVEIRA, 2004).

Destaca-se também, no livro Tombo da Reitoria Nossa Senhora Aparecida, registro de 02 de outubro de 1996 (p.20), a presença de famílias capixabas: “Chegaram famílias vindas do Estado do Espírito Santo. Todas estiveram à noite na capela, mostrando piedade. Segundo informações, podemos bem esperar com a vinda desta gente e outras 50 famílias que de lá deverão vir”.

A migração da região sul do Brasil para Tangará da Serra só foi expressiva de pessoas procedentes do Estado do Paraná. Os gaúchos e catarinenses vão-se estabelecer em

Tangará da Serra a partir de 1980, o que é denominado de segundo fluxo migratório, pois seus interesses estavam no domínio do cerrado e na utilização em grande escala da tecnologia mecanizada, voltando-se mais para a região da Chapada dos Parecis, e ocupando-se com a monocultura da soja dentre outros produtos.

2. O INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO EM TANGARÁ DA SERRA - MT

“A primeira escola começou em 1962. O primeiro professor Paulo Cicinato, sua esposa D. Maria Cicinato. O professor era bem preparado com o curso até o científico completo.” Estes são os registros do Padre José Egberto Pereira no livro Tombo da Reitoria Nossa Senhora Aparecida (1967, p.32) ao realizar um pequeno histórico da localidade de Tangará da Serra.

Este é o único registro escrito sobre a primeira escola em Tangará da Serra. Segundo diversos relatos orais⁴⁰, esta foi a primeira escola organizada pela SITA para atender a população que chegava de todos os estados para a localidade de colonização recente. A escola era composta de apenas duas salas de aula, construídas de madeira e cobertas com tabuinhas, com bancos rústicos de madeira e sem piso.

O professor, conforme o texto do livro Tombo, tinha o curso científico completo e embora não fosse curso que habilitasse para o magistério, era uma formação considerável para regiões de colonização recente, onde a presença de profissionais com formação escolar era muito rara.

A escola em que o professor Paulo Cicinato⁴¹ ministrava aula, não era uma escola de improviso como as do Brasil do século XVIII e XIX (FARIA FILHO; VIDAL, 2000), mas uma escola improvisada. Esta escola, não foi um oferecimento da SITA à população, mas uma cobrança da população de Tangará da Serra à empresa colonizadora para que os filhos dos migrantes fossem instruídos.

Não foi encontrado nenhum outro registro sobre a organização e institucionalização desta escola, nem mesmo a trajetória de vida do professor que comandava suas atividades. Eram apenas duas salas de ensino, para filhos e filhas dos migrantes. Porém, apenas uma sala funcionava, de forma multisseriada, no mesmo espaço e durante o mesmo tempo de aula, onde o professor ministrava aula para séries diferentes. A escola não foi institucionalizada junto ao Estado de Mato Grosso, ou seja, funcionou sem autorização dos poderes públicos municipal e estadual.

As empresas de colonização privada ou estatal utilizavam a existência da escola como elemento de propaganda para atraírem migrantes. A escola era uma garantia de que parte do futuro dos filhos estava assegurada. No projeto urbanístico da cidade de Tangará

⁴⁰ Conforme relatos orais de Iracema Machado Casagrande (2006) e Aldo Sasaki (2008).

⁴¹ Este professor, segundo relatos de Aldo Sasaki lecionou até 1964, depois se mudou para São Paulo.

da Serra, o espaço destinado ao grupo escolar cumpria esta função, pois a planta da cidade era um dos materiais utilizados pelos corretores de terras para o convencimento de futuros moradores de que a localidade que se organizava era de prosperidade.

A criação de escolas foi um dos elementos fundamentais para aceleração da migração desde os anos 40 do século XX, impulsionada pela política da Marcha para o Oeste. O resultado desta aliança, colonização e efetivação da escola, intensificou a oferta de escolarização entre os migrantes, em sua maioria, não escolarizados nas regiões de origem.

A ausência de documentos e de relatos mais completos sobre a primeira forma de escola em Tangará da Serra, impossibilita uma análise das práticas educativas, bem como do significado do tempo e do espaço escolar. Mas, como o aumento do movimento migratório para o vale do Sepotuba intensificou-se, houve a necessidade da criação de escolas, tanto no espaço urbano, em que se configuraria posteriormente a cidade de Tangará da Serra, como no espaço rural, em especial na região em que a população se organizou e fez com que uma escola pudesse funcionar.

Desta forma, entre os anos de 1964 e 1965 foram institucionalizadas duas escolas em Tangará da Serra, uma na localidade urbana, no mesmo espaço da escola dirigida pela SITA, porém ampliada com mais uma sala de aula, e outra na zona rural, em uma comunidade denominada “Reserva”. A primeira escola começou a funcionar a partir de 31 de março de 1964, no dia do golpe que dava início à Ditadura Militar no Brasil.

A escola no espaço urbano foi denominada, oficialmente, de “Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra”, criada pelo decreto nº. 813 de quatro de julho de 1964, publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 11 de setembro de 1964. O diário também traz a justificativa para a criação da escola: “[...] dado o número de crianças em idade escolar existentes naquela localidade”. A instituição mesmo sendo em um espaço organizado como urbano, é considerada como rural, pois a vida urbana era inexpressiva na localidade, enquanto que as práticas de uma vida rural eram mais visíveis, a própria população era oriunda do movimento migratório rural-rural.

Em 18 de junho de 1965 foi instalada a “Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio”, conforme o registro de ata lavrado por José Nodari. Na ocasião também tomou posse a única professora, Iracema da Silva Machado Casagrande. Esta foi então, a segunda escola no que seria o futuro município de Tangará da Serra. A escola era administrada pela Prefeitura Municipal de Barra do Bugres.

São estas duas escolas, que inauguram oficialmente a prática educativa formal em Tangará da Serra. A seguir temos a proposta de produzir uma reflexão de forma individual sobre ambas as instituições de ensino, conforme nos orienta Justino Magalhães (2004, p.113):

A reflexão que autoriza a construção da instituição educativa como objeto epistêmico estrutura-se a partir de entradas fundamentais: a historiografia da escola e da escolarização, no quadro sistêmico; a instituição educativa como totalidade em organização e devir; a análise institucional como matriz conceitual interdisciplinar e a pedagogia institucional como modelo científico e orgânico-funcional.

Este capítulo tem o objetivo de apresentar uma análise crítica, sobre o tempo e o espaço das duas instituições escolares citadas anteriormente, que iniciaram suas atividades nos anos 60 do século XX, com a proposta de construção de identidades e de valorização dos aspectos geo-sociais e culturais do atual município de Tangará da Serra. Entender a história destas instituições, de forma singular, e também compreender as representações e apropriações que se fizeram das formas educativas que elas processaram, é caminhar na visualização de um amplo sistema educativo que ocorreu em Mato Grosso nas regiões reocupadas a partir da segunda metade do século XX.

Em relação à organização oficial do ensino, as instituições escolares em estudo, mantiveram-se sob a égide da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961. Porém estas escolas ofereciam apenas o ensino primário de quatro anos, segundo Saviani (2006, p.39), a Lei nº. 4.024/61, apresentava esta estrutura:

[...] um curso primário de quatro anos, seguido do ensino médio com duração de sete anos, dividido verticalmente em dois ciclos, o ginásio, de quatro anos, e o colegial, de três anos, dividido horizontalmente nos ramos secundário, normal e técnico, sendo este, por seu turno, subdividido em industrial, agrícola e comercial.

O ano de 1964, e em especial o dia 31 de março, data do primeiro registro escrito sobre a “Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra”, é o início dos *tempos sombrios* do Brasil. Estes tempos são assim caracterizados por Germano (2000, p.55):

No Brasil, a partir de 1964, o Estado caracteriza-se pelo elevado grau de autoritarismo e violência. Além disso, pela manutenção de uma aparência democrático-representativa, uma vez que o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a

funcionar, ainda que como apêndice do Executivo. O autoritarismo traduz-se, igualmente, pela tentativa de controlar e sufocar amplos setores da sociedade civil, intervindo em sindicatos, reprimindo e fechando instituições representativas de trabalhadores e estudantes, extinguindo partidos políticos, bem como pela exclusão do setor popular e dos seus aliados da arena política.

As primeiras instituições escolares de Tangará da Serra foram constituídas juntamente com o processo de implantação gradual da ditadura militar brasileira, que possuía como ideologia a doutrina da Segurança Nacional e do Desenvolvimento Econômico, binômio importante para as diretrizes educacionais, construída na Escola Superior de Guerra atendendo interesses norte-americanos, no contexto da Guerra Fria.

No cenário mato-grossense, deve-se levar em conta a oficialidade da Lei nº. 2.399 de 25 de fevereiro de 1965, que dava nova estrutura ao quadro do ensino primário do Estado de Mato Grosso, lei sancionada pelo governador Fernando Correa da Costa.

Tabela 4 - Estrutura do Ensino Primário de Mato Grosso – 1965

Cargo	Qualificação
Delegados de Ensino	Professor que tenha feito o curso padrão de supervisão do INEP, nos Centros de Treinamento do Magistério PABAE ⁴² ou CRPE ⁴³ .
Diretores	Professores que tenham comprovada competência aferida através da contagem de pontos em critérios fixados pela Secretaria de Educação e Cultura.
Professor Supervisor	Provido por possuidores de curso de Supervisão feito nos Centros de Treinamento Padrão INEP.
Professores Especialistas	Portadores do diploma de curso Especializado de Educação Física, Paraplégicos, Surdos-Mudos ou Cursos de CRPE ou do PABAE e que estejam em exercício nos centros de treinamento do magistério ou ministrem cursos de sua especialidade fazendo jus ao pró-labore devido aos supervisores.
Professor	Nomeado para o Quadro, portador de Diploma expedido por Escola Normal do 2º Ciclo.
Regente	Nomeado para o Quadro, portador de Diploma expedido pela Escola Normal do 1º Ciclo.
Monitores (leigos)	Contratados por um ano, mediante teste de eficiência com vencimentos correspondentes a $\frac{3}{4}$ do Padrão K. ⁴⁴

FONTE: MATO GROSSO. Lei nº. 2.399, de 25 de fevereiro de 1965. Da nova estrutura ao Quadro do Ensino Primário do Estado e dá outras providências. *Diário Oficial de Mato Grosso*, Cuiabá, MT, n. 14.660, p.01, 4. mar. 1965. APMT.

No texto da lei, observa-se que o monitor que trabalhasse mais de três anos de serviço poderia requerer inscrição nos Cursos de Centro de Treinamento do Magistério e ao término do curso passaria à categoria de regente. A Lei nº. 2.399 não faz nenhuma

⁴² Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar - PABAE

⁴³ Centro Regional de Pesquisas Educacionais - CRPE

⁴⁴ O padrão K corresponde ao do regente.

observação em relação às escolas rurais mistas, e também não reclassifica professores, regentes ou monitores em espaços rurais.

2.1 A Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra

2.1.1. O espaço e o tempo da Escola Rural Mista de Tangará da Serra

As fontes históricas em regiões onde fluxo populacional é muito denso, em razão do intenso movimento migratório, são muito esparsas, e além de um levantamento sistemático da fonte em arquivos públicos ou privados, o historiador tem a tarefa de realizar campanhas para encontrar as fontes. De posse das fontes, para que a narrativa seja construída e a trama histórica se concretize faz-se necessário neste momento, a aplicação do paradigma indiciário, apresentado por Ginzburg (1989) para que novas fontes possam ser retiradas de gavetas e armários individuais, na possibilidade de responder ou provar os questionamentos postulados pela historiografia. Pode-se considerar também fator de dificuldade para a obtenção de fontes arranjadas e disponíveis à pesquisa, a ausência de uma política pública de arquivos.

Em meio a estas dificuldades em obter fontes documentais escritas sobre a Escola Rural Mista de Tangará da Serra, poucas fontes escritas foram utilizadas, aquelas então, encontradas. Tendo como proposta, não se basear apenas nos elementos aparentes da fonte, mas realizar uma leitura mais complexa, como aponta Ginzburg (1989, p. 144) ao propor análise de obras de arte, “é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia [...]”.

O registro da história da Escola Rural Mista de Tangará da Serra foi possível em virtude do cruzamento de fontes escritas, orais e iconográficas. Os documentos escritos utilizados foram: um caderno de capa dura que tem múltiplas funções (registro de matrículas, registro de frequência de alunos e termo de visita); uma carta particular e o diário oficial do Estado de Mato Grosso. Entrevistas com ex-professores auxiliaram para a compreensão de algumas fontes iconográficas, bem como, permitiram uma melhor análise

dos documentos escritos. É importante relacionarmos imagens e narrativas: “[...] as narrativas existem no tempo e as imagens, no espaço”. (MANGUEL, 2001, p.24).

O documento intitulado, Livro de Matrícula de 1964 a 1966, é um livro ata com 100 páginas, sendo 79 utilizadas. Nele contém: termo de abertura, com data de 31 de março de 1964, assinado por José Nodari; registro de matrícula do período correspondente de 1964 a 1966; registro de frequência dos alunos do período de 1964 e parte de 1965; e também registros de termos de visitas, contendo sete termos com assuntos variados, dentre estes, inspeção escolar, exames finais e visitas de políticos.

Marcílio (2005) ao estudar as escolas de São Paulo nos anos 40 e 50 do século XX, destaca as formas de construções improvisadas, ou seja, escolas construídas de madeira, galpões sujos e sem conservação, e ainda assinala um desabafo do professor Florestan Fernandes: “A escola precisa oferecer conforto e propiciar estímulos à convivência e ao trabalho didático dos alunos e dos professores, o que não pode ocorrer em prédios mal adaptados, antiquados ou improvisados – os galpões são favelas escolares” (MARCÍLIO, 2005, p.258).

Esta produção da arquitetura escolar paulista, também se concretiza em Tangará da Serra; aqui a arquitetura da escola foi realizada com o material disponível, madeira. A Escola Rural Mista de Tangará da Serra se configurava com duas salas de madeira, cobertas de tábuas, denominadas pela população local de tabuinhas, e sem piso ou assoalho. Os alunos andavam sobre o “piso” de “chão batido” como eles denominavam. A professora Ivone Paternez Gonçalves que começou a lecionar em 1966, lembra que aos sábados convidava seus alunos da 4ª série do ensino primário para juntos jogarem água no chão, retirada do poço pela própria professora, para que a poeira pudesse assentar-se, possibilitando assim um ambiente mais agradável na sala de aula durante a semana. A escola possuía duas salas de aula, separadas por uma pequena área. Cada sala de aula tinha quatro janelas, também de madeira, sendo duas de cada lado.

Esta configuração arquitetônica, também era componente do processo educativo dos alunos que frequentaram a escola em Tangará da Serra, a partir de 1964. Paulo Nosella no prefácio da obra “Arquitetura e Educação” evidencia o papel do ambiente que educa.

Quem realmente educa é um ambiente geral, uma *Paidéia*, um clima cultural complexo que envolve, num mesmo processo educativo, alunos, professores, administradores da escola e população. O espaço físico da escola, sua fachada e estrutura, o jardim, as salas de aula, os corredores, a sala dos professores e do diretor, enfim, toda a organização arquitetônica do espaço é parte importante

desse determinado ambiente que educa (NOSELLA in: BUFFA; PINTO, 2002, p.13. Grifo do autor).

As salas de aula da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra ficavam muito próximas à zona de maior movimento da cidade, na época e na atualidade. Elas estavam próximas, à delegacia, à Igreja e à atual Avenida Brasil, na época também espaço de pouso para os aviões.

Segundo relato da professora Ivone Paternez Gonçalves, era comum os alunos saírem correndo da sala de aula quando escutavam um barulho de avião se aproximando. Todos queriam saber quem estava chegando. Inclusive a professora se direcionava ao campo de pouso de avião que era em meio a atual Avenida Brasil.⁴⁵ Em espaços em que a venda de terras era constante, em especial as rurais, o avião era um dos principais meios de transporte para o reconhecimento aéreo do terreno a ser adquirido por futuros fazendeiros, não sendo rara a presença de aviões pousando à vista dos alunos da Escola Rural Mista de Tangará da Serra.

A proximidade da escola com a delegacia⁴⁶ fazia com que os alunos estivessem sempre em contato direto com o movimento dos encarcerados. Sem muros, e com janelas de madeira vazada, a delegacia era outro ambiente muito frequentado pelos alunos em horários de recreio escolar. Olhando pelas janelas, eles observavam os detentos. A professora Ivone Paternez Gonçalves, em entrevista, relata que, mesmo dentro de sua sala de aula, ao olhar pela janela, era possível observar a circulação de pessoas na delegacia. O cotidiano da escola se misturava com as práticas da delegacia.

Sobre o espaço escolar, à Escola Rural Mista de Tangará da Serra, que ficava próximo a delegacia de polícia, um inspetor de ensino em 1965 registra o seguinte termo no livro de matrícula (p. 75 v.):

Aos sete dias do mês de junho de mil novecentos e sessenta e cinco, em visita a escola rural mista do lugar denominado “Tangará da Serra” no município de Barra do Bugres onde fui recebido gentilmente pelos professores José David Nodari, Terezinha Sasaki e Aldo Sasaki e percorrendo as salas de aulas encontrei em ordens as referidas salas contendo cada uma 12 bancos, 1 quadro negro, mesa, etc. Encontrando também em cada sala, mapas do Brasil e do Estado. Na área pertencente a escola, instalada duas casinhas sanitárias para meninos e meninas, achando-se em construção um poço já com 12 metros de profundidade. A escola que acha-se guarnecida com uma área de mais ou menos

⁴⁵ A Avenida Brasil é a principal avenida da cidade, nela se concentra o comércio, as principais praças e a Igreja Matriz. Ela corta a cidade de norte a sul.

⁴⁶ A delegacia de Tangará da Serra, foi criada pelo Decreto nº 939 de 25 de maio de 1965. “Cria o distrito policial de Tangará da Serra, no município de Barra do Bugres, com os limites que menciona.” Publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 31 de maio de 1965.

8 metros em volta digo em redor e mantêm sempre limpa. Tem também as suas escritas em perfeita ordem a qual fez lavar o presente termo.

A representação do espaço educativo realizada pelo inspetor de ensino e registrada no termo de visita em 1965, destaca uma escola em funcionamento, com boa higiene e ordeira. A garantia para o funcionamento estava na presença dos professores, da mobília, dos materiais didáticos. As instalações sanitárias, a construção do poço e a limpeza do pátio marcam a higiene. A ordem é observada no livro de registro de matrícula e frequência dos alunos.

Se observarmos o macro, saindo dos limites da escola, percebemos que sua arquitetura estava em sintonia com as demais construções que existiam na cidade que se formava. A madeira era quase o único material construtivo, nem mesmo a igreja era de alvenaria, tudo era de madeira: as casas das pessoas com maior ou menor capital; as casas de comércio; todas eram construídas com a matéria prima abundante na região, a madeira.

A madeira, em Tangará da Serra, fora utilizada de diferentes formas, mas o destaque está na arquitetura da cidade, pois a maior parte da construção urbana e rural era feita de madeira. Uma parte considerável de madeira fora vendida para outros Estados do Brasil (OLIVEIRA, 2004, p. 146).

Ao lançarmos um olhar do tempo presente à Escola Rural Mista de Tangará da Serra percebemos que sua arquitetura e seu espaço interno não eram nada atraentes. As salas de aula eram espaços pequenos para a circulação dos alunos, mal iluminadas, mal ventiladas. Os móveis eram de madeira rústica, 12 grandes bancos de madeira com encosto para o caderno, divididos em duas filas de seis bancos cada, uma para as meninas e outra para os meninos. Como a madeira não era lisa, os estudantes viviam rasgando suas roupas ou machucando-se em farpas nos bancos. Em alguns casos até oito alunos dividiam o mesmo banco escolar. Eram móveis sem conforto e como ficavam apertados, dificultava o contato direto da professora com as atividades que os alunos estavam realizando. A poeira no tempo da seca ou o barro no tempo das chuvas eram companheiros constantes dos alunos (GONÇALVES, 2007).

O material didático que existia na escola era escasso. O mapa do Brasil e do Estado de Mato Grosso eram usados pelos professores nas aulas de geografia. Tinha também em cada sala de aula um cartaz de tempo, confeccionado todos os anos pelo professor José

David Nodari⁴⁷. Livros didáticos eram poucos. Os alunos compartilhavam aqueles livros que existiam. O Estado de Mato Grosso deu pouca assistência à Escola Rural Mista de Tangará da Serra.⁴⁸

O poço só foi construído em 1965 e até que se pudesse retirar dele água para encher os potes de barro da sala de aula, os alunos tinham que trazer sua água de casa. Em alguns casos, eles iam às casas próximas à escola para matar a sede. As privadas eram separadas, uma para o sexo masculino e outra para o feminino. Este espaço também era compartilhado com quem passasse próximo à escola, já que a escola não tinha cercas.

Uma questão significativa é pensar que mesmo em uma localidade que se fazia urbana, a escola era considerada rural, pois estava a mais de 80 km da sede do município, que era a cidade de Barra do Bugres. Uma escola isolada mal assistida pelos poderes públicos municipal e estadual, porém uma escola em movimento para a população que migrava para Tangará da Serra. “Tudo era a escola”. Assim, enfatiza a professora Ivone Paternez Gonçalves, destacando o papel social e cultural da escola e do seu significado em um espaço geo-histórico que estava se concretizando.

A escola, em região de colonização recente, tem um papel social importante, pois além de ser componente da expectativa do sonho do migrante, de garantir um futuro próspero para seus filhos, diferente daquele que ele teve, a escola é o ponto de encontro das pessoas durante os eventos festivos.

Em Tangará da Serra, a escola também era o espaço em que o poder político encontrava eco. Qualquer político que chegasse à localidade era recebido pelos alunos que organizados pelos professores, rendiam-lhes homenagens, com desfiles, ou postos à frente do seu púlpito para ouvir o discurso. Através destes discursos, os alunos conheciam o Estado de Mato Grosso, ou a proposta de organização de Estado que os políticos expunham. Neste ínterim, o homem público conhecia novas realidades, práticas e culturas diversas de pessoas de diferentes lugares do Brasil. Uma identidade a ser construída.

Os alunos da Escola Rural Mista de Tangará da Serra, eram convidados também a acompanhar enterros, como afirma os depoimentos de professores da época. Quando morria uma pessoa, em particular da zona rural, e que não havia pessoas para realizar o cortejo da igreja ao cemitério, então, era solicitado aos alunos da escola que realizassem esta tarefa. Assim expressa a professora Ivone Paternez Gonçalves (2008) “*Eu cansei de acompanhar enterro, de gente que eu nem sabia quem era, depois que eu ficava sabendo*”.

⁴⁷ Parte da biografia de José David Nodari está no subtítulo “Aprendendo a ser professor”, neste capítulo.

⁴⁸ Esta escola era mantida pelo governo do Estado de Mato Grosso.

Aos domingos, no final da tarde, as pessoas da localidade urbana de Tangará da Serra, se dirigiam ao campo de futebol, que ficava muito próximo à escola, para assistirem jogos organizados pelo professor Aldo Sasaki. Os times eram formados por alunos e pessoas da comunidade. O professor se envolvia também com as atividades esportivas (SASSAKI, 2008).

A Escola Rural Mista de Tangará da Serra ocupou um lugar no centro da localidade de Tangará da Serra, não apenas como um espaço geográfico, mas em conjunto com a Igreja formavam o centro da localidade, a vida e os sonhos da população migrante passavam por estes lugares. O edifício da escola representava a marca de um tempo, o tempo da esperança de ocupar uma região e fazê-la produzir, construindo riquezas.

O tempo da escola em estudo foi cronologicamente de 1964 até 1967, quando a Escola Rural Mista de Tangará da Serra, foi transformada em 1968 nas Escolas Reunidas de Tangará da Serra. Este período foi a fase inicial da colonização de Tangará da Serra, um tempo marcado por crescimento significativo do número de habitantes, porém o intenso fluxo migratório ocorreu mesmo em 1970. Segundo relatos orais, muitas crianças que migraram para Tangará da Serra, foram para a zona rural e não frequentaram escola.

Para percebermos parte do fluxo migratório, podemos verificar os dados do número de alunos matriculados na Escola Rural Mista de Tangará da Serra, no período de 1964 até 1966, pois não foi encontrado nenhum registro escrito sobre o número de matrículas no ano de 1967.

Tabela 5 - Número de alunos matriculados na Escola R. M. de Tangará da Serra

Ano	Matrícula Inicial	Matrícula Progressiva	Total
1964	107	35	142
1965	133	16	149
1966	182	33	215

FONTE: LIVRO de Matrícula de 1964 a 1966.

Podemos observar que o crescimento do ano de 1964 para 1965 não foi significativo, mas de 1964 para 1966 a diferença é de 51,41%. As matrículas progressivas aconteciam no decorrer do ano letivo, mas na fonte analisada aparecem registradas em meses específicos, como as de 1964 que foram realizadas em maio (17 matrículas), julho (12 matrículas) e setembro (seis matrículas). Já as matrículas do ano de 1965 foram registradas em meses mais variados como em março (quatro matrículas), maio (quatro

matrículas), e agosto (oito matrículas). No ano de 1966, as matrículas progressivas foram registradas nos meses de março (19 matrículas), abril (uma matrícula) e agosto (13 matrículas).

Quanto ao registro das matrículas progressivas podemos verificar que os alunos frequentavam as aulas sem estarem matriculados, somente depois em uma data específica o responsável pela escola, o professor José David Nodari, lavrava as escrituras no livro de matrículas. A uniformidade da escrita na análise documental nos possibilita esta percepção.

O tempo escolar era dividido em dois turnos, um período matutino das 7 horas às 11 horas e outro vespertino, com funcionamento das 13 horas às 17 horas, com um intervalo para o recreio de 15 minutos, momento em que os alunos comiam a merenda que traziam de suas casas, bolos, doces caseiros ou arroz, feijão e carne, alimentação normal do dia-a-dia. A partir de 1966 houve um significativo aumento de alunos e a escola passou a oferecer três turnos de funcionamento durante o período diurno: um turno com funcionamento das 7 horas às 10 horas, um intermediário das 11 horas às 14 horas e o último das 14 horas às 17 horas. Sendo reduzido o tempo escolar de quatro horas para três horas diárias.

Para compreendermos melhor o tempo escolar em uma região de colonização recente, há que se considerar alguns aspectos. O primeiro está ligado ao tempo climático da região sudoeste de Mato Grosso, marcada na época por certa regularidade entre um período muito chuvoso do mês de novembro ao mês de abril e outro de seca do mês de maio ao mês de outubro. Este período influenciava a vida da população que era em sua maioria rural, ou mesmo vivendo no centro urbano mantinha uma relação muito próxima à vida rural (OLIVEIRA, 2004). O segundo, à permanência do aluno na escola durante o período de colheita do arroz, do feijão e do amendoim, lavouras brancas que envolviam na produção toda a família, homens, mulheres e crianças eram comprometidos. Uma maioria significativa das crianças durante o ano letivo, exceto em tempos de colheita, fracionavam seu tempo entre o trabalho na lavoura e a escola.

O ano escolar em 1964 iniciou-se no dia 02 de maio, conforme registro de frequência dos alunos. Embora as matrículas tenham se efetivado no dia 28 de fevereiro de 1964. O livro em que elas foram transcritas é de março de 1964 e a escola criada, oficialmente, em julho do mesmo ano.

O calendário letivo de 1964 foi distribuído do mês de maio ao mês de novembro, totalizando 145 dias de aula. Os dias letivos foram assim distribuídos: maio – 23 dias, junho – 22 dias, agosto – 25 dias, setembro – 25 dias, outubro – 27 dias e novembro – 23

dias. Durante todo o mês de julho não houve nenhum dia letivo. As aulas foram encerradas em 28 de novembro de 1964, sendo seis dias registrados como feriados.

Tabela 6 - Efemérides do ano letivo de 1964

Data	Efeméride
07 de maio	Ascensão de Nosso Senhor ⁴⁹
28 de maio	Corpo de Deus ⁵⁰
29 de julho	São Pedro ⁵¹
07 de setembro	Independência do Brasil
01 novembro	Todos os Santos ⁵²
02 novembro	Finados

FONTE: LIVRO de Matrículas - 1964 - 1966

No dia 03 de junho realizou-se na escola uma reunião com o grupo de professores, e no dia 04 do mesmo mês um culto religioso envolvendo toda a comunidade escolar. No dia 29 de novembro ocorreu um ato cívico em comemoração ao encerramento do ano letivo.

No registro de frequência há também um quadro que apresenta a porcentagem da frequência dos alunos durante os meses letivos. Observa-se que a relação entre o trabalho na lavoura e a presença às aulas fica evidente também ao verificarmos, na tabela a seguir, a baixa assiduidade no mês de outubro, período destinado ao plantio.

Tabela 7 - Porcentagem de frequência média nas aulas -1964

Mês	Porcentagem
Maio	83,5
Junho	75,8
Agosto	98,4
Setembro	83,8
Outubro	58,6
Novembro	78,6

FONTE: LIVRO de Matrículas - 1964 - 1966

⁴⁹ No livro está grafado Assunção do Nosso Senhor. A expressão correta é Ascensão do Senhor. “Ascensão do Senhor ocorreu quarenta dias depois da Ressurreição” (VARAZZE, 2003, p. 430). Cf. o texto bíblico em Ato dos Apóstolos 1, 6 -11.

⁵⁰ Atualmente no calendário esta é a festa de Pentecostes que segundo HOUAISS (2001, p. 2.180) é “Festa da Igreja católica em memória da descida do Espírito Santo aos apóstolos, 50 dias depois da Páscoa”. Cf. o texto bíblico em Ato dos Apóstolos 2, 1- 12.

⁵¹ Sobre a história de Pedro cf. em VARAZZE (2003) p. 500 – 512.

⁵² Todos os Santos é apresentado por Varazze (2003) p. 901 – 912.

Os registros de frequência nos anos de 1965 foram comprometidos, pois os documentos existentes só contemplam até o mês de junho. Em relação ao ano de 1966 não foi realizada nenhuma observação sobre a frequência, dada a completa ausência de documentos escritos.

Em 1965, as aulas começaram no dia 15 de março, como era regulado em toda a rede estadual de educação. De março a junho somaram 73 dias letivos, assim distribuídos: março – 15 dias, abril – 20 dias, maio – 24 dias e junho 24 dias. A frequência média dos alunos às aulas nestes meses também foi bastante significativa. Registrando sequencialmente: 79,24%; 79,71%; 82,73% e 81,91%. O primeiro semestre letivo apresenta uma significativa estabilidade nas atividades presenciais da sala de aula.

Os termos de visita, realizados pelos inspetores estaduais durante o ano letivo, registram a estabilidade do funcionamento da escola em 1965. Através também do termo de visitas do dia 25 de novembro de 1965 podemos observar que o ano letivo encerrou-se neste mês, pois nesta data foram realizados os exames finais.

Os alunos matriculados na Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra ocupavam seu tempo escolar com tarefas cotidianas rotineiras. Os professores copiavam os textos e atividades no quadro negro e os alunos transferiam a cópia para seus cadernos. Resolviam as atividades propostas e em seguida eram arguidos pelos professores. Os cadernos com as atividades realizadas eram corrigidos diariamente. No intervalo, oficialmente, de 15 minutos, os alunos usavam o tempo para realizar algumas ações como: comer sua merenda, brincar no campo de futebol, ou visitar os espaços que compunham os arredores da escola.

O tempo e o espaço escolares “operaram como uma espécie de discurso que institui, em sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos” (ESCOLANO, 1998, p. 72). Desta forma, podemos pensar que o espaço da Escola Rural Mista de Tangará da Serra não se limitava às duas salas de madeira, mas extrapolava portas e janelas, a dimensão do espaço da escola era a dimensão do espaço da cidade que estava se formando. Escola, Igreja, ruas se fundiam; “nascia” a cidade e a escola era um dos seus órgãos principais. O tempo da colonização privada de Tangará da Serra era o tempo da tentativa de concretização dos sonhos de mineiros, paulistas, paranaenses, baianos e outros migrantes que reocuparam o município de Tangará da Serra.

Assim como aborda Viñao Frago (2000) nem o tempo e nem o espaço são estruturas neutras, pois sempre se aprende e se ensina em lugares e tempos concretos. E os

lugares e tempos são determinados e determinam modos de ensinar e aprender. O tempo e o espaço da escola em estudo nos possibilitam a compreensão da vida social e histórica de uma população que se movimentava no Brasil nos anos sessenta do século XX.

2.1.2. Aprendendo a ser professor

Quem era o professor ou a professora em uma região que estava se organizando enquanto núcleo urbano? O responsável por ensinar na escola seria a pessoa que dentre a população local tivesse um grau de instrução superior em relação aos demais. Como Tangará da Serra se formou com pessoas do movimento migratório rural – rural brasileiro, e sabendo que esta população em sua maioria moradora de qualquer região do Brasil, mesmo a sudeste de onde a maioria era procedente, verificou-se que o nível de escolaridade dos migrantes era muito baixo, sem ter nem mesmo o ensino primário completo.

O professor neste momento era aquele que possuía ensino primário completo, ou que estivesse cursando as séries do ensino ginásial. Embora, não houvesse o curso ginásial em Tangará da Serra para que pudesse dar continuidade à sua vida escolar.⁵³

O Estado de Mato Grosso até os anos anteriores à Lei 9.394/96 desenvolveu uma política tímida em relação à formação de professores. A preocupação inicial ocorreu com a criação da Escola Normal de Cuiabá, que segundo Silva (2006) as primeiras providências com a instrução em Mato Grosso foram com a criação das escolas primárias até a instalação da Escola Normal de Cuiabá em 1840, sendo esta extinta em 09 de novembro de 1844. A Escola Normal de Cuiabá só veio a funcionar novamente em 09 de julho de 1874, quando a Lei 13 autorizou sua criação.

A história da Escola Normal em Cuiabá no século XIX não teve resultados significativos em seu início como afirma a autora:

(...) o curso de formação de professores arrastou-se durante todo este período, sujeito à penúria financeira dos cofres públicos provinciais e ao sabor das tentativas de organização realizadas pelas administrações que se sucediam numa instabilidade prejudicial a qualquer iniciativa lúcida ou bem intencionada. (SILVA, 2006, p.25)

⁵³ O Ginásio em Tangará da Serra foi criado em 1968 pela Lei nº 2.876 publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de dezembro de 1968.

O princípio básico da educação era preparar o indivíduo para exercer a cidadania, através do voto, e ser produtivo. Atendendo esta ideologia, foram criadas inicialmente Escolas Normais em São Paulo espalhando-se o modelo para quase todo o Brasil.

Para remodelar o ensino de Mato Grosso foram contratados dois professores paulistas que propuseram várias mudanças para a educação mato-grossense e a esperança maior de reforma foi depositada na Escola Normal. “Sendo assim, foi criada através da Lei n.º 533 de 4 de julho de 1910, a Escola Normal em Cuiabá é instalada no dia 1º de fevereiro de 1911, na rua 1º de Março n.º. 16 sob a direção do professor Leowigildo Martins de Mello” (SILVA, 2006, p.22). A referida autora afirma a influência do modelo paulista na implantação da Escola Normal de Cuiabá, porém tendo sua organização administrativa e curricular com características próprias.

Em Mato Grosso, desde a gênese da Escola Normal, conforme Silva (2006) os professores lecionavam sem qualquer formação pedagógica, pois eram indicados pelo Governo. Como os professores não possuíam formação acadêmica específica, mudavam a cadeira que lecionavam segundo suas conveniências.

O ensino secundário em Mato Grosso durante o Estado Novo é apresentado por Laci Maria Araújo Alves (1998) como um ensino elitista, sendo que o curso normal foi um dos que teve maior número de matrículas entre os estudantes do Liceu Cuiabano, unidade escolar da capital. Em Mato Grosso, durante a Era Vargas, apenas esta escola da capital era a responsável pela formação de professores. A Marcha para o Oeste intensificou o movimento migratório para o centro geográfico do Brasil, a oferta de escolarização aumentou, porém a oferta de cursos para a formação de professores continuou muito tímida.

O Regulamento de Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso, Decreto n.º. 759, de 22 de abril de 1927, instituído pela Lei n.º. 942, de 03 de fevereiro de 1926, não regulamentou sobre a formação dos professores e este regulamento vigorou até o regulamento da Instrução Pública de 1942. Na introdução do Regulamento de 1942, Lourenço Filho, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos faz a seguinte observação:

Certamente que o êxito de tais instituições dependerá também de mais adequada preparação dos mestres. Mato Grosso reformou, em fins de 1.937, o sistema de preparação para ao professorado, que passou a ser feito, depois do curso secundário, em um ano de estudos especializados, em organização anexa ao Liceu Cuiabano. Desde 1.939, a mesma reforma se fez na escola normal de Campo Grande. Mas, para que outras zonas do estado sejam atendidas, haverá

necessidade de cursos normais de cunho mais simples, e nos quais orientem devidamente os futuros mestres para a ação social que lhes compete. Deve ser notado que, ainda em 1.941, cerca de metade dos professores em exercício, no estado, não haviam recebido qualquer orientação específica para o trabalho que realizam. Isso explicará, em grande parte, o deficiente rendimento escolar. No triênio 1.939 – 1.941 os alunos aprovados não chegavam a representar metade da matrícula efetiva em relação a matrícula geral, os alunos só chegavam a ser promovidos em um terço.

O regulamento de 1927 categorizava os professores primários como efetivos e interinos. Os efetivos eram concursados, e a partir de 1927 também deveriam ser formados em escolas normais. Na falta do professor efetivo e ou normalista, se admitia para o exercício do magistério, as pessoas que hierarquicamente tivessem: o curso do Liceu Cuiabano⁵⁴; parte do curso normal; o curso complementar; parte do curso do Liceu Cuiabano. Porém, a lei deixava evidente que na falta de qualquer destas formações mencionadas anteriormente, poderia exercer a função de professor qualquer pessoa idônea.

A liberdade para o exercício do magistério em Mato Grosso, sem a necessidade de uma formação específica, é legalizada e se concretizou, com evidência nos anos 60 e 70 do século XX, nas regiões de colonização recente. A partir de 1965, com a Lei 2.399 de 25 de fevereiro, estes professores sem formação foram denominados monitores, porém na “prática” sempre foram reconhecidos como professores. E nos documentos escolares também são registrados como professores.

A Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra em 1964 possuía um quadro de quatro professoras, todas trabalhavam com dois turnos de aula e possuíam apenas o curso primário completo. Na tabela a seguir, as professoras, séries, turmas e número de alunos.

⁵⁴ O Liceu Cuiabano “Maria de Arruda Müller” era uma escola pública de Cuiabá que oferecia cursos Secundário e Normal. Atualmente é uma escola pública de ensino fundamental e médio do Estado de Mato Grosso e conserva parte da arquitetura do início do século XX.

Tabela 8 - Quadro de professores e turmas de 1964

Professora	Série	Divisão por sexo	Matrícula Inicial
Maria José da Silva Gomes	4ª	Masculino	03
	3ª	Masculino/ Feminino	12
	2ª	Masculino	08
Maria de Lurdes Nozela	2ª	Feminino	07
	1ªC	Masculino/Feminino	14
Herta Stoinheuser	1ª B	Masculino/Feminino	09
	1º A	Masculino	14
Suely Terezinha Sasaki	1ª A	Masculino	18
	1ª A	Feminino	22

FONTE: Livro de Matrículas - 1964

Em 1964, a professora Maria José da Silva Gomes foi substituída a partir do mês de agosto pelo professor José David Nodari. Este professor exercia também a função de responsável pela escola, considerado pelos outros professores e pela comunidade como o diretor. Na documentação escolar era o professor regente da escola, enquanto os outros eram considerados auxiliares. Era apenas ele que assinava e fazia todos os registros da escola.

José David Nodari nasceu em 03 de dezembro de 1920 na cidade de Santa Maria – SC e faleceu em 22 de junho de 1989 na cidade de Tangará da Serra. Ele começou lecionar na cidade de Tangará⁵⁵, no estado de Santa Catarina, depois mudou-se para o distrito de Vila Nova no município de Toledo no Paraná e em 1958 migrou para Cuiabá em Mato Grosso, permanecendo até 1960. A partir de 1960 residiu em Raizama, localidade rural no município de Barra do Bugres, lá era proprietário de uma fazenda.⁵⁶

⁵⁵ Cidade localizada no meio oeste do Estado de Santa Catarina. Conforme IBGE (2008) o município possui 8.632 habitantes.

⁵⁶ Informações de Ivone Nodari. Entrevista realizada com a filha de José Nodari. Aripuanã-MT, 22 jan. 2008.



Figura 7- José Nodari em plantação de arroz – 1972?

FONTE: Acervo privado da família Nodari

O professor José David Nodari deslocava-se de Raizama para a localidade de Tangará da Serra a cavalo. Era um longo percurso, cerca de 60 quilômetros distava Raizama da localidade urbana de Tangará da Serra. Porém, José David Nodari fez este trajeto muitas vezes entre os anos de 1964 e 1967. A partir de 1968, na gestão do prefeito José Turchen, ele foi nomeado supervisor das escolas municipais de Barra do Bugres e continuou inspecionando as escolas localizadas no perímetro rural de Tangará da Serra até o ano de 1976, quando ocorreu a emancipação político-administrativa do município de Tangará da Serra. Durante o período de 15 de junho de 1966 a 30 de setembro de 1967,

José David Nodari assumiu uma vaga na câmara municipal de vereadores como suplente (CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, 1966, f.85).

José David Nodari possuía o curso primário completo e um curso de técnico de nível médio⁵⁷. Durante sua vida como professor, realizou vários cursos pedagógicos, mas não fez nenhuma habilitação ao magistério. Sua participação no cenário da educação estava ligada à experiência como professor trazida do estado de Santa Catarina e também as influências políticas mantidas em Barra do Bugres.

Durante o período de 1964 a 1967 o professor José David Nodari foi o responsável pela organização do espaço escolar, pela contratação dos professores, matrícula de alunos, contato com os políticos locais, aplicação dos exames finais e por toda a escrituração da escola. José David Nodari era uma liderança política influente na localidade de Tangará da Serra no período em estudo. Estava sempre em companhia do gerente da SITA, Antônio Hortolani nos eventos políticos.

Na imagem a seguir, está discursando para a população, Antônio Hortolani, gerente da SITA; ao seu lado, de camisa com listras, Pedro Alberto Tayano⁵⁸; e atrás do Antônio Hortolani está o José David Nodari; os outros homens são políticos da capital do estado. A presença do José David Nodari nestes eventos servia como uma chancela do representante máximo da educação local às questões políticas.

⁵⁷ Não conseguimos documentos e nem informações mais precisas sobre a formação de nível médio do professor José D. Nodari.

⁵⁸ Pedro Alberto Tayano foi responsável pela colonização do núcleo urbano de Progresso, atual distrito de Tangará da Serra e também foi vice-prefeito de Tangará da Serra durante a primeira gestão municipal.



Figura 8 - Antônio Hortolani e José Nodari em discurso a população – 1965

FONTE: Acervo particular de Ivone Paternez Gonçalves

O quadro de professores em 1965 sofreu algumas alterações. O professor José David Nodari, exerceu a função de professor regente, mas não ministrou aulas, atuou como um supervisor. Em 1965 lecionaram na Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra os seguintes professores: Takeshi Sasaki, conhecido como Aldo Sasaki nome de batismo, Suely Terezinha Sasaki, Ivone Nodari e Elaide Hortolani. Dentre este corpo docente todos contavam com apenas o curso primário completo e alguns já havia iniciado o curso ginásial.⁵⁹

O professor Aldo Sasaki ministrou aulas em 1965 e 1966 na Escola Rural Mista de Tangará da Serra e segundo ele, começou a lecionar porque não havia ninguém na localidade com o seu grau de escolaridade e nenhuma outra pessoa disposta ao exercício do magistério. Ele possuía apenas a 2ª série ginásial e foi convidado pelo professor José David Nodari. Conforme Aldo Sasaki o material didático que utilizava nas aulas eram seus próprios livros e outros que o professor José David Nodari trazia para a escola. Para ele,

⁵⁹ Nenhum destes professores residiam em Tangará da Serra no período da pesquisa, ou seja, em 2009. Todos até setembro de 2009 estão vivos.

dar aula naquele tempo era muito fácil, pois os alunos não tinham experiência de escola, então qualquer coisa que fizesse agradava a todos.⁶⁰

Aldo Sasaki atuou como professor do modo como aprendeu na condição de aluno, imitando seus professores. Usava como método principal a memorização. Os textos e atividades eram copiados do quadro negro pelos alunos em seus cadernos. O professor fazia a verificação e ao final do mês aplicava as provas. Ao término do ano letivo o professor José David Nodari aplicava os exames finais.

A carreira de professor de Aldo Sasaki encerrou-se em 1967 quando mudou-se para a zona rural de Tangará da Serra, não mais como professor, mas como agricultor. Ele não construiu um itinerário na educação. Tornou-se professor por solicitação do gerente da SITA, senhor Antônio Hortoloni e não criou expectativas em construir uma carreira de profissional da educação. Os baixos salários do magistério e o matrimônio fizeram com que ele recorresse a uma outra atividade profissional.



Figura 9 - Aldo Sasaki - 1964

FONTE: Acervo – Álbum da Família Sasaki

⁶⁰ SASSAKI, Aldo. Entrevista concedida ao autor. Várzea Grande - MT, 31 de jan. 2008

A fotografia anterior do professor Aldo Sasaki é de 1964, com 18 anos de idade, professor em Tangará da Serra. Apesar da juventude, segundo Aldo Sasaki (2008) os alunos não lhe faltavam com respeito. Ele não aplicava castigos físicos, no máximo o que fazia, segundo seus relatos, era solicitar aos alunos que escrevessem várias vezes a mesma frase no caderno.

A professora Suely Terezinha Sasaki (na imagem a seguir, com saia escura), irmã do professor Aldo Sasaki, foi professora nas mesmas condições que o irmão, desvinculando-se da escola em 1967. O nome da professora Elaide Hortolani não aparece mais nos registros a partir de 1965. Ela era filha de Antônio Hortolani, o responsável pelos empreendimentos da colonizadora SITA. A professora Ivone Nodari, filha de José Nodari também lecionou em Tangará da Serra apenas nos anos de 1965 e 1966.

Estes professores, citados anteriormente, estavam ligados às pessoas com poder de decisão política e econômica na localidade. A família Sasaki, era uma família numerosa e proprietária de terras, e os outros dois representavam o poder da colonizadora, a família Hortolani e a família Nodari, a política municipal.⁶¹

A imagem a seguir apresenta as professoras Suely Terezinha Sasaki e a professora Ivone Nodari. A primeira casa, em destaque na fotografia, era o escritório da SITA e aos fundos a máquina de arroz de propriedade de Bento Muniz⁶² e depois vendida para Sílvio Paternez⁶³. A imagem foi realizada na esquina da atual Avenida Brasil.

⁶¹ A professora Suely Terezinha Sasaki é professora no Estado de Roraima. Elaide Hortolani teve como único período na educação este ano na Escola Rural Mista de Tangará da Serra e Ivone Nodari até 2009, momento desta pesquisa era professora na rede estadual e municipal da cidade de Aripuanã no Estado de Mato Grosso.

⁶² Bento Muniz foi o primeiro vereador eleito pelos moradores de Tangará da Serra em 1963.

⁶³ “Natural de São José do Rio Pardo Estado de São Paulo, nascido no dia 1º de janeiro de 1920. Mudou-se para Tangará da Serra no ano de 1965, instalou uma máquina de beneficiamento de arroz. Grande incentivador do plantio de algodão e amendoim na região, dignamente representante da extinta MATOVEG (Mato Grosso Óleos Vegetais). Articulador da Educação em Tangará da Serra, prova disto foi manter suas três filhas, Maria Lúcia, Ivone e Grácia, como professoras do primeiro grupo escolar. Sílvio Paternez, em 1966 foi nomeado preparador eleitoral [de Tangará da Serra]. [...]. Faleceu em 1º de fevereiro de 1976, aos cinquenta e seis anos de idade. Em sua homenagem foi criada a Escola Municipal Sílvio Paternez por força do Decreto nº 30/92 do G.P., localizada no Jardim Santa Izabel – Tangará da Serra.” (SILVA, 1998)



Figura 10 - Professoras Terezinha Sasaki e Ivone Nodari – 1965
 FONTE: Acervo – Professora Ivone Nodari

Em 1966, aumentou o quadro de professores na localidade de Tangará da Serra. Manoel Ciriaco da Silva, Ivone Paternez, Maria Lúcia Paternez começaram a lecionar. Em 1967, novas professoras são admitidas à Escola Rural Mista de Instrução Primária da Tangará da Serra, Grácia Paternez, Ninfa Guerra e Elzira da Cruz.

Quando Silvio Paternez chegou à localidade de Tangará da Serra em 1966 suas filhas, que cursavam as séries iniciais do ginásio, foram logo convidadas para serem professoras. Dentre os professores de 1966 e 1967 ninguém tinha habilitação para o ensino primário e sem a conclusão do curso ginásial.

Ivone Paternez Gonçalves começou a lecionar com 17 anos de idade, e sua irmã Grácia Paternez com 15 anos. Com a carência de professor na época, a idade não era empecilho para o desenvolvimento das atividades de docência. O nível de escolaridade do professor deveria ser maior do que o dos alunos que ele iria ensinar.

Assim narra Ivone Paternez sobre quando começou a lecionar: “Eu cheguei em 1966, em fevereiro, e em março, comecei a dar aula. Eu não tinha nem o ginásio completo, na época estava na terceira série ginásial”.⁶⁴ Ivone Paternez aprendeu a ser professora com a experiência prática de sala de aula, “[...] eu lia [...] nós aprendíamos sozinhas, ia

⁶⁴ Em entrevista para o autor, em 2 jan. 2008. Ivone Paternez Gonçalves é professora aposentada do Estado de Mato Grosso.

dando aula assim, mas saíamos muito bem, os nossos alunos daquela época que nos encontram falam muito bem. Ensinávamos muito”.⁶⁵

O que dava segurança para Ivone Paternez lecionar era a presença dos manuais didáticos, os livros que trouxe de São Paulo, ou os que conseguia com os alunos que chegavam de diferentes regiões do Brasil. A aula era a reprodução dos materiais didáticos. Estes manuais foram introduzidos na escola no século XIX em substituição a leitura dos clássicos, produzindo então a simplificação do trabalho didático.

A imposição do novo tempo, para Comenius, deveria resultar na simplificação do trabalho didático, de uma forma tal que qualquer pessoa pudesse ensinar. O professor, que, até então, precisava ter o domínio de uma erudição muito acima da média, viu-se submetido ao mesmo processo de especialização profissional que já atingira o trabalhador das manufaturas. Como decorrência, a simplificação do trabalho didático gerou o barateamento dos serviços prestados pelos professores e, com isso, a queda dos custos de instrução. Começava a se tornar viável, portanto, a universalização da educação. Os manuais didáticos, enquanto instrumentos de simplificação do trabalho do professor, assumiram papel central nesse processo. (ALVES, 2004, p.173)

No testemunho de Ivone Paternez Gonçalves (2007) percebeu-se uma satisfação imensa em poder participar do processo de escolarização de Tangará da Serra no início de sua colonização. Assim como sua entrada no magistério, que embora tenha sido por sugestão do seu pai, Sílvio Paternez, como uma ajuda aos migrantes da nova terra, foi uma decisão dela continuar no itinerário da educação até sua aposentadoria. Ser professora foi um dos motivos que a fez continuar sua vida escolar.

Segundo relato de ex-professores, como Gonçalves (2007), Sasaki (2008) e Pereira (2009) a relação entre os professores e a chefia, de 1964 a 1967, representada pelo professor José David Nodari, sempre foi profissional e conciliadora. No exercício do poder, José Nodari conversava sempre de uma forma tranquila e amigável com alunos e professores. Mesmo em tempos de ditadura, na Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, respeitava-se os direitos individuais e o saber fazer de cada professor.

Segundo Justino Magalhães (2004) conhecer esta área de direção e gestão das instituições educativas é entender o processo de comunicação interno e externo da escola. Segundo relatos de professores, embora José Nodari fosse, hierarquicamente, superior aos demais professores, sempre tomava as decisões em conjunto com todos. E sempre que necessário mantinha uma relação estreita e política com toda a comunidade, e em especial com seus representantes.

⁶⁵ Idem

2.1.2.1 José David Nodari e a escrita de si

A rede de solidariedade em regiões como de Tangará da Serra foi expressiva, pois a população migrante em geral comungava dos mesmos objetivos, que seria de garantir um futuro próspero para si e para sua família. E a escola, era um dos espaços pensados pelos pais para que parte desse futuro fosse assegurado. Desta forma, em geral, ao chegar à localidade de Tangará da Serra os pais procuravam matricular seus filhos na escola. Como o número de crianças escolarizáveis era significativo havia a necessidade de contratar mais professores e subdividir os turnos escolares. O tempo escolar a partir de 1966 passou a funcionar em três turnos.

O responsável pela contratação de professores em Tangará da Serra, junto à Secretaria de Cultura e Educação, era o professor José David Nodari. Com a chegada de novos migrantes, ele, em 1966, contratou como professores Manoel Ciriaco da Silva, Ivone Paternez e Maria Lúcia Paternez. Porém, estas contratações foram anuladas através de atos do governo federal.

Para compreendermos este episódio, tomamos como referência uma correspondência que José David Nodari escreveu para Silvio Paternez, pai de duas professoras e também político e representante do cartório eleitoral de Barra do Bugres em Tangará da Serra. A correspondência é uma fonte histórica privilegiada pelas escritas de si.

No campo da história da educação, são muitas as razões para a atenção da escrita de si. A produção de cartas sempre foi muito presente nas salas de aula, além de estabelecer a comunicação entre a escola, a família e os alunos. Não obstante outros interesses também passam pelas correspondências.

Essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si propriamente dita – como é o caso das autobiografias e dos diários -, até a da constituição de uma memória de si, realizada pelo recolhimento de objetos materiais, com ou sem a intenção de resultar em coleções. É o caso das fotografias, dos cartões-postais e de uma série de objetos do cotidiano, que passam a povoar e a transformar o espaço privado da casa, do escritório etc. em um ‘teatro da memória’. Um espaço que dá crescente destaque à guarda de registros que materializem a história do indivíduo e dos grupos a que pertence. Em todos esses exemplos do que se pode considerar atos biográficos, os indivíduos e os grupos evidenciam a relevância de dotar o mundo que os rodeia de significados especiais, relacionados com suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem dignas de ser lembradas. (GOMES, 2004, p.11)

A correspondência analisada é uma carta⁶⁶ que tem como missivista José David Nodari. Ela foi escrita na cidade de Barra do Bugres em 24 de julho de 1966 e endereçada a Silvio Paternez com o objetivo de informar sobre a não efetivação do contrato dos professores Ivone Paternez, Maria Lúcia Paternez e Manoel Ciriaco da Silva marcadas pelas normas arbitrárias do governo brasileiro nos tempos da ditadura militar.

O professor José David Nodari e o deputado estadual Antonio Duarte estiveram em busca dos processos de contratação dos professores por diversos dias na Secretaria de Educação e Cultura, porém verificaram que estes estavam na Casa Civil no Palácio do Governo e também indeferidos, com o seguinte argumento registrado na correspondência: “[..] foram indeferidos pelo atual governador por força do Suplementar do Ato nº 15 do Presidente da República, de 16 do corrente mês. Pois, cujo ato veio tornar sem efeito todas as nomeações feitas a partir do dia 27 de outubro – 65 até o presente”.⁶⁷ Percebe-se um descompasso entre as ações dos presidentes e a realidade brasileira.

Neste ato presenciamos como o governo ditatorial apesar de estar não mais que dois anos no poder já articulava para a efetivação de uma sociedade de controle. O texto da carta também nos sugere uma não preocupação com a educação nacional e com suas peculiaridades regionais, quando sem criar uma política de formação de professores delibera que apenas os habilitados pudessem exercer suas funções. “*E doravante só será admitido concursadas ou aqueles que possuírem títulos que comprovem cursos completos e os que estiverem lotados antes desse prazo permanecerão até posterior julgamento*”.

Em Mato Grosso, nos anos 60 do século XX a situação de professores concursados não era animadora. Em 03 de dezembro de 1959 foi publicado no Diário Oficial, a Portaria nº 636 de 15 de outubro de 1959, assinada pelo governador João Ponce de Arruda (31/01/1956 a 31/01/1961) oficializando um concurso público para professores. Porém, o Despacho Governamental de Fernando Correa da Costa (31/01/1961 a 15/03/1966) publicado em Diário Oficial em 20 de maio de 1961 anulou o concurso de 1960 e outro despacho publicado em Diário Oficial de 01 de julho de 1961 tornou sem efeito as efetivações realizadas no concurso de 1960.

Em atendimento ao pressuposto do ato presidencial, a escola em Tangará da Serra deveria ser fechada. “*Entretanto, Tangará só possui um (1) professor lotado, e por*

⁶⁶ O texto integral da carta está em anexo.

⁶⁷ Grifo do autor.

determinação do referido Ato nº 15, não haverá nomeações. O que devemos aguardar com as portas fechadas da escola; (5 –agosto)”.⁶⁸

Fechada para as férias em julho a escola então não poderia reabrir pela ausência de professores para o magistério. Como a comunidade reagiria a um espaço sem escola? Não seria uma política favorável à propaganda realizada pela colonizadora SITA, em especial na região sudeste do Brasil. Não se pode pensar em um futuro melhor para os filhos sem pensar na escola. A escola seria a porta de entrada para o sonho das famílias de lavradores que subiam a serra do Tapirapuã na esperança de conseguir riquezas com a produção do ouro verde. O trabalho nas lavouras de café seria o primeiro desejo, a escola e uma boa profissão para os filhos a mola propulsora da colonização.

O problema estava posto. A solução estava nas mãos de quem articulava o destino político de Tangará da Serra. A SITA não poderia deixar fracassar o seu projeto. E em razão da ausência do Estado, a empresa colonizadora assumiu o pagamento dos professores, não em papel moeda, mas em propriedade. Os três professores que trabalharam em 1966 receberam um terreno urbano, de boa localização, no atual centro da cidade de Tangará da Serra como recompensa pelo serviço prestado.

Para a SITA a manutenção da escola seria a garantia da efervescência do movimento migratório. A escola era um dos motivos da boa representação do espaço social. Quando os habitantes de Tangará da Serra escreviam para os seus familiares espalhados pelas diversas regiões do Brasil, deixavam evidente que, na localidade urbana existia uma escola e que os professores faziam o possível para ensinar bem.⁶⁹

A permanência da escola para a empresa colonizadora não representava apenas a consolidação da verdade vendida pela propaganda, mas um espaço onde futuras tensões sociais fossem controladas. A escola era um espaço político por excelência nesta região de colonização recente e também o lugar da construção dos valores necessários para a sobrevivência em meio à ausência de muitos recursos. Neste caso, a escola primária segue uma ordem estabelecida, como afirma André Petitat (1994, p. 147):

Juntamente com a segunda metade do século XVIII, entramos em um novo período da história do ensino, sob o signo do Estado. [...] Os Estados educadores são herdeiros do dualismo escolar do Antigo Regime. O ensino primário público apresenta-se basicamente como uma instrução moralizadora para o povo [...] (PETITAT, 1994, p. 147. Grifo nosso).

⁶⁸ Os grifos são de José Nodari.

⁶⁹ As informações sobre estas cartas estão nos depoimentos de vários entrevistados como Casagrande (2006), Gonçalves (2008), Pereira (2009) e Melo (2008).

A SITA, mesmo não assumindo uma responsabilidade completa sobre a escola, estava através do seu gerente Antônio Hortolani, sempre presente em todas as atividades desta. Inclusive durante a aplicação dos exames finais aos alunos. Esta participação pode ser observada no registro do termo de visitas (1965):

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e cinco, compareceram em visita à sala de aulas “Duque de Caxias” localizada no estabelecimento de ensino situado em Tangará da Serra, os senhores: Dr. Amando Barbosa, Dr. Simão Aureliano de Barros Filho diretor do ‘Fundepim’ e Nehemias Mendes Martins, fiscal de obras do ‘Fundepim’, acompanhados que foram pelo sr. Antonio Hortolani diretor-gerente e concessionário da SITA (Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para agricultura LTDA). Na ocasião, tiveram a oportunidade de acompanhar o desenrolar dos exames, podendo constatar a eficiência dos professores e o aproveitamento dos alunos.

A escola “Duque de Caxias” era uma das denominações da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, porém não foi um nome popularizado pela comunidade escolar. Desta forma, ele permaneceu em poucos registros escolares e também não foi o nome oficializado para a escola.

O texto redigido por José David Nodari aponta, ainda, a participação na verificação do exame dos alunos, nomes de pessoas ilustres para a época, como o de José Amando Barbosa que foi, posteriormente, prefeito municipal de Barra do Bugres (1970 – 1974) e Deputado Estadual. Os senhores Simão Aureliano de Barros Filho e Nehemias Mendes Martins, responsáveis por programas do governo estadual. Embora estes nomes constam no termo de visita, não foram apenas estas pessoas que estiveram presentes à escola durante a visita das pessoas citadas. Assinam o termo de visitas Bento Muniz, Antônio Casagrande, Expedito Lopes dos Santos, Gerolino Ferreira de Aguiar, Emílio Fernandez Lopez, Miguel Teixeira Francisco, Satfles Valentim de Oliveira e José Nodari. Os nomes citados eram de pessoas que exerciam cargos públicos no município e também de representantes influentes na comunidade.

Nesta leitura da escrita de si de José Nodari, mapeada pela correspondência enviada a Silvio Paternez como no texto do termo de visita, assim como, nos relatos que a ele fazem referência, percebemos uma sintonia grande entre o representante da escola e o representante da Empresa Colonizadora. Esta cadeia de relações marcava a confluência dos objetivos que a colonizadora tinha com a manutenção da escola. O professor Aldo Sasaki

relatou que sempre que precisava de dinheiro, pois seu pagamento como professor atrasava, recorria a Antônio Hortolani.⁷⁰

Na correspondência remetida a Silvio Paternez, leu-se a presença de amizade entre o missivista e o destinatário. “*Solicito ao caro amigo levar ao conhecimento dos expostos acima à Comissão do Educandário de Tangará [...].*” Na memória coletiva daqueles que estiveram envolvidos nesta trama de relações, em que se configuram o período de 1964 a 1967, no processo de institucionalização da escola em Tangará da Serra, mistura-se trabalho e amizade em um campo de muitas tensões produzidas pelo grande fluxo migratório.

2.1.3. Ser aluno no movimento migratório

Os alunos migrantes que ocuparam os bancos escolares em Tangará da Serra, em sua maioria, eram filhos de lavradores. Uma parte significativa dos alunos morava na zona rural da localidade, nas chácaras próximas ao núcleo urbano. E como eram filhos de famílias cuja vida fora alicerçada no meio rural também e de famílias que estavam em movimento migratório constante, muitos estavam fora da faixa etária de suas séries. Isto também se explica, em razão de que as crianças moravam em lugares sem condições de acesso a escola.

Podemos observar no gráfico abaixo a diferença entre a idade e a série entre os anos de 1964 a 1966. São poucos os casos em que alunos estavam matriculados com idade e série correspondentes. Conforme estabelece a Lei nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961 em seu Art. 27 “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que o iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento”. Em Tangará da Serra, os alunos com defasagem idade – série continuaram estudando em salas regulares de ensino primário, pois, não foi formada nenhuma classe especial ou curso supletivo que atendesse a demanda de alunos.

⁷⁰ Em entrevista para o autor. Várzea Grande – MT, 31 de jan. 2008.

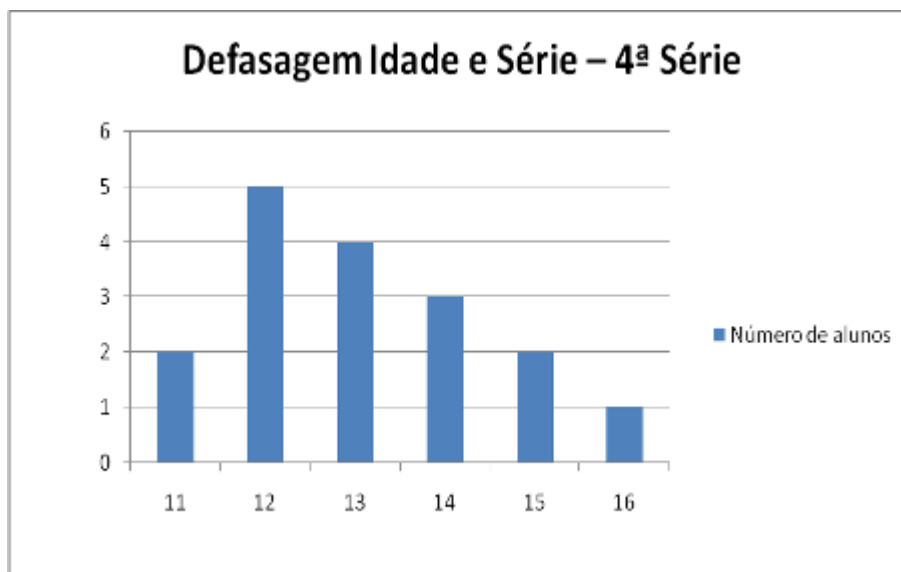


Figura 11 - Defasagem Idade e Série – 4ª Série – 1964 a 1966

FONTE: Livro de Matrículas - 1964 – 1966

Na leitura do gráfico referente aos alunos com matrícula inicial na quarta série percebemos que os alunos destoam à idade na série correspondente, pois deveriam estar com 10 anos matriculados na quarta-série e entre 17 alunos que cursaram esta série no período de 1964 a 1966 apenas dois se aproximam idade e série conforme se considera com maior normalidade. A quantidade de alunos matriculados nesta série em três anos também possibilita uma leitura do funil que ocorria na educação brasileira no período em análise. Poucos eram os que conseguiam cursar a última série do ensino primário, especialmente, se tratando de uma população que teve sua vida ligada ao universo rural.

Os alunos matriculados no ano de 1964 na 4ª série do ensino primário foram: Afonso Torres, Silas Corsino e Paulo T. Gomes. O segundo foi posteriormente professor do Grupo Escolar de Tangará da Serra nos anos 70 do século XX. Não há registro de nenhuma matrícula de meninas em 1966.

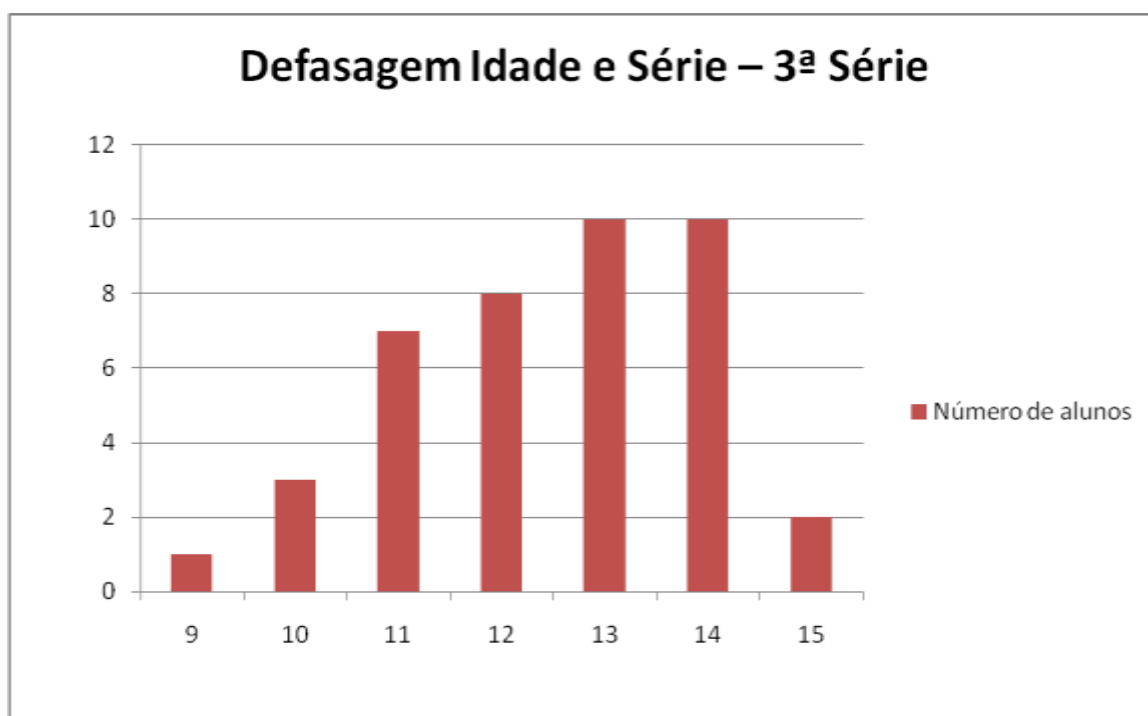


Figura 12 - Defasagem Idade e Série – 3ª Série – 1964 a 1966

FONTE: Livro de Matrículas - 1964 – 1966

Em uma soma geral cursaram a 3ª série de 1964 a 1966, 41 alunos, e destes apenas quatro podem ser considerados numa relação mais próxima entre idade e série. A quantidade de alunos aumenta em relação à quantidade de alunos da 4ª série.

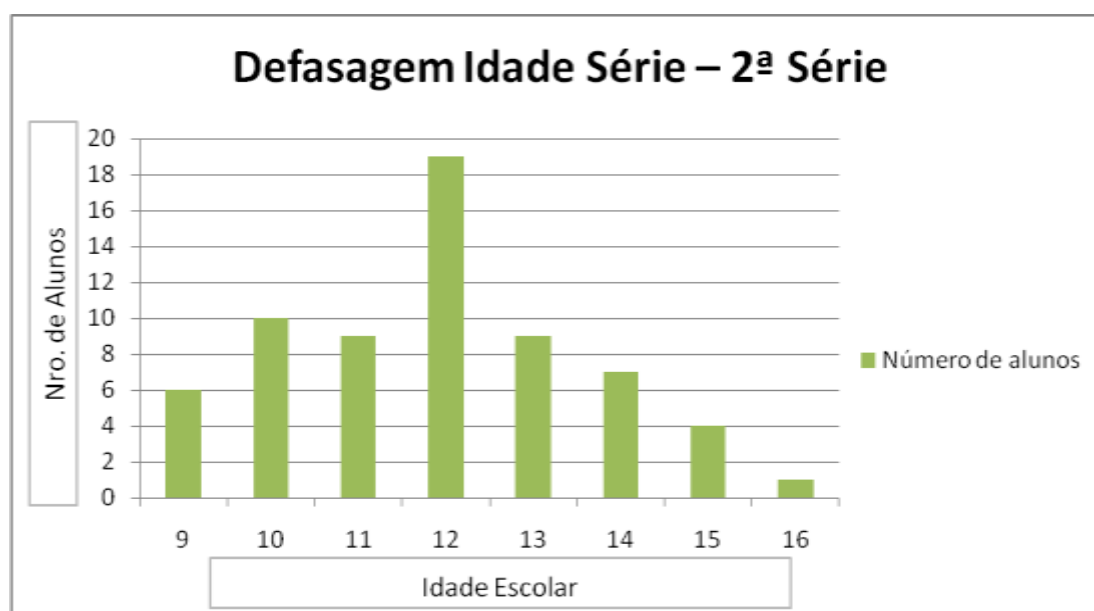


Figura 13 - Defasagem Idade Série – 2ª Série – 1964 a 1966

FONTE: Livro de Matrículas - 1964 – 1966

A mesma leitura, do gráfico anterior se aplica ao gráfico da 2ª série, pois, aumenta-se o número de alunos, mas o tempo de entrar na escola era tardio. Em muitos casos, a

criança ficava mais de um ano na primeira série, pois haviam as divisões entre primeira série A, B e C. Os alunos eram divididos conforme o nível de conhecimento apresentado nos testes feitos pelo professor, que geralmente era de leitura, escrita e o domínio das quatro operações matemáticas. Nestas divisões de turmas, em específico na primeira série do curso primário, não havia a preocupação com a idade do aluno, mas com a cognição que ele apresentava nos testes escritos.

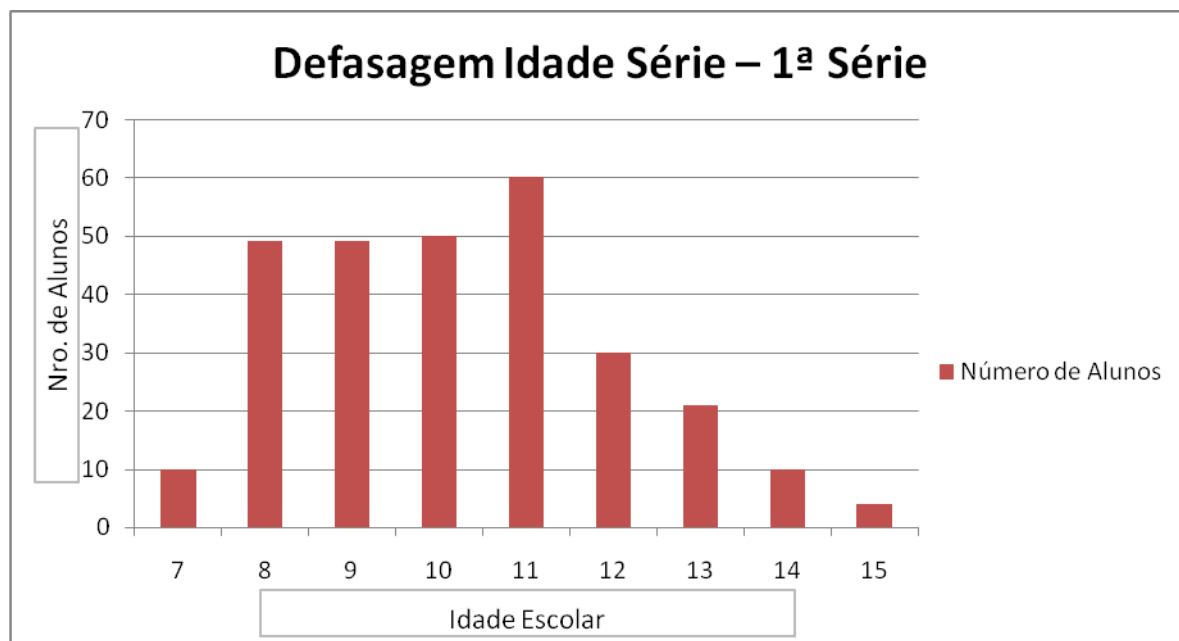


Figura 14 - Defasagem Idade Série – 1ª Série – 1964 a 1966

FONTE: Livro de Matrículas - 1964 - 1966

A primeira série do ensino primário também apresenta um índice grande de defasagem idade e série, porém em 1964 entram na escola com sete anos de idade nove alunos e 12 com oito anos. Em 1965, foram matriculados sete alunos com sete anos de idade e 15 alunos com oito anos de idade. Em 1966, não foi matriculado nenhum aluno com sete anos de idade e foram matriculados 22 alunos com oito de idade. De um total geral, de 296 matrículas de alunos na primeira série, apenas 65 alunos estavam entre sete e oito anos no início das suas atividades escolares.⁷¹

O número de alunos que repetiam a primeira série também foi muito significativo. É possível observar que em 1964 foram matriculados na primeira série um total de 77 alunos com matrícula inicial, e em 1965 foram matriculados na 2ª série do ensino primário apenas 22 alunos, e destes, 22 apenas nove fizeram a primeira série no ano de 1964 na

⁷¹ Neste período não existia escola pré-primária em Tangará da Serra. As salas de educação pré-primária foram abertas em 1971 no Grupo Escolar de Tangará da Serra.

Escola Rural Mista de Tangará da Serra. Seguindo a trajetória escolar do aluno Gilberto de Souza, verificamos que ele cursou três anos seguidos a primeira série, sendo matriculado em 1964 a 1966 na primeira série A. O mesmo aconteceu com a aluna Cleuza A. Feitoza que cursou três vezes a primeira série. Estes são alguns exemplos dos muitos que podem ser verificados no livro de matrículas, uma parte significativa dos alunos fizeram mais de uma vez, a primeira série do curso primário.

Ao observarmos o livro de matrículas da 3ª série do ensino primário do ano de 1966 verificamos que foram efetuadas 17 matrículas, mas destas, apenas cinco alunos e uma aluna cursaram a primeira série em 1964. Em 1964, como dito anteriormente, foram matriculados 77 alunos na primeira série, considerando-se o avanço do processo migratório, mas foram poucas as crianças promovidas de série. A repetência e a evasão são aparentes, sendo que a primeira predomina sobre a segunda.

A Escola Rural Mista de Tangará da Serra era uma escola para lavradores, pessoas simples que passaram a maior parte de suas vidas envolvidas com atividades rurais, porém era uma escola seletiva. O número exagerado de reprovações nos indica que neste momento há um predomínio do método de memorização. A escola com este número alto de reprovação produzia a segregação antecipada, frustrando sonhos de muitas crianças migrantes conseguirem um “futuro” com o conhecimento escolar.

Um ato muito comum no livro de matrículas é o registro de várias crianças da mesma família na mesma série e no mesmo ano letivo. Como exemplo, podemos verificar os filhos de Antônio Caetano e Otacília Caetano, que no dia 31 de março de 1966 matriculou cinco filhos na primeira série: Gedalva Caetano - 7 anos, Álvaro Caetano - 8 anos, Maria Cristina Caetano - 11 anos, Dejair Caetano - 12 anos e Maria do Carmo Caetano - 15 anos. Esta situação comprova o descaso de políticas públicas que garantissem o acesso e a permanência das crianças, em especial na zona, na escola brasileira nos anos 50 e 60 do século XX.

Segundo os relatos de professores, os alunos que compunham a comunidade escolar da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, em sua grande maioria, não usavam uniformes na escola, embora fossem estimulados a usar camisa branca e calça azul marinho. Essa prática de uso de uniforme vai se efetivar com maior rigor com a consolidação das escolas reunidas e depois com grupos escolares. Sendo assim, usavam roupas comuns na assistência de aulas e grande parte calçava chinelos. Os materiais escolares - lápis, borrachas, cadernos e livros - quando possuíam eram trazidos em

embornal, confeccionado pela própria mãe. O embornal era uma sacola feita com um tecido mais resistente.

Os materiais escolares, usados pelos alunos, composto de cadernos, lápis e borrachas, eram comprados no pequeno comércio local ou eram distribuídos por José David Nodari que conseguia na Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso ou na Prefeitura Municipal de Barra do Bugres. A professora Ivone Paternez Gonçalves (2008) também destaca a doação de livros realizada por José Amando Barbosa Mota⁷², que sempre entregava na escola sacolas de livros procedentes da Secretaria de Estado de Educação.

Os alunos faziam filas para entrar na sala de aula, separados por sexo, em qualquer circunstância, no início e após o intervalo do recreio. Sempre havia uma preleção do professor José David Nodari quando estava presente, quando ele estava ausente outro professor dirigia a palavra ao conjunto de alunos. Sempre uma oração compunha o cotidiano do início das aulas. Na sala de aula, meninos e meninas sentavam em bancos diferenciados.

O calendário cívico era comemorado na escola. Os alunos declamavam poesias, cantavam hinos pátrios e em algumas ocasiões, como o dia da pátria, desfilavam na avenida da cidade. O espaço do desfile era a atual Avenida Brasil. Alunos uniformizados ou não, sempre marchavam na terra árida da avenida. A população local colocava-se em cordão para ver a capacidade de improviso de professores e alunos diante da ausência de material específico para a organização da fanfarra.

Ivone Paternez Gonçalves relata com muito entusiasmo a organização das atividades realizadas para as comemorações cívicas. O texto abaixo destaca um dos primeiros desfiles cívicos ocorridos em Tangará da Serra em 1966:

[...] eu fiz as meninas como baliza do jeito que dava pra fazer. [...] não tinha tambor para a fanfarra. Sabe o que nós fizemos?Tinha um homem aqui um senhor que morava em frente a minha casa ali na máquina eu via ele sempre batendo um tambor [...] tínhamos bastante amizade e ele fazia tambor para festa nordestina. Eu fui lá e pedi. Nós levamos uma lata redonda de bolacha e ele colocou um couro por cima. E o outro [tambor] ele fez um tambor, eu devia te guardado é uma relíquia, ele fez o tambor de madeira. Ele fez um quadradinho assim de madeira e colocou couro encima e embaixo [...] (GONÇALVES, 2008, p. 10).

⁷² José Amando Barbosa Mota sempre participou ativamente das atividades políticas do município de Barra do Bugres e depois de Tangará da Serra; foi prefeito municipal na legislatura de 31 de Janeiro de 1970 á 31 de Janeiro de 1974, conforme Livro de Atas da Câmara Municipal de Barra do Bugres, Livro de Atas n ° 06 fls.05.

Meninos e meninas dividiam quase o mesmo espaço nas salas de aula. O acesso também não apresenta disparidade entre os sexos neste período de 1964 a 1966. Mesmo se casando muito jovens, algumas meninas cursaram o ensino primário em Tangará da Serra.

Diante dos 1.275 casamentos analisados em Tangará da Serra, percebemos que as mulheres se casavam entre 16 e 22 anos; 221 mulheres, com 16 anos e 217, com 21 anos de idade. Por outro lado, percebe-se que 145 mulheres casaram-se após os trinta anos, a maior parte delas eram viúvas que voltavam a constituir novas famílias (OLIVEIRA, 2004, p. 102).

As meninas em idade escolar, geralmente trabalhavam nas lavouras, principalmente nos momentos especiais de plantio e colheita. Elas também eram responsáveis pela manutenção do que se plantava próximo à casa, como pomar, horta e criação de galinhas, patos, gansos, porcos e outros animais. Algumas, inclusive, realizavam o serviço de ordenha de vacas e se ocupavam com a produção do queijo, requeijão e pão. Torravam e moíam o café, cortavam a lenha para abastecer o fogão e cuidavam do abastecimento de água, puxando do poço para realizar todos os serviços domésticos e para o banho dos irmãos. Em muitos casos aliavam este trabalho doméstico com as atividades escolares.

Os meninos, também, nos momentos em que não estavam na escola se envolviam com as atividades das lavouras, sendo conduzidos pelos seus pais em uma rotina diária. Em conjunto com os pais eram os responsáveis pelo tempo do plantio à colheita. Mesmo morando em área urbana em Tangará da Serra mantinham uma estreita relação com a vida rural. Em Tangará da Serra nos anos 60 e 70 do século XX, “zona urbana e zona rural estão em constante sintonia” (OLIVEIRA, 2004, p.70).

A configuração da matrícula por sexo na escola em estudo, evidencia pouco predomínio de meninos sobre meninas. Em todas as séries do ensino primário há pouca diferença no número de matrículas de ambos os sexos. Para os pais, o estudo primário seria tão importante para os filhos quanto para as filhas.

Tabela 9 - Matrícula de alunos por série – 1964 - 1966

Série	Masculino	Feminino
4ª Série	12	08
3ª Série	20	21
2ª Série	30	35
1ª Série	153	143
Total	215	207

FONTE: Livro de Matrículas - 1964 – 1966

O ano de 1964 marca o processo de institucionalização da escola pública em Tangará da Serra. Uma escola em processo, como estava em processo a vida do migrante,

que conduzido pela esperança de uma vida futura próspera, organizava-se para que pudesse conduzir seu destino. E, parafraseando Sanfelice (2007), chegamos ao interior da instituição e deciframos seu quebra-cabeça. Uma escola pobre para um povo com esperança. Uma escola brasileira, com o objetivo de ensinar, preocupação única dos professores, que mesmo sem formação profissional respondiam aos interesses da colonizadora e do Estado.

As práticas construídas na Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra foram concebidas pelo respeito à legislação vigente, porém adaptadas e realizadas muito mais pelo imprevisto das circunstâncias em que a comunidade escolar viveu. A produção da escola, à maneira de Michel de Certeau (2001, p.40), é resultado de “bricolagens”, em que, os agentes envolvidos seguem seus interesses próprios e suas próprias regras.

2.2. A Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio”

Quando o município de Tangará da Serra se emancipou em 13 de maio de 1976, contava com 32 escolas rurais, sendo duas de alvenaria, seis de madeira e vinte e quatro do tipo barracões, conforme o plano preliminar de orientação para o desenvolvimento urbano – (P.P.O.D.U) do município. Em 1976 a matrícula geral dos alunos em Tangará da Serra incluindo zona urbana e rural era de 2.153 alunos. A maioria dos professores rurais eram leigos.

Segundo Nóvoa (1994 apud ALMEIDA, 2005, p.278) as pesquisas educacionais têm negligenciado alguns sujeitos ao legitimar outros em história da educação “[...] deixam na sombra grandes zonas das práticas pedagógicas e dos atores educativos, [...] referem-se às regiões urbanas, esquecendo a importância do meio rural, [...] ignoram sistematicamente os outros, como se eles não fizessem parte da história da educação”. Na tentativa de emergir possibilidades de pesquisa sobre a história da educação rural em Tangará da Serra, não sendo objeto central desta investigação, é que atentamos pela institucionalização da Escola Rural Mista Municipal de Tangará da Serra.

A escola rural em análise foi a primeira escola municipal criada em Tangará da Serra. Sua instalação foi durante a gestão do prefeito de Barra do Bugres Wilson de

Almeida (31/01/1962 a 31/01/1967). As fontes para o registro histórico das práticas produzidas por esta unidade escolar são limitadas. A prefeitura municipal de Barra do Bugres não possuía uma prática arquivística em relação aos documentos da educação, eles se perderam ao longo do tempo. Nem mesmo os documentos pessoais dos alunos e de professores foram encontrados nas secretarias de educação de Barra do Bugres e de Tangará da Serra. Os materiais históricos disponíveis para a trajetória da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio, são a ata de instalação da escola e a ata de posse da primeira professora, um recenseamento realizado pelo Padre Aleixo Kunraht em Tangará da Serra em 1966⁷³ e algumas entrevistas realizadas com a primeira professora da unidade escolar Iracema da Silva Machado Casagrande.

Numa breve incursão sobre a temática da história da escola rural brasileira podemos verificar que o professor, conforme a ausência de políticas públicas, era o responsável por todas as ações da escola rural. No Brasil, desde o início do período republicano, a educação urbana é a única assistida pelo poder público. A educação rural é abandonada à própria sorte. Em Mato Grosso, essa mesma prática encontrou eco, mesmo sendo observado que até 1970, a maior parte da população, residia na zona rural.⁷⁴

O modelo de desenvolvimento a ser perseguido, mesmo nas regiões interioranas, era aquele estabelecido pelo litoral. O Brasil estava se transformando em industrializado e urbano e a cidade, foi o espaço de confluência desta modernidade. O discurso educacional era voltado para o modelo do homem urbano, não interessando em que espaço estivesse residindo. Isto bem posto, inclusive pelos manuais didáticos dos anos 70 e 80 do século XX.

A educação rural é vista como um instrumento capaz de formar, de modelar um cidadão adaptado ao seu meio de origem, mas lapidado pelos conhecimentos científicos endossados pelo meio urbano. Ou seja, é a cidade quem vai apresentar diretrizes para formar o homem do campo, é de lá que virão os ensinamentos capazes de orientá-lo a bem viver nas suas atividades, com conhecimento de saúde, saneamento, alimentação adequada, administração do tempo, técnicas agrícolas modernas amparadas na ciência, etc. (ALMEIDA, 2005, p.287).

O modelo de educação rural que foi organizado para a escola municipal “Santo Antônio” segue os condicionantes citados anteriormente. Porém, ele se limitava ao

⁷³ Os objetivos deste recenseamento serão tratados na próxima parte do trabalho em seu capítulo inicial.

⁷⁴ A história da educação rural em Mato Grosso não é objeto desta tese, porém, é importante citar estudos que compartilham do lugar da educação rural no Brasil e em Mato Grosso ao longo de sua história como: Almeida (2005), Arroyo, Caldart e Molina (2004), Brasil (2005), Leite (1999), Queiroz (1984), Silva Júnior (2007) e Reck (2007).

discurso, pois na prática ocorria um completo esquecimento, marcado apenas pela presença da professora, que ao final do mês estava sempre na prefeitura de Barra do Bugres em busca dos seus proventos e que em algumas vezes voltava para sua casa distante da sede do município 80 km sem recebê-los.

A escola “Santo Antônio” localizava-se na zona rural denominada Reserva. A Reserva era uma das comunidades rurais mais povoadas de Tangará da Serra nos anos de 1970 e distante aproximadamente 10 km do núcleo urbano de Tangará da Serra. O P. José Aleixo Kunraht em seu recenseamento realizado em 1966, mais precisamente no dia 13 de outubro de 1966, destaca que na localidade rural denominada Reserva, havia 33 famílias legítimas, sacramentadas pelo matrimônio conforme a doutrina da Igreja Católica e 12 famílias ilegítimas, ou seja, os casais não eram casados no religioso.

A comunidade rural era formada por 263 pessoas, distribuídas em 45 famílias procedentes de São Paulo, Minas Gérias, Espírito Santo e Paraná. Conforme registro no documento uma parcela considerável destas famílias migrou pela quarta vez até chegar a Mato Grosso. O roteiro realizado era de Minas Gerais passando por São Paulo, depois para o norte do Paraná e, em seguida, compondo a nova frente de expansão em Mato Grosso (Tangará da Serra).

A economia desta população estava centrada na produção em pequenas propriedades de café, arroz, milho, feijão e amendoim. As famílias, em sua maioria, não eram proprietárias de terras e aquelas que compreendiam 80%, viviam na condição de agregados de outras famílias proprietárias. O padre José Aleixo Kunraht registra no recenseamento (1966, p.4) a seguinte nota sobre a situação de vida das pessoas que moravam na Reserva. “A situação de muitas famílias é dura, mas esperam adquirir propriedade e vencer pelo trabalho”.

O documento em análise aponta problemas sociais como mortalidade infantil, por falta de higiene e assistência médica. E um índice alto de analfabetismo, pois da população solteira, 50 pessoas entre sete e 40 anos não sabiam ler, sendo 13 do sexo masculino e 37 do sexo feminino. Na tentativa de amenizar esta situação, uma senhora, com melhor formação escolar, moradora daquele lugar, foi escolhida para ser a professora da localidade.

Iracema da Silva Machado Casagrande é natural de Pitangueiras – SP, mas foi para Tangará da Serra procedente de Monte Castelo – SP. Seu esposo já residia em Tangará da Serra desde 1960, porém Iracema Casagrande, com seus seis filhos, só chegou à localidade da Reserva em 1963. Ela havia cursado a 4ª série do ensino primário concluída em 1942,

mas assumiu o compromisso de ministrar aulas para 18 alunos, nove meninos e nove meninas. Esta tarefa na mesma escola se estendeu por 18 anos consecutivos (CASAGRANDE, 2006).

O trabalho no magistério de Iracema da Silva Machado Casagrande começou no dia 18 de junho de 1965, dia em que foi empossada no cargo de professora da Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio”. A escola foi construída na propriedade de Antônio Galhardo, cunhado de dona Iracema. Era um rancho feito de coqueiro, coberto de tabuinha. Dentro da sala, um pequeno quadro negro e bancos escolares feitos de madeira rústica. Mesmo sendo de uma estrutura precária, o prefeito municipal de Barra do Bugres, foi até a escola, na data citada acima, para realizar sua inauguração.

A escola foi inaugurada em ato solene, com a presença das pessoas ilustres da localidade da Reserva e do município. A ata de instalação da escola⁷⁵ foi redigida por José David Nodari, sendo ele o primeiro a fazer uso da palavra na ocasião do evento. Participaram fazendo discursos, também Pedro Galhardo, o dono da propriedade onde estava instalada a escola, Antônio Hortolani, representando a colonizadora e Wilson de Almeida, o prefeito municipal.

Além das pessoas citadas compareceram à instalação da escola e posse da professora as seguintes pessoas: Flávio Farias - Secretário Municipal de Barra do Bugres, João Candido Lira - professor do distrito de Paz de Nova Olímpia, e os seguintes moradores da Reserva: Antônio Galhardo, Dezidério Casagrande, José de Oliveira, Waldenei José da Silva, Guido Casagrande, Francisco Antônio da Silva, Waldemar José da Silva, Manuel Galhardo, Arlindo dos Santos, José Pereira e Mercedes Carvalho Casagrande.

A inauguração da escola significou uma nova fase para a população de Reserva. A instrução pública chegou. A escola, mesmo tendo sido construída pela comunidade, neste caso, em especial por Antônio Galhardo para amenizar o analfabetismo de diversas crianças que migraram para Tangará da Serra, era também um novo espaço de organização social e de interação.

Iracema da Silva Machado Casagrande, aos 42 anos de idade realizou seu sonho de infância que era ser professora. Sonho que se transformou em uma realidade muito desafiadora. Pois ela foi uma professora leiga, sem material didático disponível, sem espaço com estrutura adequada e sem apoio institucional.

⁷⁵ A ata está em anexo.

Desde que era criança, os meus brinquedos eram assim, brincar de escolinha com as outras crianças, com as coleginhas, e eu era sempre a professora (riso) sempre gostei dessa posição, sempre. Eu não pude estudar, me formar mais nova, porque naquele tempo, ginásio era pago, tudo pago. Só não pagava quem estudava de 1ª a 4ª série, ai era por conta do governo, não pagava. O ginásio era pago, o mais era tudo pago. Meus pais não tinham condições de pagar, então eu fui até a 4ª série (CASAGRANDE, 2006, p.02).

A ausência de acompanhamento e apoio institucional é evidente nos dados do recenseamento realizado pelo padre José Aleixo Kunraht que destaca em 13 de outubro de 1966, um ano e quatro meses depois que a escola foi fechada, pois a professora estava sem receber. E a dívida da Prefeitura para com a professora era de Cr\$ 12 000,00 mensais.

Esta situação de descaso com a estrutura das escolas rurais e a falta de investimento na formação do professor foi também observada na pesquisa realizada por Lima (2004) ao estudar os liames estabelecidos entre educação e política em Uberlândia, Minas Gerais no período compreendido entre 1933 e 1959.

2.2.1 Professora, alunos e ensino

Iracema da Silva Machado Casagrande começou a lecionar em 1965, construiu carreira no magistério público municipal e estadual e aposentou-se nas duas redes de ensino. A maior parte de sua vida, durante 21 anos, foi professora da zona rural. Antes de aposentar-se concluiu um curso modular, denominado Projeto Logus II, com habilitação em Magistério.

A professora da Escola “Santo Antônio” era conhecida e respeitada por toda a comunidade, funcionando como guia. A pessoa com melhor condição de apresentar e descrever a sua comunidade. Ela funcionava como uma conselheira das crianças que eram seus alunos e de todos aqueles que lhe procuravam em busca de uma conversa mais privada.

Iracema Casagrande era solitária no ato de planejar e de ensinar. Seu material de estudo para planejamento durante este início da escola rural municipal em Tangará da Serra limitava-se aos livros que existiam em seu baú. Livros do seu tempo de escola, usados há 23 anos antes de ser professora. A solidão na tarefa pedagógica fazia com que

ela criasse estratégias para ensinar seus alunos, a ler e escrever, pois a maioria era de primeira série.

O ensino básico, ministrado pela professora era da Língua Portuguesa, em especial a alfabetização, construído no processo alfabético e silábico. A professora ensinava em separado, as letras vogais e depois as consoantes e em seguida a junção de sílabas. Para avaliar a aprendizagem recorria a leituras orais em coro e individual e também a realização de ditados. Em Matemática, o essencial eram as quatro operações numéricas, iniciadas anteriormente pela escrita e leitura de números. A memorização era o método conhecido e aplicado pela professora para obter uma resposta do ensino que ela oferecia aos alunos.

Além de ensinar a ler, a escrever e a contar, a professora deveria manter a sala em ordem, aos sábados deveria cuidar da limpeza e realizar os serviços de escrituração. “[...] tinha que desenhar tudo direitinho no papel almaço, fazer o diário de papel almaço e as folhas todas soltas”. A professora era responsável pela matrícula e pela transferência dos alunos.

Se tinha que fazer uma transferência, então eu pegava um boletim, ali estava marcado tudo direitinho no boletim que eu tinha, e ali eu fazia a transferência num papel, do meu aluno, da minha escola pra Tangará. [...] Não tinha outro meio, não tinha diretoria, não tinha uma direção, não tinha nada. (CASAGRANDE, 2006, p.02)

Quando o município de Barra do Bugres começou a oferecer merenda escolar, a própria professora tinha que prepará-la. O tempo da aula era interrompido para que a merenda fosse preparada. A professora também assumia tarefas junto à Igreja, preparando as crianças para a primeira comunhão. Ela era a pessoa que dirigia os cultos católicos aos domingos e ou participava das missas, mensalmente, quando o padre visitava a Reserva.

Quando eu dava aula, lá em baixo, na Reserva, no tempo do Padre Edgar, preparei muitas crianças pra fazer a primeira comunhão, naquele tempo era mais simples, não precisava estudar muito. Era só saber o que ia receber, como que era Jesus. [...]. Eu preparei muitas crianças ali para fazer primeira comunhão. Quando tinha missa lá, a missa era na escola. Eu dava culto também. Nos domingos eu dava culto também, muitas vezes lá. (CASAGRANDE, 2006, p.02).

Em 1965 ela ensinou para 17 alunos da primeira série e um aluno da segunda série. Nos anos seguintes com a intensificação do movimento migratório, outros alunos foram matriculados e a professora ensinava no período de oito horas da manhã às 12 horas em

uma sala multisseriada. Alunos de primeira à quarta série dividiam o mesmo espaço e a mesma professora na mesma hora.

Segundo Iracema Casagrande (2006), como é conhecida cotidianamente, com a intensificação do número de matrículas dos alunos de primeira série, a solução foi trabalhar dois turnos de três horas cada. O primeiro das sete às dez horas e outro das dez ao meio dia. O primeiro se destinava aos alunos apenas da primeira série e as outras séries juntas no segundo período. Essa foi uma estratégia isolada, criada pela professora para resolver o problema do número de alunos. Ela não recebia por dois períodos, mas apenas por um período de quatro horas aulas.

O município de Barra do Bugres nos anos de 1960 fiscalizava pouco as escolas rurais e não oferecia nenhum suporte didático para o professor. O provento muito baixo, conforme os relatos. Iracema Casagrande para receber seus salários precisava deslocar-se até a sede do município na cidade de Barra do Bugres e, algumas vezes, ainda não conseguia recebê-los. Como o percurso era longo, meses eram acumulados sem salário. E segundo seus relatos alguns meses ficaram atrasados.

Iracema Casagrande, nos anos iniciais como professora, não dialogava com outro professor ou professora, não podia discutir sua prática. O que ensinava só passava por seu crivo de seleção. Porém, ao final do ano a Inspeção da Educação de Barra do Bugres, representada por José Nodari, que exerceu esta função até a emancipação política de Tangará da Serra, ia até a escola para a realização dos exames finais.

Chartier (1991, p.177) destaca “[...] não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles”. Assim, as representações produzidas por Iracema Casagrande sobre a escola e o ensino que ministrava passam por muitas antíteses.

As contradições são evidentes quando em seus relatos aparecem representações negativas sobre a péssima estrutura da escola, sobre a pobreza do lugar, sobre a labuta para receber salários, sobre as dificuldades que enfrentava como professora e mulher. A ausência de materiais de primeiras necessidades na cidade configura Tangará da Serra no imaginário dos migrantes, mais como um espaço de medo⁷⁶ do que de esperança. O relato abaixo de Iracema Casagrande enfatiza as dificuldades enfrentadas no tempo em que chegou em Tangará da Serra:

⁷⁶ O do medo e da esperança são as antíteses produzidas em regiões de reocupação recente em Mato Grosso. O medo refere-se ao cuidado com o novo, as representações relacionadas aos perigos que poderiam enfrentar, enquanto a esperança estava marcada no desejo de vencer, de produzir um futuro melhor para a família.

Em 1963, não tinha nada, só tinha um boteco pequeno que era de um tal de Antônio Baiano, nós viemos trouxemos bastante coisa, viemos surtido de lá, de mantimento de roupa, de calçado e de tudo. Mas, com o passar do tempo foi acabando, tinha tempo que ia comprar coisas e não achava, não achava nada pra comprar era bem difícil mesmo, passamos às vezes a fazer café com garapa de cana, doce pra crianças nem falar, tinha que fazer algum docinho de mamão ou de abóbora porque outros doces, bala doce criança queria e não tinha. Leite também era difícil não achava leite de vaca pra comprar. Minha filha chegou a ficar até doente por falta de leite. Precisei mandar fazer remédio pra ela. Remédio de verme, atacou verme e tudo. Depois a gente foi devagarzinho, devagarzinho, foi comprando um leite em pó bem esquisito, tinha um cheiro de bhc [inseticida fitossanitário]. Tinha um padre que naquela época aqui o padre José, ele distribuía leite para o pessoal, era desse leite que tinha no mercado para vender, um leite que cheirava bhc que era só um boteco pra vender, foi o que eu dei para a menina que graças a Deus melhorou. (CASAGRANDE, 2001, p.05).

Essas representações são relativizadas quando Iracema Casagrande avalia seu passado. Para ela a penúria do passado é compensada pelo tempo presente. Lembrar do que representou a Escola Santo Antônio é dulcificar parte da sua vida. O amargor vira mel, o sonho, mesmo em partes, transformou-se em realidade:

Sou muito feliz, eu vim pra cá contrariada. Jovem não gostava de vir pra cá, porque eu pensava que era sertão. Nunca tinha me afastado da minha família, de fato que, meus parentes ficaram todos no estado de São Paulo, somente eu vim pra cá com a família do meu marido e eu sentia muita falta. Mas hoje eu sinto orgulho de estar aqui em Tangará porque aqui alcancei meu objetivo que queria. Gostava de estudar tinha vontade de ser professora, mas sabia que minhas condições não podiam, que lá era difícil até ginásio era pago no tempo que eu estudei não é como hoje que é tudo do governo, até 2º grau hoje tem facilidade para estudar (CASAGRANDE, 2006, p.04).

A história recente, a serenidade e o desprendimento de Iracema Casagrande quando relata suas lembranças do tempo em que era professora na escola rural, e também os relatos de seus ex-alunos, nos faz concluir que ela era uma guia da comunidade da Reserva. Sua identidade parece não ser una, mas múltipla. A professora, a líder, a religiosa, exemplo de moral, dedicada e a grande mãe. Parece que mesmo distante dos grandes centros a professora apropriou-se dos discursos para o professor rural que foram produzidos no Brasil.

Vocação, sacerdócio, altruísmo, abnegação, renúncia, serenidade, senso de justiça, amor materno, idealismo constituem-se em discursos que se misturam, se confundem e instituem a profissão. Todos são amplamente difundidos pelos dispositivos da época, que interpelam os professores com maior ou menor intensidade. (ALMEIDA, 2005, p.292).

A Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio” foi apenas uma das escolas rurais criadas em Tangará da Serra a partir de 1966. Ela foi a primeira, e que teve como única professora, Iracema Casagrande. Porém, não representou singularidade, pois em Mato Grosso, as escolas rurais eram esquecidas, abandonadas, sempre compostas por professores leigos, que lecionavam de acordo com seu empirismo e que em muitos casos, a experiência escolar do professor foi também apenas numa escola rural.

Em Tangará da Serra, o número de escolas rurais foi crescente até os anos oitenta do século XX, quando em sua maioria foram abandonadas ou derrubadas e os alunos encaminhados para as escolas públicas estaduais na localidade urbana do município. Este processo também culminou com o êxodo rural da população cafeicultora para cidade. O café, elemento condutor do movimento migratório, entrava em decadência e com ele as famílias de lavradores foram tentar a sorte na periferia da cidade.

3. IGREJA E INSTITUIÇÕES ESCOLARES

3.1 O Recenseamento demográfico de P. José Aleixo Kunraht

A história oficial da presença da Igreja em Tangará da Serra inicia-se em 25 de janeiro de 1966, quando Dom Alonso Silveira de Mello, prelado de Diamantino, cria a Reitoria de Tangará da Serra, conforme registro no Livro Tombo da Reitoria Nossa Senhora Aparecida (1996, p.2):

Fazemos saber que atendendo às necessidades espirituais dos nossos amados filhos da zona de Tangará e Progresso, havemos por bem erigir em Reitoria a referida Capela de Tangará e colocar à testa um Reitor que se ocupará da formação de uma futura paróquia e atenderá, como convém, à glória de Deus, ao bem espiritual de todos os habitantes da zona que compreende os seguintes limites [...].

O padre designado para assumir a reitoria foi José Egberto Pereira, do clero secular. Ele chegou à localidade no dia 12 de fevereiro de 1966, e uma das suas preocupações registrada por ele no livro Tombo, é sobre a presença das igrejas protestantes na localidade que estava em formação.

A mesma preocupação tinha o bispo de Diamantino que, para construir um perfil religioso desta região de colonização recente, encaminha para Tangará da Serra no dia 11 de outubro de 1966, o padre José Aleixo Kunraht, com o propósito de realizar um recenseamento das famílias que migraram para a localidade urbana e rural de Tangará da Serra.

No livro Tombo, percebe-se que o padre fez levantamento demográfico em diversas ruas do povoado, além de sítios e fazendas. Mas os recenseamentos encontrados no Arquivo da Missão Prelazia de Diamantino dizem respeito apenas às localidades rurais de Água Branca, Sítio Recanto, Reserva, São Paulino, da Vila Progresso e do Grupo Escolar, este último localizado no povoado de Tangará da Serra - MT.⁷⁷

⁷⁷ O P. José Aleixo Kunraht, chegou em Tangará da Serra, em plena festa da Igreja, quando a população organizava leilões em benefício das construções da futura Igreja Matriz.

No recenseamento demográfico, o padre fez um levantamento do número de famílias legítimas e ilegítimas⁷⁸, sacramentos de batismo e comunhão ministrados e registra o número de pessoas flutuantes, tais como os garimpeiros, os poaieiros⁷⁹ e os peões. O padre também registra dados relacionados à saúde, mortalidade infantil, causas de mortes e doenças, bem como o nível de vida e de educação da população. Os registros mais apurados dizem respeito às questões religiosas e é evidenciada uma preocupação em acompanhar e conter o crescimento das famílias protestantes nestas áreas de fronteira, de domínio da Prelazia de Diamantino.

Assistir religiosamente às famílias migrantes seria uma condição fundamental para impedir o avanço do protestantismo, na tentativa de se efetivar o projeto romanizador da Igreja Católica. Isso é observado também no livro Tombo, em que o P. José Egberto Pereira, ao descrever a situação dos templos protestantes no povoado, considera-os com o número de fiéis reduzidos, embora o P. Kunraht, em notas de observação do seu recenseamento, sempre deixou evidente a falta de atendimento religioso. Para a prelazia de Diamantino, uma das formas de ampliar o atendimento religioso seria transformar a reitoria de Nossa Senhora Aparecida em Paróquia de Nossa Senhora Aparecida; foi o que aconteceu em 1968.

A preocupação latente, contida no recenseamento feito pelo P. José Aleixo Kunraht, era, sobretudo, com a causa religiosa, arrebanhar à Prelazia, novos fiéis que se dirigiam à *procura de propriedade e serviço*, como ele descreve, ao estabelecer os motivos da migração. O registro do número de famílias protestantes é evidente, como também a preocupação com a assistência e o conhecimento religioso, que é muitas vezes destacado como *sufrível*. Conforme o padre, mesmo com a deficiência da assistência religiosa, o que ajuda a manter os preceitos da fé católica são as *boas famílias vindas do Sul*.

No dia 02 de outubro de 1966, o P. José Egberto Pereira mostra, através do registro no livro Tombo (p.10 -11), mais um alívio, com a chegada de famílias católicas, que povoariam o lugar dominado por protestantes:

Assim Tangará considerado núcleo protestante, não mais será. Aqui atualmente existe talvez 10% de protestantes, dentre as seitas Congregação Cristã do Brasil, batistas, presbiterianos, Assembléia de Deus. Antes de vir o padre eles

⁷⁸ Conforme dados do recenseamento, família ilegítima era aquela em que os parceiros não eram casados no religioso. Uma análise mais completa sobre a questão da ilegitimidade em Mato Grosso é fundamental no estudo de PERARO, Maria Adenir. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001. p.69-87.

⁷⁹ Trabalhadores que extraíam das matas ciliares de alguns rios de Mato Grosso a poaia. A poaia é uma planta medicinal rica em alcalóide usada na indústria farmacêutica.

conseguiram reunir o povo. Assim a Batista ficava o templo repleto que mede 7X10 metros, hoje reduzido para algumas pessoas. Ainda a mais numerosa é Cristã do Brasil. Os presbiterianos começaram o templo, mas apenas está nos alicerces. Eles podem contar com o pastor que vem de Rosário Oeste de avião. A Congregação Cristã possui avião e Jeep. A Assembléia tem o foco principal no Progresso, aqui poucos elementos. Não tenho condução, só posso contar com a graça de Deus. Sei que tivesse condução poderia multiplicar o meu trabalho.

A representação do espaço protestante elaborada pelo padre é devido ao uso da tecnologia utilizada pelas outras igrejas, que, naquele momento, ele não possuía. Desta forma, a assistência religiosa católica ficava prejudicada, evidenciando o crescimento das famílias protestantes. A solução para produzir uma inversão destes movimentos seria a chegada de famílias migrantes católicas. A Igreja era sempre a “parada obrigatória”, *lugar de mostrar piedade*, como registrou o padre no livro Tombo, para aqueles que buscavam a fertilidade do solo do planalto do Tapirapuã.



Figura 15 - Famílias migrantes na frente da Igreja - 1967
FONTE: Acervo Ivone Paternez Gonçalves

O recenseamento apresenta as práticas da Igreja para a manutenção do catolicismo e os mecanismos que ela utiliza para corroborar sua expansão, garantida pela necessidade da assistência religiosa. O padre José Egberto Pereira deixou claro, em suas anotações no livro Tombo, a quantidade de comunhões e batismos realizados em suas visitas, principalmente nas localidades rurais.

Estes registros quantitativos, de comunhões e batismos, servem como elementos para configurarmos a quantidade de pessoas que habitava Tangará da Serra no início da segunda metade do século XX; todavia, o padre registra, no dia 1º de julho de 1966, o seguinte dado demográfico no livro Tombo (p.6): *“Primeira Sexta-feira houve em Tangará 52 comunhões. Tangará com toda redondeza conta com 1.800 habitantes. Muitos moram longe do povoado, por esta razão diminui a freqüência aos sacramentos”*.

Os dados apresentados pelo padre José Egberto Pereira não são devidamente fundamentados em sua origem. Todavia, podemos comparar com os dados do levantamento realizado pelo P. José Aleixo Kunraht.

Tabela 10 - Recenseamento em Tangará da Serra - MT - 1966

Setor	Reserva	São Paulino	Grupo Escolar**	Vila Progresso	Sítio Recanto e Água Branca	Total Geral
Data do recenseamento	13/10/66	14/10/66	14/10/66	16/10/66	17/10/66	
Total de Moradores	263	127	127*	178	44	739

FONTE: KUNRAHT, José Aleixo. Recenseamento. Prelazia de Diamantino - Reitoria de Tangará - Núcleo do Interior. 1966. Mimeo.

NOTA : * Estes dados correspondem ao total de alunos frequentes no Grupo Escolar no dia do recenseamento realizado pelo padre. Usou-se a denominação grupo escolar, porém a escola ainda era denominada Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra.

Ao cruzarmos as fontes paroquiais, o livro Tombo, com o recenseamento, percebe-se que o P. José Aleixo Kunraht realizou, no dia 12 de outubro de 1966, um levantamento em diversas ruas do povoado e esse trabalho continuou no dia 15 de outubro, no povoado e nas propriedades vizinhas. Neste dia, o padre foi acompanhado do Expedito Lopes dos Santos, funcionário da SITA e do professor José Nodari. Porém, no levantamento demográfico encontrado, realizado pelo representante da Prelazia, não constam os dados referentes à população urbana de Tangará da Serra, com exceção dos alunos frequentes na escola, bem como as pessoas que residiam em núcleos rurais mais próximos do povoado, que já existiam na década de sessenta, como as localidades do Ararão e Queima Pé,

bastante citadas pelo P. José Egberto Pereira nos seus registros no livro Tombo, a exemplo da anotação do dia 26 de julho de 1966 (p.08):

Estava para sair e chegar até o Ararão a 6 km daqui a fim de visitar as famílias. Lá é um foco de espiritismo e de tal Congregação Cristã do Brasil. Os protestantes estão meio paralisados. Não estou satisfeito com o movimento católico em geral. Desejava ver aumentar o número de comunhões. Até agora houve apenas 1.557 comunhões para uma população de 1.800 almas.

Depois destas considerações, é possível estimar que o número de habitantes pudesse chegar, em 1966, próximo a 1.800 pessoas, como afirmava o P. José Egberto Pereira, pois, além dos 739 habitantes destacados no levantamento demográfico, faltam registros sobre a maior parte da população total da cidade e de algumas comunidades rurais.

Até o ano de 1966, foram registrados 40 casamentos, 108 registros de nascimentos, cinco óbitos registrados no cartório e 20 óbitos registrados na Igreja; estes dados nos ajudam a configurar um pouco mais a quantidade de pessoas em Tangará da Serra. (OLIVEIRA, 2004, p. 94)

Em quase todos os registros do P. José Egberto Pereira e do P. José Aleixo Kunraht há preocupação com o avanço do protestantismo nesta região de colonização recente. Desta forma, D. Alonso Silveira de Mello, na tentativa de efetivar o processo romanizador da Igreja Católica, cria algumas estratégias para conter o avanço do protestantismo nestas novas terras de Mato Grosso.

Além da criação da Paróquia de Tangará da Serra, outra estratégia era dar à Congregação das Irmãs da Divina Providência, inicialmente, a direção das Escolas Reunidas e depois, dos Grupos Escolares que começavam a funcionar em Tangará da Serra. As Irmãs da Divina Providência vão consolidar, por um período de oito anos, o domínio da escolarização pública primária em Tangará da Serra.

Apesar do manifesto dos pioneiros da educação de 1932, eleger como temas “a educação, uma função essencialmente pública; a questão da escola única e a laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e co-educação” (GHIRALDELLI JR, 2003, p. 35), em especial atentando para a questão da laicidade do ensino, isso não ocorreu em algumas regiões de colonização dos anos 60 do século XX de Mato Grosso. Em Mato Grosso, e a história da escolarização de Tangará da Serra é um exemplo, Estado, Igreja e Empresa Colonizadora aliaram-se para a formação moral e intelectual do migrante.

3.2 As Irmãs da Divina Providência e a Educação Pública

Sete irmãs da Congregação da Divina Providência, acompanhadas da Madre Rosálie, arrastando pesados hábitos, chegaram em Mato Grosso no dia 28 de março de 1963. Estas irmãs também foram componentes do fluxo migratório que começou em Mato Grosso a partir dos anos de 1960. Procedentes da Província do Imaculado Coração de Maria, de Arroio do Meio – RS, as irmãs vieram com a tarefa de serem missionárias nestas áreas da fronteira agrícola e se estabeleceram para realizar por longa data, em solo mato-grossense, suas histórias de vida.

As primeiras irmãs da Divina Providência que permaneceram em território mato-grossense foram Ir. Leontine, Ir. Theolindis e Ir. Natális, as três ficaram no Patronato Santo Antônio⁸⁰, no bairro Coxipó da Ponte em Cuiabá conforme solicitação de Dom Orlando Chaves, bispo da diocese de Cuiabá e as outras quatro, Ir. Zélia, Ir. Vigberta, Ir. Olávia e Ir. Osvalda, seguiram com a madre Rosálie para a cidade de Nortelândia⁸¹ a pedido do bispo da prelazia de Diamantino Dom Alonso Silveira de Mello.

Estas irmãs abriram caminho para que uma centena de outras congregadas da Divina Providência, procedentes da região sul do Brasil, pudessem estabelecer-se por longos ou curtos períodos de tempo em Mato Grosso. Dentre o grupo de irmãs da Divina Providência que migraram para Mato Grosso nos anos sessenta, duas delas, vão acompanhar o processo de ocupação recente de Tangará da Serra, como gestoras das escolas que se reorganizavam na localidade.

Na percepção das atividades destas freiras junto à população de região de colonização recente é que privilegiamos a história de vida de duas irmãs da Congregação da Divina Providência, pensando a história de vida, como uma trajetória de vida na história, ou seja, uma história não centrada apenas no sujeito, mas centrada no contexto, no evento que tenha participado (QUEIROZ, 1988).

As irmãs Osvalda Kroetz e Myriam Hansel, “que entram para a história”, são consideradas como o espelho do seu tempo e figuras constitutivas de seu ambiente.

⁸⁰ Escola em regime de internato mantida pelos padres Salesianos.

⁸¹ Município criado pela Lei nº 712, de 16 de dezembro de 1953. Localizado na Mesorregião 130, Microrregião 532 – Alto Paraguai. Centro-Sul – MT. A origem de Nortelândia vem do garimpo e as atividades garimpeiras da região se perdem nos primeiros dias de Diamantino. O primeiro nome do lugar foi Santana dos Garimpeiros, devido ao orago e ao Rio Santana, que banha a cidade. Dados segundo: FERREIRA (2006 p.263). Conforme estimativas do IBGE – 2006 a população de Nortelândia é de 5.160, fica a 254 Km de Cuiabá, é uma região de garimpo de ouro e diamantes.

Aspectos íntimos ou públicos de suas vidas cotidianas e processos de tomadas de decisões, contribuem com a história de lugares e de grupos específicos, onde estas irmãs estiveram.

Como cabe, ao historiador, no registro da história, fazer escolhas, sejam elas temporais, documentais, dentre outras, o tempo histórico em pauta neste texto, será o de permanência destas irmãs na região sudoeste de Mato Grosso, um tempo vivido em três cidades diferentes: Nortelândia, Arenápolis e Tangará da Serra. Ênfase maior será dada à temporalidade da vida cotidiana em Tangará da Serra, por ser o tempo da longa permanência ou o período em que na memória das duas irmãs as lembranças são manifestas. As fontes documentais investigadas para causar “estranhamento” e “auto exílio” intelectual do historiador, com a possibilidade de “compreender adequadamente outras etapas e épocas históricas, que são objetos de nossas preocupações” (ROJAS, 2007, p. 23) foram os registros paroquiais, em especial o livro Tombo da Reitoria Nossa Senhora Aparecida, os livros de Crônicas das Irmãs da Divina Providência⁸², registros da imprensa local, os documentos escolares e também as fontes orais, em específico entrevistas realizadas com as duas irmãs em julho de 2007, em suas residências na região sul do Brasil.⁸³

3.2.1 As Irmãs da Divina Providência em Mato Grosso

A Congregação das Irmãs da Divina Providência tem como fundador o padre Eduardo Michelis nascido em Münster na Alemanha (1813-1855). A Congregação foi fundada em 03 de novembro de 1842 em Münster, St. Mauritz, Alemanha. Desde a sua fundação as irmãs têm se dedicado às atividades educativas, parando com esta forma de trabalho durante o Estado Nazista e retornando posteriormente. (KÖRBES, 2004).

Estas irmãs são consideradas religiosas de vida ativa, diferente das freiras enclausuradas, elas são formadas para a atuação social, como destaca Nunes (2004, p.492):

⁸² Foram pesquisados os livros de Crônicas das cidades de Nortelândia, Arenápolis, Cuiabá e Tangará da Serra. Estes livros estão no arquivo das Irmãs da Divina Providência em Cuiabá – MT.

⁸³ A entrevista gravada com a irmã Myriam Hansel foi realizada no dia 15 de julho de 2007 na residência das Irmãs da Divina Providência em Porto Alegre – RS. A entrevista gravada com a irmã Osvalda Kroetz foi realizada no dia 22 de julho de 2007, na residência das Irmãs da Divina Providência em São Miguel D'Oeste – SC.

Ao lado do modelo de clausura, uma outra forma de vida conventual então aparece: as congregações religiosas “de vida ativa”. Diferentemente das freiras enclausuradas do período colonial, elas têm em seu projeto alguma forma de atuação social; sua imagem é a da “irmã de caridade”, boa, solícita, atuante e dedicada aos necessitados. Esse modelo de vida religiosa, presente na Europa desde o início do século, vai chegar ao Brasil somente no final do Império, com o advento da República e no contexto da reforma da Igreja Católica.

As irmãs da Divina Providência vieram ao Brasil convidadas pelo padre missionário Francisco Topp que trabalhava com imigrantes alemães em Teresópolis – SC, que em 1894 voltou para a Alemanha com o intuito de trazer irmãs para atender pessoas nos hospitais e também atender jovens e crianças nos colégios. Sendo assim, a solicitação do Padre Francisco Topp foi atendida pela madre Bertha, que no dia primeiro de janeiro de 1895 anunciou o nome de seis irmãs que desembarcariam em Desterro – (Florianópolis) – SC no dia 27 de março de 1895. “Em 1948 a província contava com 695 Irmãs em 50 comunidades. Já se estendia pelos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro” (BROD, 2003, p. 9).

As irmãs chegaram a Mato Grosso no ano de 1962, atendendo solicitações da CNBB, inicialmente com casas nas cidades de Cuiabá (1963) e Nortelândia (1963). Posteriormente, também estabeleceram residência em Arenápolis (1965)⁸⁴, Tangará da Serra (1968) e também fundaram residências em outras localidades de Mato Grosso⁸⁵. Estas casas eram ligadas a Província do Imaculado Coração de Maria localizada na cidade de São Miguel do Arroyo do Meio - RS.

A justificativa das irmãs para migrarem para Mato Grosso era realizar a Ação Missionária “Eduardo Michelis” – AMEM que era: “Anunciar Jesus Cristo pelo ser e agir, testemunhando amor, doação, simplicidade e alegria” (KÖRBES, 2004, p.84). A participação das irmãs nessas regiões de novos territórios também correspondia às inovações estabelecidas no Concílio Vaticano II, nos anos 60 do século XX.

A igreja propôs mudanças estruturais na vida religiosa feminina, tanto na organização interna quanto em suas atividades externas, apresentando como objetivo dessa reestruturação ‘a adaptação aos novos tempos’ e às novas proposições pastorais da Igreja. O cristão deveria agora ‘inserir-se no mundo’ e

⁸⁴ Município criado pela Lei Estadual nº 704, de 15 de dezembro de 1953 [...]. Localizado na Mesorregião 130, Microrregião 532 – Alto Paraguai. Centro Sul de Mato Grosso. A formação da cidade propriamente dita iniciou-se a partir de ações desencadeadas em 1936, quando garimpeiros devassaram a área da margem direita do rio Santana, abaixo da confluência com o Ribeirão Areias, descobrindo formas favoráveis à cata do diamante. Dados segundo: FERREIRA (2004, p.32). Cidade vizinha a Nortelândia, separada apenas pelo rio Santana.

⁸⁵ Em Paranatinga (1967), Alto Garças (1969) e a partir dos anos 70 do século XX em outras cidades de Mato Grosso.

ser um ‘fermento na massa’, para usar expressões da literatura religiosa da época. Influenciar a sociedade baseando-se em ideais cristãos passou a ser um dever imperativo dos fiéis católicos (NUNES, 2004, p. 496, grifo da autora).

Atendendo ao propósito do Concílio Vaticano II a Superiora Provincial Madre Rosálie⁸⁶ e sua assistente irmã Justine, estiveram em Mato Grosso, em agosto de 1962 com objetivo de conhecer regiões missionárias de onde partia a solicitação para a presença das Irmãs da Divina Providência. Na ocasião aceitaram a permanência na Diocese de Cuiabá e de Diamantino.

Em Cuiabá, as irmãs atenderam ao pedido do padre salesiano Domingos Vallero, assumindo o serviço de cozinha, lavanderia e enfermagem do Patronato Santo Antônio. A casa em Cuiabá servia como uma casa de trânsito para receber as irmãs de outras comunidades que estavam sempre presentes na capital do Estado.

As irmãs ao chegarem ao Patronato Santo Antônio foram recebidas pela banda de música, saudação e canto dos alunos e pelo discurso do padre Silvio Sartori, então diretor do Patronato:

[...] quando Dom Bosco não poderia mais atender sozinho os meninos, foi buscar sua mãe. Assim como ele, agora os salesianos foram buscar as Irmãs. Elas vieram de longe. A exemplo dos três Magos que foram ver Jesus, as Irmãs vieram não só ver Jesus, porém ajudar a formar sacerdotes que nos trazem Jesus no Santo Sacrifício da Missa.(BROAD, 2003, p.69)

Após, parte das irmãs ficaram em Cuiabá, outras quatro, das sete que acompanhavam a madre superiora, se dirigiram à cidade de Nortelândia. Chegaram à cidade às quatro horas da tarde do dia 30 de março de 1963 e desceram na frente da moradia a elas destinada. Parte da população da cidade estava lá para recebê-las; o sino da igreja badalava; fogos pipocavam no ar daquela cidade marcada pela saga do garimpo, e pela construção do imaginário daquelas que estavam ali pela primeira vez. “NORTELÂNDIA!!... terra selvagem, sem matas, sem água, sem verduras, sem frutas; terra de garimpeiros, cujo coração se abre aos diamantes, se fecha à graça... Assim, ficamos conhecendo antes de chegarmos aqui...” (LIVRO DE CRÔNICAS DE NORTELÂNDIA, 1963 a 1971, grifo da cronista).

A população que vivia em Nortelândia esperava pelas irmãs, como pessoas que pudessem aliviá-la da pobreza em que estavam inseridos. Além de conforto material, essa

⁸⁶ Madre Rosálie (Emma Middelhoff) entrara na Congregação em Münster, em 1928. Em 1930, como noviça, veio ao Brasil, tendo trabalhado em diversos hospitais, como responsável pela farmácia e como superiora, segundo Rottmann (1977. p.143).

população precisava de hospital e de educação. E pelo discurso do pároco local, a chegada das irmãs, seria a garantia para amenizar estas questões.

Nortelândia, lugar de garimpeiros! Casas de barro e palha, tudo pobre. Diante de 'nossa casa emprestada' estavam os alunos do Grupo Escolar com suas professoras, o Vigário e muita gente. Foi tudo muito simples, mas cordial, e a alegria daquela gente não tinha mais fim. Na casa, quase a melhor do lugar, havia tudo: quatro camas, duas mesas, quatro cadeiras, louça... Entregaram-nos, com satisfação, a grande chave. Terminada a saudação, todo o mundo nos acompanhou à Igreja. Voltando, depois, sozinhas, para a nossa casa, cansadíssimas, brotou em nós uma grande alegria: aqui havia verdadeira pobreza [...] (ROTTMANN, 1977, p.146, grifo da autora).

Dentre as quatro irmãs que se estabeleceram em Nortelândia em 1963, estava Osvalda Kroetz, irmã missionária, que viveu parte da sua trajetória de vida religiosa nas cidades de Nortelândia, Arenápolis, Tangará da Serra e Alto Garças. É na área da educação pública que esta irmã construiu sua vida e marcou parte da trajetória da vida de outras pessoas. No mesmo caminho missionário, e também desenvolvendo trabalhos na área da educação, chegou em Mato Grosso em 15 de fevereiro de 1967, para trabalhar, inicialmente, na cidade de Arenápolis, a Ir. Myriam Hansel e em 27 de fevereiro de 1968 foi transferida para Tangará da Serra.

O contexto que marcou a trajetória de vida de Irmã Osvalda Kroetz e de Myriam Hansel é a fundação das cidades de história recente em Mato Grosso, no caso deste estudo, a cidade de Tangará da Serra, e o evento é continuação da institucionalização da educação pública na cidade, através da formação das Escolas Reunidas e dos Grupos Escolares, espaços de saber e de sociabilidade marcados pela mentalidade cristã católica.

3.2.1 As Irmãs da Divina Providência em Tangará da Serra - MT

Mas, por que as irmãs da Divina Providência teriam sido convidadas para a fundação de uma casa em Tangará da Serra e especialmente manter atividades relacionadas diretamente à educação pública? É importante enfatizar, o papel tradicional das irmãs junto à saúde no atendimento a hospitais como enfermeiras, caso da cidade de Nortelândia, e também como professoras nas cidades de Nortelândia e Arenápolis, sendo estas atividades já desenvolvidas desde o sul do Brasil.

As irmãs Myriam Hansel e Osvalda Kroetz organizaram escolas em Tangará da Serra atendendo à solicitação do bispo de Diamantino D. Alonso Silveira de Mello, na tentativa de efetivar o processo romanizador da Igreja Católica. Desde o período Imperial, a Igreja Católica brasileira investe na formação de congregações religiosas. “A Igreja, através dos bispos, preocupados com o avanço do protestantismo e com a educação laica, investe fortemente na vinda dessas congregações para o Brasil” (NUNES, 2004, p.492). Entretanto, segundo relatos de Kroetz (2008), Hansel (2008) e Immig (2008) nos anos 60 e 70 do século XX, a ida das irmãs da Divina Providência, objetivou manter a doutrina e a fé católica quando ocuparam por determinação da Prelazia de Diamantino-MT a função de diretoras em dois grupos escolares na localidade de colonização recente denominada de Tangará da Serra.

5.2.1.1 Irmã Myriam Hansel

“Sabe a gente não pode ficar presa ao passado, se não a gente não vive o presente”. Estas foram palavras da Irmã Myriam, em entrevista gravada em 15 de julho de 2007. Irmã Myriam é nome de freira, pois o nome de registro de nascimento é Maria Laura Hansel⁸⁷, nasceu em Venâncio Aires no estado do Rio Grande do Sul no dia 24 de fevereiro de 1923, filha de pais alemães. Aos 24 anos fez seus votos perpétuos junto às Irmãs da Divina Providência e aos 44 anos chegou em Mato Grosso para continuar suas atividades como professora. Em Mato Grosso trabalhou na rede estadual de ensino, pois no sul trabalhava em escolas confessionais da própria congregação. Embora tendo esta idade jovem, já possuía na época, muitos anos de prática em sala de aula. A irmã não possuía o curso normal secundário, este foi realizado no período das férias no município mato-grossense de Rondonópolis. A própria distinção social de ser uma religiosa dava-lhe condições para que a sociedade aceitasse a atuação da irmã como professora e diretora.

As freiras não tinham necessidade do diploma para o exercício de suas atividades profissionais; mesmo sem habilitação específica, as freiras puderam assumir cargos de

⁸⁷ As irmãs da Divina Providência ,quando passavam a fazer parte da Congregação, recebiam da madre superiora outro nome. Como indicativo de mudança de vida.

gestão da educação e depois atendendo às prerrogativas do próprio Estado de Mato Grosso, realizavam sua formação em exercício.

Enquanto predominou na sociedade uma visão sacralizada de mundo, foi possível às religiosas, por esse título, exercerem tarefas para as quais não estavam tecnicamente habilitadas. Por que eram 'irmãs de caridade' podiam ser professoras, enfermeiras ou assistentes sociais; nenhum diploma ou curso era exigido delas. A mentalidade moderna exigia, no entanto, preparo profissional, habilitação técnica específica para o exercício das diversas profissões. (NUNES, 2004, p.501, grifo da autora)

A trajetória de vida da irmã Myriam é construída por muitos silêncios. Percebe-se em seus relatos, um aprisionamento das lembranças justificadas pela sua idade⁸⁸, e pelo tempo distante da vivência. Sua fala mesmo despojada em muitos aspectos é marcada por interrogações, como, *“por quê você quer saber isso?”*⁸⁹ ou por explicações como: *“eu procurei afastar, se não iria sofrer”*.⁹⁰

Estas inquietações, e as nossas insistências diante das lembranças, nos proporcionaram entender aspectos significativos de um tempo marcado por uma estrutura política ditatorial em consonância com o poder religioso local, que se organizava em algumas regiões de Mato Grosso, como em questão a vida social da cidade de Tangará da Serra. Desta forma, podemos através do cruzamento das fontes orais com os documentos escritos, registrar aspectos significativos da história das Instituições Escolares no período de 1968 a 1976.

O voto de obediência, condição para a permanência da vida religiosa, levou Myriam Hansel para Mato Grosso. Esta condição fez com que ela criasse alternativa, em muitos aspectos solitários, para permanecer e se organizar em um espaço novo e desconhecido.

Pela profissão da obediência, os religiosos oferecem a plena oblação da própria vontade como sacrifício de si mesmos a Deus, e por ele se unem mais constante e seguramente à vontade divina salvífica. Portanto, os religiosos, em espírito de fé e de amor à vontade de Deus, obedeçam humildemente aos Superiores, segundo as próprias regras e constituições, colocando as forças da inteligência e da vontade bem como os dons da natureza e da graça na execução das ordens e no cumprimento dos cargos que lhes forem confiados, sabendo que estão a colaborar para a edificação do Corpo de Cristo segundo o desígnio de Deus. Desta maneira, a obediência religiosa, longe de diminuir a dignidade da pessoa humana, leva-a à maturidade, aumentando a liberdade dos filhos de Deus (SANTA SÉ, 1965).

⁸⁸ Na data da entrevista (15/12/2008) estava com 84 anos de idade.

⁸⁹ Entrevista realizada com Ir. Myriam Hansel. Porto Alegre, 15 jul. 2007.

⁹⁰ Idem.

Em Arenápolis, irmã Myriam trabalhou como professora no grupo escolar público estadual. Quando chegou do Rio Grande do Sul, seu espaço na escola, em que outra irmã era diretora, já estava reservado. A delegada de ensino na época também era uma freira, Maria Monfort⁹¹ que pertencia à outra congregação, das Irmãzinhas da Imaculada Conceição. A delegacia regional de educação ficava no município de Rosário Oeste, mais de 200 km distantes de Arenápolis e de Tangará da Serra.

Porém, durante todo o período que esteve em Arenápolis, a irmã visitava a recém criada localidade de Tangará da Serra, conforme podemos observar em vários registros no livro Tombo da Reitoria de Nossa Senhora Aparecida:

Chegaram hoje D. Alonso, o P. Edgar H. Mueller S. J. e a Irmã Myriam da Div. Providência. D. Alonso veio com a planta da casa para as Irmãs, que a Madre Provincial enviara. Tratou aqui da construção da casa para as Irmãs e da aquisição de um terreno adequado para essa finalidade. O P. Edgar Mueller e a Irmã Miriam vieram para trabalhar aqui nesta reitoria durante a semana santa. A Irmã Miriam veio também para conhecer o lugar, porque provavelmente será a Madre da futura casa das Irmãs. A Irmã ficou hospedada na casa do Sr. Jaime Arruda de Oliveira (LIVRO TOMBO, 1967, p. 36 -37).

No livro de crônicas de 1968, redigido pela própria irmã Myriam, há registro da sua chegada em companhia da irmã Apolônia Immig no dia 27 de fevereiro de 1968; elas foram para Tangará da Serra com uma carona procedente da cidade de Arenápolis. Hospedaram-se na casa do senhor Francisco Dantas, pois a casa em que iriam residir ainda estava ocupada pelo padre José Egberto Pereira. “[...] eu esperei o padre sair da casa. Eu não ia morar junto com o padre, para o povo falar. Eu nem fui enquanto o padre estava na casa”.⁹² Este depoimento da irmã é um exemplo do que ela durante quase todo seu relato alerta, que deveria ser prudente, pois por ser religiosa era mais fácil de ser observada, de ser criticada, então destaca que deveria ser sensata.

⁹¹ Gentile Beber tinha como nome religioso, Ir. Maria Monfort de Jesus Hóstia; era irmã da Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, nasceu em Ribeirão das Cobras, município de Rio do Sul, no Estado de Santa Catarina, aos sete de agosto de 1929 e faleceu em Florianópolis em 26 de maio de 1999. Ir. Maria Monfort foi Madre Provincial da Congregação em Mato Grosso de 01 de janeiro de 1966 a 01 de janeiro de 1972; em Mato Grosso foi também Delegada de Ensino, no período de 1968 a 1973, responsável pela Delegacia de Rosário Oeste, cuja jurisdição chegava até Tangará da Serra. Foi Madre Geral da Congregação em São Paulo de 1973 a 1984. Em 24 de dezembro de 1984 foi enviada a Vígolo Vattaro, Itália, terra natal de Madre Paulina, permanecendo até setembro de 1988, quando voltou a Vígolo – Nova Trento – SC para a preparação da beatificação de Madre Paulina, permanecendo nesta comunidade até 1999. Em 26 de maio de 1999, com 70 anos e 47 de Vida Religiosa faleceu em Florianópolis (MEES, 1983) e (Irmã Maria Monfort, manuscrito, 2008).

⁹² Entrevista realizada com Ir. Myriam Hansel. Porto Alegre, 15 jul. 2007.

Depois que o padre José Egberto Pereira desocupou a residência, as duas irmãs passaram então a ocupá-la, embora fosse bastante simples e com muitos problemas estruturais, conforme observa-se no registro em alemão da cronista irmã Zélia Hochkamp:

Am 27//2/68 wurde in Tangara eine neue Filiale eröffnet. Die ersten Schwestern waren I. Myriam als Leiterin der Volksschule, und I. Apolônia für die Hausarbeiten. Das Einleben war seher schwer, die Bevohner sorgten in den ersten Wochen für den Unterhalt de Schwestern. Als Madre Egydia im März ihren Besuch dort machte, hatte das Holzhäuschen noch seinen ehmboden, und alles war sehr kärglich, Sie schenkte 6 Stühle und ein Regal. Wegen der grossen Transportschwierigkeiten wurde auch das Ankommen eines Ofens immer wieder hinausgeschoben, was das Kochen erschwerte. Gute Nachbarn brachten sogar ab und zu eine fertige Mahlzeit! Gegen Ende des Jahres war jedoch für alles gesorgt und es konnte sogar eine kleine Kapelle eingerichtet werden. I. Myriam bekam die Erlaubnis, in Abwesenheit des Priesters die hl. Kommunion austeilten zu dürfen (LIVRO DE CRÔNICAS DAS IRMÃS DA DIVINA PROVIDÊNCIA DE NORTELÂNDIA, 1968).⁹³

Com o número crescente de alunos migrantes, a Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, passou nos anos seguintes a ser denominada de Escolas Reunidas de Tangará da Serra em 1968.⁹⁴ Em março de 1968, a Irmã Myriam Hansel passou a dirigir as Escolas Reunidas de Tangará da Serra permanecendo na escola como diretora até 1972.

A saída da irmã Myriam Hansel de Tangará da Serra, não foi uma escolha sua e nem cumprimento de votos de obediência, mas resultado de um conflito político local. No início do seu depoimento em julho na cidade de Porto Alegre, ela começou dizendo:

A gente não sabia como ia resultar a ameaça. Não se meter então e vai embora. Eu ia pra escola, atravessar a rua, na nossa casa. Chegou uma camionete e parou na minha frente. Ameaça foi que era uma mentira ainda. Porque a verdade eu era do partido do governo dali. Nunca me manifestei não. Nada, nada, nada.

⁹³ “Foi aberto uma nova filial em Tangará, as primeiras irmãs foram Ir. Myriam como diretora da escola e a irmã Apolônia para manutenção da casa. O acostumar-se foi muito difícil, porém o povo nas primeiras semanas procurou ocupar as irmãs. Quando a madre Egídia visitou as irmãs a casa ainda era de chão batido (piso de terra) e tudo era muito simples. Elas tinham 6 cadeiras. Com a dificuldade de transportar um fogão, as irmãs tiveram que se virar. E os bons vizinhos levavam uma refeição já preparada para elas. Até no final do ano de 68 estas necessidades foram em partes supridas, inclusive conseguiram construir uma pequena capela. Ir. Myriam ganhou autorização quando na ausência do padre para distribuir comunhão aos fies”. Tradução – Ir. Anastácia Melz

⁹⁴ Criada pelo Decreto nº 264 de 28 de junho de 1967. Publicado no Diário Oficial de Mato Grosso de 28 de junho de 1967. Esta nomenclatura aparece na Portaria nº. 202 de 23 de abril de 1969, do Secretário de Educação e Cultura, publicada no Diário Oficial em 17 de junho de 1969, que resolve admitir para a Regência de Classe das Escolas Reunidas de Tangará da Serra: Albino Ferraz, Edgar Henrique Muller, Maria Laura Hansel [Irmã Myriam], Neide Parada do Prado, Emílio Fernandes Lopes, Ciro Cândido de Freitas e Francisco Ciro Leite. A nomenclatura também aparece na documentação escolar a partir de 1968.

Pensando a entrevista como a construção de uma determinada vivência a partir da memória, é que entendemos quais os motivos do silêncio e o querer esquecer que a Ir. Myriam sempre abordava em seu relato, como “*eu procurei afastar, se não iria sofrer*”. O esquecimento está atrelado a uma forte lembrança, que foi a forma como ela saiu da localidade de Tangará da Serra, um espaço em que desenvolveu um conjunto significativo de atividades, para a população com quem se relacionava, em especial na organização e administração das escolas reunidas, do grupo escolar e na docência do ginásio estadual. Atendendo a esfera do caráter romanizador da Igreja Católica, cujo objetivo estava no enalce. Porém, os “tempos difíceis” produzidos historicamente no Brasil e consolidados, após o Golpe de 1964 alteraram os planos de Ir. Myriam Hansel.

Sua prudência se explica então através do silêncio, e com a utilização e o cruzamento de diversos relatos orais. Podemos concordar com Arruda (2000, p. 39, grifo do autor):

A utilização da história oral, além de poder registrar narrativas às quais de uma outra forma não se teria acesso, justifica-se também, pelo que ela tem de mais precioso e singular, a subjetividade, o que a torna diferente pois ‘conta menos sobre eventos que sobre significados’.

A saída da irmã Myriam é tão mais presente em sua memória do que sua permanência na localidade de Tangará da Serra. Devemos sublinhar que até 1976, embora a sua transferência tenha ocorrido em janeiro de 1973, Tangará da Serra era uma localidade pertencente ao município de Barra do Bugres. E um partidário de algum candidato nas eleições municipais de 1972, realizou uma leitura negativa da influência política da irmã. Após ter conhecimento do ocorrido, irmã Osvalda Kroetz que era então responsável pela casa das irmãs, escreveu à mãe. Em resposta, a mãe transferiu Irmã Myriam Hansel para Venâncio Aires no Rio Grande do Sul, e ela nunca mais retornou a Mato Grosso.

Myriam Hansel, em entrevista realizada em Porto Alegre, julho de 2008, narra o motivo da sua saída de Tangará da Serra:

De manhã eu ia pra escola, na frente da casa tinha aquela praça, e aí eu saí de casa fui pro outro lado, e aí tava tudo limpo né, tinha a praça, depois vinha a praça das casas, hoje é grande cidade, e aí quando eu passei por outro lado, porque vinha uma caminhonete, aí eu fui pro outro lado, até que a caminhonete, e a caminhonete parou. Parou e saiu um homem, e foi o vizinho que morava nessa quadra, nem sei mais o nome dele. Aí ele me enfrentou, e disse assim pra mim. Ele me dava até o fim do dia, o tempo todo pra ir embora. Imagina assim, chegar na sua frente e dizer umas coisas assim. Ir embora e não sei o que até de noite, desaparecer, é muito duro, é muito duro uma coisa assim. Aí, eu fiquei assim o que vou fazer. Ele disse que eu propagava contra ele, contra o partido

né, era MDB e ARENA, e nada disso e eu era da ARENA. Eu sei que não era o que ele disse. Ele não escutava não acreditava no que eu dizia. O que eu pensei, tu vai pra escola, eu ia pra escola. Ou vai voltar pra casa. É uma situação daquelas que é muito difícil. Aí eu voltei pra casa. Eu disse pras que estavam em casa, não sei mais quem era. Tem gente que já morreu. Aí eu fiquei, conversa aqui, conversa lá. Disseram pra mim que não era bem assim, que não sei o que, não sei mais o que eu fiz. Acho que fiquei em casa e não sei o que. Falei com as outras ali, minhas companheiras. Aí eu não sei mais. Irmã é educada pra isso, pra não se meter em política. Mas eu tinha que me meter um pouco pra saber.

Segundo os relatos de algumas pessoas contemporâneas da irmã Myriam Hansel, ela era bastante participativa na comunidade e dizia aquilo que pensava ser o certo, embora não tenha nenhum testemunho de participação política transparente. Porém, o que mais inquieta nesta trajetória de vida, é a percepção do significado da configuração de uma cidade em tempos de ditadura militar.

A história de vida de Ir. Myriam Hansel nos possibilitou entender as alianças construídas para a configuração do domínio da mentalidade dos migrantes que vieram em busca de esperanças, motivados pelos discursos da colonizadora. No caso de Tangará da Serra uma aliança forte entre Igreja e Estado, em particular na institucionalização da educação pública. As relações políticas marcadas pela ameaça, uma tradição dos coronéis da Primeira República Brasileira.

Se os motivos da transferência da Ir. Myriam Hansel estão mais presentes nas lembranças dela, na memória coletiva da população que com ela conviveu, são ainda mais fortes que marcas do seu tempo de permanência. Os relatos registram a batalha da freira, a audácia da professora e o engajamento da mulher Myriam Hansel. Esta memória coletiva está em constante reelaboração, mas não deixa de lembrar de forma seletiva do passado marcado por suas ações. A memória coletiva representa toda uma caminhada coletiva. É uma forma de refazer, reconstruir, repensar a partir das imagens e idéias de hoje, o que foi vivido no passado (BOSI, 1987).

3.2.1.2 Irmã Osvalda Kroetz

“Viva Cristo” era a saudação que a Ir. Osvalda Kroetz recebia dos alunos quando entrava nas salas de aula do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira”.⁹⁵ Todos os alunos se colocavam de pé e esperavam até que a irmã autorizasse que se sentassem para ouvi-la, ou esperavam que ela comesse a oração. Mulher dinâmica, determinada e enérgica, irmã Osvalda Kroetz é de nascimento Florida Kroetz, nascida no dia 20 de setembro de 1919, em São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, filha de pais alemães.

Ir. Osvalda Kroetz foi uma das freiras que, acompanhadas por Madre Rosálie, chegou em Mato Grosso em 1963, instalou-se em Nortelândia e como já era normalista, veio com a missão de instalar uma escola privada, enquanto outras freiras que com ela chegaram ocuparam-se de serviços de enfermagem no hospital e outras, de serviços comunitários.

No ano de 1963 em Nortelândia, em um espaço improvisado, criou-se a Escola Paroquial Sant`Ana. Ir. Osvalda Kroetz trabalhava nesta escola nos três períodos: matutino, vespertino e noturno. O número de alunos era grande, porém, por falta de condições financeiras dos pais dos alunos, em agosto de 1964 as professoras começaram a receber seus salários do governo do Estado de Mato Grosso e a escola foi incorporada à rede pública de ensino (BROD, 2003). Depois de dois anos a serviço da educação na cidade de Nortelândia, irmã Osvalda foi transferida para Arenápolis em 21 de março de 1965. Nesta cidade permaneceu por seis anos ocupando-se de trabalhos educacionais, inicialmente em uma escola privada da Congregação das Irmãs da Divina Providência denominada Escola “Missionário Bom Jesus”, que pelo mesmo motivo da escola de Nortelândia foi incorporada à rede estadual de ensino, atualmente Escola Estadual Mário Mota.⁹⁶ Ir. Osvalda então com a encampação da escola, em 1966, pelo Estado de Mato Grosso, passa a ser diretora do estabelecimento do Grupo Escolar em Arenápolis, até a sua transferência para Tangará da Serra em 1971.

Conforme o Concílio Vaticano II ocupar-se da educação era uma tarefa fundamental para o exercício da evangelização católica:

O sagrado Concílio exorta vivamente os jovens a que, conscientes, da importância do múnus educativo, estejam preparados para o receberem os com ânimo generoso, sobretudo naquelas regiões em que, por falta de professores, a educação da juventude está em perigo. O mesmo sagrado Concílio, enquanto se confessa muito grato aos sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos que se

⁹⁵ Criado pelo Decreto nº 1.464 de 08 de agosto de 1971.

⁹⁶ Entrevista realizada com Ir. Anete Pedó e Ir. Terezinha Catarina Sheuer. Tangará da Serra, 19 ago.2007.

ocupam com dedicação evangélica na obra excelente da educação e do ensino de qualquer espécie e grau, exorta-os a que perseverem generosamente no trabalho começado e a que de tal modo se esforcem por sobressair em encher os alunos do espírito de Cristo, na arte pedagógica e no estudo das ciências que não só promovam a renovação interna da Igreja mas também conservem e aumentem a sua presença benéfica no mundo hodierno, sobretudo no intelectual (SANTA SÉ, 1965).

Em Mato Grosso, na região de garimpo (Nortelândia, Arenápolis e Paranatinga) e na região agrícola (Tangará da Serra), a tarefa educacional realizada pelas irmãs da Divina Providência foi na escola pública, embora tenham realizado um trabalho efêmero com escolas privadas em Arenápolis e Nortelândia.

Ir. Osvalda, antes de vir definitivamente trabalhar em Tangará da Serra, estava na localidade de forma esporádica, em especial antes de 1968, quando nenhuma irmã ainda residia no local. Estas passagens de Ir. Osvalda podem ser percebidas no livro Tombo da Reitoria Nossa Senhora Aparecida, conforme registro do dia 09 de dezembro de 1966: “As 14 horas chegaram aqui de Jipe o Pe. Edvino Bremm e a irmã Osvalda de Arenápolis. As 16 horas já estavam de retorno para Arenápolis”.

Mas, em 1971 Ir. Osvalda foi transferida oficialmente pela madre Rosálie, para então tomar posse como diretora do novo grupo escolar. Sua chegada em Tangará da Serra é assim narrada, em entrevista:

Foi uma viagem péssima, porque não tinha estrada, asfalto nem se falava. Aí eu cheguei lá, nós chegamos durante a noite lá. Nós tínhamos que subir aquela serra a pé [Serra do Tapirapuã] porque o ônibus que nós estávamos não subiu. E lá em cima estava esperando outro ônibus, e alguém que veio junto comigo [sentado no banco do ônibus ao lado] e se ofereceu para carregar minha mala, quando cheguei lá em cima [da Serra do Tapirapuã], o homem que estava comigo desapareceu e minha mala também. Eu fiquei sem mala, só com a bolsa que eu tinha na mão. [Risos]. Mas, quando cheguei lá fui muito bem recebida pelas irmãs, na casa, uma casa pequenina. Como é que eu vou dizer muito acolhida (KROETZ, 2007).

No relato observamos que apesar dos percalços da viagem, em especial pela falta de seus pertences, a chegada em Tangará da Serra foi de acolhimento, expressão muito corrente em todo depoimento da irmã. Ao contrário da Ir. Myriam Hansel, irmã Osvalda Kroetz tem seu relato centrado na permanência do tempo em que esteve em Tangará da Serra e não nos motivos de sua transferência. Todo seu relato é marcado pelo contexto de uma localidade que se fazia crescer. “A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta uma representação seletiva do passado, um passado que não é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto” (BOTH, 2002, p.86).

A memória da irmã Osvalda é marcada pelo grande fluxo migratório de pessoas que chegavam cotidianamente a Tangará da Serra, “*Cada dia vinha mais gente, e vinha de Minas Gerais, quando vinha de Minas Gerais eu sempre fiquei contente, porque eles eram tão bons, compreensivos, nobres e de fato era muitos pra ajudar na Igreja*” (KROETZ, 2007).

As pessoas procedentes de Minas Gerais são componentes significativos das lembranças da irmã, pois segundo ela, além de católicas, dentre elas sempre tinha uma pessoa com estudos, que poderia ser professora. Ela compara sempre os mineiros com os paulistas e enfatiza que as professoras mineiras eram bem formadas e que as famílias mineiras gostavam de rezar mais do que as paulistas.⁹⁷

Durante o período que permaneceu em Tangará da Serra, irmã Osvalda cursou Teologia em São Paulo, na Faculdade Teológica de São Paulo e também Administração Escolar, um curso de Pedagogia em período de férias realizado na cidade de Cáceres.

Além de ser diretora do Grupo Escolar Ataliba Antônio de Oliveira, irmã Osvalda foi professora de inglês e religião do Ginásio Estadual e também professora de inglês e psicologia no curso normal em Tangará da Serra. Segundo Antônio Francisco de Melo, aluno do curso normal, a psicanálise de Freud era o assunto favorito desenvolvido pela irmã em sala de aula, na disciplina de psicologia.⁹⁸

As palavras de Irmã Osvalda, quando retratam partes de sua permanência em Tangará da Serra, estão carregadas de vida concreta, aspectos como a cooperação da população local na vida da escola, a participação efetiva dos pais, a presença dos professores e dos alunos nas missas dos domingos e nas festas da escola e da igreja.

Na memória coletiva da população de Tangará da Serra o nome Irmã Osvalda é marcado pela presença do uso do seu hábito em cima de uma bicicleta⁹⁹; é ela, referência nos feitos da educação nos primeiros tempos de Tangará da Serra. Irmã Osvalda permaneceu em Tangará da Serra até o ano de 1979 depois foi transferida para a cidade de Alto Garças, lá continuou suas atividades por mais quatro anos até ser transferida para São Miguel do Oeste, cidade do Estado de Santa Catarina.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Entrevista realizada com Antônio Francisco de Melo. Tangará da Serra, 02 jan. 2008.

⁹⁹ Irmã Osvalda usou hábito por um período de 45 anos. Não usou o hábito que trouxe do sul, mas um hábito adaptado ao clima de Mato Grosso, mais curto e mais leve.

Considerações Parciais

A colonização privada de Tangará da Serra foi também resultado da política getulista da “Marcha para o Oeste”, que culminou com a efetivação da política fundiária mato-grossense nos anos de 1960 aos anos de 1970. O Departamento de Terras e Colonização (D.T.C.) e a Comissão de Planejamento da Produção (C.P.P.) foram os órgãos responsáveis pela efetiva venda ou distribuição de terras neste período. Estes órgãos foram envolvidos em corrupções políticas, tendo seus serviços suspensos em alguns anos.

As terras que hoje formam o município de Tangará da Serra foram resultado de 54 glebas, que em sua maioria, concedidas a descendentes de japoneses dos Estados de São Paulo e do Paraná, são quase retangulares e começam na Serra do Tapirapuã, recortadas até o rio Sepotuba. As questões de beliches de terras e os conflitos fundiários, fizeram com que a maioria dos japoneses vendessem e não ocupassem estas terras do sudoeste de Mato Grosso.

A efetiva colonização do atual núcleo urbano de Tangará da Serra e de parte de sua zona rural concretizou-se a partir do ano de 1960, pela empresa de colonização privada denominada Sociedade Comercial Imobiliária de Tupã para a Agricultura Ltda. (SITA). Para reocupar o planalto do Tapirapuã, a SITA realizou propaganda nos estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, usando como elemento central para motivar o fluxo migratório a terra fértil para a produção do café.

Nos anos sessenta do século XX iniciou-se um intenso fluxo migratório para a região sudoeste de Mato Grosso. Quando os migrantes chegaram, encontraram uma cidade quadriculada no solo e os espaços individuais estavam já pré-estabelecidos.

O projeto arquitetônico foi criado pelo arquiteto Américo Carnevali que apresentou uma cidade com traçado moderno, ruas largas, com 168 quadras, sendo cada uma com 16 lotes, destaca seis avenidas, centro cívico, locais para praças com áreas verdes, grupos escolares, cinema, mercado, hospital, clube recreativo, delegacia, rodoviária, posto de saúde, ginásio, estádio de futebol, aeroporto e horto florestal.

Na cidade, até os anos sessenta do período em estudo, as casas eram geralmente de madeira; poucas foram as casas feitas de alvenaria. Os moradores denominam as casas de

alvenaria de casa de *material*. Estas casas de madeira eram, em sua maioria, cobertas de tabuinhas retangulares.

Desta forma, as pessoas que chegaram a Tangará da Serra, durante o primeiro fluxo migratório, encontraram uma cidade sendo construída, casas sendo edificadas, homens e mulheres que, cotidianamente, organizavam novas práticas e relações sociais, com pessoas de diferentes lugares; as casas, a escola, o jeito de viver, foram se organizando, de acordo com o que as novas relações culturais exigiam.

A propaganda realizada pela SITA e a propaganda de familiares residentes no povoado, presentes na memória de vários migrantes, e também, através de cartas a parentes e amigos, mobilizaram pessoas de vários lugares do Brasil para Tangará da Serra, mas, sobretudo os originários dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Bahia, Goiás, Pernambuco e Espírito Santo. Estas famílias denominadas de famílias de lavradores seguiram a rota do café, realizando o fluxo migratório rural-rural.

Com a chegada de várias famílias ao núcleo urbano de Tangará da Serra, a SITA, cumprindo a sua ação como colonizadora, construiu duas salas de aula de madeira, servindo como escola para os filhos de migrantes. E selecionou dentre os moradores, Paulo Cicinato, com o ensino primário completo, para exercer a função de professor. Esta escola organizada pela SITA não foi institucionalizada junto a nenhum órgão de educação.

A institucionalização da escola em Tangará da Serra ocorreu com a criação da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, em 1964, sob a manutenção do Governo de Estado de Mato Grosso e, em 1965, foi instalada a Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio”, mantida pela Prefeitura Municipal de Barra do Bugres.

A Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra teve seu tempo de duração de 1964 a 1967. Funcionava no mesmo espaço da antiga escola organizada pela SITA. Paredes de madeira, chão batido, cobertura de tabuinhas, janelas de madeira, bancos rústicos de madeira bruta, quadro negro, mesa do professor, mapas e cartaz do tempo compunham elementos interiores do espaço da sala de aula. A arquitetura da escola representava a mesma da cidade. Um espaço de migrantes, em que o material disponível era utilizado. E como afirma Bruand (2003, p.11) “Mais do que qualquer outra manifestação artística, a arquitetura depende diretamente das condições materiais.” E um espaço geográfico rico em madeiras de boa qualidade, favorecia o processo construtivo com uso deste material.

Uma escola em região de colonização recente é um dos elementos constitutivos do eixo de concentração das atividades das pessoas. A escola, a igreja, o campo de futebol e

as casas comerciais são os elementos aglutinadores de pessoas e de possibilidades. São estes os espaços cujos olhares, em especial, dos grupos que administram a cidade se direcionam. São espaços com funções diferenciadas, unos, mas que carregam significados múltiplos e que estabelecem a identidade de uma localidade em formação.

Ao visitar a escola, inspecioná-la, os representantes dos órgãos públicos se preocupavam em avaliar o que estava posto nos livros de registros e na aparência exterior da escola. Não há registro sobre a questão da qualidade de ensino, sobre a formação de professores, e nem sobre a inclusão, evasão ou repetência escolar. A escola em estudo era uma escola de ensino, que atendia a quem a procurava. Uma escola do tempo da reocupação, marcada por fluxos e refluxos de migrantes.

O tempo escolar não seguia normas rígidas das Secretarias de Educação. Adaptava-se a realidade local. Isto se verificou pela disparidade de dias letivos durante diferentes anos. A frequência dos alunos às aulas, no período em análise, apresentou-se normal, exceto para o mês em que se preparava a terra para o plantio. Como a maioria dos alunos era proveniente da zona rural, filhos de família de lavradores, estes estavam diretamente ligados ao trabalho na lavoura.

Os professores da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra não contavam com recursos didático-pedagógicos, usavam livros e os reproduziam no quadro negro. Os alunos copiavam os textos e atividades e depois eram avaliados por provas. Ao término do ano letivo realizavam o exame final. O método de ensino era a memorização. E em especial, nas duas primeiras séries do ensino primário, o índice de reprovação era considerado alto.

O professor nesta região de colonização recente era alguém disposto a ensinar, e que tivesse um grau de instrução superior ao de seus alunos. Era um migrante, que não migrou com objetivo de trabalhar na educação, mas pela necessidade da população, tornou-se professor. Um professor leigo, em um período histórico marcado por políticas públicas educacionais despreocupadas com a população escolarizável. O professor é frente de expansão.

Em Tangará da Serra, a presença do professor José David Nodari foi fundamental no processo de institucionalização da escola pública e também para a manutenção da política fundiária desenvolvida pela SITA. A presença de escola em uma região de colonização recente foi um dos recursos utilizados na propaganda para motivar o fluxo migratório. O homem do campo via no processo de escolarização uma alternativa para dar aos seus filhos um futuro melhor.

A Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra esteve sobre o controle do Estado ditatorial. Isto significa a contestação de que o interior do Brasil, no caso o interior de Mato Grosso, estivesse isolado das questões políticas nacionais. Este isolamento mato-grossense em relação ao litoral brasileiro nunca existiu. Mato Grosso desde o período colonial esteve em sintonia com as regiões consideradas mais “adiantadas” do Brasil.¹⁰⁰

A Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio” era uma escola isolada, pensada e concretizada por alunos migrantes lavradores, e por uma professora que em, muitas vezes, parecia estar à “margem” do que ocorria além do seu espaço territorial. Iracema Casagrande, não partilhava suas dúvidas e aflições didático-pedagógicas. Porém, ensinou, fez com que a escola se efetivasse, não se deixou silenciar. Fez de sua escola isolada, um espaço de saber, e mesmo sem formação para o magistério contribuiu para a escolarização rural em Tangará da Serra.

Em Tangará da Serra a institucionalização da escola, tanto no espaço urbano, quanto no rural, foi marcada por práticas de ensino empiristas, formada por professores e alunos com ideais parecidos, que era a busca da mesma certeza “*crecer com o lugar*”, expressão muito comum. Uma escola pobre, para pessoas em movimento. Um tempo que nos permite o diálogo do presente com o passado. Quando verificamos no tempo presente filas imensas de pessoas, para realizar anualmente, inscrições para os exames supletivos de massa, em Mato Grosso, denominados provões, entendemos que a escola da década de sessenta e setenta não garantiu nem o acesso e nem a permanência dos alunos, isto comprovado pelos altos índices de reprovações e desistências e pela ausência de uma política educacional em Mato Grosso que garantisse ao migrante urbano ou rural completar sua vida escolar.

Ao estabelecermos um nexos entre migração e escolarização em Tangará da Serra neste período de 1964 a 1967 podemos concordar com BUFFA (2007, p. 158) quando afirma: “[...] é preciso lembrar que é a sociedade que produz a escola e, portanto, a escola tem as feições que a sociedade lhe imprime”.

Através das entrevistas com ex-professores e ex-alunos, analisamos que as representações sobre a escola pública em Tangará da Serra, no período até então estudado, estava em sintonia com a comunidade que era ocupada diariamente. Seu currículo vivido, através das vozes dos entrevistados, nos mostrou uma cadeia de relações importantes para

¹⁰⁰ Esta análise pode ser observada nas seguintes obras: Vopalto (1987); Peraro (2001); Rosa e Jesus (2003); Neves (1988) e; Neves (2001).

a comunidade que se organizava. A escola era e se fazia um espaço de destaque e importante.

Em localidades em que o projeto de ocupação faz parte da história recente de Mato Grosso, como é o caso de Tangará da Serra, a migração de pessoas de vários lugares do Brasil, motivadas pelo mesmo objetivo, que era a construção de riqueza econômica para a família, determina o estabelecimento de muitas redes de solidariedade em busca de elementos que para as famílias migrantes eram fundamentais à permanência em um novo espaço. Dentre estas relações, estão os de natureza econômica, a religiosa, as de lazer e de instrução escolar.

Em relação à natureza econômica, mutirões aconteceram para que pontes e estradas fossem abertas a fim de escoar a produção; relações comerciais foram estreitadas entre a população rural e urbana de Tangará da Serra. Igrejas católicas e protestantes foram feitas pelos fiéis através de festas e de contribuições que ergueram seus templos religiosos. Campos de futebol foram abertos em espaço de cerrado para que o lazer fosse praticado, em especial no dia de domingo.

As escolas, destes espaços de ocupação recente em Mato Grosso, também são resultados das ações coletivas da população que tinham nesta instituição o símbolo da instrução e da garantia da construção de um futuro melhor para as gerações que ainda estavam em idade escolar.

Em Tangará da Serra, as escolas foram resultados destas ações coletivas da população migrante, em conjunto com os membros da SITA, em particular nos primeiros tempos 1964 a 1968 do senhor Antônio Hortolani, gerente da colonizadora SITA, que mantinha parte da liderança da localidade de Tangará da Serra.

A escola, em especial quando “Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra” representava um ponto central para as discussões sobre o movimento da colonização em Tangará da Serra; era um dos espaços mais visitados pelos políticos quando chegavam à localidade, a comunidade escolar era convidada para todas as atividades, religiosas ou de lazer, que existiram em Tangará da Serra.

O outro processo de escolarização que iniciou em Tangará da Serra, a partir das Escolas Reunidas esteve sobre a direção das irmãs da Congregação da Divina Providência, que vieram para Mato Grosso, nos anos sessenta, com objetivo de evangelizar através de ações ligadas a saúde, com trabalhos em hospitais e também na educação. Desta forma, as irmãs da Divina Providência marcaram presença efetiva nas escolas públicas de Tangará da Serra no período de 1968 a 1976, exercendo as funções de diretora e ou professoras,

estiveram sempre junto com a comunidade local com atividades de liderança a serviço da Igreja.

A escola não era apenas um local para memorizar conteúdos, mas era um ponto de encontro, lugar para conhecer as novidades e conhecer novos migrantes que chegavam a Tangará da Serra. Da escola, professores e alunos deslocavam-se à igreja para ouvir as celebrações do Padre José Egberto Pereira. Acompanhavam cortejos para enterros de anônimos e observavam os aviões que pousavam na Avenida Brasil trazendo, em geral, novos compradores rurais. Na escola se organizavam os times de futebol para o tempo de lazer dos dias de domingo. Em síntese, como relatou a professora Ivone Paternez *“tudo era a escola”*.

A seguir, inicia-se a segunda parte da análise, destacando a construção da história das Escolas Reunidas, do Grupo Escolar de Tangará da Serra, do Grupo Escolar “Dr. Ataliba de Oliveira Neto” e do Ginásio Estadual de Tangará da Serra. O texto apresenta as práticas de escolarização vivenciadas por alunos e professores migrantes em tempos e espaços diferentes.

PARTE II

ESCOLAS REUNIDAS, GRUPOS ESCOLARES E GINÁSIO ESTADUAL



Figura 16 - Aluna em Desfile Cívico – 1969

FONTE: Acervo Ivone Paternez Gonçalves

4. AS ESCOLAS REUNIDAS DE TANGARÁ DA SERRA

Em Mato Grosso, o presidente de Estado, Pedro Celestino Corrêa da Costa, com o intuito de modernizar o sistema escolar para atender suas metas de governo, realizou uma reforma no ensino primário, criando em 1910 os grupos escolares, que deveria reunir em um só estabelecimento várias escolas isoladas. Porém, a criação de grupos escolares no Estado de Mato Grosso ocorreu de forma muito gradativa, as escolas isoladas e reunidas foram contemporâneas a eles, até a segunda metade dos anos 70 do século XX, quando os grupos escolares começaram a se transformar em escolas estaduais.

Em 1927 através do Regulamento da Instrução Pública, o presidente do Estado de Mato Grosso, Mário Corrêa da Costa, investiu na reorganização das escolas primárias dando-lhes uma nova classificação. Nesta feita foram criadas as Escolas Reunidas, que se caracterizavam por estar até dois quilômetros de onde funcionavam três ou mais escolas isoladas com a frequência mínima de 80 alunos. Curso em três anos, com programa próprio. Só poderia ter, no máximo, sete classes e deveria obedecer ao regimento dos grupos escolares (REGULAMENTO DA INSTITUIÇÃO PÚBLICA, 1927. Cap. 1).

Elizabeth Poubel e Silva (2006) aborda a questão econômica para a criação das Escolas Reunidas, objeto de defesa desde 1916 pelo professor paulista Waldomiro Campos, que destacava que estas seriam o primeiro passo para a formação dos grupos escolares.

As escolas reunidas, previstas pelo Regulamento, vinham ao encontro da dificuldade econômica do Estado, já que atendiam até sete classes em um único prédio, não tendo, no entanto, que contratar uma pessoa específica para assumir a função de diretor, sendo este um professor da escola que recebia uma gratificação de 30\$000 (trinta mil réis) (SILVA, 2006, p.30).

O Regulamento de Instrução Pública de 1942 estabelece como Escolas Reunidas, as escolas isoladas que funcionassem num raio de dois quilômetros, com frequência total mínima de 80 alunos. Com possibilidades mínimas de 28 alunos em cada classe, era possível fundir numa só dois ou mais anos do curso, ou formar classes mistas, quando o número de alunos matriculados fosse insuficiente para a separação em classes distintas.

A Lei nº 452 de 24 de novembro de 1951, Lei Orgânica do Ensino Primário de Mato Grosso, caracterizou como Escolas Reunidas, as escolas formadas de duas a quatro turmas de alunos, e número correspondente de professores. As Escolas Reunidas de Mato

Grosso foram contemporâneas aos grupos escolares e existiram após a Lei 4.024/61; como exemplo temos as Escolas Reunidas de Tangará da Serra, organizada em 1967, conforme Decreto nº 264 de 28 de junho de 1967,¹⁰¹ porém, com funcionamento efetivo como Escolas Reunidas apenas em 1968.

Para as Escolas Reunidas em Mato Grosso, também se aplica o conceito de Lopes (2006: 81-82) que as concebe como “meras junções de escolas, antes isoladas, em um mesmo espaço físico, implicando apenas o aparecimento da figura do diretor e do porteiro”. No caso de Tangará da Serra apenas a figura da diretora. O porteiro não foi elemento constitutivo das Escolas Reunidas de Tangará da Serra.

A predominância inicial do modelo escolas reunidas ocorreu, principalmente, em decorrência de seu baixo custo em relação ao grupo escolar, e por apresentar a vantagem de, ao agrupar as escolas isoladas, proporcionar maior controle do trabalho docente e economia com aluguéis, para o governo. (LOPES, 2006, p. 88)

Para que ocorresse o processo de apropriação (SANFELICE, 2007, p. 25) na proposta de definir a identidade das Escolas Reunidas de Tangará da Serra, mesmo com uma curta durabilidade, 1968 e 1969, pois em 1970 foi elevada a categoria de Grupo Escolar de Tangará da Serra através do Decreto nº 1.131 de 29 de abril de 1970¹⁰², fez-se necessário o contato específico com as seguintes fontes: livro de crônicas das Irmãs da Divina Providência das cidades de Tangará da Serra, Arenápolis, Cuiabá, Nortelândia e Tangará da Serra - as crônicas são relatos elaborados anualmente sobre os trabalhos desenvolvidos pelas irmãs; produções bibliográficas produzidas por irmãs da Divina Providência; o livro tomo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida em particular do período de 1968 a 1970; fotografias do acervo privado da professora Ivone Paternez Gonçalves; e também, entrevistas realizadas com a irmã Myriam Hansel em Porto Alegre e com professores e alunos que estudaram nas Escolas Reunidas de Tangará da Serra.

Em relação aos anos de 1968 e 1969 não encontramos nenhuma documentação escolar. Vários arquivos foram verificados, antigas delegacias de ensino foram visitadas e mas nenhum documento foi encontrado. Na atual Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”, não existe nenhum registro, nem mesmo livro de matrícula do período. A pasta de documentos pessoais da Ir. Myriam Hansel também não compõe o “arquivo inativo” da escola.

¹⁰¹ Publicado em Diário Oficial de 28 de junho de 1967.

¹⁰² Publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 05 de maio de 1970.

4.1 Espaços alternados e tempo múltiplo

Em Tangará da Serra, o mesmo espaço que serviu antes à Escola Rural Mista de Instrução Primária serviu também para abrigar parte dos alunos das Escolas Reunidas de Tangará da Serra, pois como o número de migrantes aumentou a partir de 1968, novas salas de aula tiveram que ser improvisadas. A formação das Escolas Reunidas de Tangará da Serra, em seu último ano, compunha três diferentes agrupamentos de salas de aulas, distantes cerca de mil metros uns dos outros.

As aulas das Escolas Reunidas começaram no dia primeiro de março de 1968. Neste ano funcionaram nove classes, tendo 346 alunos com matrícula inicial. A escola tinha apenas duas salas de aulas, desta forma, a irmã alugou um barracão que foi transformado em classe (LIVRO DE CRÔNICAS... TANGARÁ DA SERRA, 1968, p.1). O barracão alugado, onde funcionava a sala de aula, era de propriedade do José Arrais. Neste espaço os cabritos dormiam a noite e pela manhã os alunos estudavam. As serventes tinham que limpar muito cedo o espaço, para deixá-lo com alguma condição de sala de aula.¹⁰³ Os dois espaços eram de madeira, de chão batido e coberto de tabuinha. A distância entre o espaço da escola e o espaço da sala de aula improvisada era de aproximadamente mil metros. O segundo era mais próximo à Avenida Brasil.

Nestas três salas de aula funcionavam três turnos de aulas distribuídos nos seguintes horários: das 7 horas às 10 horas e 30 minutos; das 10 horas e 30 minutos às 14 horas; e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos. O sino, geralmente tocado pela Ir. Myriam Hansel alertava os alunos para o início e para o encerramento das aulas. O número de alunos avolumou-se mais em 1969. Então no dia primeiro de março 1969 foi inaugurado o prédio do que seria o futuro Grupo Escolar de Tangará da Serra. Prédio este cuja construção se iniciara em maio de 1967.

No dia sete de maio de 1967, conforme registro de termo de visitas, estiveram presentes para visitar a construção do prédio que seria a nova escola, o prefeito de Barra do Bugres José Turchen (31/01/1967 à 31/01/1970), o vice-prefeito e morador de Tangará da Serra, Jonas Lopes da Silva, o presidente da Comissão Fiscal da Diretoria da Caixa Escolar, Expedito Lopes dos Santos, o gerente da gleba Rio Branco, Bernardo R. Ehle, o tesoureiro da prefeitura municipal João Quinzarim, o morador de Tangará da Serra,

¹⁰³ Eva Maria da Silva, em entrevista para o autor, 16 de fev. 2008.

Arlindo Lopes da Silva e o professor José Nodari (LIVRO DE MATRÍCULA, 1964 – 1966).

A nova construção era composta de três salas de aulas, feitas de alvenaria, possibilitando mais espaços de estudos para os alunos migrantes, pois o número de matrículas era significativo. Além das três salas de aulas, havia espaços para a biblioteca, secretaria, diretoria e ainda um espaço coberto para circulação dos alunos.

As Escolas Reunidas de Tangará da Serra, que se transformariam no ano seguinte em Grupo Escolar, seguiu os mesmos passos de outros estabelecimentos de ensino, conforme destaca Lopes (2006, p. 93):

Embora muitas desses estabelecimentos de ensino tenham sido criados inicialmente, como escolas reunidas, forma mais econômica de agrupá-los, a maioria deles, por haver sido fundada no período em que o modelo grupo escolar estava consolidado, já foi criada segundo este modelo.

A configuração espacial das novas dependências das Escolas Reunidas foi planejada e executada com: duas salas de aula de 8,50 x 6,00, uma sala de aula de 5,40 x 4,00, uma diretoria de 2,50 x 3,20, uma biblioteca de 3,15 x 3,20, uma secretaria de 3,20 x 4,40 e um espaço de circulação coberto para os alunos na frente das salas de aulas 10,60 por 2,20.

O espaço em que foi construído o novo prédio foi uma doação da SITA, conforme comunicação de 01 de dezembro de 1971 que registra que o espaço da escola compõe os lotes urbanos de número um a seis, ocupando a quadra 102 da planta geral da cidade de Tangará da Serra, e ainda esclarece:

II – Esclarecemos a V. S., que a quadra acima referida está situada em área triangular, fazendo frente para a Av. Brasília, divisando de um lado com a rua 13 e de outro lado com a rua 6, sendo composta de três lotes medindo 25m x 15m, cada um; dois lotes triangulares, medindo 25m de base x 30m aos lados e um lote em forma triângulo retângulo, medindo 40m x 40m de altura, perfazendo uma área total de 2.675m² (SITA, 1971).

As antigas salas de aulas, as duas que eram anteriormente da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, continuaram sem piso, com a mesma mobília: 12 bancos de madeira rústica, uma mesa para o professor e um quadro negro. Já no prédio novo, que seria o futuro Grupo Escolar de Tangará da Serra, havia mobília nova. Nas salas de aula com apenas duas janelas, havia um quadro negro grande, um filtro de barro, uma mesa para o professor e carteiras individuais para os alunos. A carteira escolar tinha o

modelo de mesa e cadeira separadas, feitas de fórmica e ferro, e eram dispostas em fileiras na sala de aula, tantas fileiras quanto fosse o número de alunos.

No primeiro ano de funcionamento, o mobiliário para as outras dependências como secretaria, diretoria e biblioteca, foi improvisado. Apenas em 1970 novas mobílias passam a compor outros espaços pedagógicos e administrativos da escola.

O prédio novo não era cercado; as ruas da cidade eram espaços de lazer para os alunos; poucas residências configuravam o cenário urbano; portanto, cercar o pátio da escola não era necessário. O pátio da escola se misturava às ruas e aos espaços vazios próximos a ela.

A nova construção da escola, mesmo não sendo a ideal aos discursos atuais sobre arquitetura escolar, representou um avanço na consolidação das conquistas solicitadas pelas famílias de migrantes (GONÇALVES, 2008). A nova escola representava uma arquitetura de destaque na cidade, e a partir de então novos objetivos seriam traçados em uma fase que consolidava um processo maior de institucionalização da escola em Tangará da Serra, quer por um acompanhamento mais efetivo da Delegacia Regional de Educação, com sede na cidade de Rosário Oeste, primeira instância de controle da Secretaria de Educação e Cultura, quer por meio da gestão político – religiosa da Irmã Myriam Hansel, que além de valores católicos, trouxe para a escola preocupações didático-pedagógicas.

Aos fundos da escola nova havia um poço, através do qual a servente, abastecia os filtros das salas de aulas e realizava a limpeza da escola. No pátio havia duas privadas de madeira, uma para meninos e outra para meninas. Uma das primeiras serventes contratadas pelo Estado de Mato Grosso, para exercer atividades na Escola Reunidas, foi Eva Maria da Silva que era responsável em ajudar a varrer as salas de aula e pela realização da merenda escolar. A merenda era em geral leite em pó, arroz doce e macarrão, dentre outros.

Em seu relato Eva Maria da Silva¹⁰⁴ destaca que os alunos traziam muitas coisas da zona rural para incrementar a merenda. A merenda era preparada em um fogão denominado pelas serventes de econômico, além da lenha, elas usavam pó de serragem como combustível no cozimento de alguns alimentos.

A distribuição da merenda para os alunos das escolas em Tangará da Serra, conforme relatos, acontece somente após o funcionamento da escola em 1964. O termo de visitas de 07 de maio de 1967 destaca: “O Sr. João Quinzani, tesoureiro da prefeitura

¹⁰⁴ Em entrevista para o autor. Tangará da Serra, 16 fev. 2008.

municipal [de Barra do Bugres], fez a entrega ao Sr. Jonas Lopes da Silva de uma remessa de leite em pó e outros alimentos destinados às crianças escolares de Tangará e Santo Antônio” (LIVRO DE MATRÍCULAS, 1964 A 1966, p. 78 v.). A merenda escolar distribuída em Tangará da Serra era da Campanha Nacional de Merenda Escolar, campanha do Ministério da Educação e Cultura.¹⁰⁵

No registro do tempo da escola primária em Tangará da Serra, há de se considerar a ausência de documentos históricos para balizarmos a prática do tempo da duração do curso, do movimento do tempo da aula, da presença ou ausência dos alunos na escola e o tempo da produção do professor. Mas, os relatos nos permitem compreender que o tempo escolar é múltiplo, como considera Faria Filho (2000, p.70):

Sem dúvida, o tempo escolar, ou melhor dizendo, os tempos escolares são múltiplos e, tanto quanto a ordenação do espaço, fazem parte da ordem social e escolar. Assim, são sempre ‘tempos’ pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campanhas, deve ser entendida como um movimento que tem ou propõe múltiplas trajetórias de institucionalização. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar. (Grifo do autor).

Os anos de 1968 e 1969 foram os tempos de reorganização da escola, uma escola que estava se institucionalizando e se movimentando ao mesmo tempo, dado o intenso fluxo migratório. Foi o tempo da consolidação do Regime Militar no Brasil através do Ato Institucional nº. 5 (13/12/1968), que atribuía ao presidente o poder de fechar o Congresso, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais, cassar mandatos, suspender os direitos políticos de qualquer pessoa, decretar estado de sítio, suspender o direito de *habeas-corpus* para crimes políticos e privar o Poder Judiciário de certas garantias, submetendo-o ao Poder Executivo; foi o tempo da Criação de Áreas de Segurança Nacional (17/04/1968) onde 68 municípios brasileiros foram declarados “área de segurança nacional”, perdendo autonomia e passando a ter prefeitos nomeados pelo governo federal; foi o tempo do Ato Institucional nº. 14 (9/9/1969) que determinava pena de morte ou prisão perpétua para os crimes da “guerra revolucionária e subversiva”; foi o tempo da Emenda Constitucional nº. 1 (17/10/1969) também conhecida como “Constituição de 1969” porque modificou a de 1967 para introduzir no texto constitucional os dispositivos do AI – 5.

¹⁰⁵ Conforme Circula ANT nº1/61. Cuiabá, fev. de 1961. Assinado por João Bem Dias de Moura Filho, representante da CNME na área amazônica mato grossense.

Este foi o tempo em que Myriam Hansel iniciou sua tarefa como diretora das Escolas Reunidas, formada inicialmente por três espaços diferentes em 1968 e depois em dois, em 1969. A irmã Myriam Hansel, como diretora, ainda vestida com hábito de freira, (usava uma bicicleta para fazer o percurso entre as escolas. E relata seus tombos de bicicleta: “[...] *tinha muita areia. Nunca vi uma areia assim, as ruas eram fundas de areia. Então a bicicleta atolava e eu caía*”.¹⁰⁶

As pedaladas da irmã Myriam Hansel só foram facilitadas quando o Concílio Vaticano II deu liberdade para as Congregações Religiosas alterarem seus hábitos:

O hábito religioso, como sinal de consagração, seja simples e modesto, simultaneamente pobre e condigno, e, além disso, consentâneo com as exigências da saúde e acomodado às condições de tempo e lugar e às necessidades do ministério. O hábito, masculino ou feminino, que não estiver de harmonia com estas normas, deve ser mudado (SANTA SÉ, 1965).

Após esta liberdade, aos poucos para não causar um impacto forte na população e aos alunos da escola, e também para manter a “prudência” que combina com uma freira, segundo seus relatos, irmã Myriam Hansel foi alterando suas vestimentas de uma forma lenta, mas abandonou-as em definitivo. Como a retirada do hábito foi feita de forma gradual, segundo relatos, a atitude da irmã não provocou reações nem na população em geral e nem aos alunos.

Em 1969 foram matriculados na escola, com matrícula inicial, 482 alunos no primário formando 14 salas de aulas. Em 1969 não houve a necessidade de período intermediário. A antiga escola rural funcionou com duas salas, o espaço alugado foi dividido em duas salas de aula, e a escola nova tinha três salas de aula. A escola passou a funcionar das 7 horas às 11 horas no período matutino e das 13 horas às 17 horas no período vespertino.

A Irmã Myriam Hansel sempre estava presente no início das aulas, alternando entre um conjunto de salas de aula e outro. Os alunos eram dispostos em filas e os professores ficavam a frente. Inicialmente a diretora proferia algumas palavras de boas vindas e em seguida solicitava a todos que rezassem. As orações mais comuns eram o Pai Nosso, a Ave Maria e o Santo Anjo do Senhor. Logo após, os alunos se dirigiam às salas de aula.

O tempo da aula era controlado pelos professores. Eles não seguiam um horário específico de disciplinas escolares. Segundo relatos, havia aulas de Linguagem e

¹⁰⁶ Entrevista realizada com Ir. Myriam Hansel. Porto Alegre, 15 jul. 2007.

Aritmética todos os dias e as disciplinas de História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Ciências eram distribuídas ao longo da semana.

As aulas eram de segunda à sexta-feira. A permanência dos alunos em sala de aula estava condicionada à produção agrícola, tendo em vista a intensa movimentação dos alunos entre os espaços rural e urbano, o que acarretava num alto índice de evasão escolar. Irmã Myriam faz o seguinte registro sobre este refluxo em 1969:

Em 1º de março começaram as aulas do primário com matrícula inicial de 482 crianças que formou 14 classes. Começamos usar o Grupo Novo com 3 salas. Depois das férias de julho entraram muitos moradores novos e o número de matrícula foi 96. Com o tempo muitos destes moradores foram aos sítios e a matrícula diminuiu (LIVRO DE CRÔNICAS... TANGARÁ DA SERRA, 1969, p.9).

O calendário escolar estava centralizado nas festas da Igreja Católica. Os anos letivos de 1968 e 1969 começaram em março e terminaram em dezembro. No ano de 1969 o encerramento das aulas, dia 08 de dezembro, foi realizado junto com a comemoração do dia da Imaculada Conceição. O tempo escolar das Escolas Reunidas de Tangará da Serra é marcado pela presença forte da diretora que trabalhava para concretizar seus objetivos, construindo, através da educação, bases firmes dos valores cristãos católicos. O espaço das Escolas Reunidas era marcado pela presença da Irmã Myriam Hansel, assim como também o tempo que permanecia sob a égide do seu sino.

4.2 Aluno valoroso e dócil

Os alunos das Escolas Reunidas de Tangará da Serra são alunos do movimento migratório rural-rural que acompanhavam seus pais em busca da ventura e da fartura vendidas pelas colonizadoras privadas em Mato Grosso. Eles sempre estavam em trânsito no encontro da fertilidade do solo e da lenda do ouro verde.

Conforme relatos dos professores, os alunos apresentavam um alto desnível em relação à idade e série. Eram geralmente responsáveis na escola, muito disciplinados participavam sempre que solicitados das atividades escolares.

Os conteúdos ensinados seguiam a proposta do ensino guiado pelos manuais didáticos. Em Linguagem, a centralidade estava no ensino de gramática, e em Aritmética

as quatro operações marcavam muitas folhas dos cadernos dos alunos. Em Geografia o espaço brasileiro, em forma de mapas, era desenhado no caderno e em História estudava-se os vultos da pátria e a história política do Brasil com uma estrutura positivista.

Os alunos das Escolas Reunidas participavam ativamente das atividades comemorativas realizadas pela escola. Em todas as datas nacionais as bandeiras eram hasteadas, os hinos eram ensaiados em sala de aula e depois cantados em coro por todos os alunos. Muitas poesias eram declamadas em homenagem a pátria e ou aos seus vultos. “Começou os preparativos para o dia 7. A marcha e as poesias saíram bem, o povo gostou” (LIVRO DE CRÔNICAS...TANGARÁ DA SERRA, 1968, p.5). Em 1969, Ir. Myriam fez o seguinte registro: “O sete de setembro passou novamente com marcha e tambores emprestados, poesias e discursos. Inconveniente foi o calor e a poeira naquela época” (LIVRO DE CRÔNICAS...TANGARÁ DA SERRA, 1968, p.12).

Para os desfiles de comemoração de sete de setembro os professores organizavam os alunos, ensaiavam a marcha e também organizavam meninas como balizas. O desfile acontecia na Avenida Brasil. Na imagem a seguir podemos verificar esta prática, realizada pela professora Ivone Paternez em conjunto com suas alunas: Eleuza Batista da Costa e Elizabete Muniz. As alunas balizas estão segurando bastões junto à professora, pousando para a fotografia ao lado de uma sala de aula. Este desfile ocorreu em 1968.



Figura 17 - Alunas balizas e sua professora - 1968

FONTE: Acervo Ivone Paternez Gonçalves

Os alunos não iam para a escola uniformizados, embora existisse a campanha para o processo de uniformização. A diretora e os professores solicitavam sempre aos alunos que estivessem uniformizados. Os alunos, em sua maioria moravam em espaços rurais próximos à cidade. A professora Ivone Paternez relata que por residirem na zona rural, os alunos traziam muitos presentes para ela, dos sítios e chácaras: *“Eu ganhava coisa de menino do sítio, como a gente ganhava, era frango, quiabo, tudo que eles tinham na roça toda semana eles traziam. Leite, rapadura, tudo que eles faziam lá”*.¹⁰⁷

Os alunos presenteavam os professores constantemente, porém na comemoração de 15 de outubro, dia dos professores realizavam uma festa especial. Quase todos os alunos, com pouca exceção, entregavam presentes para os professores. Na cidade havia apenas

¹⁰⁷ Entrevista realizada com Ivone Paternez Gonçalves, Tangará da Serra, 02 jan. 2008.

uma loja, um armazém e uma farmácia. O que os alunos encontravam nestes estabelecimentos comerciais, de acordo com as suas condições financeiras, eles compravam.

Nesta região de colonização recente, imperava um respeito mútuo entre alunos e professores. Não é veiculado, nem nos relatos de professores e nem de ex-alunos, a utilização de castigos físicos. A indisciplina era controlada através da conversa e da comunicação aos pais. As brigas entre os alunos não eram comuns, principalmente no espaço da escola e em seus arredores. A diretora, sempre que necessário, conversava diretamente com os pais, chamando-os à escola ou indo pessoalmente à residência do aluno.

A relação entre a direção da escola e os estudantes das Escolas Reunidas de Tangará da Serra, conforme os relatos orais, era pautada no diálogo, não havia a prática de castigos físicos, mas sim, a utilização de palavras firmes e o hábito de rezar todos os dias com os alunos.

Os alunos também eram convidados a participarem das missas na Igreja, participação esta, bastante efetiva. Na prática catequética realizada, relata Irmã Myriam Hansel que, embora não exigisse a presença dos alunos nas missas, os orientava à uma frequência assídua. Percebe-se nos registros escritos uma significativa participação dos estudantes nas atividades litúrgicas.

Dia da Ascensão do Nosso Senhor foi inaugurada a capela da Nossa Casa. Houve missa às 8 horas com a presença dos alunos maiores os do 4º e 5º anos que rezaram em conjunto as partes móveis da missa. Além dos alunos havia umas dez pessoas conhecidas, incluindo nossos bem feitos. No fim da missa coube a honra a Irmã Myriam, de acender a lamparina, sinal de que Cristo veio morar nesta casa. (LIVRO DE CRÔNICAS...TANGARÁ DA SERRA, 1968, p.4).

Além dos discursos religiosos realizados pela irmã, no início da aula e no decorrer do ano letivo, ela também, durante aos sábados, preparava os alunos interessados para os sacramentos da eucaristia e da crisma. A catequese era realizada em uma das salas de aula da escola. “Fez-se também durante este ano letivo a primeira comunhão em três etapas – maio, junho e novembro de 140 crianças. E em fins de junho houve Crisma de 31 crianças que já haviam feito a 1ª Comunhão”. (LIVRO DE CRÔNICAS...TANGARÁ DA SERRA, 1968, p.6). Em 1969, um domingo após o encerramento do ano letivo, realizou-se a primeira comunhão de 69 crianças. Além da Ir. Myriam Hansel, uma professora auxiliava nas atividades catequéticas formais da igreja.

Os alunos das Escolas Reunidas participavam ativamente das atividades da cidade. Estavam sempre em sintonia com os acontecimentos. Fazer-se presente em qualquer cerimônia da localidade era efetivar a construção de uma distinção social. Um lugar com poucas opções, todos participavam de quase tudo que ocorria.

Em 1967 começou a ser realizada, em Tangará da Serra, uma Feira de Amostras. “Esta festa consistia em apresentar à população e aos visitantes a diversidade de produtos colhidos pelos produtores, especialmente alguns que se destacavam em peso e medidas” (OLIVEIRA, 2004, p.152). Os produtores levantavam barracas cobertas com folhas de coqueiro que eram ornamentadas com bandeiras coloridas dos seus Estados de origem e faziam a exposição dos produtos, tais como cachos de banana, inhame, mandioca, abóbora, laranja, feijão, arroz, batata-doce, quiabo, dentre outros.

Os produtos expostos destacavam-se, por apresentarem tamanhos geralmente maiores ou tinham um peso superior aos de outros produtos da mesma espécie, escolhidos pelos lavradores. A festa era um grande *marketing* dos corretores de terras, pois aproveitavam a oportunidade para fotografar os produtos, como prova da fertilidade da terra do vale do Sepotuba.

Nestas feiras de amostras, que também eram animadas com bailes realizados em um espaço central, coberto com palhas de coqueiro, havia comidas típicas das várias regiões de procedência dos habitantes de Tangará da Serra.

Para os lavradores, a Feira de Amostra era uma oportunidade de expor seus produtos e incentivar a vinda de mais pessoas para o lugar, pois acreditavam que o aumento populacional e a reocupação total das terras lhes trariam mais benefícios.

Os lavradores também buscavam, especialmente após a criação da Paróquia de Nossa Senhora Aparecida, participar de ritos católicos que lhes pudessem trazer ajuda divina para obter boas colheitas e que suas esperanças pudessem ser concretizadas. Os lavradores, em dia de missa, especialmente dirigida a eles, enfeitavam suas carroças com produtos da terra, para serem bentos pelo padre e, depois da cerimônia religiosa, desfilavam pelas ruas da cidade.

Os alunos das Escolas Reunidas participavam organizadamente destes festejos da Feira de Amostra. “Ao mesmo tempo fizeram uma exposição Agrícola perto da Igreja com grande desfile dos alunos, onde esteve presente um dos principais Deputados substituto do governador” (LIVRO DE CRÔNICAS...TANGARÁ DA SERRA, 1969, p.11). Assim como em outros lugares, as práticas educativas em Tangará da Serra, estavam relacionadas

com a vida social. Não na perspectiva do conteúdo que a escola transmitia, mas na presença dos alunos na vida social da comunidade.

As Escolas Reunidas de Tangará da Serra eram formadas por um conjunto de alunos migrantes, que tinham uma presença flutuante na escola em relação ao calendário agrícola. Eram alunos pobres, de poucos recursos, porém representados pelos professores como “corpo dóceis” à maneira de Foucault (2006). Eles sempre estavam a serviço da escola e da comunidade. E eram catequizados diretamente através de uma formação educacional pautada pelas orientações da religiosidade católica. A aliança entre Estado e Igreja se consolidava em Mato Grosso.¹⁰⁸

4.3 Moral: critério principal na escolha do professor

Na Escolas Reunidas de Tangará da Serra, o quadro docente era formado em sua maioria por mulheres. Dentre elas, nos anos de 1968 e 1969, temos a presença masculina de Manoel Ciriaco da Silva.

Na imagem a seguir, estão ao lado de uma das salas de aula das Escolas Reunidas de Tangará da Serra, apenas as professoras com a Irmã Myriam Hansel, usando seu hábito cinza (usado para ocasiões especiais, em geral usava um hábito todo branco). As professoras, começando pela que está ao lado da irmã, com vestido branco, são: Ninfa Guerra, Iraci Andrade Cardoso, Ivone Paternez, Alzira Guia Cruz, Manira Ermita, Grácia Paternez e Joana Silva.

¹⁰⁸ Uma situação evidente na relação entre Igreja e Estado em Mato Grosso foi a condução do bispo de Cuiabá D. Francisco de Aquino Corrêa como presidente de Estado em 1918, permanecendo até 1922 na tentativa de amenizar os conflitos políticos entre as oligarquias do norte e do sul de Mato Grosso. É importante verificar o estudo de Marlene Flores de Souza (2004) que destaca os princípios do catolicismo no ideário pedagógico da província mato-grossense. Em sentido mais amplo, o trabalho de Carlos Roberto Jamil Cury (2005) sobre a relação entre educação e Igreja Católica durante a era Vargas.



Figura 18 - Professoras das Escolas Reunidas de Tangará da Serra - 1969

FONTE: Acervo particular de Ivone Paternez Gonçalves

Em Mato Grosso, desde o período imperial, a presença das mulheres se dava no espaço do ensino primário; aos homens cabia o ensino secundário, os cargos diretivos, fiscalistas e administrativos. O avanço da co-educação durante o Império contribuiu para a universalização e democratização do ensino como afirma Siqueira (2000, p.146 – 147).

[...] facilitou o ingresso de meninas num espaço escolar mais ampliado; de outro lado, ofereceu à mulher um campo profissional mais amplo, pois poderia ela lecionar em escolas tipicamente femininas e naquelas mistas, onde era ela preferida aos homens. Nessa medida, as mulheres conquistaram um amplo espaço no mundo do trabalho pedagógico que, até então, fora privilégio dos homens.

Na reorganização da Escola Normal de Cuiabá a partir de 1910, cujo objetivo se deu para atender a demanda dos professores para o ensino primário elementar, evidenciou-se uma formação quase que eminentemente feminina (SILVA, 2006). As mulheres deixam parte de sua vida doméstica para assumir trabalhos de salas de aulas, e as Escolas Normais brasileiras começam ao longo da República a produzir professoras.

As escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas, depois muitas; por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz desse um espaço destinado a transformar meninas/mulheres em professoras. A instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa. A formação docente também se feminiza (LOURO, 2004, p. 454-455).

Nas regiões de colonização recente de Mato Grosso, neste caso Tangará da Serra, os professores não eram habilitados para a função, estavam em sua maioria cursando as séries do curso ginásial. Como os professores concursados de Mato Grosso ficavam na capital ou nas cidades mais populosas do Estado, em terras de migrantes, os professores eram também migrantes, todos com contratos temporários.

Nas Escolas Reunidas de Tangará da Serra quem selecionava os professores era a diretora. Ir. Myriam Hansel que estabelecia alguns critérios para fazer a escolha dos professores, conforme seu relato:

Eu avaliava tudo. O jeito que eles têm de se interessar por tudo. Não só por uma coisa. Tinha que olhar tudo. Tudo o que aparecia ali na frente. Se interessava por certas coisas, porque às vezes, é só um lado né, o resto deixa a bel prazer né.[...] É a moral (HANSEL, 2007).

No relato da irmã, percebe-se que é o signo da preocupação moral o mais evidente na escolha do professor, mais do que avaliar a qualificação profissional e a religiosidade, estava o outro lado do professor, o comportamento moral, ou seja, qual leitura a sociedade fazia dele, para que então pudesse ser um bom professor. Outras irmãs da mesma congregação, que também exerceram a função de diretoras em escolas públicas de

Nortelândia, Arenópolis e Paranatinga, afirmam “*a moral era o critério número um para a escolha do professor*”.¹⁰⁹

Para irmã Myriam Hansel, conhecer a família da professora ou do professor era fundamental, pois deveria saber de onde veio e quais eram os anseios da família. Um dos elementos para prosseguir a investigação sobre o professor era, inicialmente, saber da sua formação, ou seja, tinha que ter uma formação superior à série que iria lecionar. A competência não era avaliada de imediato, nem a experiência, porém avaliava-se a vida da professora em seu meio.

O modelo de moral da professora imposto no início da organização dos grupos escolares no Brasil perpetuava até os anos 60 e 70 do século XX. Na gênese dos grupos escolares estavam atrelados a inteligência, a competência e a moral. Em Tangará da Serra a moral é o “cordão de Ariadne” para o exercício do magistério. Ir. Myriam Hansel tinha a mesma preocupação dos inspetores mineiros destacados por Faria Filho (2000, p.125):

Nos documentos que analisamos, há uma afirmação unânime da necessidade de a professora servir de modelo, de exemplo para as crianças, afirmando-se sempre aquelas características, hábitos, valores e práticas que devem ser aprendidos pelos alunos a partir do comportamento da professora.

Ir. Myriam Hansel quando chegou para ser diretora em Tangará da Serra, estava fazendo o curso Normal, no período das férias na cidade de Rondonópolis - MT, tendo realizado sua formatura no dia 17 de fevereiro de 1970. Este curso normal de férias foi organizado pelas delegacias de ensino de Mato Grosso, tendo como representante a Ir. Maria Munford, que era, na época, delegada de ensino da Delegacia Regional de Ensino de Rosário Oeste. No curso havia 69 freiras e apenas uma professora leiga. Isto mostra a influência das freiras na educação em Mato Grosso.

Nos documentos avulsos do Arquivo Público de Mato Grosso - APMT, em especial referentes ao concurso de 1960, é comum encontramos documentos de freiras candidatando-se para o concurso, e ou nos documentos de posse do concurso é visível o número de freiras na educação pública. As irmãs da congregação do Sagrado Coração de Jesus são as que mais aparecem na documentação. Nos documentos oficiais, sempre na frente do nome da irmã ou do padre, estão as iniciais Ir. ou Pe. A distinção social, pela sigla é percebida, assim como, nas fotografias dos documentos, em que as freiras estão de hábito.

¹⁰⁹ Entrevista realizada com Ir. Anete Pedó e Terezinha Catarina Sheuer. Tangará da Serra, 19 ago.2007.

Ir. Myriam Hansel, fazendo o curso normal, procurava aplicar o que aprendia junto aos professores. Eles eram orientados aos sábados sobre seus procedimentos em relação às aulas. A diretora, em reunião conjunta, ensinava as técnicas para o manejo da turma e construía junto com os professores os requisitos necessários para o magistério, como evidenciam os seus relatos. Para eles a Ir. Myriam Hansel enfatizava a necessidade de exercer a profissão com prazer, ser entusiasta ao ensinar, ser pontual, assíduo e adaptar-se à realidade da escola e da comunidade.

O planejamento do ano era elaborado em uma planilha especial, em que os professores registravam os objetivos e conteúdos que iriam trabalhar durante o ano letivo. Uma configuração de planejamento de curso, embora os registros estivessem centrados apenas nos objetivos e conteúdos.

Para escrever os objetivos no planejamento, os professores seguiam uma lista encaminhada pela DRE de Rosário Oeste baseada na taxionomia de objetivos educacionais organizada por Benjamin S. Bloom. Os professores completavam a planilha e encaminhavam à respectiva DRE.

Nesta taxionomia os objetivos aparecem divididos em três grupos ou áreas: cognitivo, afetivo e psicomotor. Em cada área, os comportamentos aparecem ordenados segundo sua complexidade, isto é, no domínio do cognitivo dos mais simples aos mais complexos, dos mais concretos aos mais abstratos, atendendo a um critério de complexidade crescente; no domínio afetivo, o critério adotado é o de interiorização de sentimentos e emoções. (ZANDAVALLI et al, 1982, p.50)

Conforme se observa na leitura dos relatos dos professores, havia uma distância entre aquilo que os professores escreviam em suas planilhas de planos de curso e o que ministravam em sala de aula, em função da ação dos objetivos. Os conteúdos previstos geralmente eram cumpridos, porém não averiguavam se os objetivos propostos tinham sido alcançados. É evidente na prática pedagógica o domínio cognitivo que os alunos tinham que ter para obter êxito nos exames finais.

A prática educativa era pautada na memorização. O professor ensinava e o aluno respondia em provas escritas o resultado de sua aprendizagem. Esse era o único peso avaliativo, se alcançasse a média estabelecida, no caso a nota mínima para ser aprovado era cinco pontos, seria progredido à série seguinte.

Os professores trabalhavam em média com 40 alunos em sala de aula, sendo que nas 3ª e 4ª séries este número diminuía e nas duas primeiras séries do ensino primário aumentava. Não havia livros didáticos para todos os alunos e nem materiais didáticos

disponíveis para os professores. O ensino resumia-se em lições dispostas no quadro negro e cópias realizadas pelos alunos.

As instalações da escola, embora precárias não foram objeto de reclamação das professoras. Ir. Myriam Hansel ao representar a escola, em especial sobre as salas de madeira, afirma: “*era bem pobre*”.¹¹⁰ A pobreza, uma expressão muito comum nos relatos das irmãs sobre as áreas de colonização recente, tem muito mais um significado de ausência de estrutura do que falta de condições para adquiri-la.

Como os professores em Tangará da Serra não eram normalistas, no tempo das Escolas Reunidas, seus salários eram baixos. Mas, para as professoras, em geral, moças solteiras, filhas de pais comerciantes ou proprietários de terras, estes salários eram satisfatórios. Segundo elas, um lugar que não tinha nada de novidade para comprar, o salário sobrava.

[...] eu guardava dinheiro [...] tinha mês que eu ficava com quatro pagamentos e eu dava pro meu pai comprar roupa, meu pai pedia emprestado, mas o emprestado era dado. [...] uma loja chamada Tecidos Cuiabá, eles vinham para cá [Tangará da Serra] com uma Perua, quando eles descobriram a mina, eles enchiam a Perua lá e no fim de semana vinham aqui. Estendia umas tábuas no meio da rua, [...] traziam tecidos, roupas feitas. Quando eles chegavam já anunciavam no alto falante e todo mundo ia pra lá. Era onde nós gastávamos. Tinha uns turcos também que o nome de um deles era Jorge os dois vinham de São Paulo com a Kombi cheia de roupa. Eles tinham até os pontos, eram mascates. Nosso dinheiro era usado nisso, eles vinham por que sabiam que tinha as escolas e que os professores tinham dinheiro, outra coisa, tinha um vendedor de jóia que vinha aqui, de vez em quando ele aparecia aqui e todo mundo comprava.¹¹¹

No depoimento de Ivone Paternez Gonçalves, percebeu-se a importância do salário dos professores para movimentar o comércio incipiente. E também o significado do salário para as professoras que tinham famílias mais abastadas. Porém, os professores reclamam do salário dizendo que era muito ruim. Para Ir. Myriam Hansel o salário era muito baixo, ela também não recebia seus proventos, pois eram recebidos pela congregação religiosa. Em uma região de colonização recente, o salário que sobrava era aquele resultado das pessoas que Martins (1997) classifica como frente pioneira, ou seja, são migrantes que ao ocuparem novas áreas detêm o capital.

O pagamento dos professores das Escolas Reunidas era feito na exatoria estadual de Barra do Bugres. Para que os professores não tivessem que se dirigir até a sede do município todos os meses, eles redigiram uma procuração pública que autorizava o pároco

¹¹⁰ Entrevista realizada com Ir. Myriam Hansel. Porto Alegre, 15 jul. 2007.

¹¹¹ Entrevista realizada com Ivone Paternez Gonçalves, Tangará da Serra, 02 jan. 2008.

local a receber seus proventos. O Pe. Edgar Henrique Muller recebia os salários em Barra do Bugres e mensalmente transferia-os aos professores.

Durante o Governo de Pedro Pedrossiam (1966 – 1971) a Secretaria de Estado de Educação distribuiu livros de classe (diários de classe) que direcionavam o trabalho pedagógico do professor. Nestes livros de capa azul e branca, havia a bandeira de Mato Grosso em uma das partes da capa e em outra parte, na mesma folha, de forma personalizada, estava registrado o nome do governador do Estado de Mato Grosso e o nome do secretário de educação e cultura do Estado de Mato Grosso, Gabriel Novis Neves, com a sigla Dr., na frente do nome, por ser médico.

No verso da capa havia um mapa do Estado com a divisão das Delegacias Regionais de Ensino - DRE; em uma das partes havia uma legenda que separava as delegacias em categorias¹¹² da 1ª à 3ª categoria. O Estado estava dividido em 22 DRE. O município de Barra do Bugres pertencia à DRE 21, uma delegacia de 3ª categoria, formada pelos municípios de Rosário Oeste (sede da DRE) e Nobres.

Em 1968 já aparecem na estrutura organizacional da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Mato Grosso as chamadas Delegacias Regionais de Ensino, às quais competia “cumprir e fazer cumprir as normas administrativas emanadas da SEC”, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 537/68. Em 1973, por força do Art. 15 do Decreto estadual nº 1749/73, que aprovou o primeiro Regimento das Delegacias, estas passaram a denominar-se Delegacias Regionais de Educação e Cultura (DRECs). Segundo o mesmo Decreto, as Delegacias tinham por finalidade “a coordenação, supervisão, orientação, controle e execução de atividades da Secretaria de Educação e Cultura, nas respectivas áreas de jurisdição (SOUZA, 1991, p.40).

O livro de classes tinha 22 páginas que eram usadas para o registro da frequência escolar, sempre em duas vias. Nas páginas, encontramos os seguintes dados: série, turma, turno, professora, classe padrão, mês de referência. Logo abaixo: número e nome do aluno, espaço reservado para os dias letivos no total de 31 dias, espaço quadriculado para o registro de aproveitamento médio dos trabalhos escolares – MT, nota da prova – NP, e nota mensal – NM.

O professor deveria seguir as atividades propostas no diário. Nos livros classes não havia espaço para o registro do conteúdo. Havia, porém, orientações mensais sobre o trabalho didático-pedagógico do professor, conforme tabela 11:

¹¹² A categoria estava ligada ao tamanho da jurisdição da DRE, ao conjunto de escolas a elas direcionadas. O salário do delegado de ensino também estava condicionado ao tamanho da DRE sob sua responsabilidade.

Tabela 11 - Orientações didática – pedagógica – 1968 – 1971

Mês	Orientação didática – pedagógica.	Comemorações Cívicas
Fevereiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Início das atividades escolares 2. Ao iniciar o ano letivo, o seu pensamento deve ser dirigido no sentido de dar tudo de si para o melhor êxito de sua missão. 3. Faça o seu plano de curso, considerando o período escolar e o nível da sua classe, com base na orientação pedagógica da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. 	Sem registro
Março	<ol style="list-style-type: none"> 1. Adote em sua classe os novos métodos de Ensino. 2. Prepare diariamente o seu plano de aula. 3. Frequente as reuniões do “Círculo de Pais e Mestres” do FAPEE. 	Sem registro
Abril	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prepare semanalmente o seu plano de trabalho. 2. Lembre-se de enviar à Diretoria a folha de frequência de março até o dia 5. 3. Fim de mês – realizar a prova mensal. 4. Dê sugestões para as atividades do FAPEE. 5. Prepare com as crianças, o Dia do Trabalho. 	14 – Dia Pan Americano 15 – Dia do Livro 19 – Dia do Índio 21 – Tiradentes 22 – Descobrimto do Brasil 26 – Celebração da 1ª missa do Brasil
Maio	<ol style="list-style-type: none"> 1. Participe dos Cursos de Férias a serem realizados. 2. Prepare semanalmente o seu plano de trabalho. 3. Participe ativamente das reuniões Culturais dentro de fora da Escola 4. Fim de mês – realizar a prova mensal. 	1 - Dia do Trabalho (feriado) Dia das mães (2 domingo) 13 – Abolição da Escravatura 24 – Batalha de Tuiuti
Junho	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prepare semanalmente o seu plano de trabalho. 2. Prepare o seu aluno para realizar as provas semestrais. 3. Participe ativamente das reuniões realizadas na sua Escola. 4. Lembre-se de enviar os dados estatísticos à Diretoria. 	9 – Dia de Anchieta 11 – Batalha de Riachuelo 21 – Dia de São Luis de Gonzaga (dia do estudante – facultativo) 29 – Dia de São Pedro – Dia do Papa – Dia do Pescador (facultativo)
Julho	<ol style="list-style-type: none"> 1 – Faça uma revisão de todo conteúdo lecionado no 1 período letivo. 2 – Realize as suas provas com bastante objetividade. 3 – Prepare exercícios de revisão para os alunos, como trabalho de férias escolares. 4 – Prepare seus alunos para o 2º período letivo, informando-os sobre o programa a ser ministrado. 	Sem registro
Agosto	<ol style="list-style-type: none"> 1 – Participe da reunião para o planejamento do novo semestre. 2 – Reabertura das aulas. 3 – Prepare semanalmente o seu plano de trabalho. 4 – Fim de mês – realizar a prova mensal. 5 – Fim de mês – Lembre-se de enviar os dados estatísticos à Diretoria. 	Dia do Papai (2º domingo) 15 – Assunção de Nossa Senhora 25 – Dia de Caxias – patrono do Exército Brasileiro – Dia do Soldado. Preparativos para as comemorações do dia 7 de setembro.
Setembro	<ol style="list-style-type: none"> 1 – Realizar, com seus alunos, trabalhos práticos (composições, documentários, álbuns históricos) sobre a Semana da Pátria. 2 – Prepare o plano de trabalho para a semana seguinte. 3 – Fim de mês – realizar a prova mensal. 4 – Participe ativamente das reuniões do “Círculo de Pais e Mestres”. 	- Realizar convidando os pais dos alunos à: 7 – Dia da Pátria – (Independência do Brasil) 18 – Dia da Constituição Brasileira (Promulgação – 1946) 21 – Dia da árvore 27 – Dia do ancião

Mês	Orientação didática – pedagógica.	Comemorações Cívicas
Outubro	1 – De acordo com o programa, dar aos alunos oportunidades de socialização – visitas, excursões, exposição de trabalhos manuais, etc. 2 – Participe ativamente das reuniões dos órgãos do Fundo de Atividades para Extra-Escolares (FAPEE). 3 – Prepare o plano de trabalho para a semana seguinte. 4 – Fim de mês – realizar a prova mensal.	12 – Dia da Criança - Descobrimto da América 15 – Dia do Professor 24 – Dia das Nações Unidas 28 – Dia do Funcionário Público 30 – Dia do Comerciante
Novembro	1 – Prepare o plano de trabalho para a semana seguinte. 2 – Participe das reuniões dos órgãos do Fundo de Atividades para Extra-Escolares (FAPEE). 3 – Prepare seus alunos para a fase dos exames finais. 4 – Lembre-se de enviar os dados estatísticos à Diretoria. 5 – Participe ativamente das reuniões de Pais e Mestres.	1 – Dia de todos os Santos 2 – Dia dos Mortos 15 – Proclamação da República 19 – Dia da Bandeira - Dia Nacional de Ação de Graças (última 5ª feira de novembro)
Dezembro	1 – Encerrar o ano letivo com solenidades festivas constando com a presença dos pais e alunos. 2 – Verificar se o trabalho já realizado atingiu os objetivos traçados no início do ano. 3 – Lembre-se de enviar os dados estatísticos à Diretoria.	8 – Dia da Imaculada Conceição 16 – Dia do Reservista 25 – Dia de Natal

FONTE: GOVERNO DE MATO GROSSO, Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso, Livro Classe, 1969.

As orientações pedagógicas encaminhavam o professor para o exercício de suas atividades, para que pudesse ter êxito ao realizar suas funções, segundo os padrões estabelecidos pela Secretaria de Educação. Estes padrões estavam pautados na produção do plano de curso em conformidade com as regras estabelecidas pela SEC; na adoção de métodos inovadores de ensino, enfatizando método mais ativos, do que o processo de memorização, propondo trabalhos práticos, atividades de socialização (visitas e excursões); no cumprimento do plano semanal e de aula; na frequência às reuniões; na participação em cursos de capacitação em períodos de férias; e na presteza na entrega dos documentos escolares.

Os métodos ativos, em decorrência do ensino ativo, surgiram no vocabulário educativo nas últimas décadas do século XIX, e segundo Vidal (2006, p.12), “[...] concernia à maneira como os saberes escolares deveriam ser traduzidos ao aluno, supondo atividade dos professores na realização de experimentos e no oferecimento de imagens e objetos que concretizassem a aula”.

Ao professor era solicitado a produção de planos de curso e planos semanais distribuídos em planos diários. Os planos de aula eram registrados em cadernos. O caderno de planejamento do professor deveria ser o espelho do caderno do aluno. Estes cadernos eram observados e vistos semanalmente pela direção da escola.

O trabalho dos professores era muito direcionado, os registros deveriam obedecer às regras impostas pela Secretaria de Educação e Cultura, com fiscalização dos inspetores das DREs, mas, a inspeção limitava-se ao registro escrito e uma visita mensal ou bimestral à unidade escolar, não havendo nenhuma outra forma de observação mais plausível sobre os trabalhos dos professores e da direção da escola.

Desta forma, percebe-se que a prática pedagógica das Escolas Reunidas de Tangará da Serra não era orientada essencialmente pelas regras impostas pelas DRE. A diretora Ir. Myriam Hansel orientava os trabalhos para que fossem desenvolvidos pelos professores, mas, não tinha atitudes fiscalistas. Ela assessorava os professores sempre que necessário, porém não realizava imposições sobre o cumprimento de suas atitudes pedagógicas. Segundo relatos da Ir. Myriam Hansel e de algumas professoras, esta atitude não era necessária, porque os professores eram cumpridores dos seus deveres. Os relatos indicam que foram poucas as vezes em que a direção interferiu no trabalho pedagógico de algum professor.

O livro de classe também orientava os professores para o trabalho com as datas comemorativas. Indicava mensalmente o que, e em alguns casos, como comemorar. O maior destaque está relacionado à “Semana da Pátria” enfatizando a necessidade de um trabalho diferenciado com esta data cívica. As orientações pedagógicas norteavam para que o professor tivesse uma relação estreita com os pais e participasse das reuniões do Fundo de Atividades para Extra-Escolares – FAPEE.

O FAPEE foi instituído pelo Decreto Lei 769, de 1º de agosto de 1964¹¹³, com os objetivos de manutenção de caixas escolares; círculo de pais e mestres; clubes agrícolas; cantinas e bibliotecas escolares nos estabelecimentos de ensino primário e médio do Estado. Participando destas reuniões do FAPPE, os professores em conjunto com pais e direção da escola, buscavam alternativas para a manutenção da escola. Além dos recursos da caixa escolar, que eram minorados, a escola precisava realizar algum tipo de ação em que pudesse angariar fundos para que seu funcionamento não ficasse comprometido. Os materiais básicos de limpeza, giz e material de consumo para a secretaria da escola, eram de responsabilidade da escola e do seu FAPEE.

Os professores além de exercerem suas atividades de ensino em sala de aula, estavam em sintonia com as questões que se faziam presentes na cidade. Ir. Myriam Hansel estava sempre em alerta sobre tudo o que acontecia na esfera social desta região de

¹¹³ Cf. publicação em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso de 06 de ago. 1964.

colonização recente. Sempre que novas famílias chegavam a Tangará da Serra, novas relações eram estabelecidas. Os professores por estarem em sintonia e por representarem os elementos condutores da sociedade, mesmo com baixos salários, gozavam do prestígio social que a profissão lhes conduzia. Desta forma, garantir o padrão moral, ter perante a sociedade uma boa reputação, era ter possibilidade da manutenção de seu *status* social.

5. GRUPO ESCOLAR TANGARÁ DA SERRA

O início da República Brasileira marcou o surgimento de grupos escolares em diferentes estados. Os grupos escolares foram uma forma de aglutinar antigas escolas isoladas, tendo como características o ensino seriado, introdução da figura do diretor e a produção de uma nova hierarquia funcional pública (VIDAL, 2006).

Os grupos escolares estavam centrados em alguns princípios como: a defesa de uma escola pública laica, obrigatoriedade de ensino elementar, direito à educação, liberdade de ensino e dever da família e do Estado em oferecer a educação às crianças de 7 a 12 anos de idade.

Os grupos escolares constituíram-se uma nova modalidade de escola primária, uma organização escolar mais complexa, racional e moderna. Implantados no Brasil no início do período republicano, tornaram-se, ao longo do século XX, no tipo predominante de escola elementar encarnando o sentido mesmo de escola primária no país. Dessa maneira, a história dos grupos se confunde com a história do ensino primário e está no centro do processo de institucionalização da escola pública. (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p.24 - 25).

Vidal (2006) afirma que os grupos escolares influenciaram a escola brasileira mesmo depois de 1970, porém a hegemonia pretendida, politicamente, para os grupos escolares não se efetivou por completo no Brasil.

A ligação estreita tecida no âmbito das políticas educativas entre infância e Grupo Escolar, entretanto, nem sempre se verificou na prática dos sistemas escolares. A manutenção de escolas isoladas até os nossos dias, a despeito das várias denominações que recebeu (e recebe) e, as dificuldades de implantação das escolas graduadas nas diversas regiões brasileiras, pelo alto custo que representavam – sendo muitas vezes substituídas pelas escolas reunidas, que reduziavam gastos de instalação mas mantinham o modelo multisseriado (conferir Souza e Faria Filho; Lopes; Motta; e Rocha e Barros) – ou pela resistência oferecida por grupos sociais a um modelo escolar que supunha o afastamento das crianças do lar (e do trabalho produtivo) e a supremacia da autoridade da escola (e de seus representantes) (conferir Souza e Faria Filho; Lopes; Araújo; e Yasbeck), atestam que a hegemonia pretendida não se efetivou por completo no território nacional (VIDAL, 2006, p.8 – 9).

Em Mato Grosso, o caso de Tangará da Serra é um exemplo da influência dos grupos escolares na educação após 1970 e também na quebra da hegemonia política pretendida na configuração inicial dos grupos escolares, pois mesmo nos anos 60 do século

XX houve escolas isoladas e também escolas reunidas, sendo configurados os grupos escolares após 1970 existindo até 1975.

A consolidação dos grupos escolares em Mato Grosso ocorreu pela Lei nº 508 de 1908 e por meio do decreto nº 258, de 20 de agosto de 1910, durante o governo de Pedro Celestino que trouxe dois paulistas Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Kulhmann, ambos recém-formados na Escola Normal Caetano de Campos, para realizar a reforma no ensino público de Mato Grosso (SILVA, 2006b, p. 218).

Outros grupos escolares foram criados e instalados ao longo dos anos, em especial nas cidades mais populosas do Estado de Mato Grosso:

Um ano e meio após a criação dos dois grupos escolares, por meio do decreto nº 297, foram criados mais quatro grupos: em São Luiz de Cáceres, em Poconé, na Vila do Rosário e em Corumbá. Para essas novas instituições, mais uma vez o governo do Estado mandou contratar professores paulistas. Foram eles Ernesto Sampaio, José Rizzo, João Bryene de Camargo e Francisco Azzi (SILVA, 2006b, p. 219).

Em Tangará da Serra o primeiro grupo escolar foi criado em 1970 pelo Decreto nº 1.131 de 29 de abril de 1970 que elevou as Escolas Reunidas de Tangará da Serra à Grupo Escolar de Tangará da Serra, conforme o texto do decreto “em virtude do elevado número de crianças em idade escolar existentes naquela localidade” (MATO GROSSO, Diário Oficial, 05 maio 1970) e o segundo grupo escolar, denominado Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto foi criado pelo Decreto nº. 1.464 de 08 de agosto de 1971.

Ambos os grupos escolares foram dirigidos por duas irmãs da Congregação da Divina Providência. O Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”, teve durante sua existência entre os anos de 1971 e 1976, apenas uma diretora, a Ir. Osvalda Kroetz, enquanto que no Grupo Escolar de Tangará da Serra a gestão escolar foi assim distribuída:

Tabela 12 - Diretoras do Grupo Escolar de Tangará da Serra

Diretora	Período
Maria Laura Hansel (Ir. Myriam Hansel)	1970 – 1972
Maria Garcia Villaça	1973
Dinamar Faria Leal	1974 – 1975

FONTE: Livro de Pontos – Grupo Escola de Tangará da Serra – 1970 a 1975.

As diretoras foram pessoas importantes na organização, ao longo do tempo, do Grupo Escolar de Tangará da Serra. As diretoras eram nomeadas pelo governo e todas

possuíam o curso normal; possuíam também, perante a comunidade escolar e comunidade tangaraense, a distinção em razão da função que ocupavam.¹¹⁴

Em Tangará da Serra, podemos, a partir de 1970, aplicar as mesmas considerações, abordadas por Souza (1998), ao destacar as funções do diretor em São Paulo no início do século XX, ao responder a indagação: O que se esperava do diretor? “Dele se esperava tudo: organizar, coordenar, fiscalizar e dirigir o ensino primário” (SOUZA, 1998, p.21).

A diretora do Grupo Escolar de Tangará da Serra tinha responsabilidades perante o funcionamento da escola, cabendo a ela o acompanhamento do processo de fiscalização das classes, do método de ensino e do trabalho do professor; o controle do horário; a seleção e contratação de professores e serventes; organizar a matrícula e exames finais; manter em ordem a escrituração da escola; organizar a planilha de pagamento bem como fazer a cobrança da caixa-escolar; verificar os planos de aula dos professores e os livros de classe; manter a disciplina da escola; realizar as compras para a manutenção do prédio; promover festividades cívicas; atender às solicitações da DRE e cumprir as normativas estabelecidas pela Secretaria de Educação e Cultura. “O diretor era o guardião da ordem e da disciplina, tanto dos professores quanto dos alunos” (SOUZA, 1998, p.84).

Em Tangará da Serra, o grupo escolar foi uma sequência das Escolas Reunidas, porém a criação dos grupos escolares apresentou maior centralidade na organização da educação, em especial na redefinição dos espaços escolares e na organização administrativa, pois foi criada a secretaria escolar, para o desempenho das funções administrativas; aumentou-se o número de professores, em virtude do aumento de alunos; e também ocorreram mudanças na forma de ensinar, pois alguns professores já estavam cursando o 2º grau, que foi instalado em Tangará da Serra em 1973. É importante destacar que apesar da Lei 5.692/71 já determinar o ensino de primeiro e segundo graus e as habilitações profissionalizantes para o ensino de 2º grau, em Mato Grosso, a efetiva concretização desta lei vai se verificar somente a partir de 1975.

O registro da história da educação do Grupo Escolar de Tangará da Serra é construído a partir das fontes escolares (livro de matrícula, livro de resultados de exames finais, livro ponto e livro de visitas), do livro de crônicas das Irmãs da Divina Providência de Tangará da Serra, do Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, do jornal Folha de Tangará, e das fontes orais, por meio de relatos de ex-professores, ex-funcionários e ex-alunos. Os livros de matrículas, de exames finais de 1974 e nenhum

¹¹⁴ Maria Laura Hansel (Ir. Myriam Hansel) concluiu seu curso de Normal em 1969, realizando sua formatura em 17 de fevereiro de 1970.

outro documento sobre os alunos foram encontrados no arquivo da Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”, não havendo a possibilidade de elaborarmos qualquer análise sobre este período.

5.1 O tempo do avanço migratório e do espaço cercado

Os anos 70 do século XX foram determinantes para o atual município de Tangará da Serra, pois em 1970 ocorreu na localidade uma grande epidemia de malária, tendo levado a óbito muitos migrantes, e ainda é perceptível a interrupção, em partes, do movimento migratório em 1971, o que pode ser observado através do número de registros de casamentos (OLIVEIRA, 2004) e também do número de matrículas do Grupo Escolar, pois em cartas, as pessoas que residiam em Tangará da Serra, fizeram representações negativas sobre o espaço. As pessoas que desde 1970 ainda residem em Tangará da Serra têm em suas memórias o ano de 1970, como o “tempo da febre” (OLIVEIRA, 2004).

Logo, Tangará da Serra passou a ser densamente reocupada; muitas áreas rurais foram abertas, e a cidade cresceu e a população aumentou; um novo ritmo foi dado à localidade e problemas relacionados as questões fundiárias marcaram com violência a vida de algumas famílias.

O Grupo Escolar de Tangará da Serra é criado no tempo do “milagre brasileiro”, a idéia do “pra frente Brasil” ajudava a impulsionar o movimento migratório para as regiões da Amazônia Mato-Grossense: era a consolidação do golpe militar de 1964. No governo do general Garrastazu Médici (1969-74) a censura estava institucionalizada, a tortura aos presos políticos acontecia sem nenhum temor, o governo reduzia ao silêncio os movimentos sociais em nome do discurso da “Segurança Nacional” e do combate à “subversão comunista”.

Os anos 70 foram marcados pelas regras do que, e do como ensinar na escola, muito mais por uma imposição arbitrária das autoridades executivas do que pela obediência a Lei 5.692/71. Nos registros, a prática da Lei 5.692/71 só se efetivou, de uma forma mais completa, em Tangará da Serra, a partir de 1975. Podemos considerar o período de 1971 à 1975 como um momento de adaptação às novas regras legais da educação.

Em 1970 as aulas iniciaram-se no dia 02 de março e finalizaram com os exames finais em primeiro de dezembro. Pelo “livro ponto” assinado pelos professores, excetuando os dias de sábados que eram assinados, porém não foram trabalhados com ensino, apenas para preparação de aulas, soma-se um ano letivo de 148 dias. O mês de julho era destinado às férias para os professores e alunos.

As aulas eram distribuídas semanalmente conforme as orientações das diretoras. Mais tempo na semana era dedicado ao ensino de Português e Matemática. A tabela a seguir, destaca o rol de disciplinas ministradas no Grupo Escolar de Tangará da Serra no período de 1970 à 1975.

Tabela 13 - Disciplinas de 1970 à 1975

Ano	Disciplinas
1970	Português
à	Matemática
1971	Estudos Sociais
	Educação Moral e Cívica
	Português
	Matemática
1972	Geografia
à	História
1974	Ciências
	Educação Moral e Cívica
	Língua Nacional
	Educação Artística
	Educação Física
	Estudos Sociais
	Educação Moral e Cívica
1975	Ensino Religioso
	Matemática
	Ciências
	Programas de Saúde

FONTE: Livro de Atas Exames Finais – 1970 – 1973 e 1975
Livro de Notas Bimestrais – 1974.

A disciplina de Ciências não aparece nos registros de 1970 à 1971, nenhuma menção sobre seu ensino está nos documentos da escola. Outra observação é feita acerca da disciplina de Estudos Sociais que aparece nos anos de 1970 e 1971 e depois nos anos seguintes, 1972 à 1974 aparecem desmembradas em História e Geografia, posteriormente já sob o efeito da 5.692/71 em 1975, a disciplina tornou a ser Estudos Sociais.

A disciplina de Ensino Religioso não consta das atividades curriculares formais da escola até 1974, porém durante a gestão da Ir. Myriam Hansel, ela sempre utilizava parte da aula do professor para realizar sua atividade catequética, além daquela que oferecia aos

sábados para os alunos, momento em que os preparava para o sacramento da comunhão. “Dia 20 de setembro tomaram sua 1ª Eucarística 36 alunos do 1º e 2º ano primário” (LIVRO DE CRÔNICAS ...TANGARÁ DA SERRA, 1970, p.19).

Um bilhete avulso da Ir. Myriam Hansel para os professores, encontrado dentro de um livro ponto de 1970, alerta:

Prezados professores: somos obrigados a lecionar nas nossas classes a matéria Moral e Cívica por ordem da Secretaria de Educação e Cultura no jornal do dia 15 de junho e Art. 4 e Decreto Lei 869/69 e § 2 do Art. 35 da Lei 4.024/61. Se alguém quer consultar o jornal pode pedir na secretaria do Grupo. Desde já agradecemos a colaboração dos professores. Assinado à direção - Ir. Myriam.¹¹⁵

Este bilhete demonstra a preocupação da diretora em seguir as normas estabelecidas pelo Estado. Desta forma, a escola passa a exigir o ensino de EMC, inclusive é solicitado ao professor que elabore um relatório de atividades comemorativas. A professora da 4ª série elaborou assim seu relatório para o mês de agosto e setembro.

Tabela 14 - Relatório de Atividades para datas comemorativas – 1973

Mês	Data comemorativa	Atividade
Agosto	1º – Dia do Selo	Palestra feita pela professora
	8 – Dia dos Pais	Versos feitos pelos alunos Palestra feita pela professora
	22 – Folclore	Palestra com a professora
	25 – Soldado	Palestra com a professora Versos recitados pelos alunos Cânticos sobre a data
	1 a 7 – Semana da Pátria	Hinos – versos recitados pelos alunos
Setembro	8 – Fundação do Mobral	Discurso com a professora
	10 – Dia da Imprensa	Palestra feita pela professora
	21 – Dia da Árvore	Palestra feita pela professora

FONTE: Relatório de Atividades de Data Comemorativa – 4ª Série – Grupo Escolar de Tangará da Serra – 1973.

Em geral os conteúdos das aulas de EMC eram centrados nas datas comemorativas, uma forma de valorizar os vultos nacionais e a história oficial brasileira. Segundo Cunha (2008) as finalidades desta disciplina foram ao encontro com o pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da doutrina de Segurança Nacional, assim concebida pela Escola Superior de Guerra. Na análise do artigo 2º, do Decreto-lei nº 869/69, que estabelecia as

¹¹⁵ Conforme Fonseca (2003, p.21): “O decreto-lei 869, de 12 de dezembro de 1969, foi imposto pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica que governavam o país naquele momento, amparados pelo AI-5 de 1968. Ele tornou obrigatória a inclusão de educação moral e cívica como disciplina e como prática educativa em todos os sistemas e graus de ensino do país, sendo que em nível de graduação e pós-graduação a disciplina passou a ser ministrada como estudos dos problemas brasileiros”.

finalidades da Educação Moral e Cívica, visando preparar os alunos para o exercício consciente da cidadania, “apoiada nas tradições nacionais”, observa-se a presença dos preceitos religiosos:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições, e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Decreto-lei n° 869/69).

O tempo da organização do Grupo Escolar continua sendo o tempo da migração, um tempo da produção da cidade e da escola “[...] ressaltando o duplo movimento de produção da escola que produz também a sociedade” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p.25). Os anos de 1970 são marcados por fluxos e refluxos migratórios, condicionando então o movimento do grupo escolar.

Tabela 15 - Número de Matrículas

Ano	Número de Alunos
1970	679
1971	399
1972	422
1973	481
1975	752

FONTE: Livro de Exames Finais 1970 a 1975.

A tabela evidencia o refluxo migratório em 1971 que pode ser explicado pela epidemia de malária, que ocorreu em Tangará da Serra. O movimento migratório avançou rapidamente em 1970, pois nos registros do Grupo Escolar, as matrículas iniciais em 1970 foram de 263 alunos e no final do ano letivo, conforme o livro de exames finais, estavam matriculados 679 alunos. O crescimento demográfico foi intenso, porém em seguida sofreu

um refluxo, em função da “febre de 1970”. A diretora, Ir. Myriam Hansel ficou com malária em 1970, conforme ela registra no livro de crônicas. “A Irmã Myriam esteve muito doente com a febre da malária foi fazer férias no meio da sua família afim de melhorar seu estado de saúde” (LIVRO DE CRÔNICAS ...TANGARÁ DA SERRA, 1970, p. 21).

O número de mortes em 1970 também foi significativo conforme podemos verificar:

Ao compararmos os dados dos registros cartoriais com os paroquiais, percebemos nos registros paroquiais, um aumento significativo do número de mortes em 1970, registrados no Livro de Óbito Paroquial; o Livro de Registro Cartorial também registra uma quantidade significativa em relação ao ano de 1969 (OLIVEIRA, 2004, p. 160).

Em 1971 também começou a funcionar o Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto, sob a direção da Ir. Osvalda Kroetz e alguns alunos que residiam mais próximos deste novo grupo fizeram sua transferência para este outro espaço escolar.

Em 1972, o fluxo migratório voltou a acelerar, muitas famílias ultrapassaram a serra do Tapirapuã para residirem em Tangará da Serra. Estes alunos migrantes tinham o tempo da escola controlado pelo sino tocado pelas mãos da Ir. Myriam ou de alguma servente da época. O tempo de aula era dividido por um intervalo, denominado recreio de 20 minutos. Em tempos de grupo escolar, os professores aproveitavam este momento para descansar em uma sala apropriada, a sala dos professores, enquanto que os alunos exploravam o pátio cercado da escola.

A ordem escolar era marcada inicialmente pela organização dos alunos em filas. Todos formavam filas na frente dos seus professores. Depois que as filas estivessem organizadas, a diretora fazia um comentário sobre o dia, era realizada uma oração coletiva, e em seguida, se não houvesse nenhuma data comemorativa no dia, os alunos e seus respectivos professores dirigiam-se as salas de aula. Caso, o dia fosse alusivo a alguma data, os professores, conforme plano de atividades comemorativas, faziam alguma apresentação com seus alunos para todos do Grupo Escolar.

Durante os 20 minutos do recreio, os alunos comiam a merenda da escola, ou alguma que trouxesse de casa. No Grupo Escolar sempre havia alguma senhora que vendia um lanche salgado para os alunos. Na memória dos ex-alunos é corrente a lembrança do pastel da “dona Eni Torres”. Ao redor do Grupo Escolar existiam “bolichos”, conforme eram denominados pela população local os pequenos comércios, de apenas uma porta, ou em forma de uma banca fechada que abrigava apenas seu proprietário. Estes comerciantes

vendiam diversificados doces para as crianças. No início da aula, no recreio, ou no seu término era comum as crianças comerem maria-mole, doce de abóbora, doce de leite, pirulitos, balas, chicletes, pipocas, dentre outros.

Com o crescimento da cidade, o espaço da escola se reconfigurou e o grupo escolar ficou delimitado por uma cerca de balaustres, tendo os alunos acesso apenas por um portão central. A escola estava apartada da cidade, mas compondo o seu espaço no movimento da formação da identidade da cidade que estava se formando. Esta separação é analisada por Faria Filho, no início da República Brasileira:

Assim como a cidade, o grupo escolar impõe-se como cenário e cena, é estrutura e linguagem de uma cultura escolar que se quer afastada da ‘casa’ e separada da ‘rua’.

[...]

O muro configuraria, simbólica e materialmente, a delimitação de um espaço próprio, apartado da rua e que se auto – institui como significativo, ao mesmo tempo em que produz aquela como lugar maléfico às crianças (FARIA FILHO, 2000, p.63).

Até o ano de 1975, não havia porteiro no grupo escolar, e o número de serventes foi crescendo conforme também crescia as necessidades da escola. Dentre os registros de livros pontos das serventes do Grupo Escolar, a função aparece com dois registros, em alguns anos a expressão utilizada é contínua, em outros serventes. Não foi encontrado o registro da presença de contínuas ou serventes em 1971, mas, elas existiram e cuidaram da manutenção e higiene da escola.

Tabela 16 - Serventes do Grupo Escolar – 1970 a 1975

Ano	Nome
1970	Eva Maria da Silva
1972	Eva Maria da Silva Helena Dias Lima Elizia Porfírio
1973	Guiovani G. Oliveira Doralice M. Cruz Neusa Serafim Duarte Helena Dias Lima Sebastiana Scaranaso
1974	Doralice M. Cruz Neusa Serafim Duarte Helena Dias Lima Sebastiana Scaranaso Gessy B. de Oliveira
1975	Neusa Serafim Duarte Helena Dias Lima Sebastiana Scaranaso Gessy B. de Oliveira Lecy Barbosa de Almeida Maria Rosa de Jesus

FONTE: Livro Ponto – 1970, 1972 a 1975.

As contínuas ou serventes eram responsáveis pela higiene da escola e pela realização da merenda escolar. Durante a semana faziam a manutenção da limpeza da escola e aos sábados realizava uma faxina completa em toda a escola.

A escola, construída em alvenaria desde os tempos das Escolas Reunidas, destoava da arquitetura da cidade, que em sua maioria era formada com casas de madeira. Em 1970 as salas de aula do grupo continuavam a ser insuficientes para o número de alunos. A escola se organizou em três turnos de funcionamento, distribuídos nos período matutino, das 7 horas às 10 horas e 30 minutos, intermediário, das 10 horas e 30 minutos às 14 horas e o período vespertino das 14 horas às 17 horas e 30 minutos.

Em 1969, foram construídas duas salas de madeira, anexas ao Grupo Escolar, para o início das aulas do ginásio estadual que foi criado em 29 de novembro de 1968, mas só começou a funcionar em 18 de março de 1969, depois que as salas de madeira foram construídas. Mesmo com a construção de mais duas salas de madeira, as antigas salas de aula da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, ainda funcionaram até 1971.

As duas salas de madeira, anexas ao grupo escolar, eram salas grandes de 8 x 6 metros, sendo separadas por uma sala menor destinada à cantina. As salas eram cobertas com telhas de barro e tinham cada uma, três grandes janelas de madeira. Bancos grandes de madeira que comportavam em média seis alunos eram a mobília de uma das salas, a outra era composta por carteiras de madeira, modelo banco e mesa agregados; eram móveis pesados e rústicos. Nas salas de aula ainda havia uma mesa para a professora, um quadro negro médio e um filtro para água de barro.

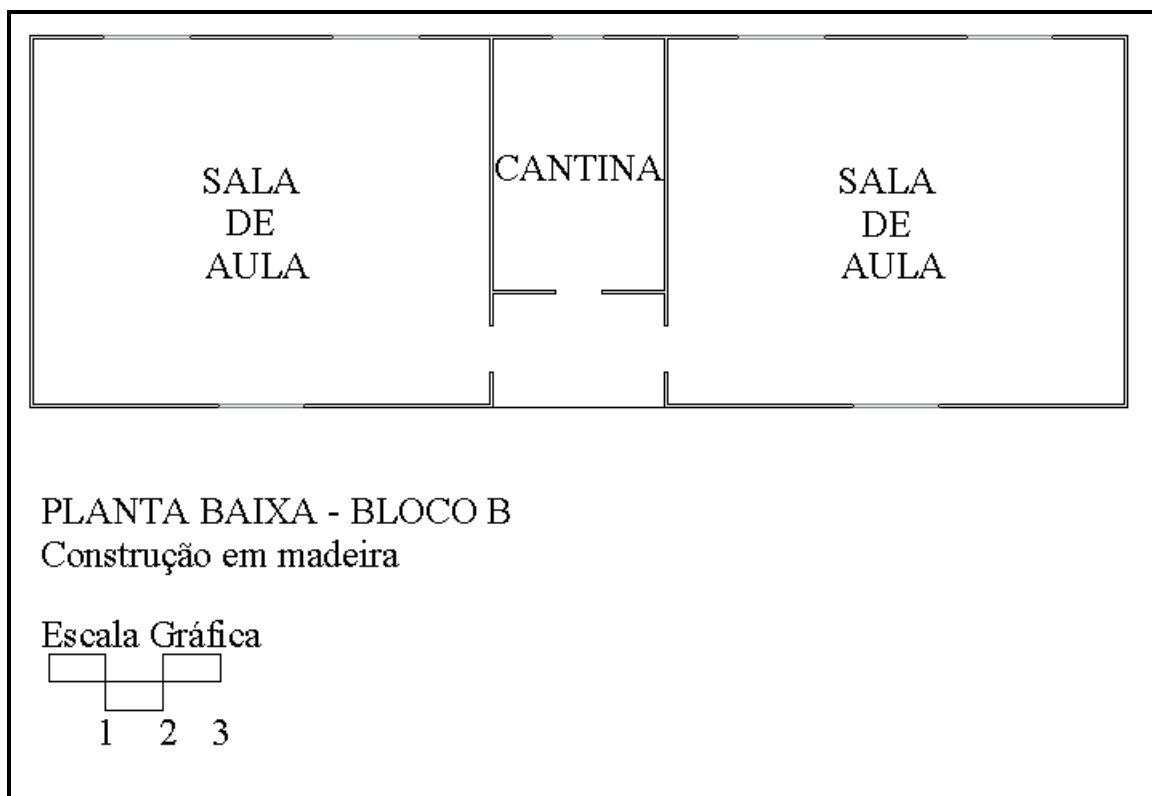


Figura 19 - Planta do Bloco – B. Grupo Escolar de Tangará da Serra

FONTE: Planta Baixa da Escola Estadual de 1º grau "Emanuel Pinheiro".

Escala 1:50. Governo do Estado de Mato Grosso- Secretaria de Educação e Cultura. 1975. Reprodução: Bruna Schmidt.

No pátio da escola, além das salas de aula, havia uma privada para uso masculino e outra para uso feminino e uma cisterna para o fornecimento de água. Não havia abastecimento de água público ou privado, desta forma as serventes retiravam a água do poço usando o sistema de sarilho para a limpeza da escola e para o abastecimento dos filtros das salas de aula.

O Grupo Escolar, mesmo não sendo nenhuma escola monumento do início do século XX, e nem uma escola atrativa como as construídas em Mato Grosso na gestão do governo Blairo Maggi (2003-2007), representou nos anos 70 sinônimo de “progresso” para a localidade que estava se organizando. A cidade crescia, e a construção de uma escola de tijolos, cimento e telha foi mais um elemento, na confirmação da esperança do migrante. A terra escolhida prometia ser um espaço de futuro.

A monumentalidade dos Grupos Escolares no início da República também não foi regra, em todos os estados do Brasil, conforme destaca Souza e Faria Filho (2006, p.36):

A qualidade dos prédios escolares – beleza, imponência e exuberância -, marco relevante do investimento público em educação, não predominou em todas as regiões do país e nem mesmo nos estados de São Paulo e Minas Gerais. À

exceção de uns poucos edifícios considerados verdadeiros “palácios”, prevaleceram edificações modestas com poucas diferenciações internas além das salas de aula. Registram-se, ainda, a precariedade e a insuficiência dos prédios, problema acentuado no ensino primário em todo o país.

A fotografia a seguir, apresenta o Grupo Escolar de Tangará, com seus dois blocos, o bloco A, feito de alvenaria, contendo três salas de aula, biblioteca, diretoria e secretaria, conforme já descritos no capítulo sobre as Escolas Reunidas, e o bloco B, construído de madeira. A escola fazia frente com a antiga rua 13, hoje rua Euclides Geraldo Medeiros. É possível verificar a cerca de balaustres na frente da escola. As filas para entrar para as salas de aulas eram feitas nos fundos das salas. Os alunos entravam em fila passando entre os dois blocos. As filas eram feitas no início da aula, e também ao término do recreio.



Figura 20 - Grupo Escolar de Tangará da Serra - 1975

FONTE: Acervo da Escola Estadual Emanuel Pinheiro

No bloco B, a cantina separa as duas salas de aula. A cantina era o espaço em que as serventes ou contínuas usavam para preparar a merenda escolar. A merenda era fornecida pelo programa nacional de merenda escolar e distribuída pela SEC aos grupos escolares, escolas reunidas e escolas isoladas.

A cantina da escola era composta por fogão a gás, prateleira com os utensílios necessários para o preparo da merenda, filtro para água e vasilhas como pratos e copos

utilizados pelos alunos para se alimentarem. Os pratos e copos eram de alumínio. As diretoras cobravam muita higiene das funcionárias em relação ao preparo da alimentação escolar e também na limpeza do grupo escolar. Na parte inferior da prateleira observa-se uma lata de cera e uma lata de tinta. A lata não deveria conter tinta, mas algum material utilizado na cozinha, pois era comum utilizar latas diversas como recipientes para armazenagens de diferentes produtos.



Figura 21 - Cantina do Grupo Escolar - 1975
FONTE: Acervo Escola Estadual Emanuel Pinheiro

A biblioteca era outro espaço que ganhava conotação na arquitetura do Grupo Escolar. Em uma sala pequena os livros, recebidos da SEC ou doados pela população local, seriam armazenados para que os alunos e professores pudessem realizar suas pesquisas. No período de 1970 à 1974 não consta nos registros nenhuma pessoa responsável pela biblioteca, apenas em 1975 encontramos registro da funcionária Rosália Amik da Silva sendo responsável pela biblioteca.

Na biblioteca também funcionava a sala dos professores, lá eles se reuniam antes do início das aulas e durante o período do intervalo. Aos sábados a biblioteca servia como espaço para a elaboração do planejamento semanal. Em seus armários estavam, os livros para pesquisa, os manuais didáticos e os cadernos para os registros dos professores.



Figura 22 - Biblioteca do Grupo Escolar de Tangará da Serra - 1975

FONTE: Acervo da Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”

Na biblioteca estavam os armários¹¹⁶ para a guarda dos livros, mesa grande, com cadeiras, para pesquisa e para o trabalho dos professores. O material didático como, globo terrestre e mapas ficavam guardados na biblioteca. A biblioteca foi criada com o objetivo de fomentar a pesquisa e a leitura na comunidade escolar e também na população local. Em

¹¹⁶ Este armário da imagem foi feito por um carpinteiro de Tangará da Serra solicitado pela diretora Maria Garcia Villaça em 1973 (PEREIRA, 2009).

1975 organizou-se uma entidade para administrar o “Banco do Livro”, cujo objetivo era fomentar campanhas para compras de livros ampliando assim, o acervo da biblioteca, porém este intuito não se consolidou na prática e o projeto ficou apenas nos registros iniciais.

Faria Filho (2000) registra a importância da biblioteca e seu significado para a comunidade escolar. A biblioteca seria um espaço de trânsito livre para os alunos em horário extra-classe e para possibilitar a interação entre a escola e a comunidade escolar em que está inserida.

A sala da diretora estava no centro do Bloco A. É importante observar que a posição da sala da diretoria permite uma visão global de todo o estabelecimento, é um “olhar panóptico” (FOUCAULT, 2000, p.165). Mesmo sendo característico das prisões, o panoptismo está presente nas escolas. A sala do diretor, nos Grupos Escolares um agente solitário na condução da fiscalização do ensino no interior da escola, remete uma forma de vigilância efetiva.

O aparelho disciplinar perfeito capacitaria um único olhar tudo ver permanentemente. Um ponto central seria ao mesmo tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: o olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem (FOUCAULT, 2000, p.146).

Na secretaria da escola, se organizava a documentação dos alunos e os livros de registros: livro de matrículas, livro de visitas, livro de notas bimestrais, livro de exames finais, mapa de pagamento, livro ponto de professores, livro de classes (diários de classe), livro de reuniões de pais e mestres e livro de caixa escolar. As secretárias da escola foram Inês Espíndola, 1970, Shirley Souza Pereira, em 1971 e Grácia Paternez no período de 1972 à 1975. Além da secretária, conforme o aumento do número de alunos, para os serviços de secretaria, foram contratados mais funcionários. Em 1975 eram auxiliares administrativas: Irene Martines Garcia, Elza Batista da Costa e Leonice Garcia Michelin.

Era a secretaria que estava mais ligada com a comunidade externa, pois o movimento de pais para matrícula ou transferência de seus filhos, se dava por meio destas. A inspeção realizada pela delegada de Ensino da DRE de Rosário Oeste, também tinha a secretaria do grupo escolar como seu ponto central de observação e fiscalização.



Figura 23 - Secretaria do Grupo Escolar - 1975

FONTE: Acervo Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”

Na secretaria da escola, espaço de apoio à direção nas tarefas administrativas, havia uma escrivãzinha, uma máquina de datilografia e uma máquina de calcular. Era na secretaria também que se fazia a cobrança e o pagamento da Caixa Escolar. A Caixa Escolar era um fundo de recursos angariados com a contribuição dos pais para cobrir as despesas complementares da escola. Cobrava-se um valor baixo dos pais que podiam contribuir. As diretoras sempre solicitavam às famílias que possuíam condições financeiras que contribuíssem com a caixa-escolar.

Era comum, o pagamento ser realizado por família, em geral, quando apresentava mais de três filhos na escola, do que por aluno individualmente. As ações da direção do Grupo Escolar não foram imperiosas quanto à cobrança da Caixa Escolar, porém nos registros das reuniões de pais e mestres da escola, um dos pontos de pauta sempre era a “importância do pagamento da Caixa Escolar”.



Figura 24 - Recibo de cobrança de Caixa Escolar - 1971

FONTE: Acervo da Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”.

A figura anterior mostra um recibo de cobrança de Caixa Escolar do Grupo Escolar de Tangará da Serra. Conforme recibo, o pagamento era efetuado semestralmente, e o valor a ser pago neste caso pela aluna Maria da Penha era de Cr\$ 1,00. Para uma simples comparação um aluno, pagava um cruzeiro por semestre e nesta época um professor do Grupo Escolar, com curso ginásial incompleto, em início de carreira recebia mensalmente Cr\$ 100,00.

O valor da caixa escolar poderia ser pago em parcelas. A caixa escolar não caracteriza um modelo de escola gratuita. A direção e secretaria da escola faziam muitos acordos com os pais para o recebimento do dinheiro. A SEC não repassava dinheiro para o grupo escolar, e para qualquer melhoria que fosse realizada no prédio da escola, vinham profissionais de Cuiabá destinados para à execução. O mesmo acontecia em relação aos materiais permanentes da escola. A diretora do grupo escolar solicitava junto à SEC e quando esta secretaria de Estado atendia ao pedido, encaminhava o material ao grupo escolar. Não havia dinheiro direto na escola. Quando o valor recebido da caixa escolar não dava para pagar as despesas do grupo escolar, ou houvesse a necessidade de comprar algum móvel ou equipamento, ou fazer alguma reforma mais urgente na escola, a direção valia-se então da realização de promoções na escola, como festas públicas para angariar fundos.

Entre a secretaria, a biblioteca e a diretoria, estava a sala de aula. O espaço do ensino realizado pelo professor. Um grande quadro negro e uma mesa, impunha a autoridade e a distinção social do professor. As salas de aula do Grupo Escolar eram

compostas por mobílias diferenciadas, as da sala de madeira, conforme já citado anteriormente eram mais rústicas, enquanto que nas três salas de alvenaria predominavam carteiras compostas de mesa e cadeira. O filtro de água sobre uma cantoneira era um objeto comum nas salas de aula.



Figura 25 - Sala de Aula – 4ª Série – 1975

FONTE: Acervo da Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”.

Os alunos eram sempre dispostos em fileiras. Durante todo o tempo da aula permaneciam assim. “A ordenação por fileiras, no século XVIII, começa por definir a grande forma de repartição dos indivíduos na ordem escolar: filas de alunos na sala, nos corredores, nos pátios (...)” (FOUCAULT, 2000 p.126). A organização da sala de aula, em fila, pressupõe ainda a presença da cópia, leitura e memorização como método de ensino.

A imagem anterior é de uma sala de 4ª série. O professor que está aos fundos da sala é Leonildo Tognon Filho.¹¹⁷ Em 1975 o Grupo Escolar contava com 17 professoras e um professor. Este ministrava aulas para duas quartas séries, uma no período matutino e outro no período vespertino. A sala da imagem acima corresponde aos alunos do período

¹¹⁷ A presença de homens no magistério em regiões de colonização recente é muito significativa. Desta forma, esta questão merece ser objeto de pesquisas futuras.

matutino. Os alunos, em sua maioria apresentam-se uniformizados, e também com um tamanho mais padronizado, ou seja, em 1975, a diferença de idade e de série na escola pública de Tangará da Serra já estava começando a ser minimizada.

A escola com sua organização temporal, o tempo da aula, a sociabilidade do intervalo, a organização das disciplinas e sua hierarquia, os seus registros burocráticos, o controle da presença do professor na escola, acabam por amalgamar ao tempo da cidade, no caso de Tangará da Serra o tempo da migração. A organização da escolarização e a organização da migração em regiões de colonização recente são simultâneas, e produzem uma identidade local, de um tempo agitado.

Neste tempo de organização da família migrante e da escola, a composição do espaço da cidade também se reestrutura. Cidade e escola, ao mesmo sentido que estabelecem sintonia, se separam. A cerca do Grupo Escolar de Tangará da Serra é o marco, a separação de um lugar marcado para as atividades de ensino.

Al estructurar o modificar la relación entre lo interno y lo externo al médio escolar — las fronteras, lo que queda dentro y lo que queda fuera —, o su espacio interno — entre las diversas zonas edificadas y no edificadas, entre los espacios interiores —, al abrir o cerrar, al disponer de una manera u otra las separaciones y los límites, las transiciones y comunicaciones, las personas y los objetos, estamos modificando la naturaleza del lugar. Estamos cambiando no sólo los límites, las personas o los objetos, sino también el mismo lugar (VIÑAO, 1995, p.71).

A cerca da escola, representou a mudança da natureza do lugar – Tangará da Serra, o grupo escolar com seus espaços internos, com funções específicas, produziu um outro significado para a escola. A escola não é mais a comunidade, como era pensada a existência da Escola Rural Mista de Tangará da Serra, agora a escola é um espaço singular, com funções específicas, com um controle e normas próprias.

5.2 Alunos do Grupo Escolar

Os alunos e alunas do Grupo Escolar de Tangará da Serra continuavam ainda a ser os filhos de migrantes. A cada ano, acelerava o movimento migratório para diversas partes de Mato Grosso, o sudoeste e, em destaque o norte do Estado receberam um grande contingente populacional. Os alunos e alunas que continuam seus estudos ou que começam

a estudar em Tangará da Serra em 1970, com a criação do grupo escolar são em sua maioria filhos de pais cuja profissão está ligada diretamente à formação da nova fronteira agrícola.

Seguindo as orientações propostas por Souza e Faria Filho (2006) podemos utilizar os livros de matrículas para nos proporcionar algumas análises destes alunos migrantes.

Particularmente na questão das condições socioeconômicas dos alunos, é preciso considerar dados de livros de matrícula que possibilitem uma caracterização mais precisa e empírica do que a pressuposição apressada segundo a qual os grupos teriam servido inicialmente às camadas médias e às elites, uma vez que alguns estudos têm demonstrado a presença de grupos sociais heterogêneos e uma grande presença de crianças de camadas populares [...]. Além disso, é preciso levar em conta outros dados de caracterização, por exemplo, gênero, raça, nacionalidade (SOUZA; FÁRIA FILHO, 2006, p.47).

Tabela 17 - Profissão dos Pais dos alunos - 1970

Profissão	Número de filhos
Lavrador	204
Comerciante	15
Agricultor	15
Motorista	08
Carpinteiro	07
Carroceiro	05
Marceneiro	03
Laminador	02
Fazendeiro	02
Ferreiro	01
Relojoeiro	01
Total	263

FONTE: Livro de Matrículas – Grupo Escolar de Tangará da Serra - 1970

A profissão de lavrador caracterizava pessoas que não eram proprietárias rurais, ou seja, trabalhavam na lavoura como empreiteiros ou como meeiros (OLIVEIRA, 2004). Os agricultores eram pequenos proprietários rurais, donos de sítios e chácaras vizinhas à cidade, enquanto que fazendeiros indicavam grandes proprietários rurais. Muitos pais que se identificavam como comerciantes, eram proprietários de serrarias, assim como os carpinteiros e marceneiros, profissões muito comuns em uma localidade em que a madeira era um dos recursos imediatos para a construção de casas e móveis.

Esta tabela é um indicativo de que, o perfil econômico dos alunos de Tangará da Serra, de 1964 à 1970, não sofrera muita alteração. Em 1970 a migração continua sendo um processo rural, estendendo-se até 1979. E também continua sendo de famílias procedentes, principalmente dos Estados de Minas Gerais, Paraná, e São Paulo, conforme indica a naturalidade dos alunos matriculados em 1970.

Tabela 18 - Naturalidade dos alunos do Grupo Escolar de Tangará da Serra- 1970

Naturalidade	Número de alunos
Minas Gerais	76
Paraná	69
São Paulo	64
Mato Grosso	21
Bahia	12
Espírito Santo	12
Goiás	07
Rio de Janeiro	01
Alagoas	01

FONTE: Livro de Matrícula - 1970

Esta tabela indica o Estado de origem dos filhos e procedência dos pais, porém podemos relacioná-la a outros estudos (OLIVEIRA, 2004), que demonstram o percurso das famílias até chegarem à Tangará da Serra. Elas residiram em diversas cidades e estados do Brasil, é a confirmação da rota do café.

Dentre os alunos nascidos em Mato Grosso, verificou-se que todos, com exceção de uma aluna, nasceram em cidades do atual estado de Mato Grosso do Sul. A aluna Maria Aparecida Jorge Vicente é a única tangaraense registrada no livro de matrículas em 1970. Ela nasceu em 03 de julho de 1962 em Tangará da Serra e seus pais são Pureza Vieira Lima e Jorge Manuel Vicente.

O livro de matrículas de 1970, além de registrar série, data de nascimento, sexo, naturalidade, nome da mãe, nome do pai e profissão do pai, solicitava também a religião do aluno. Os alunos de família espírita estão informados como protestantes. Este dado acompanha o livro de matrícula até o ano de 1972, período em que Maria Laura Hansel, Ir. Myriam, era a diretora do grupo escolar.

Nas entrevistas, com professores e com a Irmã Myriam Hansel, afirmaram que os alunos protestantes não eram muitos, mas, conforme o livro de matrículas de 1970 verificou-se um número significativo de protestantes. Em 1970, no Grupo Escolar de Tangará da Serra, foram matriculados inicialmente 263 alunos, sendo 213 católicos e 50 protestantes.

No Grupo Escolar imperava um discurso católico e os alunos de outras manifestações religiosas tornavam-se invisíveis dentro de uma prática cotidiana escolar que, embora pública, estava pautada no calendário e nos rituais da Igreja Católica. As práticas católicas, como rezar no início da aula orações como o Pai Nosso, Ave Maria e Santo Anjo, eram bastante comuns. Os alunos e professores protestantes, mesmo não rezando, tinham que ouvir, pois eram caracterizados como minoria.

Na prática cotidiana, os protestantes não rezam como os católicos, ou seja, os católicos rezam utilizando geralmente preces prontas todos rezam juntos a mesma oração, como ocorria na escola. Os protestantes realizam orações espontâneas não sistematizadas, e nem verbalizam textos coletivos, exceto para a singularidade da oração do Pai Nosso. Rezar todos os dias era uma prática de reforço do catolicismo, objetivo da irmã com o seu serviço de religiosa. Um espaço que deveria ser laico guardou uma íntima relação entre a Igreja e a escola.

Em relação ao gênero, meninos e meninas partilhavam das mesmas salas de aulas. Durante toda a existência do Grupo Escolar de Tangará da Serra, não houve salas em que os alunos ficassem separados das alunas; ambos participavam de todas as atividades da escola, embora, o discurso sexista ainda imperava nas atitudes curriculares do grupo escolar.

Tabela 19 - Número de alunos por sexo

Ano	Masculino	Feminino
1970	341	338
1971	200	199
1972	207	215
1973	243	238
1975	395	357

FONTE: Livro de Exames Finais – 1970 a 1975.

Em Tangará da Serra, no período compreendido entre 1970 à 1975, com exceção do ano de 1974, pois não há registros sobre este ano nos acervos, houve uma frequência equilibrada entre os sexos no Grupo Escolar de Tangará da Serra. Nas regiões de colonização recente, meninos e meninas, embora com algumas diferenças respeitadas, são pensados como elementos produtivos para o trabalho. Para os pais, que solicitavam ajuda destes na lavoura, não havia a percepção da diferença de gênero na execução dos trabalhos. Na tabela 19, no total geral de 2.733 alunos neste período de cinco anos, a diferença é de 39 meninos a mais que as meninas.

Os meninos e meninas que estudaram no Grupo Escolar de Tangará da Serra, apresentaram um aproveitamento escolar mais satisfatório em relação aos tempos da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra. O índice de reprovação nos exames finais no período de 1970 a 1975 apresentou uma significativa diminuição, conforme podemos verificar na tabela 20:

Tabela 20 - Alunos examinados e aprovados – 1970 à 1975

Ano	Número de alunos examinados	Número de alunos reprovados
1970	629	79
1971	373	79
1972	366	75
1973	414	59
1975	610	49
Total	2.392	341

FONTE: Livro de Resultados de Exames Finais – 1970 à 1975.

Os livros de exames finais do período de 1970 à 1975 apresentaram um decréscimo em relação à reprovação. Todos os alunos matriculados na escola eram submetidos aos exames finais, que eram sempre aplicados por outro professor da escola, que não fosse o professor de sala de aula, em geral professores da mesma série. A aprovação do aluno até o ano de 1975 estava condicionada ao exame final.

O exame final era uma prova escrita sobre os conteúdos do ano letivo, cujas questões estavam centradas mais nas disciplinas de Português e Matemática. Conforme relato dos professores havia uma hierarquia explícita que condicionava estas duas disciplinas como as únicas responsáveis pelo fracasso ou sucesso do aluno.

Os índices de aproveitamento dos alunos dos anos 70 são melhores do que os dos anos 60 do século XX na escola em análise. A partir de 1970 houve um trabalho pedagógico mais intenso junto ao grupo de professores, desde o acompanhamento na organização da aula até as informações sobre a relação professor e aluno. Os professores também deixaram de ser agentes solitários no processo de ensino, pois mais de uma turma ser formou com a mesma série, havendo assim a possibilidade de diálogo e troca de experiências e de atividades relacionadas ao ato de ensinar. As professoras de 1ª série realizavam discursos nas salas dos professores sobre a quantidade de alunos, que em um período mais breve de tempo do ano letivo, já estavam lendo.

Os manuais didáticos usados no Grupo Escolar a partir de 1970, não eram distribuídos por políticas públicas de governo, mas pela indicação da escola e compra dos pais. Os pais compravam livros didáticos, em especial, a cartilha, que conduziu o processo de alfabetização a partir de 1972 no Grupo Escolar de Tangará da Serra. O livro didático passou a ser elemento fundamental no processo de ensino a partir dos anos 1975 em Tangará da Serra. Gatti Júnior (2004) explica esta transição do uso mais restrito do manual didático, para a consolidação do livro didático.

[...] a década de 1960 foi o momento da transição desses manuais escolares para os livros didáticos do final da década de 1990, pois todas as características mencionadas foram paulatinamente sendo transformadas e adaptadas a uma nova realidade escolar. A alegada democratização do ensino, que no caso brasileiro ganhou contornos de massificação, permitiu o ingresso de novos personagens no ambiente escolar, oriundos da classe operária (zona urbana) e mesmo do campesinato (zona rural) (GATTI JR, 2004, p.37).

Os manuais didáticos, ferramentas da escola burguesa, foram criados em substituição a leitura dos clássicos, usados até o século XIX nas salas de aula, num processo de simplificar o trabalho docente. Alves explica nos resultados advindos da expansão dos manuais didáticos:

O professor, que, até então, precisava ter o domínio de uma erudição muito acima da média, viu-se submetido ao mesmo processo de especialização profissional que já atingira o trabalhador das manufaturas. Com decorrência, a simplificação do trabalho didático gerou o barateamento dos serviços prestados pelos professores e, com isso, a queda dos custos de instrução. Começava a se tornar viável, portanto, a universalização da educação. Os manuais didáticos, enquanto instrumentos de simplificação do trabalho do professor, assumiram papel central nesse processo (ALVES, 2004, p.173).

Uma soma de fatores, é responsável pela diminuição do índice de reprovação no Grupo Escolar, como o uso de livros didáticos, um planejamento mais sistematizado das aulas, o acompanhamento das diretoras que já possuíam curso normal, e também, o processo de escolarização dos professores. Muitos professores já estavam em fase final do curso ginásial e outros terminando a escola normal.

O aluno do grupo escolar estudaram em um ambiente mais formal e burocrático. Em tempos de Grupo Escolar de Tangará da Serra, a escola estava instituída e controlada por organismos estatais mais presentes, porém não eficientes na proposta de consolidação de um ensino e aprendizagem de qualidade. A delegacia de ensino e a secretaria de educação e cultura funcionavam como órgãos de controle e fiscalização, impondo-se à comunidade escolar em seus diversos segmentos: direção, professores, funcionários e alunos; nesta hierarquia, micro poderes, fundamentados na organização do Estado Nacional ditatorial.

Nesta relação, cabia ao aluno apresentar-se sempre quando solicitado às autoridades locais, regionais e nacionais. Os alunos deveriam desfilar em festas cívicas ou políticas, conforme solicitação da SEC. Os alunos uniformizados passavam na frente dos palanques oficiais mostrando como era a sociedade brasileira. Eles, sob o comando de seus professores, passavam semanas usando uma parte do tempo da aula para ensaiar a marcha, que no dia do desfile seria seguida por uma fanfarra. “No mês de setembro, dia da Pátria

houve o grande desfile dos nossos alunos pelas ruas principais da cidade, honrando nossa Pátria com um desfile apresentando vultos da Pátria etc.” (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1972).

Os desfiles cívicos, acompanhados por toda a comunidade local, na Avenida Brasil, externalizava parte da vida escolar. Os alunos eram apresentados à sociedade e às autoridades. Os filhos de lavradores e migrantes, moviam fileiras em marcha ao som de bumbos e outros instrumentos da fanfarra escolar.

5.3 Professor: a caminho da formação profissional

Os professores do Grupo Escolar de Tangará da Serra continuavam em sua maioria em formação durante o período de 1970 à 1975. A formação pretendida era o curso de Magistério. Em Tangará da Serra até 1975, denominado de curso Normal. O curso Normal foi criado em 1973 com a elevação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra para Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Tangará da Serra, conforme Decreto nº. 1.542 de 10 de julho de 1973. Em 1970, apenas a diretora, Ir. Myriam Hansel, tinha o curso Normal completo; os demais professores tinham o curso ginásial completo ou incompleto.

Nos anos 70 do século XX, os professores no Estado de Mato Grosso eram classificados em padrões. O professor padrão 01 – PP1 – era o professor que ministrava aulas no ensino primário; o professor padrão 02 – PP2 – ministrava aulas no ginásio, e ou tinha curso de normalista. O professor padrão 03 – PP3 – era aquele que exercia a função de diretor e ou ministrava aulas no secundário (MAPA DO MOVIMENTO GERAL, 1971).

Em 1970, a diretora era PP3, a secretária era PP2, e os demais 14 professores eram PP1. Em 1971, todos os professores do ensino primário eram PP1. Os dados sobre a situação de padrão dos professores não foram encontrados no período posterior a 1971.

A formação docente do Grupo Escolar de Tangará da Serra, também pode ser verificada nos documentos relativos ao ano de 1975. A maioria dos professores que participaram deste ano letivo não havia concluído o curso de Magistério, que habilitava para lecionar de 1ª à 4ª séries. Estas eram as séries oferecidas no grupo escolar. Dentre os 19 professores que faziam parte do quadro de professores, apenas três eram normalistas;

uma tinha o ensino colegial completo; seis cursavam a 2ª série do curso Normal; cinco cursavam a 1ª série do curso Normal; duas cursavam a 8ª série do 1º Grau; uma cursava a 7ª série do 1º Grau; e uma cursava a 5ª série do 1º Grau.

A escola em Tangará da Serra continuava com o ensino realizado por professores que ensinavam pelos saberes das experiências, saberes práticos. Porém, houve uma busca pelo aperfeiçoamento docente. No caso, o avanço na escolaridade até a formação a nível médio de magistério.

O movimento migratório determinou o movimento do quadro de professores. Muitos professores que começaram com as Escolas Reunidas findaram suas carreiras no início do funcionamento do Grupo Escolar, outros se habilitaram fazendo Magistério e, simultaneamente desempenhando a função de professores durante a existência do Grupo Escolar. Como o Grupo Escolar “Ataliba Antônio de Oliveira Neto” passou a funcionar em 1971, alguns professores se transferiram para o novo grupo. Com o passar dos anos houve trocas de professores entre os espaços escolares diversos. No ano de 1974, onze novos professores entraram no quadro docente do grupo escolar e em 1975, 13 novos professores lecionaram no estabelecimento de ensino em estudo.

Dentre os professores que estiveram registrados nos livros pontos de 1970 à 1975, apenas as professoras Lindalva Dantas Porfírio e Terezinha Zompero Martinelli aposentaram-se na escola cuja gênese foi o Grupo Escolar de Tangará da Serra. A professora Lindalva Dantas Porfírio começou sua carreira nas Escolas Reunidas e aposentou-se na Escola Estadual de 1º Grau “Emanuel Pinheiro” assim como, a professora Terezinha Zompero Martinelli que se aposentou na mesma escola, começando sua carreira no Grupo Escolar de Tangará da Serra.

A vida funcional destas professoras e dos outros que compunham o corpo docente do Grupo Escolar pode ser analisada através do mapa do movimento geral. Este documento era uma planilha elaborada pela SEC e entregue às escolas para fins de controle e pagamento dos professores.

O mapa de movimento geral de 1971, registro oficial emitido pela SEC, contém os seguintes elementos: visto do funcionário que preencheu; visto da delegada de ensino; número de ordem; denominação do estabelecimento (estadual – E ou particular – P lotação (nome do professor e demais servidores por extenso); cargo; grau de instrução; curso pedagógico feito pelo professor efetivo (E) ou interino (I); classe ou padrão; porcentagem adicional; salário família (nº. de dependentes); data de nomeação (dia, mês, ano); tempo de serviço (anos, mês, dias); dias letivos do mês; série que leciona; alunos matriculados

(masculino e feminino, total e frequência média); prédio (estadual, municipal e ou particular; se alugado, e o número de salas); e, observações.

O mapa apresenta um retrato, em números, de como era formado o Grupo Escolar de Tangará da Serra em 1971. No quadro estão registrados 21 funcionários, sendo uma diretora, uma secretária e 15 professores, sendo um professor do 5º ano, e duas professoras do Pré-primário. Só há registro de educação pré-primária no Grupo Escolar, neste ano de 1971.

Os 15 professores possuíam os seguintes graus de instrução: ginásio completo – 02; 4ª série ginásial – 01; 3ª série ginásial – 06; 2ª série ginásial – 02; 1ª série ginásial – 02; 4ª série primária – 02. Todos os professores eram padrão PP1, com exceção do professor que trabalhava com o ginásio, que era classe padrão PP2.

O salário dos professores era de Cr\$ 100,00, com exceção do salário da professora Alzira da Guia Cruz que recebia Cr\$ 124,50. A diferença de salário era porque a professora tinha sido nomeada há cinco anos em 1965. O provento da secretária era de Cr\$ 120,00, e a diretora recebia Cr\$ 188,00. Na exposição do mapa, não há uma preocupação da SEC em valorizar o professor em formação. Os professores recebiam baixos salários, e o pagamento estava vinculado à turma em que lecionasse e não à sua formação. O salário estava condicionado também ao tempo de serviço, isso explica a diferença salarial da professora Alzira da Guia Cruz, embora ela tivesse cursado apenas o ensino primário (MAPA DO MOVIMENTO GERAL, 1971).

Todos os professores do grupo escolar, durante toda a sua existência, foram professores contratados pelo Estado de Mato Grosso, na condição de professores interinos. Houve casos de subemprego, pessoas menores de 18 anos lecionavam e outras pessoas assinavam a documentação legal.

Os professores, como estavam em formação escolar, lecionavam apenas um período, e no outro estava na escola como alunos. Para aquelas professoras que não continuaram sua carreira, sobrava o período matutino, pois o curso normal foi oferecido em 1973 no período vespertino. A partir de 1974 o Curso Normal passou a ser oferecido à noite.

O curso normal no período noturno facilitou o processo de atribuição de aulas, nos dois períodos do grupo escolar. Mas, apenas dois professores trabalharam com dois períodos de aula: Sueli Porfírio de Brito que foi professora da 3ª série e da 2ª série em 1973; e Leonildo Tognon Filho que foi professor de duas turmas de 4ª série em 1975.

O número de turmas existentes no grupo escolar variou muito conforme os anos letivos. Em sua maioria o número de alunos com matrícula nas séries iniciais do ensino primário foi muito maior do que nas séries finais do mesmo período escolar. O funil da educação continuava nos anos 70 do século XX.

Tabela 21 - Nº de Turmas por ano letivo do Grupo Escolar de Tangará da Serra – 1970 à 1975

1970		1971		1972		1973		1974		1975	
Série	Turmas	Série	Turmas	Série	Turmas	Série	Turmas	Série	Turmas	Série	Turmas
1 ^a	09	1 ^a	04	1 ^a	04	1 ^a	06	1 ^a	07	1 ^a	07
2 ^a	06	2 ^a	04	2 ^a	02	2 ^a	04	2 ^a	05	2 ^a	05
3 ^a	03	3 ^a	03	3 ^a	02	3 ^a	02	3 ^a	03	3 ^a	04
4 ^a	02	4 ^a	01	4 ^a	02	4 ^a	02	4 ^a	02	4 ^a	03
Total	20	Total	12	Total	10	Total	14	Total	17	Total	19

FONTE: Livro Ponto – Grupo Escolar de Tangará da Serra – 1970 a 1975. Mapa do Movimento Geral referente ao Mês de Maio das Escolas Primárias do Município de Barra do Bugres – 1971.

Os professores que ministraram aulas durante vários anos no grupo escolar lecionavam sempre para a mesma série. Os professores eram da 1^a ou 2^a série, ou da 3^a e 4^a séries. Alguns professores preferiam o processo inicial da alfabetização e outros preferiam as séries em que havia uma exigência maior de conhecimento dos conteúdos.

O número de primeiras séries foi significativo no grupo escolar, totalizando 37 turmas, nos anos de 1970 à 1975. Sendo assim, como análise da prática pedagógica das professoras do Grupo Escolar de Tangará da Serra, passaremos a analisar cinco diários de classe de 1973, todos os diários da 1^a série do ensino de 1^o grau.

O diário de classe, fornecido pela SEC, já atendia à Lei 5.692/71, porém a prática escolar não obedecia à forma de registro solicitado. Na capa do diário está o brasão do Estado de Mato Grosso, e espaço para o preenchimento do nome do estabelecimento, série, turma, período, ano e professor. Logo abaixo, está escrito “Secretaria de Educação e Cultura, Estado de Mato Grosso, Governo José Fragelli, SEC/PIEMAT 71/75” (DIÁRIO DE CLASSE, 1973). No verso do diário encontram-se as orientações para seu preenchimento.

1. O professor, ao receber seu diário de classe, deverá preenchê-lo cuidadosamente.
2. A orelha será preenchida com o nome dos alunos, visando a facilitar o acompanhamento mensal das avaliações.
3. O item “escolaridade anterior” se refere à série cursada pelo aluno no ano anterior;
4. O resumo do conteúdo deverá ser registrado de maneira sucinta.

5. O aproveitamento do aluno em cada área deverá ser registrado, mensalmente, levando em conta os aspectos avaliativos que constam no verso de cada folha.
6. As duas últimas folhas se destinam ao preenchimento das somas dos comparecimentos e faltas e da avaliação bimestral resultante da média entre dois meses.
7. Os canhotos destacáveis deverão ser entregues na Secretaria do Estabelecimento no final de cada bimestre.
8. Os canhotos não destacáveis deverão ser preenchidos para controle do professor.
9. O resumo mensal deverá ser preenchido conforme o modelo da 3ª capa (DIÁRIO DE CLASSE, 1973).

O diário de classe trazia em sua primeira folha um espaço para número de matrícula, escolaridade anterior, religião, idade, número e nome. Nos diários analisados, a primeira folha tem o registro do nome dos alunos. O nome dos meninos é registrado primeiro que o nome das meninas. Nas folhas a seguir uma página para cada mês do ano, com os dias do ano já impressos, e um quadro com aproveitamento mensal. Neste quadro as disciplinas estão divididas em áreas do conhecimento: Comunicação e Expressão (Uso da Língua Nacional, Educação Artística, Educação Física); Integração Social (Estudos Sociais, Educação Moral e Ensino Religioso); e, Integração à Ciências (Matemática, Ciências e Programas de Saúde), seguindo as recomendações da Lei 5.692/71.

Nos diários da primeira série de 1973 só há registros em todos os bimestres de conteúdos de Português e Matemática. Os professores só registraram notas para estas duas disciplinas. No campo para o registro de notas, o diário apresenta a avaliação dividida em trabalho e verificação. Recomendava-se aos professores que operacionalizassem uma média final após a soma e a divisão das duas notas de trabalho e verificação. Em Tangará da Serra, o professor registrava apenas uma nota como média mensal.

Os professores, segundo os relatos, possuíam a prática de planejar suas aulas em conjunto todos os sábados. Mas, os registros apontam práticas de ensino e conteúdos diferenciados nas diversas turmas de primeira série do ensino primário em análise.

Tabela 22 - Conteúdos de Português – 1ª Série - 1973

Diários	Conteúdos de Português
Diário 01	Conhecimento das primeiras sílabas com fixação de cartaz. Entrosamento das vogais. Exercícios. Vogais maiúscula e minúscula. Alfabeto. Ditadinhos de sílabas. Formar palavras com sílabas.
Diário 02	Palestra – Comportamento na escola – higiene corporal como se deve vir à escola. Pequena noção sobre as vogais. Leitura das vogais, cópia das vogais. Letras do alfabeto. Silabação – Ditado de consoantes.
Diário 03	Leitura da cartilha. Separação de sílabas. Exercícios. Formar palavrinhas com as sílabas. Leitura da lição no quadro. Depois copiar no caderninho. Formar palavras que começam com as sílabas iguais. Colocar o alfabeto na lousa faltando letras e mandar eles colocarem a letra que falta. Ditado de palavras.
Diário 04	Explicações sobre as sílabas, conhecer todas elas. Como separar as sílabas. Pequena leitura no quadro, de frases. Formar sílabas com as letras. Ligar palavras iguais. Ditado de sílabas.
Diário 05	Conhecimento e relacionamento com a classe. Período inicial. Leitura inicial na Cartilha. Dar exercícios de coordenação motora, audiovisuais. Desenvolver na criança o interesse pela escola e pela aprendizagem.

FONTE: Diários de Classe, Grupo Escolar de Tangará da Serra, 1ª série – 1973.

Em observação aos conteúdos ministrados no mês de março de 1973, primeiro mês de aula, os conteúdos estão centrados no ensino da leitura e cópia das vogais e do alfabeto. Apenas, no diário 05 verificou-se a preocupação com a coordenação motora. Este conteúdo era trabalhado em um momento anterior ao processo de ensino da leitura da escrita, considerado como um estágio preparatório à alfabetização. Apenas a professora que havia concluído o curso normal teve a preocupação com este registro.

Os indicativos de comportamento e de noções de higiene, também foram apontados como conteúdos: “Comportamento na escola – higiene corporal como se deve vir à escola” e “Desenvolver na criança o interesse pela escola e pela aprendizagem”. O segundo indicativo foi registrado como conteúdo, porém é um objetivo a ser alcançado.

Os registros de conteúdos são confundidos com a metodologia de ensino, ou formas de atividades de ensino: “Colocar o alfabeto na lousa faltando letras e mandar eles

colocarem a letra que falta”, “Explicações sobre as sílabas, conhecer todas elas”, “Conhecimento das primeiras sílabas com fixação de cartaz”, “Leitura inicial na Cartilha” e “Dar exercícios de coordenação motora, audiovisuais”. As professoras ao registrar os conteúdos ensinados, misturam conteúdos com objetivos, com estratégias de ensino e com atividades que foram desenvolvidas com os alunos.

No diário 03, a professora registra os conteúdos usando o diminutivo: “Formar palavrinhas com as sílabas” e “Depois copiar no caderninho”. Ela transfere para o registro escrito à mesma linguagem que usava com as crianças no processo de alfabetização.

As formas metodológicas em que os conteúdos foram expressos indicam um ensino fundamentado na memorização. A avaliação da aprendizagem era medida pela capacidade de memorizar a palavra correta e escrevê-la depois de ditada pela professora. O ensino também era pautado no uso de poucos recursos didáticos. Um dos recursos didáticos recorrentes nos relatos dos professores, quando realizavam sua tarefa de alfabetizar, era o uso de cartazes silábicos, em especial, o cartaz enviado pela própria editora da cartilha.

A cartilha usada no processo de alfabetização do Grupo Escolar de Tangará da Serra foi a “Caminho Suave”, como em quase todo o território nacional. A cartilha “Caminho Suave”, principal recurso de alfabetização no Brasil, foi produzida por Branca Alves de Lima em 1948, sendo publicada até 1997. Dominar a leitura da cartilha e a escrita das palavras com sílabas simples e complexas, era para os professores alfabetizadores, a condição *sine qua non* para a aprovação escolar.

Além dos conteúdos ensinados em português eram contemplados nos diários de classes os conteúdos de Matemática. Na forma de registro do conteúdo de Matemática, observou-se as mesmas questões relacionadas às anotações dos professores sobre os de português.

Tabela 23 - Conteúdos de Matemática – 1ª Série - março de 1973

Diários	Conteúdos de Matemática
Diário 01	Ensinar os rudimentos da matemática. Ensinar os números de 01 até 10. Ensinar a contar de 1 à 10. Continhas de adição com maçãzinhas para fazer a adição.
Diário 02	Numerais de 01 a 15. Leitura e cópia. Ditado dos números. Efetuação através de desenhos. Noção de conjunto. Avaliação mensal.
Diário 03	Copiar os números até 100. Fazer os números pares até 50. Depois os números ímpares. Fazer probleminhas de somar. Somar continhas.
Diário 04	Números de 1 à 20. Efetuar $00+00=$. Faça os conjuntos. Tabuada: $2+1=3$ $3+1=4$ etc. Vamos diminuir. Problemas. Coloque o sinal que falta: $2 \quad 8 = 10$ $7 \quad 3 = 0$.
Diário 05	Matemática: contagem de rotina dos numerais. Introdução aos conjuntos. Socializar a criança no meio, criando situações diversas para que a criança acabe com inibição muito natural.

FONTE: Diários de Classe, Grupo Escolar de Tangará da Serra, 1ª série – 1973.

Na relação de conteúdos ministrados de Matemática, para a primeira série do ensino primário, os registros apontaram para uma diferença entre os conteúdos ensinados. O registro do conteúdo toma forma de um resumo de plano de aula, como exemplo, podemos tomar as anotações da professora do diário 04.

No diário 02 há uma repetição das atividades de Português em Matemática. A professora utiliza da mesma estratégia, para ensinar os numerais. A leitura, cópia e ditado transcende do português para o ensino da matemática. O aluno em um determinado tempo de aula fez leitura, cópia e ditado de palavras e depois a mesma rotina, com uso de números.

A forma de fazer, registrados no diário de classe, como conteúdo, revela o método de ensino praticado pelas professoras do ensino primário em Tangará da Serra. A prática pedagógica da professora do diário 05 revela outras preocupações que não apenas o ensino. As outras professoras, em seus registros, destacam a forma de ensino, em geral pela repetição, enquanto que a professora do diário 05 também está preocupada com as relações sociais na sala de aula. Na postura da professora do diário 05, há uma nítida presença de

um novo método sendo inserido no Grupo Escolar, onde a aprendizagem começa a partilhar o espaço com o ensino.

O método de ensino analisado seja nos seus fundamentos, seja na forma de sua circulação e apropriação (...) quando cotejado com a história das instituições educativas, revela o complexo processo de configuração de práticas, particularmente a substituição de um modo de fazer por outro considerado novo e moderno.” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p.38)

A citação acima, nos possibilita entender que no grupo escolar, o ensino era, sobretudo, pautado, no processo de memorização. Alguns professores utilizavam materiais didáticos, como cartazes, ou desenhos no quadro negro para ilustrar o conteúdo. Os recursos didáticos, ilustrações visuais, eram uma nova possibilidade de fazer com que a memória pudesse reter o conhecimento, mas, não era uma nova possibilidade de ensino e aprendizagem.

Nos diários de classe é nítida a hierarquia das disciplinas escolares, imposta pelos professores. Os registros são apenas das disciplinas de Português e de Matemática. Foram poucos os professores que registraram conteúdos de Ciências, Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica ao longo do ano letivo. A avaliação do ensino era feita apenas sobre as disciplinas de português e de matemática. A professora do diário 02, não registrou em nenhum momento do ano letivo, nenhum conteúdo de outras disciplinas escolares.

Os conteúdos ministrados em Ciências, Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica durante o ano letivo de 1973, estão elencados abaixo conforme registro mensal das professoras; também estão em sintonia com a Lei 5.692/71.

Tabela 24 - Conteúdos de EMC, Estudos Sociais e Ciências – 1ª série – 1973

Diário	Mês	Disciplina	Conteúdo
01	Maio	EMC	Alguns conhecimentos dos bons hábitos que a criança deve ter.
	Jun.	Geografia e História	Explicações e exercícios orais. O que é o sol. O que é a Terra. O que são as estrelas. Falar sobre o descobrimento do Brasil, quem descobriu e em que dia foi descoberto.
		Ciências	Fazer um resumo de algumas explicações que foram dadas. Desenhar plantas e suas partes.
	Ago.	Estudos Sociais	A vida da criança na escola. A escola do passado, presente e significado de seu nome.
Ciências		As plantas e suas partes. Animais que vivem em lugares diferentes. Animais que dependem da composição da terra. Alimentação e germinação.	
EMC		A escola como complemento da família.	
01	Set.	Estudos Sociais	A escola no passado, presente e futuro. O significado do seu nome.
		Ciências	Plantas. Através da semente. Suas utilidades. Alimentação ao homem e aos animais.
	Out.	Ciências	Plantas: lugar em que vivem e suas utilidades.
		Estudos Sociais	Como vamos e o que vemos no caminho da escola. Como é a vida na escola.
03	Maio	Estudos Sociais	Atividades diárias. Formação da família. Atividades da família. Pessoas que nos auxiliam nas atividades do lar. Onde fazemos nossas compras. Como nos divertimos nos dias de folga. Como nos locomovemos de um lugar para outro.
	Jun.	Estudos Sociais	Datas comemorativas em família: páscoa, dia das mães, dias nos pais, dia de natal.
		Ciências	Atividade de ciências examinando coisas. Como devemos nos alimentar. A utilidade das plantas. Utilidade dos animais. O que eles nos fornecem. História da sementinha.
	Ago.	Ciências	A água nossa amiga. A Terra e o Sol. O dia e a noite. Nascer e por do sol. O tempo. As sombras.
Estudos Sociais		Vida na família. A vida na escola. Calendário festivo e comemorativo: dia do soldado, dia da Pátria, semana da criança e dia do professor.	
03	Set.	Estudos Sociais	A escola no passado no presente e o significado do seu nome.
		Ciências	As plantas e suas partes. Folha, caule, raiz, flor, frutos e sementes.
	Out.	Estudos Sociais	Como vemos e o que vemos no caminho da escola.
		Ciências	Plantas lugar em que vivem e suas utilidades.
04	Out.	Estudos Sociais	Ponto de Estudos Sociais.
05	Ago.	Estudos Sociais	A vida escolar no presente e passado. O significado do seu nome.
	Set.	EMC	A escola como complemento da família.
Estudos Sociais		Como vamos e o que vemos no caminho da escola.	

FONTE: Diários de Classe, Grupo Escolar de Tangará da Serra, 1ª série – 1973.

As professoras das primeiras séries do ensino primário do Grupo Escolar de Tangará da Serra deram pouca importância ao registro dos conteúdos de Ciências, Estudos

Sociais e Educação Moral e Cívica. Estas disciplinas não eram consideradas importantes no processo de alfabetização da criança. Nesta fase, as professoras enfatizavam apenas o ensino da leitura, da escrita e da leitura de números, aliadas aos pequenos cálculos matemáticos.

Nos relatos, é frequente a informação de que as professoras reuniam-se sempre aos sábados para a construção de seus planejamentos de aulas, porém, na prática, os registros apontam para substanciais diferenças entre os conteúdos aplicados. Se fosse considerado o respeito da professora pelos diferentes estágios de conhecimento da sala, isto se verificaria em mudança de estratégia para o ensino, e não na negação do trabalho com o conteúdo.

As professoras do Grupo Escolar de Tangará da Serra ensinavam o que consideravam ser importante no processo de alfabetização. Na produção desta hierarquia das disciplinas, apenas estas seriam avaliadas pelo professor. A aprovação ou retenção do aluno estava condicionada ao domínio dos conteúdos de Português e de Matemática. Essa prática tinha anuência da direção da escola, que conferia e assinava os diários de classe.

Na produção pedagógica dos professores do Grupo Escolar surgem os momentos das práticas simbólicas. Na confluência do ensino da leitura, da escrita, dos números e de demais conhecimentos, o currículo real do grupo escolar, aponta para momentos festivos, comemorações cívicas e desfiles.

O dia dos professores era muito comemorado na escola. As crianças e as mães se organizavam para preparar a festa para o professor. Os alunos ofereciam presentes; músicas eram cantadas; e, poesias eram declamadas. Cada professor recebia homenagens organizadas por sua sala de aula.

A imagem a seguir, é uma festa em comemoração ao dia do professor. Esta comemoração foi realizada em 1975. Na ocasião, Sônia Márcia Bezerra, vestida para a festa, aluna da 3ª série, leu uma poesia para a sua professora, Ivone Paternez. Na imagem, a professora, está vestida com uma saia com estampas. Ao lado da professora, apreciando a leitura do texto, está a mãe da aluna. Conforme os relatos dos professores, a participação dos pais nas festas comemorativas na escola, era muito significativa.



Figura 26 - Comemoração do Dia dos Professores – 1975

Fonte: Acervo Ivone Paternez Gonçalves.

Ser professor em Tangará da Serra, no período em estudo, era motivo para a distinção social. Os professores eram reconhecidos na comunidade como responsáveis em garantir parte dos sonhos elaborados no movimento da migração. Ao realizar o percurso da sua casa até a escola, eram reconhecidos pela sua identidade profissional e também pelo uniforme, que na maioria das vezes utilizavam. Na figura 26, a professora não utiliza uniforme porque era um dia festivo.

Os professores tinham uniforme padronizado, desde a época das Escolas Reunidas de Tangará da Serra até o Grupo Escolar. O primeiro uniforme era saia para as professoras e calça para os professores, de cor cinza. A camisa para ambos era de cor bege. Depois o uniforme foi alterado. As professoras usavam vestido branco, de manga e com botões. Segundo relato das professoras, o uniforme combinava com o hábito branco usado pela irmã Myriam Hansel. O último uniforme adotado pela diretora, usado tanto pelas professoras e professores do grupo escolar como do ginásio estadual, era saia para as professoras e calça para os professores na cor marrom, e camisa com mangas curtas, na cor creme.

Na imagem a seguir, a professora Ivone Paternez e a professora Maria Eugênia Bergamim¹¹⁸ conduzem os alunos em 1970 para receber autoridades políticas que visitavam a localidade de Tangará da Serra. As professoras estão usando o uniforme: saia marrom e blusa creme. Os alunos em filas caminham pela Avenida Brasil e se posicionam em frente ao palanque público para ouvir discursos políticos.



Figura 27 - Professoras uniformizadas - 1970

FONTE: Acervo particular Ivone Paternez Gonçalves

¹¹⁸ A professora Maria Eugênia Bergamim era professora de Matemática, em 1970, no Ginásio Estadual de Tangará da Serra.

No universo de ensinar em Tangará da Serra, nos tempo do Grupo Escolar, homens e mulheres dividiram essa tarefa. No período de 1970 a 1972 os professores continuavam sendo selecionados pela Ir. Myriam Hansel, com as mesmas observações em tempos de Escolas Reunidas. A moral era o elemento fundamental para determinar o sucesso na carreira docente.

Os professores estavam assim distribuídos por sexo no Grupo Escolar de Tangará da Serra no período de 1970 a 1975.

Tabela 25 - Professoras e professores – Grupo Escolar

Ano	Professoras	Professor	Total
1970	15	05	20
1971	10	04	14
1972	06	04	10
1973	09	03	12
1974	17	-	17
1975	18	01	19

FONTE: Livro Ponto – Grupo Escolar – 1970 a 1975.

Os docentes, independente do sexo, trabalhavam com turmas mistas de alunos. Havia uma preferência dos professores por lecionar nas séries mais avançadas do ensino primário, 3ª série ou 4ª serie, mas alguns em número menor trabalharam com a 1ª série e ou, a 2ª série. Os professores, conforme entrevistas, preferiam lecionar para crianças maiores, pois exigiam um distanciamento maior, enquanto, segundo eles, os menores necessitavam de maiores atenções. Os professores também destacam a questão da complexidade de conteúdos, pois era neste caso mais desafiador trabalhar com séries com um maior amadurecimento intelectual.

Uma parte significativa das pessoas que estavam na docência do Grupo Escolar de Tangará da Serra, dividiu seu tempo de ensino com o tempo de aprender. Os professores, em sua maioria, eram professores em um período e aluno em outro. A formação para o exercício do magistério estava em processo. Os salários eram baixos, ganhava-se pouco. Todo início de ano letivo eram submetidos a novos contratos. O pagamento não era realizado a partir do mês que começavam a lecionar, recebiam com muito atraso.

O ensino era fundamentado no processo de memorização, valorizavam mais os conhecimentos das disciplinas de português e de matemática. Ensinavam o que

consideravam importante. Os valores cristãos permeavam o ensino, em especial durante a gestão da Ir. Myriam Hansel. Enfim, os professores migrantes, estavam a serviço da migração. Homens e mulheres em sala de aula construíram a identidade e a cultura de uma instituição escolar em uma região de colonização recente. O Grupo Escolar de Tangará da Serra era uma escola que configura uma intrínseca relação entre escolarização e migração.

Em 1975, a diretora do Grupo Escolar Dinamar Faria Leal e a secretária Grácia Paternez, organizaram conforme solicitação da SEC e da Delegacia Regional de Educação e Cultura – DREC, a documentação para que a escola fosse transformada em escola estadual. No dia 04 de março de 1975 é aprovada a lei que oficializa o nome Escola Estadual de I grau “Emanuel Pinheiro” em substituição ao Grupo Escolar de Tangará da Serra. A Lei 5.692/71 entra totalmente em vigor a partir desta data em Tangará da Serra – MT, no que diz respeito à institucionalização de ensino de 1º e 2º graus, pois em muitos aspectos como o processo curricular da escola, já estava se adaptando desde 1972 a Lei 5.692/71.

6. GRUPO ESCOLAR “DR. ATALIBA ANTÔNIO DE OLIVEIRA NETO”

O Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” teve uma curta existência. Foi criado em 1971 e funcionou oficialmente como grupo escolar, até 26 de outubro de 1976, quando o prédio e sua administração foram integrados pelo Decreto Lei 768 a Escola Estadual de 1º e 2º Graus “29 de Novembro”.

Durante os seus cinco anos de existência, o Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”, contou com apenas a direção da Ir. Florida Kroetz (Ir. Osvalda), cuja vida religiosa em Tangará da Serra esteve sempre a serviço da educação pública.

O Grupo Escolar começou a funcionar no início do ano letivo de 1971, porém foi criado pelo Decreto Lei 1.464 de 08 de agosto de 1971, com cinco salas de aulas. Como a população necessitava de escolas, a comunidade se organizou, elaborou a documentação necessária e então, solicitou à Secretaria de Educação e Cultura para a criação oficial da escola. Na época sua construção foi concomitante à do Ginásio Estadual de Tangará da Serra; ambas as instituições foram construídas na quadra 129 da planta geral da cidade de Tangará da Serra. O espaço foi doado pela SITA, através do seu administrador senhor Antonio Bueno de Barros.

As duas construções, o ginásio estadual e o grupo escolar, ocupavam os dois extremos da quadra, sendo que o Ginásio Estadual ficava na parte superior da quadra, na Av. Brasil, avenida principal da cidade, enquanto que, o Grupo Escolar ficava no outro extremo da quadra, tendo suas salas alinhadas à atual Rua Euclides Geraldo Medeiros.

Em 2007 o antigo Ginásio Estadual foi demolido para a construção de um novo prédio para a escola estadual “29 de Novembro”, porém, as antigas salas de aulas do grupo escolar, ainda permanecem, agora sendo utilizadas como bibliotecas, salas de projetos desenvolvidos na escola, depósitos, dentre outras.

Para a escrita da história do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” foram utilizadas algumas fontes existentes no arquivo da Escola Estadual “29 de Novembro”; Os documentos escolares encontrados foram: o livro ponto de professores de 1974 à 1976; o livro de registro de notas de 1971 à 1975; o livro de exames finais de 1973 à 1975; o livro de matrícula de 1974; a pasta de documentos pessoais de professores o relatório de atividades escolares de 1974 e 1975; o quadro de arrecadação da caixa escolar; e, anotações avulsas da diretora. Além destes documentos, foram utilizados também, o

livro de crônica das Irmãs da Divina Providência; o Livro Tombo da Paróquia de Tangará da Serra; o jornal A Folha de Tangará (1974 – 1975); Sinopse estatística do Ensino de 1º grau – 1971 a 1975; e, o Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. Fez-se uso de entrevistas com a Ir. Florida Kroetz, ex-alunos, ex-professores e funcionários do Grupo Escolar, assim como de imagens fotográficas.

Durante toda a pesquisa, seja nos documentos ou na realização das entrevistas, não encontramos quem foi Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto e nem a justificativa para que o grupo escolar fosse denominado com este nome.

Neste capítulo, segue uma análise das categorias tempo-espaço e alunos e professores da história recente do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”.

6.1 Toque do sino – hora de cantar, rezar e de comemorar

Ir. Osvalda Kroetz, impreterivelmente às sete horas e às treze horas, todos os dias letivos, fazia tocar o sino que carregava em suas mãos caminhando pelo corredor do grupo escolar, dando a notícia do início das aulas. Em fileiras, os alunos esperavam seus professores, que logo se postavam a sua frente. Em seguida, a diretora, dava boas vindas e anunciava os recados do dia, logo depois, solicitava aos alunos que fizessem silêncio para que pudessem cantar e rezar.

A diretora sempre começava o período das aulas com músicas, em geral, músicas religiosas; uma vez por semana, ela cantava o hino nacional, porém durante os outros dias sempre entoava a frente das turmas, canções religiosas ou músicas de roda. Segundo a professora Margarida Ramos Paternez (2009), era muito comum Ir. Osvalda cantar no início das aulas a seguinte música:

De manhã cedo
os passarinhos,
estão cantando,
louvando ao Criador.
e tu amigo, porque não canta,
louvando a Cristo,
e Jesus o Salvador!

Quando cantava, a diretora também observava, quais alunos tinham as melhores vozes, eram mais desinibidos, e estes, ela convidava para ir à escola no outro turno, para

que eles pudessem aprender algum instrumento. Ir. Osvalda ensinava aos alunos selecionados flauta, violão e órgão. Eles cantavam e tocavam nas apresentações da escola e também nas missas dominicais.

As orações eram conduzidas por Ir. Osvalda “(...) *sempre rezamos. Pai Nosso, Ave Maria, cantamos sempre um canto à Nossa Senhora, o anjo do senhor, essas orações sempre rezamos*” (KROETZ, 2007, p.08). O tempo de entrada era marcado por uma expressividade católica, mesmo sendo a escola pública. Isso era determinante pela escolha da forma e das orações que eram solicitadas aos alunos e professores.



Figura 28 - Crianças em fileiras - 1975

FONTE: Acervo pessoal de Ir. Osvalda Kroetz

Os alunos em sua maioria uniformizados e portando alguns materiais escolares, aguardavam as orientações das professoras e da diretora para o início das aulas. Na segunda-feira, Ir. Osvalda sempre perguntava aos alunos quem tinha participado da missa no domingo, alertando-os sobre a importância deste ato (KROETZ, 2007, p.08). O tempo da escola era marcado pela presença cotidiana de ritos católicos e cívicos.

Após o período do recreio, os alunos faziam novamente a fila para entrar em sala de aula, e neste momento, segundo Leni Gomes (2009), que trabalhou como servente no grupo escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”, relata que a Ir. Osvalda tinha sempre o hábito de jogar balas para as crianças. Depois de disputar as balas no pátio, os

alunos então voltavam às filas e às salas para continuarem mais uma seção de aulas após o intervalo.

Durante o tempo do recreio, os alunos tinham o pátio enorme do grupo escolar para brincar, correr e divertir-se. Os alunos aproveitavam o primeiro momento do intervalo das aulas para realizar sua merenda, comiam em sua maioria o que traziam de casa, pois a política de merenda escolar brasileira, ainda nos anos de 1970 começava a ser organizada (STEFANINI, 1997).

Uma das preocupações da direção do grupo escolar, a partir de 1974, era com a garantia da merenda escolar, pois, ela acreditava que a merenda era um incentivo para a frequência escolar. “Esta tendo grande participação dos alunos na aula, devido à merenda que está sendo servida, a qual ajudou bastante na frequência escolar” (KROETZ, 1974, p.3). Na merenda era servido sempre leite ou mingau. Estes alimentos eram recebidos da SEC do Estado de Mato Grosso.

A direção do grupo escolar buscava inúmeras alternativas para que a merenda fosse servida aos alunos. Segundo relatos de Leni Gomes da Silva, que trabalhou como merendeira na gestão de Ir. Osvalda Kroetz, a diretora conseguia cana-de-açúcar com os proprietários rurais que tinham filhos na escola e solicitava ao senhor Delcreciano Pereira, funcionário do grupo escolar, a produção de caldo de cana para os alunos se alimentarem. Delcreciano Pereira, em 1974, fazia parte do quadro de serventes da escola junto com: Alzira Pereira de Souza, Aparecida Maria de Oliveira, Eva Maria da Silva, Geny Félix Mariano, Geralda Martins da Silva e Lenir Gomes da Silva. Em 1975 agregou-se à esta equipe, Genésia Faria e Silva.

Uma das alternativas que a diretora encontrou para melhorar a saúde dos alunos foi à organização de uma horta escolar. “A diretora juntamente com os alunos da 4ª série, trabalharam muito pelo zelo da horta do Grupo Escolar, e fizeram uma experiência, plantando batatinha, esperando alcançar seus objetivos” (KROETZ, 1974, p.3).

Na imagem 29, de 1975, alguns alunos, a Ir. Osvalda Kroetz, a senhora Genésia Faria e Silva que trabalhava como servente no grupo escolar, e a Ir. Jaci Bohn, estavam apreciando o trabalho dos alunos que tiravam matos da horta, enquanto elas também colhiam alguns pés de alface. A horta da escola era muito diversificada, inclusive bananeiras eram plantadas nos fundos da escola.



Figura 29 - Horta Escolar - 1975

FONTE: Acervo Privado de Ir. Osvalda Kroetz

Aos fundos da escola, Ir. Osvalda Kroetz, o professor Geraldino Rosa da Silva e alguns alunos também organizaram uma plantação de abacaxi. Os alimentos produzidos nestas hortas eram doados às famílias dos alunos ou vendidos à comunidade para angariar recursos para a manutenção da escola.



Figura 30 - Plantação de abacaxi - 1975

FONTE: Álbum das Irmãs da Divina Providência – Tangará da Serra

Um dos livros constantes da biblioteca da Ir. Osvalda Kroetz era “Manual Básico da Alimentação Escolar”, escrito pelo Dr. Rinaldo de Lamare¹¹⁹. Este exemplar fora recebido de presente pela irmã em 11 de agosto de 1971, de Pedro da Silva Maia, conforme o bilhete abaixo. Alimentar as crianças escolares era uma das preocupações da diretora, pois, conforme seus relatos, a população migrante era muito necessitada e precisava sempre de muita ajuda, inclusive de alimentos.

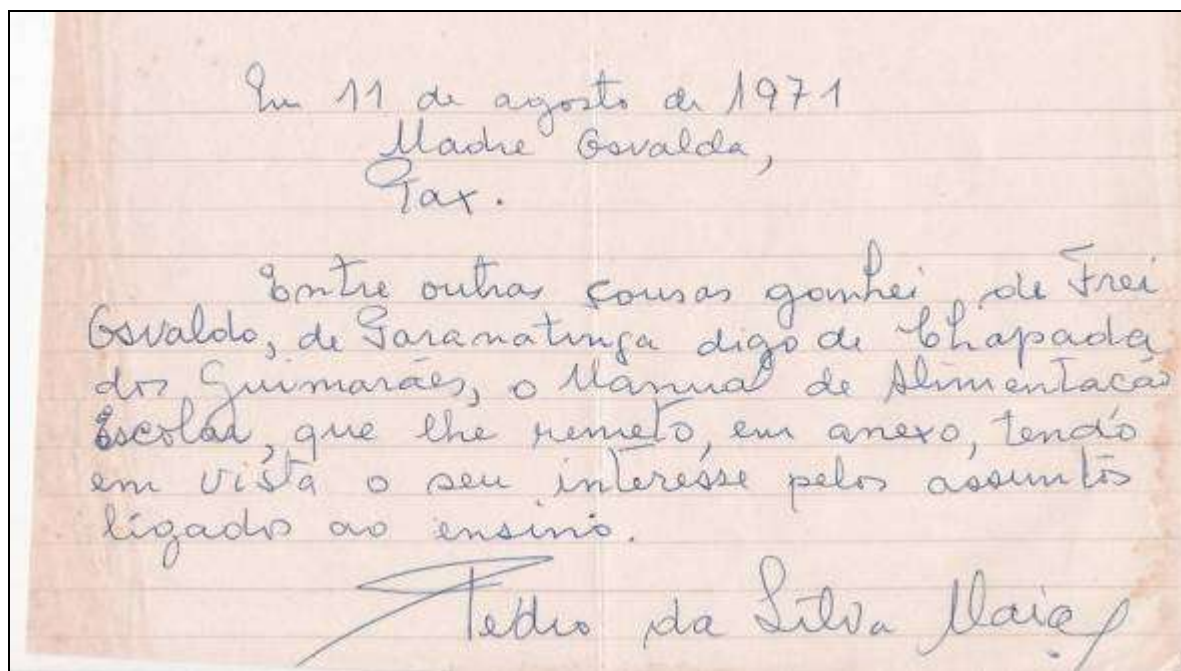


Figura 31 - Bilhete recebido pela doação de livro

FONTE: Acervo Escola Estadual “29 de Novembro”

A escola intencionava cumprir rigorosamente os períodos contínuos de aulas padronizados pela Delegacia de Ensino e Cultura. O calendário escolar previa várias ações a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo. O tempo social escolar era desenhado para que o pensado e o planejado acontecessem, porém, o tempo físico, em especial os períodos chuvosos do “inverno” mato-grossense, fazia com que algumas ações nas escolas fossem postergadas. Desta forma, não podemos, na análise do tempo social, romper com o tempo físico (ELIAS, 1998).

Em períodos de chuva, os alunos não formavam a fila costumeira, mas entravam para as salas de aula e esperavam seus professores. Ao chegar à sala de aula, os alunos em pé, esperavam para a saudação da professora e a oração do dia, e em seguida, os

¹¹⁹ Rinaldo de Lamare foi um consagrado pediatra brasileiro, que nasceu em 1910, Santos – SP e morreu no Rio de Janeiro em 2002. Foi presidente da Academia Brasileira de Medicina e da Sociedade Brasileira de Pediatria. Tem várias obras publicadas no Brasil e no exterior, sendo a mais famosa “A Vida do Bebê” pela Ediouro.

professores abordavam os conteúdos que envolviam as disciplinas de Comunicação e Expressão, Integração Social e Iniciação a Ciências, conforme determinava a lei 5.692/71.

A disciplina de Ensino Religioso era trabalhada formalmente todas as quartas-feiras, pois havia a necessidade de estar prevista no plano de aula dos professores que deveriam cantar músicas religiosas, anteriormente planejadas em reuniões com a diretora durante os sábados.

O cotidiano das aulas era composto por algumas atividades festivas, conforme relatório mensal de atividades, realizado pela irmã Florida Kroetz. No relatório do mês de outubro de 1974 podemos observar: “Na semana da Criança, os professores fizeram algumas lembrancinhas e as crianças participavam com bastante entusiasmo nas brincadeiras organizadas e nos cantos que a Diretora ensinava a eles” (KROETZ, 1974, p.2).

A semana da criança era anualmente comemorada na escola e a festividade sempre procurava integrar escola e igreja, conforme registra Ir. Osvalda Kroetz, no livro de crônicas das Irmãs da Divina Providência em 1973; “Comemoramos a Semana da Criança com palestras, jogos e outras diversões promovidas pelos professores e alunos, finalizando com missa festiva e comunhão geral das crianças” (Livro de Crônicas, Tangará da Serra, 1973, p.39).

O Grupo Escolar também organizava festividades envolvendo as crianças, seus pais e toda a comunidade. “E para encerrar a Semana da Criança, os professores juntamente com os alunos apresentaram no Cine Alvorada um teatro, o qual foi bastante aplaudido pelos alunos e o povo em geral” (KROETZ, 1974, p.2).



Figura 32 - Cine Teatro Alvorada – 1974
 FONTE: Acervo NUDHEO-TS.

A comunidade escolar estava em constante sintonia com a vida festiva da localidade de Tangará da Serra. Professores e alunos participavam dos acontecimentos com membros de diversas entidades e em particular junto com a Igreja.

Nos dias 21 e 22 [junho] realizou-se o “1º Festão do Arraial”, assim chamado porque reuniu várias entidades locais numa só festa, em volta da quadra de esportes. A quadra ficou livre pra danças folclóricas e quadrilhas. A Igreja também participou desta festa, para promover cada vez mais a união e a colaboração entre as diversas entidades da nossa sociedade (LIVRO TOMBO, 1975, p.81).

O calendário religioso era respeitado e comemorado na escola. Alunos e professores eram envolvidos nas atividades religiosas da Igreja. “Também merece lembrar nesse mês o dia da Padroeira Nossa Senhora Aparecida, o corpo Docente e o corpo Discente, participaram da Missa, para agradecer as graças recebidas” (KROETZ, 1974, p.2).

Era muito comum a participação das crianças do grupo escolar nas atividades litúrgicas da Igreja. Elas eram convidadas pela irmã durante a semana, no grupo escolar, em particular, aquelas que se destacavam na escola. Conforme depoimento, Ir. Osvalda kroetz, que realizava um trabalho muito próximo às famílias, também solicitava aos pais que encaminhassem seus filhos à Igreja. “As crianças liam todos os domingos na missa. Os pais também mandavam principalmente os mineiros. Os paulistas sempre tinham que puxar um pouco. Não sei por que, [os paulistas] não eram acostumados a rezar” (KROETZ, 2007, p.8).

A intensa participação das famílias mineiras nas ações da Igreja, sempre é enfatizada, tanto nos depoimentos das freiras entrevistadas, quanto nos registros paroquiais e nas crônicas realizadas pelas irmãs. Fica sempre evidente uma predileção por famílias migrantes mineiras para a expansão do catolicismo nas áreas de colonização recente de Mato Grosso.

No Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” eram realizadas muitas comemorações durante o ano letivo. Comemorava-se o dia da mulher, Semana da Biblioteca, Dia do Correio, “Revolução de 31 de Março”, Semana Santa, Páscoa, dia do Pan-Americano, dia da Conservação do Solo, Dia do Índio, Tiradentes, Inauguração de Brasília, dia do Descobrimento do Brasil, dia do Trabalho, dia das Mães, Abolição da Escravatura, Semana do Trânsito, Dia de Anchieta, Dia de Santo Antônio, Dia do Estudante, Dia de São João, Dia de São Pedro e São Paulo, Dia dos Pais, Semana do Exército, Dia do Folclore, Semana da Pátria, Dia da Independência do Brasil, Dia da Árvore, Dia da Bíblia, Dia dos Animais, Semana da Criança, Dia da Criança, Dia do Professor, Dia de Finados, Dia da Proclamação da República, Dia da Bandeira e Dia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição (KROETZ, 1974, p.2).

O dia de Natal embora não fosse durante os dias letivos, era trabalhado pelos professores nas últimas aulas de Ensino Religioso do último bimestre. Os conteúdos destas datas comemorativas eram trabalhados na disciplina de Integração Social. Em geral os professores utilizavam o aparelho mimeógrafo para reproduzir desenhos que ilustrassem algum aspecto do conteúdo comemorativo para que os alunos colorissem.

O discurso realizado pelos professores diante do conteúdo a ser festejado, era geralmente de caráter ufanista, não havia preocupação em colocar o aluno como partícipe da história. Mesmo quando as temáticas poderiam envolver situações pertinentes à realidade dos alunos, elas eram tratadas como ocorrências pretéritas desvinculadas do tempo presente da comunidade Escolar.

O índio presente em solo mato-grossense, e em particular os Paresí¹²⁰, que ocupam mais de 50% do atual território de Tangará da Serra, não eram perceptíveis nos discursos escolares. A temática sobre os índios, e a comemoração do dia 19 de abril, reproduziam

¹²⁰ Conforme relatório da FUNAI (1979), a reserva indígena Paresí, pequena parcela do território tradicional, foi criada em 08 de setembro de 1968, pelo Decreto Lei nº 63.368 e ocupa uma área de 563.586, 535 hectares, no município de Tangará da Serra – MT. Os Paresí têm também a área denominada de área Indígena Paresí do Rio Formoso, com superfície de 19.749,4741 hectares e a terra indígena Estivadinho com 2.031,94 hectares.

construções etnocêntricas e estereotipadas sobre a vida indígena do período colonial brasileiro.

A figura a seguir, retrata a vice-diretora, Maria Aparecida Cera Casquet, a diretora, Ir. Florida Kroetz, e alguns alunos do grupo escolar vestidos de índio. Na ocasião, os discentes apresentaram aos colegas uma dramatização e também declamaram poesias sobre o índio. A imagem foi registrada dentro do pátio do grupo escolar, próximo à cerca de balaústres. As vestimentas dos alunos, confeccionadas pelos professores, eram feitas de penas de aves e sacos de estopa. As sementes eram usadas nos colares. Uma das armas, o arco e a flecha, presentes na vida indígena, também era um dos instrumentos usados pelos alunos em sua representação.



Figura 33 - Equipe diretiva e alunos vestidos de índios

FONTE: Acervo de Ir. Florida Kroetz

O tempo de comemorar era também durante as festividades cívicas, em especial o dia da Independência do Brasil, momento em que os alunos uniformizados desfilavam pela principal avenida em Tangará da Serra. A Avenida Brasil era o palco das comemorações e de encontro dos grupos escolares.

No mês de setembro, dia da Pátria houve o grande desfile dos nossos alunos pelas ruas principais da cidade, honrando nossa Pátria com um desfile apresentando grandes vultos da Pátria etc. Desfile esse, de mais de 1.500 alunos que foi aplaudido pela população em geral (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1972).

A população da localidade de Tangará da Serra ficava sempre posta à avenida para esperar os pelotões de alunos uniformizados. Porém, em alguns anos, em virtude de problemas climáticos, o desfile não era realizado, pois em setembro era mês de pouca chuva em Mato Grosso, fazendo com que a poeira na cidade fosse intensa. “No mês de setembro, grande preparação para o dia da Pátria, cujo desfile não pode ser realizado devido à grande poeira e meningite existente em nossa zona” (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1974). O tempo físico acaba por produzir mudanças no que estava planejado para o tempo social.



Figura 34 - Desfile cívico na Avenida Brasil – 1972
FONTE: Acervo Privado de Ivone Gonçalves Paternez

A cada ano que passava, o número de pessoas na Avenida Brasil para assistir o desfile cívico, aumentava. O número de migrantes em Mato Grosso cresceu rapidamente, dos anos de 1950 para os anos de 1980. O crescimento foi expressivo, mesmo ocorrendo a divisão do Estado de Mato Grosso pela Lei nº 31 de 11 de outubro de 1977.

Tabela 26 - População de Mato Grosso

Anos	População
1940	432.265
1950	522.044
1960	889.539
1970	1.597.090
1980	1.138.691*
1990	2.027.231
2000	2.498.150
2007	2.854.642**

FONTE: Miranda e Amorim, 2007, p.30

O aumento de migrantes produziu também o número elevado de crianças para a escola, ocorrendo um crescimento nas matrículas do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”. O número de salas de aulas não foi suficiente para o número de alunos, desta forma, houve a necessidade da utilização das salas de aulas do prédio do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, no período vespertino, que ficavam ociosas. Nos anos de 1974 e 1975 o grupo escolar funcionou com o período intermediário, ou seja, três turnos, para atender a demanda de alunos. Em 1975 o número de alunos diminuiu em virtude da concretização de mais escolas rurais, principalmente nas proximidades da localidade urbana.

Tabela 27 - Número de Matrículas – 1971 - 1975

Ano	Número de Alunos
1971	333
1972	624
1973	852
1974	832
1975	795

FONTE: Livro de registro de notas – Exame Final – dos alunos do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto – 1971 – 1975.

Na análise da tabela acima, percebe-se um crescimento de 87,39% nas matrículas de 1972 em relação à 1971, enquanto que em 1973 o crescimento em relação ao ano

* A população diminuiu em 1980, porque em 1977 ocorreu a divisão do Estado de Mato Grosso.

** População estimada para 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mt>. Acesso em: 28 jan. 2009.

anterior foi de 9,62% e de 1973 para 1974 o crescimento foi de 26,17%. Já no ano subsequente houve um decréscimo nas matrículas sendo que de 1975 em relação a 1974 houve uma diminuição de 7,88% de alunos.

Tabela 28 - Número de Matrículas – 1971 - 1975

Ano	Número de Alunos
1971	333
1972	624 crescimento de 87,39 % em relação a 1971
1973	684 crescimento de 9,62 % em relação à 1972
1974	863 crescimento de 26,17 % relação à 1973
1975	795 decréscimo de (-)7,88 % relação à 1974

FONTE: Livro de registro de notas – Exame Final – dos alunos do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto – 1971 – 1975.

As matrículas eram constantes durante todo o ano letivo, pois o processo migratório era contínuo. “No mês de agosto continuou o ano letivo e muita matrícula de alunos vindos de outros Estados” (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1974, p.45). Assim como os pais matriculavam seus filhos nas escolas urbanas, quando mudavam para uma propriedade rural retiravam seus filhos da escola, fazendo com que a evasão e a transferência fossem companheiras da vida escolar dos migrantes. O decréscimo no número de matrículas em 1975 também se relacionou às novas frentes de ocupação em Mato Grosso e no Estado de Rondônia, pois, muitas famílias começaram a se mobilizar para novos espaços de colonização que estavam surgindo na Amazônia Legal Brasileira.

6.2 Apenas um corredor

O Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” era constituído de cinco salas de aulas, entre elas, dois banheiros, um masculino e outro feminino. As salas de aulas tinham a dimensão de 5,85 x 7,70, totalizando 45,05 m². E os banheiros possuíam a dimensão de 5,85 x 1,95 metros, totalizando 11,40 m².



Figura 35 - Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”

FONTE: Arquivo Pessoal de Ir. Osvalda Kroetz

Na frente das salas e dos banheiros, um corredor com a dimensão de 43,55 x 1,85, com um total de 80,56 m². Esta escola começou a funcionar em 1971. Na imagem a seguir verificamos a construção de mais três salas de aulas, que ocorreram após 1980. Na página seguinte, uma cópia da planta original do grupo escolar em análise.

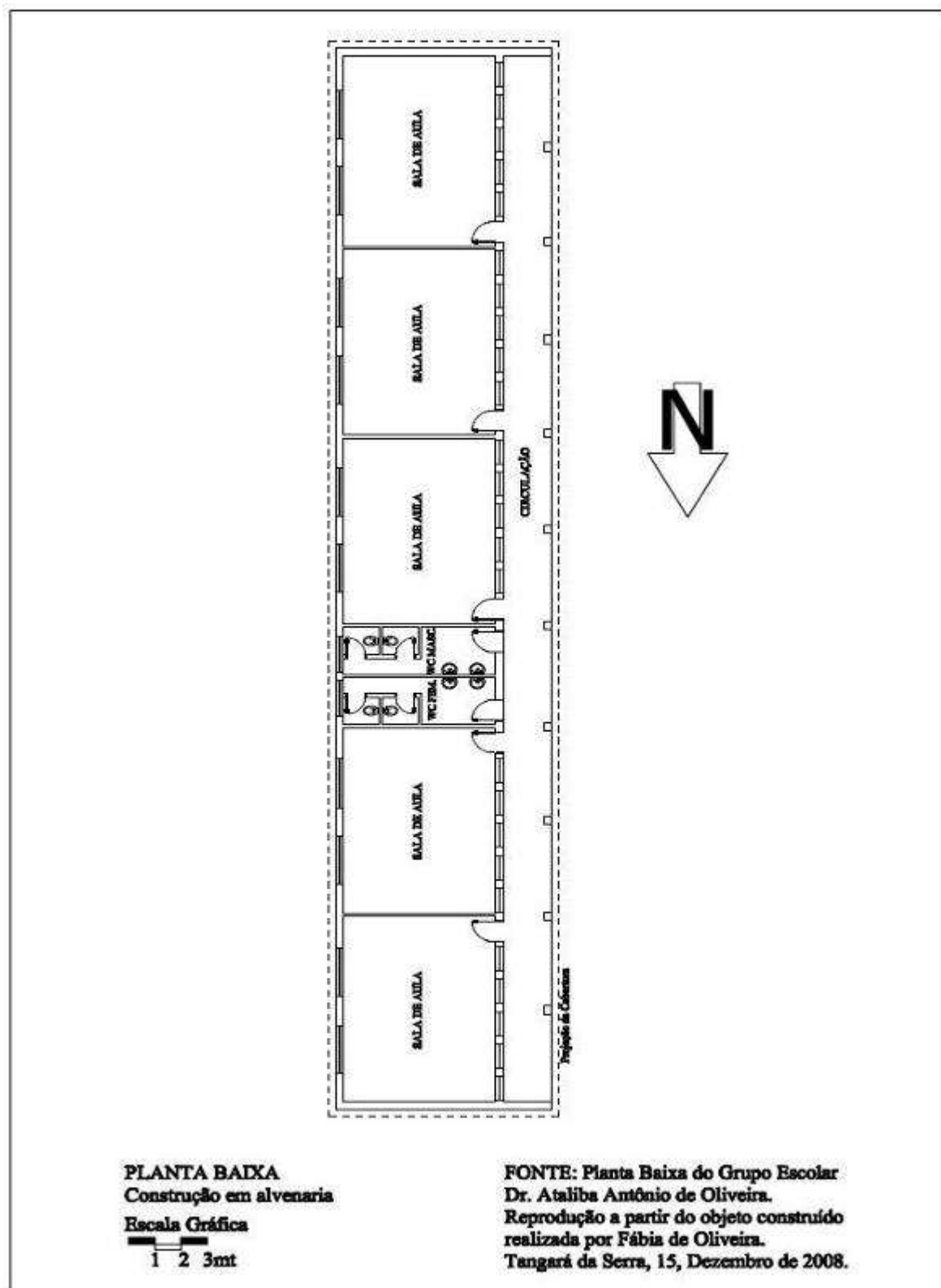


Figura 36 - - Planta Baixa – Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”

As salas de aula, todas padronizadas, eram compostas por carteiras de madeira, modelo universitário, quadro de giz, filtro, e mesa para o professor. Em algumas salas de aula, os professores colocavam alguns cartazes do tempo e de aniversários, e também

enfeitavam as salas da primeira série com cartazes silábicos. Eram poucos os recursos didático-metodológicos usados pelos professores.

Na frente das salas de aula, uma construção em madeira, abrigava a cozinha, a secretaria e a diretoria. A cozinha era um espaço de madeira, coberto de telhas, com uma prateleira para armazenar as vasilhas e os alimentos. Os professores usavam também a cozinha para ficar durante o período do recreio. Quando chegavam à escola, os professores também se dirigiam à cozinha, até bater o sino para o início das aulas. Um fogão à lenha, mesa e cadeiras eram outros componentes da cozinha. Fazendo divisa com a cozinha estavam outras salas de madeira, a secretaria e a diretoria.

O ambiente da secretaria escolar era composto de três escrivaninhas com cadeiras, uma para a secretária e outras duas para os auxiliares de secretaria, um armário de aço para o arquivo da vida escolar dos alunos e uma prateleira. O globo ficava disposto em cima do arquivo de aço. Uma única máquina velha de escrever era o instrumento utilizado pela secretária para a redação dos documentos oficiais (VIEIRA, 2009).

A diretoria era uma sala pequena, ligada à secretaria. Uma escrivaninha com cadeira era o único móvel do espaço ocupado pela diretora. Na mesa da diretora havia uma pequena máquina de escrever. Quando permanecia neste pequeno espaço, Ir. Osvalda estava sempre lendo ou escrevendo. Segundo relatos ela gostava muito de ler e escrever, inclusive em alemão (PATERNEZ, 2009), (VIEIRA, 2009).

Segundo Eva Maria de Souza e Leni Gomes da Silva que foram serventes no grupo escolar, nos primeiros anos de funcionamento da escola, não havia poço para o abastecimento de água, desta forma, as serventes deveriam buscar água nas casas dos vizinhos próximos da escola. Elas buscavam água para abastecer os filtros das salas de aula, realizar a merenda e fazer a faxina da escola. O poço do grupo escolar foi aberto, atrás das salas de aula, no final de 1972, facilitando um pouco mais o trabalho de limpeza da escola.

O pátio do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” foi cercado por balaústres, logo após a abertura do poço. O espaço para as crianças brincarem era muito amplo, poucas árvores faziam sombras. Todo o espaço era muito limpo.

A limpeza geral da escola era realizada todos os sábados. Aos sábados lavavam-se as salas de aula, banheiros, mesas e carteiras. O trabalho era inspecionado pela diretora, que fiscalizava toda a faxina, conforme depoimento de Souza (2008). A limpeza da escola também era intensificada quando a delegada de ensino de Rosário Oeste marcava uma

visita. Segundo depoimentos, a escola se preparava para receber a visita e a inspeção da delegada Ir. Maria Monfort.

A presença da equipe da DREC de Rosário Oeste era constante no grupo escolar. São vários os relatos e os registros no livro de Crônicas das Irmãs da Divina Providência sobre as inspeções da delegada de ensino. A delegada visitava constantemente Tangará da Serra, além de fazer as habituais inspeções de ensino e reuniões pedagógicas com os professores, ela também era responsável por efetivar o pagamento dos funcionários dos grupos escolares de Tangará da Serra e do ginásio estadual.

Nossa incansável Delegada de Ensino, Ir. Monfort visitou nossa escola todos os meses dando-nos uma boa orientação pedagógica para nossas escolas. Também representantes da secretaria de Educação e Cultura nos surpreenderam com visitas satisfatórias (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1973, p.27).

A delegada de ensino era freira, como outras delegadas de ensino de Mato Grosso na época, e segundo Ir. Osvalda, isso era um facilitador, pois além da seriedade em relação aos aspectos da educação, havia uma grande amizade entre ela e a irmã delegada, que durante suas visitas de inspeção, fazia muito mais orientações para que as atividades escolares transcorressem de forma adequada aos interesses da SEC de Mato Grosso.

6.3 Alunos no grupo escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”

Os alunos do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”, em sua maioria, eram filhos de migrantes vindos de diversos estados do Brasil. Estes dados são revelados pelo livro de matrículas de 1974, único livro de matrículas do período em estudo encontrado no acervo da Escola Estadual “29 de Novembro”.

O livro de matrículas de 1974 é uma brochura de capa dura com 50 folhas numeradas, que contém termo de abertura, páginas tipograficamente impressas com as seguintes células: número de matrícula; número de ordem no grau; nomes; idade (dia, mês e ano); naturalidade; filiação; profissão e nacionalidade do pai; residência; época das inscrições (na matrícula primitiva, na matrícula do ano letivo (dia, mês e ano); ano do curso; eliminação (datas: dia, mês e ano); causas da eliminação; média do exame; e, observações.

Desta fonte, serão analisados os dados referentes à naturalidade dos alunos, a idade em relação série e a profissão dos pais. Em relação à eliminação e as suas causas, não há registros. Embora nos relatórios encaminhados à Delegacia de Ensino destacassem a preocupação da escola com a aprendizagem dos alunos “Agora na matéria de estudos melhoram muito esse mês, talvez por chegar ao final do ano, os alunos estão estudando mesmo para que possam ter aprovação no final do ano letivo” (KROETZ, 1974, p.2). A diretora também relata a preocupação dos professores com a aprendizagem dos alunos.

Alguns professores ajudam a recuperar os alunos fracos, dando-lhes aulas particulares gratuitamente.

Todos os professores estão empenhados em fazer o máximo para obterem boa aprovação de sua turma. Já foram feitas diversas experiências na leitura da 1ª série (KROETZ, 1974, p.2).

Segundo entrevistas realizadas com professores, o anunciado pela diretora em seu relatório não era comum, pois os professores raramente trabalhavam com atividades de reforço com seus alunos fora do período letivo. Em geral, o ensino ocorria apenas durante a aula, e para treinar a aprendizagem levavam para casa exercícios como atividades de tarefa. A realização da tarefa também era avaliada punitivamente, sendo penalizado o aluno que não executasse o trabalho imposto pelo professor.

As tarefas eram realizadas em casa, praticamente sem a ajuda dos pais, pois em sua maioria eram pessoas de pouca instrução escolar, muitos deles, migrantes lavradores. Estas famílias de lavradores vieram de várias localidades do Brasil para trabalhar em terras mato-grossenses.

Os estudantes do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” nasceram em diferentes estados do Brasil, porém o Estado do Paraná, em particular a região norte do Paraná, por ter vivido a economia cafeeira um pouco menos recente do que em Mato Grosso, foi um dos Estados de maior migração para Tangará da Serra.

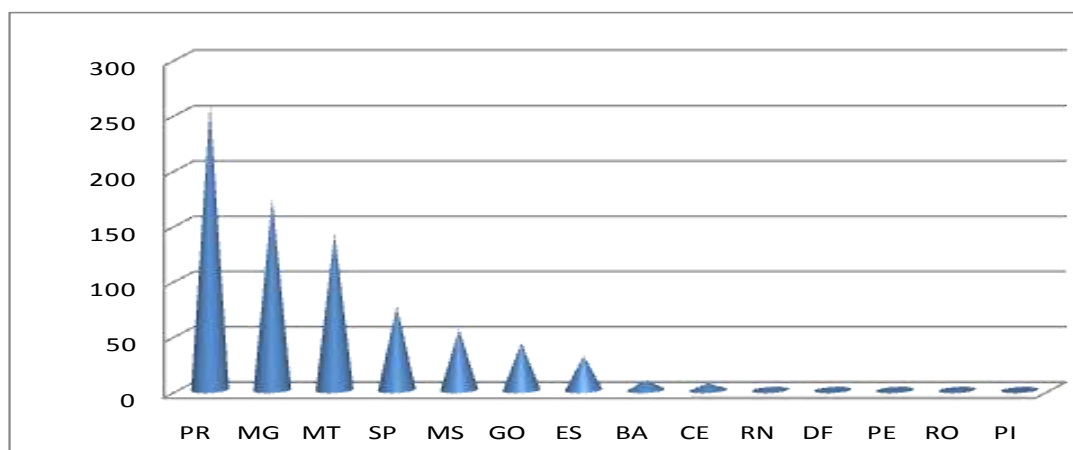


Figura 37 - Estado de Origem dos Alunos - 1974

FONTE: Livro de Matrículas do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” -1974.

É importante ressaltar que o Estado de Mato Grosso em 1974 ainda não era dividido. Muitas famílias procedentes de São Paulo, Paraná, Minas Gerais ou do Nordeste do Brasil, seguiram a rota do café, antes de chegarem ao atual território do Estado de Mato Grosso e fixarem moradia nas terras do sul do Estado, atual Estado de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2004).

Em 1974 foram matriculados no Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”, um total de 832 alunos no início do ano letivo. Destes, 197 nasceram em Mato Grosso. Destas 197 crianças, 55 nasceram em alguns municípios que pertencem ao atual Estado de Mato Grosso do Sul. Dentre os 142 alunos que nasceram em Mato Grosso, 33 deles nasceram em Tangará da Serra, são filhos e filhas de migrantes que habitaram Tangará da Serra desde os anos 60 do século passado.

A migração constante destas famílias em busca de um “porto seguro” fazia com que seus filhos tivessem os estudos interrompidos ou adiados, isto é perceptível na relação idade- série dos alunos matriculados nos grupos escolares de Tangará da Serra. Dentre os alunos matriculados na 1ª série do 1º grau no Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”, apenas 42% dos alunos tinham entre seis e oito anos de idade, os demais 57,7% estavam em defasagem idade série, inclusive alunos com 14 e 15 anos de idade cursando a 1ª série. Nesta série um aluno fora matriculado com cinco anos de idade.

Nas séries seguintes a defasagem idade-série também é expressiva. Na segunda série 27,2 alunos tinham idade entre sete e nove anos, enquanto que os demais 72,8 % tinham mais que 10 anos de idade no momento da matrícula em 1974. Na 3ª série, 21,1% estavam com idade entre 09 e 10 anos, os demais 78,9% tinham idade superior à 11 anos. Na última série da primeira etapa do 1º Grau, a 4ª série, 17,8% estavam com a idade entre

09 e 11 anos, e 82,2% em defasagem idade-série, inclusive com 6,8% com idades entre 16 e 17 anos.

Os números mostram uma grande desproporção entre a idade e a série em que os alunos deveriam estar cursando, conforme as orientações legais, ou seja, com sete anos na 1ª série, oito anos na 2ª série, nove anos na 3ª série e 10 anos na 4ª série. Esta não foi uma realidade observada em região de colonização recente de Mato Grosso. Muitos fatores que estão condicionados à vida da família migrante fizeram interromper ou adiar a escolarização das crianças.

Esta defasagem em relação à idade e a série também exigia uma prática docente diferenciada, pois não existia homogeneidade nem em idade, e nem em relação ao conhecimento ensinado, porque os alunos vinham de diferentes espaços geográficos do Brasil, o que caracterizava uma disparidade entre o que se aprendia em relação ao currículo comum. Em relação à prática docente o professor deveria estar atento às diferentes idades dos seus alunos.

O professor tinha que falar línguas diferentes, pois, você não podia falar para um de sete anos a mesma linguagem que você fala para um de quinze anos. [...] Você tinha que separar os grandes dos pequenos, porque senão o grande batia no pequeno era uma tarefa difícil (GOULART, 2009).

Conforme relato oral da professora, em citação anterior, a diferença de idade na mesma série, exigia do professor atitudes metodológicas diferenciadas na mesma sala de aula, e ao mesmo tempo. Os conflitos em relação à idade das crianças e adolescentes também marcavam o cotidiano da sala de aula com agressões físicas, que necessitavam constantemente da ação docente para contorná-las.

Os dados de 1974, apresentados anteriormente, não significam uma exceção ao contexto do movimento migratório nacional, mas, uma regra, desprovida de políticas públicas que acompanhassem a vida escolar destes alunos em movimento. Os números de 1974 também confirmam o funil da escolarização brasileira, pois conforme dados, foram matriculados na 1ª série - 364 alunos, 201 - na 2ª série, 200 - na 3ª série e 98 - na 4ª série do Ensino de 1º Grau. Esta diminuição do número de matrículas evidencia a ausência de políticas públicas reais para a educação brasileira nos anos 70 do século XX.

O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1972-74), elaborado ainda durante a vigência do governo de Emílio Garrastazu Médici, aprovado como lei a partir de 4 de novembro de 1971, destaca em relação ao acesso aos níveis mais elevados da escala

educacional, que as oportunidades dependeriam das aptidões de cada pessoa, porém enquanto isso não fosse possível, o que se recomendava em nome do interesse nacional é “[...] que se favoreça a ascensão cultural dos mais talentosos, os mais capazes de mobilizar a ciência e a técnica a favor do progresso social” (I PND, 1971, p.4).

O que acontecia na localidade de Tangará da Serra em 1974 era a continuação da expressão do que acontecia na educação de Estado de Mato Grosso nos anos anteriores, conforme podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 29 - Alunos matriculados no início do ano, por série, em Mato Grosso – 1971 a 1973

Ano /Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
1971	118 377	44 190	31 987	24 098
1972	130 269	53 668	37 545	27 965
1973	155 330	65 207	46 312	33 860

FONTE: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Estatística da educação nacional – 1971 – 1973. Rio de Janeiro: SEEC/MEC, 1974. p. 76.

Na tabela 29 podemos verificar um afunilamento na educação brasileira provocado pelos altos índices de reprovação ou evasão escolar. Isso se intensificava ainda mais em relação às séries finais do 1º Grau, assim como, o acesso e conclusão do ensino de 2º Grau. Inclusa nesta situação de não permanência na escola, está parte considerável das famílias que migraram para Mato Grosso.

Os crescentes números de matrículas em Mato Grosso, de 1971 para 1973, também são indicativos da política adotada pelo governo federal para a ocupação da Amazônia brasileira. Em Mato Grosso, o portal da Amazônia, o crescimento de habitantes e, por conseguinte de alunos e de escolas, foi intenso, em especial, após os anos 60 do século passado. Ir Osvalda Kroetz registra no livro de crônicas em 1973 que “Em fevereiro foi dado início da matrícula dos alunos com 729 alunos cujo número foi elevado no decorrer do ano até 953 alunos”, outras informações sobre o movimento de matrículas de alunos migrantes são encontradas no livro de crônicas. “No mês de agosto continuou o ano letivo e muita matrícula de alunos vindos de outros Estados” (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1974, p.45).

Elzira Maria Goulart destaca que os anos 70 foi um período de grande migração, com a chegada de muitos alunos. “*Todo dia chegava [alunos] e chegava sem saber de nada, alunos que nunca tinham pegado no lápis, às vezes você estava com uma turma bem*

avançada na alfabetização e você tinha que começar com outro lá na coordenação motora que acaba de chegar à escola” (GOULART, 2009).

Em sua maioria os migrantes que vieram para Mato Grosso, a partir de 1960, em um número significativo, buscavam a sobrevivência através da aventura e da esperança de construir riquezas materiais através do trabalho em espaços ainda não ocupados por populações não-indígenas.

O livro de matrículas de 1974, que trás em um dos seus campos para preenchimento a profissão dos pais, indica que os estudantes eram, em sua maioria, filhos e filhas de lavradores, dentre os 832 alunos matriculados em 1974, 621 alunos registram lavrador como profissão do pai.

Dentre os outros registros de profissões dos pais, aparecem com mais destaque as de comerciante, motorista, trabalhador de serralha, pedreiro, carpinteiro e mecânico. Outras profissões também são registradas, como: administrador de fazenda, agrimensor, alfaiate, auxiliar de farmácia, barbeiro, borracheiro, carroceiro, corretor de imóveis, dentista, doceiro, encanador, fazendeiro, ferreiro, frentista de posto de gasolina, fotógrafo, mecânico, oleiro, operário, ourives, padeiro, pecuarista, tapeceiro, tratorista e vendedor.

Estes pais e ou as mães, segundo relatos dos professores e dos funcionários da secretaria do grupo escolar, não eram muito presentes na unidade escolar. Os pais só compareciam quando convidados, e os convites, ou eram para as festividades ou para verificar algum comportamento do aluno, considerado indevido, na sala de aula. Mesmo em reuniões para verificação de resultados escolares, momento da entrega do boletim escolar, poucos pais se faziam presentes. Quando alguém da família não comparecia, a diretora permitia que o aluno levasse o boletim escolar para que os pais pudessem acompanhar o desenvolvimento avaliativo do aluno, e no dia seguinte o aluno deveria trazê-lo assinado pelo pai ou mãe e ou responsável (BARRETO, 2009), (PATERNEZ, 2009).

Segundo Paternez (2009) os pais de alunos, que não causavam mau comportamento no grupo escolar, raramente apareciam na escola. Ela relata que muitos professores não conheciam uma parte significativa dos pais dos seus alunos. Os depoimentos destacam que os alunos não eram indisciplinados, portanto poucos eram os casos em que a família deveria comparecer à escola. Porém, quando a família era convidada, em geral as mães participavam das reuniões, pois, as mulheres viviam apenas em função de sua casa e da família; eram raras as mulheres que trabalhavam fora do ambiente do seu lar. Desta forma, elas estavam mais disponíveis para atender aos chamados da escola do que os pais, pois os

homens em geral, estavam ocupados com atividades na lavoura ou em outras atividades da localidade urbana que se fazia como cidade.

Ir Osvalda Kroetz relata que não tinha grande dificuldade em relação ao comportamento dos alunos na escola, destacando que os pais eram mais rigorosos e os professores tinham mais autoridade. Ela relatou apenas um episódio, que julgou mais sério durante a sua gestão no grupo escolar, em 1975: uma professora atingiu o nariz de uma menina, em sala de aula, com um apagador e o pai da aluna, sabendo do feito, foi até a escola portando arma de fogo. Após o apaziguamento da situação, a professora abandonou a sala de aula, sendo transferida para a zona rural de Tangará da Serra.

Mesmo a direção fazendo um discurso contra a violência na escola, em especial nas relações aluno-aluno e professor-aluno, percebe-se através dos relatos, que alguns professores utilizavam de puxões de cabelo, puxões de orelha e outros repreensões físicas para controlar o comportamento dos seus alunos. Em alguns casos, autorizados pelos próprios pais, que nas reuniões diziam à professora, que havendo falta de respeito, poderiam puxar a orelha (PATERNEZ, 2009) e (GOULART, 2009).

As professoras, em geral, quando entrevistadas, negam a prática de castigos físicos com seus alunos, porém, sempre apontam situações que presenciavam na escola. Em seus depoimentos são constantes afirmações de que algumas colegas professoras usavam dos mecanismos de castigos físicos ou morais para manter a sala em silêncio e conduzir suas atividades. Porém, segundo relatos, mesmo com estes artifícios, em alguns casos não conseguiam manter a “ordem” tendo que receber interferências da direção e ou transferindo os alunos, julgados como rebeldes, de sala de aula.

O controle do comportamento do aluno, realizado pelos professores, objetivava resultados positivos em relação à aprendizagem dos conteúdos ensinados em sala de aula. O resultado da aprendizagem do conteúdo ensinado era avaliado de forma geral, através da aplicação dos exames finais que ocorriam no término do ano letivo.

A tabela a seguir mostra o resultado dos exames finais aplicados aos alunos entre os anos de 1971 à 1975.

Tabela 30 - Resultados finais de alunos - 1971 à 1975

1971	Série	Alunos Matriculados	Alunos Examinados	Alunos Ausentes	Reprovados	Aprovados
		Total	Total	Total	Total	Total
	4 ^a	30	30	-	-	30
	3 ^a	37	34	03	04	30
	2 ^a	70	56	14	14	42
	1 ^a	196	179	17	81	98
1972	4 ^a	85	57	28	19	38
	3 ^a	110	84	26	08	76
	2 ^a	162	133	29	18	115
	1 ^a	267	202	65	32	170
1973	4 ^a	87	78	09	18	60
	3 ^a	126	125	01	38	87
	2 ^a	188	184	04	23	161
	1 ^a	283	260	23	147	113
1974	4 ^a	98	93	05	10	83
	3 ^a	200	154	46	18	136
	2 ^a	201	159	42	09	150
	1 ^a	364	322	42	48	274
1975	4 ^a	133	116	17	08	108
	3 ^a	148	132	16	22	110
	2 ^a	192	163	29	24	139
	1 ^a	322	226	96	35	191

FONTE: LIVRO DE EXAMES FINAIS – Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto- 197 – 1975.

Analisando a tabela anterior, percebe-se que houve uma diminuição no número de reprovações durante os anos letivos, com exceção no ano de 1973, cujo índice de reprovação na 1^a série foi muito significativo: 56,53 dos alunos examinados foram reprovados. Em todos os anos a 1^a série foi a série com maior número de reprovações; em 1975 o índice de reprovações é dividido também entre as 2^a e 3^a séries. O índice de reprovações durante os anos letivos foi de: 1971 – 33,11%; 1972 – 16,17%; 1973 – 34,93%; 1974 – 11,67%; 1975 – 13,97%. Nesta medida, a diretora da escola, segundo os relatos orais e o relatório de outubro de 1974, tinha como preocupação o desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita dos alunos da 1^a série. Segundo relatos da professora Elzira Maria Goulart, Ir. Osvalda Kroetz constantemente tomava a leitura dos alunos da 1^a série, algumas vezes na diretoria ou sentada em uma carteira no corredor da escola.

Este depoimento, também enfatizado por outras professoras, e consolidado pela Ir. Osvalda Kroetz destaca segundo relatos da última, que também era a forma de acompanhar o desenvolvimento da turma de alunos e verificar como estava o ensino oferecido pelos professores. As situações negativas eram coletivamente trabalhadas com os professores aos sábados durante as reuniões de planejamento semanal.

Ler, escrever e contar, eram os conhecimentos mínimos que uma criança deveria saber ao término da primeira série do ensino de 1º grau. E Ir. Osvalda Kroetz incentivava que o ensino fosse realizado através do método intuitivo. Ela sempre cantava muito com as professoras para que elas pudessem usar este recurso no ensino dos conteúdos em sala de aula. *“Nós cantávamos no início música pedagógica, recreativa e muita música religiosa. Ela trabalhava muito esse lado cristão que precisa ser trabalhado hoje”* (GOULART, 2009).

Segundo relato das professoras, a Ir. Osvalda Kroetz cantava muito. *“Ela sempre ia na frente, a gente só acompanhava [...] ela era diretora de pé no chão, não era diretora de gabinete não”* (GOULART, 2009). As músicas serviam inclusive para manter um bom comportamento dos alunos, usada pelos professores como recursos de controle. Quando um aluno falava determinadas palavras, grosseiras ou obscenas, a professora entoava com a sala de aula a seguinte melodia: *“Cuidado boquinha com que fala, cuidado boquinha com que fala, papai do céu está olhando pra você!”*; ou quando algum aluno reclamava que algum material havia desaparecido de sua carteira escolar, outra melodia entrava em ação: *“Cuidado mãozinha com que pega, cuidado mãozinha com que pega, papai do céu está olhando pra você!!”* (GOULART, 2009).

A formação dos alunos do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” sempre esteve ligada a uma formação religiosa, marcada por todo o tempo do aprender, da entrada à saída da escola, por orações, músicas e conselhos cristãos, constituindo portanto, parte significativa do currículo real construído no grupo escolar. Na transversalidade de todas as disciplinas curriculares estava a religiosidade e o civismo, ambos formadores da moral de alunos migrantes que começavam a organizar suas vidas na localidade de Tangará da Serra.

6.4 Professor: autoridade em sala de aula

Quando argüida sobre a escolha das professoras para lecionarem no Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”, irmã Osvalda Kroetz (2008) relata que sempre que chegavam famílias novas na localidade, ela averiguava se havia alguma pessoa com formação mínima para lecionar no grupo escolar. Ela destaca que tinha uma predileção pelas professoras mineiras, pois elas apresentavam uma formação melhor, e também eram mais ligadas aos ritos católicos, gostavam mais de rezar. Ao preferir professoras mineiras, sempre os compara com professoras paulistas, que para ela não tinham boa formação escolar e também não eram muito assíduas aos compromissos cristãos.

Embora tivesse predileção pelos professores mineiros, a maior parte do quadro de docentes não era formado por mineiros, mas sim por professores migrantes de diferentes Estados do Brasil. E, em especial até 1975, os professores se constituíram professores no contexto escolar, a maioria significativa, era leiga, não possuía uma formação básica para lecionar no magistério primário.

Não havendo professores com formação profissional, faltavam professores habilitados para o exercício do magistério no Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”, desta forma, aqueles que se destacavam no curso ginásial, ou que chegavam à Tangará da Serra com alguma formação, eram solicitados para serem professores.

A professora Generosa Alves de Lima, baiana, lecionou por 25 anos, destes, trabalhou com primeira série durante 15 anos, e os outros dez anos com segunda série, todos na mesma unidade escolar. A professora relata como iniciou sua trajetória no Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”: *“Eu era muito religiosa, e fazia arranjo de flores na Igreja, tinha muito afeto pela irmã Osvalda. Em 1972 faltou professora na escola e a irmã me chamou para dar aula”*.

No relato da professora fica evidente sua aproximação com a irmã diretora através de sua presença na igreja, e também em sua atitude de contribuir com a igreja, ou seja, esta professora, apesar de ter apenas a segunda série do curso ginásial, atendia a um dos quesitos almejados por Ir. Osvalda Kroetz para ser professora: gostava de rezar. O aspecto religioso era fundamental na definição de quem seria professor.

A mineira Maria Margarida Ramos Paternez começou a dar aula em 1973, com 19 anos de idade, e estava prestes a cursar o primeiro ano do 2º grau quando foi convidada por

Irmã Osvalda para assumir uma sala de aula de 2ª série do 1º grau. *“Eu trabalhava na gráfica, ai faltava professor, a Irmã Osvalda foi lá pedir para meu pai para eu dar aula. [...] Como não tinha professor [...] eu comecei, sem experiência nenhuma”* (PATERNEZ, 2009). A família da professora Maria Margarida Ramos Paternez era católica, seu pai, Gabriel Constâncio Ramos, tinha uma participação ativa na Igreja, estava inserido nas organizações das celebrações, dos movimentos religiosos e dos festejos paroquiais.

Em 1973, Nasmim Silva de Oliveira, também começou a lecionar no Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”. Na época, cursava a 8ª série do 1º Grau e como a oferta de trabalho na localidade de Tangará da Serra era muito pequena, logo que ficou sabendo da necessidade de professora no grupo escolar, candidatou-se à vaga, porém como escrevia com a mão esquerda, Ir. Osvalda viu isto como um empecilho para que ela pudesse ser professora, e solicitou à candidata a professora, que escrevesse no quadro de giz para avaliar sua caligrafia. Mesmo tendo uma boa letra, a diretora relutou em sua contratação, mas por influência da mãe da futura professora, que era costureira e prestava serviços gratuitos à escola, foi contratada como professora alfabetizadora (OLIVEIRA, 2009).

Durante a existência do Grupo Escolar “Dr. Ataliba de Oliveira Neto” apenas uma professora não católica foi contratada. Alvany Leocádio de Moraes chegou a Tangará da Serra em 1973, procedente de Goiás, natural do Espírito Santo. Em seu Estado natal foi professora leiga em escola rural por dois anos, continuando com a profissão em Goiás por mais 10 anos, e continuando suas atividades em Tangará da Serra a partir de 1973.

Quando chegou a Tangará da Serra, a professora Alvany Leocádio de Moraes havia cursado apenas até a 5ª série, porém já era professora primária há doze anos. Tendo experiência como professora, procurou a direção do grupo escolar para que pudesse lecionar. A diretora, inicialmente colocou-a como auxiliar na sala da professora Leonízia Loriato, para que pudesse observar seu desempenho, mas depois de alguns meses, e com a chegada de novos alunos migrantes, formou uma nova sala de aula de primeira série, dando-lhe a regência (MORAES, 2009).

Em seu relato, a professora Alvany Leocádio de Moraes, narra que nunca sentiu nenhum tipo de discriminação religiosa na escola em Tangará da Serra pelo fato de ser protestante, mas, que sofrera muitas cobranças na escola de Goiás. Relata que sempre cumpria suas atividades prontamente, e que sempre quando solicitada a levar os alunos à Igreja, ou participar de comemorações religiosas católicas, fazia conforme todas as outras professoras.

No depoimento de Alvany Leocádio de Moraes, percebe-se a presença marcante das práticas católicas da escola, pois enquanto as outras professoras narram com naturalidade a participação nas atividades religiosas católicas, a professora Alvany Leocádio de Moraes realiza-as como um cumprimento de dever profissional. Isto lhe garantia estabilidade como professora.

Ambas as mulheres contratadas em 1973 ocupavam espaços como professoras na escola devido à ausência de profissionais habilitadas. Estas mulheres se constituíram professoras em sala de aula. Aprendiam com as professoras mais experientes da unidade escolar e também com as orientações realizadas pela diretora, como afirma a professora: *“Ela dava umas dicas, mas, você se virava sozinha, pois não tinha supervisor na época, não tinha quem orientasse, tinha que ir perguntando para os outros que tinham mais experiência”* (PATERNEZ, 2009).

Ir. Osvalda Kroetz fiscalizava o trabalho desenvolvido em sala de aula de uma forma direta. Nas narrativas das professoras, percebe-se que ela sempre observava as salas de aula, conferia o que estava escrito no quadro de giz, e se verificasse a falta de sinal gráfico em alguma palavra, não hesitava em colocar; também grafava de forma pedagógica alguma letra que percebesse não estar caracterizada como estabelecia os manuais didáticos. A irmã também olhava os planos de aula dos professores e acompanhava o desenvolvimento dos alunos, tomando semanalmente leitura e a tabuada de multiplicação.

Nas reuniões que ocorriam aos sábados, a diretora sempre orientava os professores em relação a alguns procedimentos didáticos e também comportamentais, porém conforme relato de professores, observa-se que muitas regras não eram obedecidas: alguns professores aplicavam castigos físicos aos alunos, não cumpriam em sala de aula o que registravam nos cadernos de planejamento de aulas, e chegavam atrasados na escola. O olhar mesmo que vigilante da Ir. Osvalda Kroetz não conseguia homogeneizar o comportamento e nem os procedimentos didáticos dos professores.

A presença da diretora em todos os espaços da escola era muito marcante, como afirma a professora Elzira Maria Goulart, “a Ir. Osvalda era uma diretora de pé no chão, estava em todos os lugares” (GOULART, 2009). O papel do professor é representado pelos funcionários e sociedade que viveu contemporânea à época do grupo escolar, como aquele que era cumpridor dos seus deveres, que não desviava quase nunca de sua missão de ensinar, percebidos como professores que ensinavam e que estavam sempre prontos para os desafios, obedientes e cumpridores da sua função.

Os registros escritos sobre os professores de 1971 à 1973 não estão presentes no arquivo da atual Escola Estadual “29 de Novembro”, nem mesmo em outros arquivos visitados. Desta forma, os papéis exercidos pelos professores deste período só foram passíveis de análises, através da utilização de entrevistas. As lembranças de professores instigam a possibilidade de sanar lacunas deixadas pela ausência de outras fontes escritas, neste sentido, não pensando a história oral como alternativa às fontes escritas, pois concordamos com Alcàzar i Garrido (1993, p.48) que: “as fontes orais não são uma alternativa às fontes escritas; são outro tipo de fonte, não apenas necessárias, mas imprescindíveis para se fazer história”. A história oral é uma ferramenta de aproximação com a memória dos professores leigos ou não, que estiveram sobre a direção da Ir. Osvalda Kroetz.

Em relação ao período de 1974 à 1975, podemos fazer um cruzamento das fontes orais e escritas, pois além dos testemunhos de algumas professoras e funcionários, temos os registros nos livros ponto de professores, no livro de resultados de exames finais e nos relatórios anuais encaminhados à DREC.

O quadro de funcionários de 1974 do Grupo Escolar “Dr Ataliba Antonio de Oliveira Neto” era formado pela Ir. Florida Kroetz, como diretora, Alvina Barreto, como secretária, Fátima Oliveira Bastos, como auxiliar de secretaria, e pelas seguintes professoras: Alice Yassue, Alvany Leocádio de Moraes, Delfina Ana Muller (Ir.)¹²¹, Devanir Alves de Almeida, Dirce Camacho, Eleuza Batista da Costa, Elzira Maria de Souza, Generosa Alves de Almeida, Helena Leal Ferreira, Maria Borges de Souza, Maria de Lourdes Nozella, Maria Leonor Lima Pereira, Maria Margarida Ramos, Nasmin Farias e Silva, Neomízia Loriato, Neusa Barbosa Matias¹²² e Neusa Maria Alves; e também pelos seguintes professores: Antenor Sabino dos Santos, Edilson Pereira do Nascimento, Geraldo Magela F. Ramos, João Alves de Almeida, José Benedito dos Reis, Julião Gonçalves Neto e Júlio Garcia Caning¹²³.

Em 1975, houve alteração na hierarquia do grupo escolar, surgindo a figura do vice-diretor. Na ocasião a professora Maria Aparecida Cera Casquet assumiu a função ao lado da diretora Ir. Florida Kroetz. Na secretaria as atividades eram realizadas por Alvina Barreto, na função de secretária, com ajuda dos auxiliares Fátima Oliveira Bastos, Antônio Francisco de Mello e Maria Margarida Ramos.

¹²¹ Esta professora possuía curso normal – nível médio.

¹²² Idem

¹²³ Este professor possuía o curso normal – nível médio

Tabela 31 - Quadro de Professores - 1975

N.	Nome	Formação em 1975	Situação em 2009
01	Alice Taeko Yassue	Cursando Magistério	Professora
02	Alvany Leocádio de Moraes	Cursando 8ª Série	Professora Aposentada
03	Imair Terezinha dos Santos	Conclui Magistério	Professora Aposentada
04	Inês Rodriguês dos Santos Cera	Conclui Magistério	Professora Aposentada
05	Devanir Alves de Almeida	Cursando 1º Grau	Professora Aposentada
06	Dirce Camacho	Cursando Magistério	Sem Informação
07	Maria Helena Batista da Costa	Magistério	Professora Aposentada
08	Generosa Alves de Almeida	Cursando o Magistério	Professora Aposentada
09	José Benedito dos Reis	Cursando o 1º Grau	Sem Informação
10	Julião Gonçalves Neto	Cursando o 1º Grau	Sem Informação
11	Maria Dilza Souza Couto	Cursando o 1º Grau	Sem Informação
12	Maria Borges de Souza	Cursando o 1º Grau	Falecida
13	Maria de Lourdes Nozella	Cursando o 1º Grau	Sem Informação
14	Maria de Lourdes Ramos Mendonça	Magistério	Comerciante
15	Nair Esteves	Cursando o Magistério	Professora Aposentada
16	Nasmin Silva de Oliveira	Cursando o Magistério	Professora Aposentada
17	Neomízia Loriato	Cursando Magistério	Sem informação
18	Neusa Maria Alves	Cursando Magistério	Sem informação
19	Suzi Porfírio de Brito	Cursando Magistério	Professora Aposentada
20	Vera Rosella	Magistério	Sem informação
21	Cleide Maria de Souza	Magistério	Sem informação

FONTE: Arquivo individual de docentes – Escola Estadual “29 de Novembro”

Para os professores, do ensino primário, do Grupo Escolar “Dr. Ataliba de Oliveira Neto”, eram organizados, anualmente, alguns encontros para orientação pedagógica, como podemos verificar nas crônicas das irmãs da Divina Providência. “Realizou-se um retiro aberto para a juventude e dois de orientação pedagógica para os nossos professores do curso primário” (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1972, p.22).

Os professores em Tangará da Serra estavam constantemente envolvidos com as atividades da escola, assim como, da igreja e da comunidade. O fazer cotidiano do professor ultrapassava o espaço escolar. Suas práticas, para além da sala de aula, conferiam-lhes a identidade de ser percebido na comunidade, pela sua “maneira de fazer” ou “arte de fazer” à moda de Certeau (2001), como sujeitos partícipes da vida comunitária.

O jornal local, denominado de Folha de Tangará, na edição de 13 de abril de 1975, informa que:

Professoras do Grupo Escolar Dr. Ataliba de Oliveira Neto, promoveram uma quermesse, acontecido ontem, para angariarem fundos suficientes para cobrir as despesas das instalações elétricas feitas neste grupo e ainda para compra de bomba, armário, papéis, etc. (FOLHA DE TANGARÁ, 1975, p.02).

Neste informativo, percebemos a ausência do Estado de Mato Grosso em garantir a infra-estrutura necessária para o funcionamento das escolas nas regiões de colonização recente. A comunidade em geral, e em especial a escolar, professores e alunos, faziam com que a escola tivesse condições físicas para o seu funcionamento. Segundo os relatos, e alguns documentos oficiais, o governo do Estado limitava-se a construir as escolas e realizar o pagamento dos professores e funcionários. A manutenção da unidade educativa estava sobre a responsabilidade do diretor e sua efetivação deveria ser feita com recursos provenientes dos recursos da Caixa Escolar.

Em 1975, o jornal a Folha de Tangará, publicou uma tabela a ser seguida para o pagamento da caixa escolar no Estado de Mato Grosso. A prática da cobrança desta tarifa na escola não era realizada de forma impositiva, porém, solicitava sempre a contribuição dos alunos, expondo-lhes as dificuldades que a escola enfrentava, e indicando-lhes que a ajuda dos discentes iria amenizar as questões de manutenção do ambiente escolar.

Folha de Tangará		02-02-75 Pág. 4	
AS MATRICULAS ESCOLARES			
ESTADO DE MATO GROSSO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA			
<u>Tabela de Inscrição</u>		<u>Tabela Caixa Escolar Para 1975</u>	
<p>As famílias que tiverem um ganho mensal até cr\$295,20, contribuirão: (filhos menores de 18 anos)</p> <p>Tendo 1 filho paga cr\$6,00 " 2 filhos " cr\$3,00 (*) " 3 " " cr\$2,00 (*) " 4 ou mais " cr\$1,00 (*)</p> <p>As famílias que tiverem um ganho mensal na faixa de cr\$295,30 a cr\$590,40, contribuirão: Tendo 1 filho paga cr\$8,00 " 2 filhos " " 4,00 " 3 " " " 3,00 " 4 ou mais filhos paga cr\$2,00</p> <p>As famílias que tiverem um ganho mensal na faixa de cr\$590,50 a cr\$885,60, contribuirão: Tendo 1 filho paga cr\$10,00 " 2 filhos " " 5,00 " 3 " " " 4,00 " 4 ou mais filhos paga cr\$3,00</p> <p>Obs: 1- Ganhando mais de cr\$885,60, todos pagarão cr\$10,00, com qualquer número de filhos 2- No ensino de II Grau todos pagarão cr\$10,00 (*) por filho</p>		<p>Ensino de 1.º e 2.º graus e supletivo Rendimento familiar. — Números de filhos dependentes menores de 18 anos. Quem ganha menos de um salário mínimo, isto é: 295,20 isento, não paga. Um salário: 1 filho—Cr\$ 2,00. 2 a 3 paga 1,00 por cada, mensal. De 4 filhos acima, ficarão isentos.</p> <p>De 295,30 a 442,90 vão pagar o seguinte: 1 filho Cr\$ 4,00 2 filhos 3,00 cada, 3 filhos, 2,00 mensal. De 4 filhos acima, isento.</p> <p>Cr\$ 442,90 a 590,40 paga: 1 filhos Cr\$, 6,00 2 " " " 4,00 3 " " " 3,00 4 " " " 2,00 5 " " " 1,00</p> <p>6 filhos ou mais, ficarão isentos.</p> <p>De Cr\$ 590,50 a 738,00 paga: 1 filho cr\$ 8,00 2 " " " 5,00 3 " " " 4,00 4 " " " 3,00 5 " " " 2,00 6 ou mais filhos 1,00</p> <p>Quem ganha acima de cr\$ 738,00 1 filhos 10,00 de 2 filhos ou mais pagarão 8,00 por cada.</p>	

Figura 38 - Tabela para a Caixa Escolar – 1975

FONTE: FOLHA DE TANGARÁ, Tangará da Serra, p.04, 02 fev. 1975.

Conforme se verifica nos recibos de depósito junto ao Banco do Brasil e também nos relatórios de Caixa Escolar do grupo escolar, 60% do valor arrecadado ficava para a

escola usar nos serviços de manutenção e outros 40% eram depositados na conta do Fundo Estadual de Educação.



Figura 39 - Depósito Bancário para o Fundo Estadual de Educação
 FONTE: Acervo Escola Estadual “29 de Novembro”

Diante da limitada ajuda do governo do Estado para o funcionamento do grupo escolar, os professores também não contavam com diferentes recursos de ensino além do giz e do quadro. A escola contava, em sua secretaria, com máquinas de escrever usadas e o mimeógrafo a álcool para auxiliar na reprodução de atividades, só chegou à escola a partir de 1975, entretanto não havia papel disponível para a reprodução.

O ensino ministrado correspondia transcrição pelo professor do texto no quadro de giz e a cópia nos cadernos realizados pelos alunos. Alguns professores, segundo seus relatos, utilizavam material do próprio aluno para ensinar de forma mais concreta algum conteúdo, principalmente conteúdos de operações matemáticas para as primeiras séries.

Nós não tínhamos nada, tinha lápis e caderno que o governo mandava [...] não tinha recurso didático nenhum não, [...] eu trabalhava as quatro operações com as canetas, com lápis de cor, pegava aquele monte de lápis [perguntava para os alunos] quanto que eu tenho? Tira dois, se eu colocar mais quatro? Era o recurso que nós tínhamos (GOULART, 2009).

Os livros didáticos eram utilizados pelos professores, e na alfabetização utilizava-se a Cartilha Caminho Suave. Era uma preocupação constante dos relatórios da diretora, a questão do ensino da leitura. “Com os professores da primeira série houve fixação de

aprendizagem, para que os alunos tenham interesse de aprender, pois só receberá o diploma os que se esforçarem para uma melhor leitura” (KROETZ, 1974, p.03).

A avaliação da leitura era realizada diretamente pela Ir. Osvalda Kroetz, que solicitava individualmente a leitura dos alunos, fazendo assim, uma investigação também acerca do trabalho do professor. Quando a diretora percebia algum desinteresse do grupo de professores em relação ao trabalho pedagógico, sempre os convocava para reuniões. “Houve várias reuniões pedagógicas as quais trouxe aos senhores professores melhor interesse para com seus alunos” (KROETZ, 1974, p.03).

Em vários relatos, os professores afirmam que tinham autonomia para o desenvolvimento de seus trabalhos pedagógicos. Porém, percebe-se, que existia um controle muito eficiente da direção da escola no fazer pedagógico que se configurava a partir da escolha do professor, cujos interesses e perfis atendiam ao que a freira necessitava. Contribuía também, para que esta eficiência fosse garantida, a presença cotidiana da diretora na escola, que acompanhava o desenvolvimento das aulas, mantendo contato direto com os alunos e com algumas de suas famílias. Contudo, este controle provocava um conflito velado, que na medida do possível transfigurava-se em quebra de regras e paradigmas impostos no cotidiano escolar.

Nas lembranças dos professores entrevistados, percebemos uma nostalgia em relação ao comportamento dos alunos do grupo escolar, não como alunos perfeitos, mas como alunos obedientes, alunos desprovidos de recursos materiais e de informações, porém cumpridores de seus deveres e obrigações em sala de aula. Para os professores eram alunos que facilitavam o processo de ensino pela ausência de indisciplina em sala de aula. O professor era autoridade, relata a professora Elzira Goulart (2009): *“Naquela época o professor era respeitado. O professor tinha autonomia, ele não era autoritário, ele era autoridade. E essa autoridade era respeitada, pelos pais pelos alunos”*.

No fazer pedagógico, embora nem sempre consciente, a autoridade do professor estava em sintonia com os dispositivos preconizados pelo governo ditatorial brasileiro através do Ministério da Educação e da Constituição de 1967. Indicações de Souza (1981) ratificam que a filosofia básica da educação para o Brasil seguia considerações genéricas de caráter humanista, em que “[...] a educação deverá significar o esforço para transmitir, não apenas conhecimentos e técnicas, mas lealdade para com os valores e idéias que sustentam e animam a Nação Brasileira e sentimento efetivo de solidariedade universal” (SOUZA, 1981, p.134).

Este modelo de escola que se construía em Tangará da Serra, Mato Grosso, era contemporâneo e estava na premissa da situação econômica brasileira. O Brasil era um país em desenvolvimento, questão maior evocada pelo governo Médici. O *boom* econômico do início dos anos de 1970, fez movimentar centenas de famílias para Mato Grosso, em particular para Tangará da Serra e dentre estes, professores que no movimento do capital construía em suas salas de aula uma cultura escolar margeada pela política da abertura da fronteira mato-grossense e tudo o que ela poderia representar, como: dificuldade de acesso, de comunicação, recursos didáticos e metodológicos limitados e poucos recursos financeiros.

Os professores do Grupo Escolar “Ataliba Antônio de Oliveira Neto”, assim como os do Grupo Escolar de “Tangará da Serra”, foram migrantes que movidos pela busca de “um futuro melhor” fizeram as práticas que constituíram a história da educação de Tangará da Serra – MT.

7. DO GINÁSIO ESTADUAL À ESCOLA ESTADUAL DE I E II GRAUS

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi criado em 29 de novembro de 1968, através do Decreto Legislativo nº 2.876, publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de dezembro de 1968, porém outra publicação do poder executivo, o Decreto Lei nº 1.084 de 04 de março de 1970, dispõe sobre a criação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, e seu funcionamento foi autorizado pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso através da Resolução n. 23 de 10 de março de 1970.

A legislação de criação pelo poder executivo de Mato Grosso, e a autorização do Conselho Estadual de Educação, são posteriores ao início do funcionamento do Ginásio Estadual, pois este começou suas atividades em 18 de março de 1969.

Em 1973, através do decreto nº 1.542 de 10 de julho, em conformidade com os novos princípios da Lei 5.692/71, elevou-se o Ginásio Estadual de Tangará da Serra em nível de 2º Grau alterando inclusive, sua denominação para Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra. Em 26 de outubro de 1976, através do Decreto nº 768 houve a integração física do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” com a Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra, pois ambos eram espacialmente próximos, ocupando a quadra 129 da planta urbana geral de Tangará da Serra. Com a integração, as duas unidades escolares, transformaram-se em apenas uma denominando-se Escola Estadual de I e II Graus “29 de Novembro”.

Neste capítulo, o estudo das categorias tempo, espaço, professor e alunos, será feito tendo em vista, a temporalidade da criação do ginásio estadual e a sua transformação em escola estadual, limitando a análise à sua integração física com o grupo escolar em 1976.¹²⁴ A abordagem sobre a categoria professor implicará, na compreensão do curso de Magistério oferecido na Escola Estadual de I e II Graus de Tangará da Serra.

O processo de mobilização para a criação do Ensino Médio em Tangará da Serra contou com a liderança da Ir. Maria Monfort, delegada de Ensino, com o Pastor Albino Ferraz¹²⁵ e com Antônio Hortolani.¹²⁶ Este grupo buscou o apoio de várias pessoas para

¹²⁴ A análise será realizada até 1975, ano anterior à integração física das duas escolas.

¹²⁵ Pastor da Igreja Batista de Tangará da Serra, Albino Ferraz, migrou-se para Tangará da Serra em 1968, com apenas 28 anos de idade. Sua mudança para essa nova localidade foi atendendo ao convite do senhor Jonas Lopes da Silva e de Arlindo Lopes da Silva, que eram presidentes e vice-presidentes da Primeira Igreja Batista de Tangará da Serra. Quando já residia em Tangará da Serra, o senhor Arlindo Lopes da Silva, questionou se ele poderia ajudar na criação do ginásio e, como ele aceitou, conversaram com a Ir. Maria

ingressarem na luta pela criação do ensino ginásial em Tangará da Serra. José Onofre Batista¹²⁷ foi encarregado da elaboração do processo burocrático para a implantação do Ginásio Estadual.

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi criado em conformidade com a Lei 4.424/61 que estabelecia em seus artigos 33 e 34 que a educação de grau médio prosseguia à escola primária e destinava-se à formação de adolescentes, ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, abrangendo entre outros, cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário.

Segundo Souza (2008), a escola secundária brasileira no início da República, privilegiou os estudos literários, embora tentasse conciliar com estes os estudos científicos. A educação literária é herdeira da educação dos colégios, *locus* das humanidades, desde o século XVI na Europa. A educação literária foi abalada pelo movimento iluminista que estabelecia a cultura científica, porém não perdeu sua primazia no interior da escola secundária do Brasil na primeira república. Um novo desenho curricular para a escola secundária brasileira foi estruturado baseado na cultura científica e técnica e em valores mais utilitários no início dos anos sessenta do século XX, em particular com o advento da Lei 4.024/61.

A criação do Ginásio Estadual em Tangará da Serra se fez necessária devido ao número crescente de migrantes que chegavam à localidade com a educação primária concluída e não podiam dar continuidade aos seus estudos. Havia também aqueles estudantes que tendo concluído a 4ª série do ensino primário na Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, ou nas Escolas Reunidas de Tangará da Serra, ou em alguma escola rural, desejavam ampliar suas vidas escolares.

O Ginásio Estadual, a fim de atender uma demanda existente, começa a se configurar, a princípio como um anseio da comunidade local, e em seguida com o apoio da Delegacia de Ensino e Cultura de Rosário Oeste. A expansão do ensino médio era um movimento, nesta segunda metade do século XX, que estava acontecendo em várias regiões do Brasil.

Em meados do século XX, a situação do ensino secundário no Brasil havia se alterado significativamente. A expansão expressiva, quando comparada às décadas anteriores, se ainda não propiciaria uma democratização efetiva,

Monfort, que era a delegada de Ensino de Rosário Oeste e começaram a buscar professores para organizar o ensino médio em Tangará da Serra.

¹²⁶ Gerente da empresa SITA, responsável pela colonização de Tangará da Serra.

¹²⁷ José Onofre Batista, ao participar da criação do Ginásio Estadual, tornou-se seu secretário até 1975.

caminhava a passos resolutos para essa direção à medida que se intensificava a demanda das camadas médias e de setores das classes populares e crescia a rede de escolas estaduais e particulares (SOUZA, 2008, p.203).

Em Mato Grosso, esta expansão é traduzida pelo movimento migratório, fazendo com que surgissem várias escolas primárias e médias em localidades que na década de setenta iriam se configurar como novos espaços urbanos e emancipados politicamente, configurando-se como sedes municipais, como foi o que aconteceu com Tangará da Serra, em 1976.

7.1 O tempo e os espaços do Ensino Médio em Tangará da Serra

Para que pudesse dar início às atividades do ensino médio, com o ciclo ginásial, foi organizado conforme preconizava a Lei 4.024/61, o exame de admissão.

Art. 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo (BRASIL, 1961).

No início do mês de março de 1969 foi constituída uma comissão organizadora para a realização do exame de admissão, composta pelos seguintes futuros professores do ginásio estadual: o presidente da comissão Albino Ferraz, e os outros membros, Ir. Maria Laura Hansel (Ir. Myriam), Ciro Cândido de Freitas e Neide Oliveira Parada. As provas do primeiro exame de admissão em Tangará da Serra foram realizadas no período de 11 a 14 de março de 1969. Na ocasião os alunos fizeram provas escritas de Português, Matemática, História e Geografia. Para ser aprovado o aluno deveria ter as notas das quatro disciplinas somadas e divididas por quatro, e o aluno que alcançasse nota superior ou igual a cinco pontos seria aprovado. Neste primeiro exame de admissão, 58 alunos fizeram as provas e todos foram aprovados.

Tabela 32 - Lista dos alunos do primeiro exame de Admissão em Tangará da Serra – MT -1969

Nº	Nomes dos Candidatos
01	Ademir Casagrande
02	Afonso Silveira Torres
03	Alcides Ferreira Aguiar
04	Amélia Balbina Ramos
05	Antonieta Alves Oliveira
06	Antonio Alves Moraes
07	Ary Castorino Sales
08	Cleuza Ângela de Souza
09	Coracy Santos Silva
10	Dalva Muniz de Oliveiria
11	Eddy Antônio Hortolani
12	Eleuza Batista da Costa
13	Elias Eufrausino
14	Elias Pereira de Jesus
15	Elizabeth Muniz de Oliveira
16	Elza Batista da Costa
17	Elzira Maria Goulart
18	Ema Loriato
19	Eugênia Laurência Ramos
20	Felício Moraes Alves
21	Francisco Avelino Dantas
22	Grácia Paternez
23	Ieracilda Dutra Azevedo
24	Ilda Silveira Torres
25	Irene Matinês Garcia
26	Ivone Paternez
27	João Pereira Brandão
28	José Fonseca de Aguiar
29	José Martinez Garcia
30	José Muniz Filho
31	Laura Sebastiana
32	Leonice Garcia Michelin
33	Loide Coelho Lopes
34	Lourival Bispo de Souza
35	Manira Catarina Weter
36	Marcelino Loriato
37	Maria Alice de Oliveira
38	Maria Aparecida dos Santos
39	Maria das Neves Dantas
40	Maria Tereza Sanches
41	Nair Ângela de Souza
42	Natalino Gomes de Souza
43	Nelson Yukio Shinya
44	Neri Justino de Carvalho
45	Neusa Maria Alves
46	Neusa Lima Aderaldo de Souza
47	Ninfa Guerra
48	Oswaldo Sanchez Ramon
49	Pedro Gomes Amado
50	Raimundo Sampaio Rodrigues Filho
51	Rosa Maria Cassiano Silva
52	Rute Ribeiro
53	Rute Silveira Torres
54	Sebastião Santos Nozella
55	Silas Corsino
56	Silvio Paternez Filho
57	Tereza Garcia Hernandes
58	Venci Coelho Lopes da Silva

FONTE: Livro de Atas Gerais dos exames de admissão ao Ginásio Estadual de Tangará da Serra. Tangará da Serra, 18 de março de 1969.

Conforme o Regimento do Ginásio Estadual¹²⁸, aprovado em 20 de setembro de 1969, os exames de admissão eram realizados em duas épocas, nos meses de dezembro e fevereiro. Para inscrição no exame de admissão, era exigida a seguinte documentação: requerimento em modelo oficial; certidão de nascimento ou carteira de identidade para comprovar a idade, pois o candidato deveria ter 11 anos de idade ou completar 11 anos até 31 de dezembro do ano do exame; provas regulamentares de sanidade física e mental e de imunização anti-varíola recente; e outras provas que as autoridades sanitárias julgassem necessárias; certificado de conclusão do curso primário, ou atestado idôneo de haver recebido satisfatória educação primária. Os maiores de 18 anos deveriam apresentar prova de quitação eleitoral e prova de quitação de serviço militar para os homens. As fotocópias autenticadas dos documentos deveriam ser entregues na secretaria da escola.

Os alunos faziam provas de exame de admissão das disciplinas de Português, Matemática, História do Brasil e Geografia do Brasil. Cada prova tinha uma duração de 90 minutos. Era dado a este exame um caráter solene, pois os candidatos deveriam estar no local da prova com 30 minutos de antecedência, podendo utilizar para a sua realização apenas caneta esferográfica azul ou preta.

A prova de Português deveria constar de ditado de textos de autor contemporâneo, escolhido no momento da prova, no valor de três pontos; uma redação de 15 linhas sobre assunto familiar aos candidatos, com valor de quatro pontos; e, três questões objetivas de gramática abrangendo o estudo das classes de palavras, bem como, o de estrutura geral de oração simples, com valor de três pontos.

A prova de Matemática estava dividida em duas partes, com valor de cinco pontos para cada uma delas. A primeira deveria contar com cálculo elementar de aritmética e morfologia geométrica para aplicação desses cálculos e unidades de uso mais correntes do sistema métrico brasileiro, compreendendo três problemas elementares práticos. A segunda parte da prova era formada por 10 questões de caráter prático e imediato relacionados aos assuntos do programa do exame de admissão.

Para História e Geografia do Brasil o aluno deveria fazer um prova com 20 questões para cada disciplina, em forma de testes de lacuna, com o valor de meio ponto cada questão. Em História do Brasil o conteúdo exigido deveria dar destaque aos “grandes

¹²⁸ O Regimento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra é um documento de 41 páginas, datilografado em papel ofício com data de 20 de setembro de 1969, composto por 155 artigos distribuídos em títulos e capítulos.

vultos” da história. Para Geografia a prova deveria contemplar questões sobre Geografia do Brasil e alguns conhecimentos de Geografia Física e Política.

Os conteúdos exigidos eram relacionados com a proposta do ensino primário. Em Português a ênfase era dada à ortografia e à gramática e em Matemática aos resultados dos cálculos aritméticos. Em História e Geografia o predomínio de conhecimento exigia a memorização de fatos, datas e espaços específicos individualizados.

Este exame tornava-se um impedimento para a continuidade dos estudos, em especial para aqueles alunos que tinham estudado em regiões rurais, cujo ensino não apresentava a qualidade necessária para aprovação. Portanto, em Tangará da Serra, os resultados do exame de admissão foram significativos, dado a alta taxa de aprovação, como podemos conferir na tabela a seguir, porém, existiam aqueles que não realizavam o exame já pensando antecipadamente em uma suposta reprovação.

Tabela 33 - Resultado de Exames de Admissão de 1969 a 1971

Mês/Ano do Exame	Presidente da Comissão Examinadora	Membros da Comissão Examinadora	Número de Participantes	Total de aprovados	Total de reprovados
12/ 1969 1ª época	Albino Ferraz	Maria Laura Hansel Edgar Henrique Muller Leny Nascimento	27	01	26
02/1970 2ª época	Albino Ferraz	Maria Laura Hansel Edgar Henrique Muller Leny Nascimento	25	25	-
12/1970 1ª época	Albino Ferraz	Maria Laura Hansel José Neves Sena Aracy Coelho	94	88	06
02/1971 2ª época	José Gonçalves Capucho	Maria Laura Hansel José Neves Sena Cleide Maria Coelho	13	13	-

FONTE: Livro de Atas Gerais dos exames de admissão ao Ginásio Estadual de Tangará da Serra. Tangará da Serra, 18 de março de 1969.

Nos anos 70, com a Lei 5.692/71, altera-se a estrutura escolar. O exame de admissão foi abolido e o ensino de 1º grau passou a durar oito anos letivos, cuja obrigatoriedade consistia na idade de sete a 14 anos de idade, atendendo aos dispositivos constitucionais de 1967 que eliminavam a separação entre ensino primário e ginásial, sendo substituído por uma educação integrada de oito anos.

Até 1971, somente os aprovados no exame de admissão teriam o direito de matricular-se no curso ginásial, mas, após 1971 esta exigência foi então, abolida. O ingresso no Ginásio Estadual era feito através da matrícula, durante os meses de janeiro e fevereiro, havendo até 1971 a obrigatoriedade da apresentação da comprovação do

certificado no exame de admissão, dentre outros documentos escolares e civis conforme a idade do aluno. Exigia-se também: requerimento de matrícula dirigido ao diretor, duas fotografias 3x4, uma pasta individual, uma caderneta escolar e declaração de confissão religiosa do aluno, firmada pelo pai e responsável, quando menor. O modelo das declarações era fornecido pelo estabelecimento de ensino.

Caso o aluno reprovasse no ano letivo anterior, o mesmo só faria a matrícula novamente, se houvesse vaga e também se a direção concordasse com a renovação da matrícula, depois de observar a vida escolar pregressa do aluno. No período de matrícula havia uma hierarquia para sua realização que consideravam inicialmente aptos para a matrícula, os candidatos aprovados no exame de admissão, pela ordem de classificação, depois os aprovados em outros estabelecimentos, em seguida os repetentes e por último os transferidos.

As salas de aula eram formadas com no máximo 50 alunos. Como Tangará da Serra recebia migrantes constantemente, sempre novas turmas eram formadas, ficando fora da escola, apenas aqueles alunos que chegavam à localidade no curso do ano letivo sem transferência escolar.

O Ginásio Estadual de Tangará da Serra começou a funcionar no dia 18 de março de 1969, com duas turmas de 1ª série, sendo uma no período matutino e outra no período noturno. Conforme regimento, o calendário escolar era composto de 200 dias letivos, dividido em dois períodos letivos, o primeiro, deveria iniciar as aulas em primeiro de março e terminar em 30 de junho, e o segundo iniciar em primeiro de agosto até no mínimo 30 de novembro. O mês de julho era destinado às férias escolares.

O Ginásio Estadual funcionava em regime de externato para ambos os sexos. Sua organização administrativa era formada por: diretor, conselho de professores, corpo docente, corpo discente, secretaria e auxiliares administrativos, inspetoria de alunos, portaria e zeladoria. A autoridade máxima da escola era o diretor, outras decisões também poderiam ser tomadas pelo conselho de professores.

O currículo do curso ginásial em Mato Grosso foi aprovado em 07 de fevereiro de 1968, pelo Conselho Estadual de Educação, e homologado pela Portaria nº 55 de 28 de fevereiro de 1968, publicada em Diário Oficial em 06 de março de 1968. A grade curricular era composta de quatro núcleos de disciplinas; o primeiro, Disciplinas Obrigatórias do Sistema Federal: Português, Matemática, História, Geografia e Ciências; no segundo, Disciplinas Complementares, estudava-se Organização Social e Política Brasileira e Desenho; o terceiro núcleo, Disciplinas Optativas, contemplava as disciplinas

de Inglês e Educação Artística; e o último núcleo, formado pelas Práticas Educativas, determinava as disciplinas de Religião, Educação Técnica Manual, Educação Artística e Educação Física.

A disciplina de Educação Artística aparece em dois núcleos diferentes, porém em cada núcleo é oferecida em séries diferentes. Hierarquicamente a grade curricular tem como disciplinas de maior número de aulas semanais, somando as quatro séries do ensino ginásial, as disciplinas de Português com 20 aulas¹²⁹, e em seguida a disciplina de Matemática com 16 aulas; as disciplinas de História, Inglês, Educação Artística e Educação Física tinham oito aulas; Geografia e Ciências, seis aulas; e OSPB, Desenho, Religião, Educação Técnica Manual tinham quatro aulas. Em 1972, a disciplina de Educação Moral e Cívica também passa a compor o rol das disciplinas lecionadas no Ginásio Estadual.

Tabela 34 - Grade Curricular do Ensino Ginásial de Tangará da Serra - 1969

Relação das disciplinas do curso		Séries / Número de Aulas			
		1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a
1.	Disciplinas obrigatórias do Sistema Federal				
	Português	5	5	5	5
	Matemática	4	4	4	4
	História	2	2	2	2
	Geografia	2	2	2	-
	Ciências	2	2	-	2
2.	Disciplinas Complementares				
	Organização Social e Política Brasileira	-	-	2	2
	Desenho	-	-	2	2
3.	Disciplinas Optativas				
	Inglês	2	2	2	2
	Educação Artística	2	2	-	-
4.	Práticas Educativas				
	Religião	1	1	1	1
	Educação Técnica Manual	2	2	-	-
	Educação Artística	-	-	2	2
	Educação Física	2	2	2	2
	Total de aulas semanais	24	24	24	24

FONTE: GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. *Regimento Escolar*. Tangará da Serra, 1969. (Mimeograf.) p.04.

O Regimento Escolar expressa a necessidade de evitar no horário escolar a composição de aulas geminadas. Com uma durabilidade de 50 minutos, as aulas das mesmas disciplinas deveriam ter um intervalo de 48 horas. O intervalo para o recreio era de 30 minutos. A disciplina em relação ao horário e à pontualidade às aulas, era controlada pelo inspetor de alunos e também pelo secretário do Ginásio Estadual (BATISTA, 2009).

¹²⁹ Atende o dispositivo do Artigo 40 da Lei 4.024/61.

O Ginásio Estadual contou com dois funcionários para a atividade de inspeção de alunos, inicialmente com o senhor Gabriel Constâncio Ramos e depois com o senhor Antelmo Martinelli. Os alunos tinham quatro aulas por dia, inclusive aulas aos sábados para o período matutino. Os alunos do período noturno não realizavam as disciplinas de Educação Técnica Manual e nem de Educação Física, pois com carga-horária inferior não havia necessidade de aulas ao sábado.

As aulas de Ensino Religioso, até 1970, eram dadas em todas as salas de aula ao mesmo tempo. Os alunos eram divididos em duas turmas conforme suas confissões religiosas. Os protestantes, tinham aulas com o diretor que era também pastor da Igreja Batista e os católicos tinham aulas com o professor e pároco Edgar Henrique Mueller. Esta divisão foi acordada após embate entre o pastor e o padre pela docência da disciplina de Ensino Religioso, pois, segundo Ferraz (2009), apenas o padre queria ensinar religião na escola, em desacordo organizaram então turmas diferentes.

Nos anos subsequentes de funcionamento do ginásio estadual, a aula de ensino religioso era trabalhada com todos os alunos da escola ao mesmo tempo, uma vez por semana, e em alguns anos, em um espaço de duas semanas, com horário maior. Tal informação pode ser comumente encontrada nos livros de registro de Ponto Diário de aulas de professores e pessoal administrativo do Ginásio Estadual e do 2º Grau de Tangará da Serra. Em 1973, há vários registros como: “a noite aula de formação religiosa”, “para o período da manhã houve aula de formação religiosa”. Havia também momentos de aulas de ensino religioso que contemplassem professores católicos e protestantes. Em 1974, é registrado no livro de Ponto Diário..., “aula de religião após a 3ª aula do período noturno, ministrada por Pe. Edgar, Ir. Gisela, Ir. Osvalda e Pastor Adomiram”.

Sendo realizadas por padres, freiras ou pastores, as aulas de ensino religioso faziam parte do cotidiano do Ginásio Estadual. O trabalho com esta disciplina acirrava, mesmo que de forma velada, os ânimos entre católicos e protestantes. Percebe-se nos depoimentos de alunos e professores católicos, uma representação normal das aulas de Religião, eles não viam conflitos entre católicos e protestantes, porém, os alunos e professores protestantes, quando entrevistados, enfatizam a presença marcante dos ritos e da cultura católica na escola. A escola estava pronta para o processo de catequização e qualquer interferência neste processo seria desnecessária segundo as lideranças católicas.

Com este currículo marcado pelas ciências, porém contornado pela presença da religião e do civismo, começou a funcionar em 1969, em uma casa na Avenida Brasil de

propriedade do senhor Antônio Hortolani, uma instituição escolar, que seria posteriormente denominada de Ginásio Estadual de Tangará da Serra.

Espaço era aqui na Avenida Brasil, onde era a casa do Senhor Hortolani, seu Hortolani mudou para a casa no fundo, na quadra de baixo e ali, começou a funcionar, era a secretaria onde o José Onofre trabalhava e uma sala de aula do lado, começou uma quinta-série de manhã e outra noturna (PEREIRA, 2009).

O Ginásio Estadual começou a funcionar, assim como a primeira escola rural de Tangará da Serra, como uma iniciativa da comunidade. O Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Educação e Cultura, chega apenas para institucionalizar o processo que já estava organizado pela população que via a importância de oferecer continuidade de estudos aos seus filhos e filhas.

A casa, uma construção de madeira, para o funcionamento das primeiras salas de aula, foi cedida pelo proprietário, que era gerente da colonizadora SITA e que também tinha interesses em que a localidade de Tangará da Serra crescesse, pois havia muitos lotes urbanos e rurais para venda. A presença do curso ginásial combinava com a estratégia de propaganda da colonizadora que aliava à educação dos filhos, um futuro promissor para a família migrante.

O ensino noturno era possível em função da energia termoelétrica fornecida por um motor da colonizadora que era instalado nas proximidades da máquina de arroz do senhor Silvio Paternez. A ex-aluna Ivone Paternez Gonçalves (2009) descreve o funcionamento e o racionamento da energia:

Era um motor que iluminava a avenida, e as casas do Senhor Antônio Baiano, do Senhor Giró, a nossa casa, do senhor Jonas, do senhor Francisquinho, nas casas que tinha na Avenida Brasil, tudo tinha bico de luz. O motor só funcionava à noite. De manhã funcionava quando era pra falar no rádio amador. Eram dois horários, de manhã que falava com Tupã e ao meio dia ligava uma meia hora e a noite ligava para iluminar a cidade (GONÇALVES, 2009).

Durante o ano de 1969, enquanto o ginásio estadual funcionava de forma provisória, na antiga casa do senhor Antônio Hortolani, houve uma mobilização junto à comunidade para a construção de duas salas de madeira agregadas ao Grupo Escolar de Tangará da Serra, conforme figura n. 20.

O professor José Neves Sena (2009), relata que solicitou pessoalmente à diretora Ir. Myriam Hansel, a construção de duas salas de madeira agregadas às salas de alvenaria do

Grupo Escolar. Com a autorização da diretora, ele mobilizou a população local para angariar recursos para a compra do material necessário à construção.

Ir. Myriam Hansel, sobre a construção das salas de aula para o ginásio, fez o seguinte registro no livro de crônicas: “O ginásio foi aprovado dia 9 de março, mas começou a funcionar dia 18 por falta de salas de aula. O povo interessado construiu duas salas de madeira servindo também para o Grupo” (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1970, p.16).

A comunidade mobilizou-se para a construção das novas salas de aula para o funcionamento do Ginásio Estadual, que já era denominado extra-oficialmente pela população de “29 de Novembro”, nome que só em 1976 foi oficializado. Os contribuintes recebiam um diploma de participação, como foi o caso do senhor Joaquim Alves da Silva¹³⁰, que contribuiu com cinco cruzeiros.



Figura 40 - Diploma de Contribuinte Honorário - 1969

FONTE: Acervo privado de Joaquim Alves da Silva

¹³⁰ Reside em Tangará da Serra, desde 1968; militou no sindicato dos trabalhadores rurais; foi vereador na primeira câmara legislativa de Tangará da Serra; foi fundador do Distrito de São Joaquim, em Tangará da Serra.

Quando funcionava nas salas de madeira, o secretário José Onofre Batista, utilizava a mesma secretaria do grupo escolar. No período noturno, como os fios de energia não chegavam até a rua 13¹³¹, onde estava localizado o grupo escolar, foi realizada nas salas de aula e na secretaria, a instalação de luz à gás. Cada sala de aula tinha de quatro a cinco lampiões que iluminavam o espaço para o estudo. O secretário era o responsável por ligar e desligar os lampiões.

O Ginásio Estadual utilizou as salas de madeira do Grupo Escolar de Tangará da Serra apenas até o ano de 1971, quando foi inaugurado, no dia 27 de março de 1971, sábado, um prédio, construído em alvenaria para abrigar o Ginásio Estadual, cujos autores da planta, eram os engenheiros Oscar Arine e Armenio I. Arakelian. “Nos fins de setembro iniciaram a construção de seis salas de aula para nelas funcionar o ginásio em 1971” (LIVRO DE CRÔNICAS, Tangará da Serra, 1970, p.20).

Este novo espaço escolar para o Ginásio Estadual de Tangará da Serra existiu como espaço-território, por 35 anos, até a sua completa demolição em 2006. Em seu lugar foi construído outro prédio para o funcionamento da Escola Estadual “29 de Novembro”.

Viñao (2005) aponta que para a compreensão da cultura escolar de uma determinada instituição educativa, em conjunto com o tempo, os discursos e as tecnologias da conservação e a comunicação nela utilizados, é importante considerar o uso do espaço, em sua dupla configuração como lugar e território.

A configuração do espaço como lugar, esse ‘salto qualitativo’ que implica o passo do espaço ao lugar, é o resultado de sua ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. É, pois, uma construção realizada a partir do espaço como suporte sempre disponível para converter-se em lugar, para ser construído e utilizado. Nesse sentido, a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação do espaço e sua conservação em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar –, uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território (VIÑAO, 2005, p.17).

O espaço-lugar do Ginásio Estadual de Tangará da Serra localizava-se na quadra 129 da planta urbana geral de Tangará da Serra, cuja entrada, o portão principal e único, estava disposta para a Rua 26. As paredes das salas de aula estavam próximas ao limite com a Avenida Brasil. Sua arquitetura apresenta um grande retângulo fechado, com apenas

¹³¹ Atualmente Rua Euclides Geraldo Medeiros.

um portão principal. Tomando-o como referência, há em sua planta baixa, seis salas de aulas no lado esquerdo, e outras dependências no lado direito, como uma sala construída posteriormente para ser a biblioteca da escola, uma sala conjunta para secretaria e diretoria, sanitários femininos e masculinos e uma cantina com depósito. Ligando os dois blocos há um espaço de circulação coberto. Todo o piso das salas de aulas era de cimento queimado com vermelhão, e do portão principal até o espaço de circulação, o piso era de cimento queimando com sarrafo.

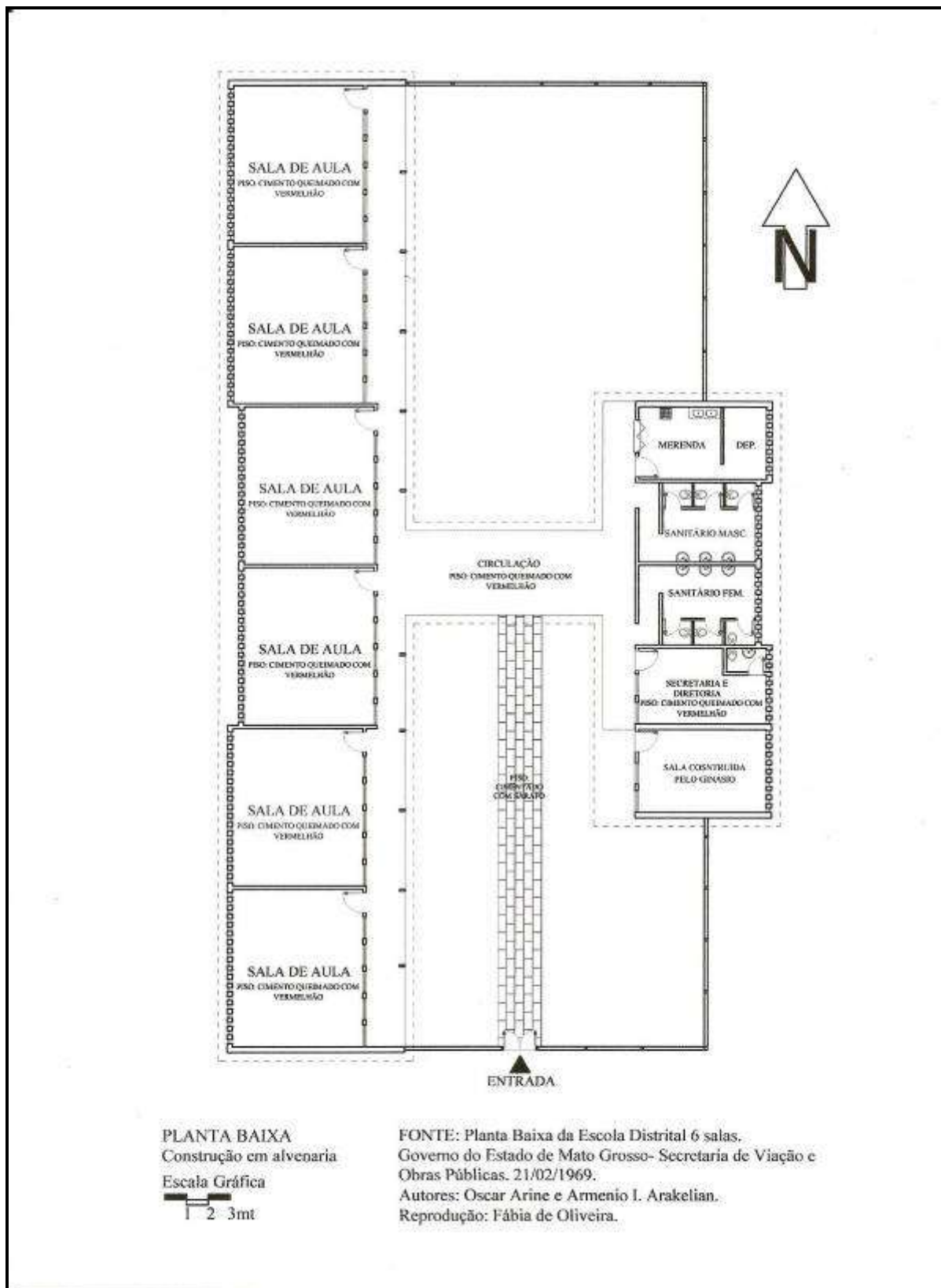


Figura 41 - Planta Baixa do Ginásio Estadual de Tangará da Serra

Da sala da secretaria e da diretoria permitia-se uma visão global das salas de aula, e de toda a movimentação dos alunos e professores no pátio interno da escola. O diretor, e ou

inspetor de alunos, poderia exercer com facilidade o controle dos discentes e docentes, dada a forma da arquitetura do ginásio.

Na imagem seguinte, aparece em primeiro plano um senhor construindo bancos de madeira no pátio interno da escola. No espaço de circulação, utilizado também como espaço para concentração dos alunos para o momento cívico semanal, existia a presença de filtros cerâmicos usados para o fornecimento de água para os estudantes, professores e funcionários. Depois de algum tempo, estes filtros foram transpostos para o interior das salas de aulas. Ao fundo da imagem, aparecem escorados ao portão principal, dois alunos. Todos os alunos representados nesta imagem estão uniformizados. Observa-se que em uma parede externa da sala de aula, há um mural, espaço reservado para as informações necessárias à comunidade escolar.



Figura 42 - Ginásio Estadual de Tangará da Serra – 1971

FONTE: Acervo Escola Estadual “29 de Novembro”

Na secretaria da escola até o ano de 1975, o espaço era ocupado por escrivaninhas, armários de madeira, arquivos de aço, máquinas de calcular e escrever e pelos funcionários. Havia na sala da secretaria e diretoria um banheiro com vaso sanitário e pia, que poderiam ser usados pelos professores e funcionários. Regimentalmente a secretaria

era responsável pelo serviço de escrituração escolar, inclusive do controle econômico e financeiro, arquivo e correspondência do estabelecimento de ensino.

Os responsáveis pela realização dos trabalhos na secretaria eram o secretário e os agentes administrativos. As atividades executadas na secretaria eram controladas pelo diretor. Na imagem, a seguir estão a professora Cecília Ribeiro Malheiro e a funcionária Selma Bastos no ambiente da secretaria.



Figura 43 - Secretaria da Escola Est. de I e II Graus de Tangará da Serra - 1975
FONTE: Acervo da Escola Estadual “29 de Novembro”

O quadro de funcionários do período de 1969 até 1976 foi bastante variado, permanecendo por todo este período, na mesma função, apenas o secretário José Onofre Batista. Ele auxiliou na criação do Ginásio Estadual e foi responsável pelo processo que culminou com a integração física e escolar do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” com a Escola Estadual de I e II Graus de Tangará da Serra em 1976.

Segundo seus relatos e de ex-alunos, o secretário, era autoridade significativa dentro da escola. Ele verificava alunos que não estavam usando uniforme corretamente e solicitava-os que voltassem às suas casas, e ainda realizava, de forma incisiva, a cobrança da caixa-escolar para angariar fundos necessários à manutenção da escola.

A secretaria era o espaço mais visitado pela equipe da Delegacia de Ensino de Rosário Oeste, mensal ou bimestralmente. Na documentação escolar, observam-se registros sobre a presença da delegada de ensino, Ir. Maria Monfort e de suas sucessoras após 1973, averiguando os registros da secretaria e o trabalho dos professores. Não há apontamentos na documentação escolar verificada, que apresentem alguma recomendação posterior ao trabalho de inspeção escolar, apenas registros da presença da equipe da delegacia de ensino. “Período noturno, visita de pessoas vindas da delegacia, responsáveis pelos seguintes setores: caixa escolar, prestação de contas, folhas de pagamento e técnico pedagógico” (GINÁSIO ESTADUAL, 1974). Segundo Batista (2009) o processo de inspeção era normal, eram verificados os documentos, a qualificação do ensino, conversava-se com os professores e também com os alunos para saber como estava o ritmo das aulas.

Tabela 35 - Quadro de Funcionários da Secretaria Escolar – 1969 a 1975

Período	Funcionário	Função
1969-1976	José Onofre Batista	Secretário
1972	Maria Garcia Villaça	
1973	Suzi Porfírio	
	Joana Rodrigues	Auxiliar Administrativo
1974	Fátima Bastos	
1975	Selma de Araújo Bastos	

FONTE: GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. *Livro de registro de ponto do corpo docente e pessoal administrativo do Ginásio Estadual de Tangará da Serra*. Tangará da Serra, 1969 -1975.

Na mesma sala onde funcionava a secretaria, havia também o espaço para a diretoria, ocupada pelo diretor da escola, nomeado pelo governo do Estado de Mato Grosso, escolhido dentre os professores efetivos do estabelecimento de ensino. Para auxiliar o trabalho do diretor, depois de 1972, também havia um vice-diretor, que o substituíam em sua ausência. Toda a responsabilidade da escola estava sobre o diretor. Em Tangará da Serra, mesmo o regimento prevendo, como não havia professores efetivos, os diretores eram contratados pelo Estado de Mato Grosso, sempre exercendo a dupla função de diretor e professor ao mesmo tempo.

Dentre as tarefas básicas do diretor, estava o cumprimento da legislação educacional brasileira; representar sempre que fosse necessário, a escola em eventos públicos; fazer cumprir o regimento escolar; manter correspondências com as autoridades superiores de ensino; dar posse e exercício a professores e funcionários; convocar e

presidir reuniões com docentes e funcionários; manter no estabelecimento, rigorosa disciplina; aplicar as penas disciplinares; controlar a presença dos professores e funcionários; fixar datas específicas para exames; presidir o conselho de professores; e, assinar os documentos escolares (GINÁSIO ..., 1969, p.22-23).

Os diretores, além do espaço da sala de aula como professores, sempre realizavam outras atividades com os alunos. O pastor Albino Ferraz, como era bacharel em Teologia com especialização em música sacra, organizou um coral com os alunos, porém teve pouco êxito com os alunos católicos, pois, segundo ele, o Padre Edgar Henrique Muller fez uma campanha para que os alunos não participassem, pois se tratava de músicas protestantes (FERRAZ, 2009). Era comum também a realização de palestras que envolvessem todos os alunos. Em 25 de outubro de 1971, o diretor José Gonçalves Capucho realizou uma palestra sobre Organização das Nações Unidas – ONU para todos os alunos do período noturno.

O Ginásio Estadual e depois em 1973, transformado em Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra, teve o seguinte quadro de diretores.

Tabela 36 - Quadro de Diretores do Ginásio Estadual de Tangará da Serra

Ano	Diretor
1969 -1970	Pr. Albino Ferraz
1971 -1972	José Gonçalves Capucho
1972 – a partir de 15/08	Pe. Renato Roque Barth ¹³²
1973	Pe. Renato Roque Barth
1974	Atalábio José Pegorini
1975	Júlio Garcia Cagnin

FONTE: GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. *Livro de registro de ponto do corpo docente e pessoal administrativo do Ginásio Estadual de Tangará da Serra*. Tangará da Serra, 1969 -1975.

O tempo máximo de direção no grupo escolar foi de dois anos. Nos dois primeiros anos de implantação e funcionamento do ginásio estadual, a direção foi exercida pelo P. Albino Ferraz, que além de diretor, era professor de Português. O diretor José Gonçalves Capucho, em 1972 era professor de Educação Moral e Cívica. O Pe. Renato Roque Barth dividia a direção da escola com a função de professor de Ciências. Os diretores de 1974 e 1975 eram apenas diretores e durante suas gestões não exerceram a função de professores.

O cotidiano do grupo escolar fora marcado com alguns conflitos entre diretores, professores e alunos. Embora haja poucas informações nos relatos, pois, os depoentes têm

¹³² Foi o Padre Renato Roque Barth, jesuíta, quem trouxe o Método Bioenergético ao Brasil, depois de aprendê-lo na Nicarágua com o Dr. Aton Inoue, em 1993.

sempre o cuidado de construir um ambiente de solidariedade e paz, percebe-se um jogo de poder entre a secretaria e alguns diretores, em especial, durante a gestão do Pe. Renato Roque Barth, considerado por muitos depoentes como “pessoa com idéias avançadas para a época”. Ele quebrava a regularidade da escola, não atentando para a imposição regimental. Isso criava desconforto em quem queria ser aplicador das normas regimentais. No dia 12 de outubro de 1973 o diretor fez o seguinte registro no livro ponto: “Dispensei as aulas por ser dia do meu aniversário” (GINÁSIO ESTADUAL, 1973).

De uma forma geral, percebe-se um bom relacionamento entre os diretores e professores. Desta forma a sala dos professores era um ambiente muito movimentado, local usado para que os professores pudessem preparar suas aulas, organizar suas atividades, guardar seus livros e materiais pedagógicos.



Figura 44 - Sala dos Professores - 1975

FONTE: Acervo Escola Estadual “29 de Novembro”

No ambiente da sala dos professores estavam escrivaninhas com cadeiras para a preparação de aulas, correção de atividades e avaliações. Um armário para livros e espaços individuais para cada professor, máquinas de datilografia, mimeógrafo a álcool para reprodução de textos, atividades e provas para os alunos. Parte dos documentos utilizados

na secretaria, era reproduzida também no mimeógrafo. Mapas e globos, presentes nas lembranças de ex-alunos como materiais didáticos das aulas de Geografia, em especial nas ministradas pela Ir. Myriam Hansel, compunha o cenário da sala dos professores.

Junto à parte administrativa da escola, próximo à secretaria, conforme a planta baixa, está uma sala construída pelo ginásio. Este espaço foi construído através de doações da comunidade, junto com a construção das outras dependências da escola realizadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso. Este foi o espaço utilizado como sala dos professores.

Durante os anos de sua existência, outras salas foram agregadas ao prédio do ginásio para atender a demanda de alunos e as necessidades escolares, como bibliotecas, dentre outras. Conforme o registro no Livro Tombo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida, estes novos espaços eram construídos com o auxílio da comunidade. “Nos dias 19 e 20 de maio realizou-se, no salão paroquial, uma festa popular e leilões em benefício da construção da secretaria e biblioteca do ginásio local” (LIVRO TOMBO, 1973, p.70).

O cotidiano do espaço-território desta instituição de ensino era marcado por muito movimento, em especial no período noturno, pois era um dos poucos espaços de encontro e socialização da juventude da localidade. Estar na escola, como depoimentos de alguns alunos, era participar do movimento cidadão de Tangará da Serra.

Estes encontros na escola, em especial no período noturno, muitas vezes não eram realizados devido à dispensa das aulas, por vários motivos, principalmente pela ausência de energia elétrica. O abastecimento de energia elétrica era feito por um motor localizado na escola. A Secretaria de Educação e Cultura de Mato Grosso mandou o motor para a escola e sua manutenção era realizada pela prefeitura municipal de Barra do Bugres. Sempre alguém da escola, geralmente o secretário, responsabilizava-se em ligá-lo para o início das aulas noturnas e desligá-lo ao término destas. São inúmeros os registros no livro de ponto de professores, cujas observações referem-se às dispensas das aulas por ausência de energia, relacionada a problemas mecânicos no motor ou falta de óleo combustível para seu funcionamento. As chuvas, quando torrenciais, eram motivos para que as aulas fossem suspensas, pois o acesso dos alunos à escola, por ser todo o espaço sem pavimentação, ficava comprometido.

O serviço de limpeza do ginásio estadual ficava sobre a responsabilidade dos funcionários contratados para este fim. No início do Ginásio Estadual apenas a senhora Maria Zamparoni de Andrade fazia a manutenção das salas de aula, onde funcionava o ensino ginásial. Com a inauguração do novo prédio, outras funcionárias foram contratadas, pois o número de alunos e salas de aula aumentou.

Tabela 37 - Quadro de Serventes – Ginásio Estadual – 1971 a 1975

Período	Funcionário
1969 a 1975	Maria Zamparoni de Andrade
1971	Catarina A. Moraes
	Ana Maria de Oliveira
1972	Aparecida M. de Oliveira
1972 – 1973	Israel Mendes de Lima
1973 – 1974	Irene Almeida
1974- 1975	Circe Maria Carvalho

FONTE: GINÁSIO ESTADUAL DE TANGARÁ DA SERRA. *Livro de registro de ponto do corpo docente e pessoal administrativo do Ginásio Estadual de Tangará da Serra*. Tangará da Serra, 1969 -1975.

Estes funcionários eram responsáveis pelo serviço de limpeza das salas de aula, dos banheiros, do setor administrativo da escola e do pátio, e também pelo abastecimento de água dos filtros das salas de aula e do espaço de circulação. Quando não estavam na execução de suas tarefas, que eram feitas diariamente, ficavam no espaço da cozinha, destacado na planta baixa como merenda. No Ginásio Estadual não era oferecida merenda para os alunos.

**Figura 45 - Cozinha - 1975**

FONTE: Acervo Escola Estadual “29 de Novembro”

Neste espaço além da pia, havia armário para guardar louças e vasilhas, um fogão e uma geladeira a gás. A geladeira pouco funcionava. No ambiente restrito aos professores e funcionários da escola havia também uma mesa, para que durante o recreio os professores pudessem tomar café, bebida servida todos os dias durante os intervalos.

O abastecimento de água para a escola era feito através de um poço semi-artesiano, movimentado por uma bomba, que abastecia uma caixa de água de fibrocimento, distribuindo água para a cozinha, torneiras no pátio da escola e para os banheiros. Na escola havia dois banheiros, um feminino e outro masculino, cada banheiro com três vasos sanitários, e com três pias para lavagem das mãos.

Ao verificar a planta baixa da escola, percebe-se que junto ao espaço denominado merenda, há um pequeno espaço para depósito. Este funcionava como um local para armazenar produtos de limpeza e higiene da instituição escolar, e outros elementos como ferramentas indispensáveis para execução de pequenos reparos estruturais.

Fora deste espaço retangular que era a escola, foi construído também nos anos 70 do século XX uma quadra de esportes para a prática desportiva dos alunos. A quadra era de cimento queimado e ao seu redor foi construída uma arquibancada de madeira para que as pessoas pudessem acompanhar melhor as atividades esportivas e festivas desenvolvidas naquele local.

A quadra de esportes da escola era um espaço integrador, pois nele se realizavam várias festas da localidade. A criação da quadra esportiva mobilizou a população de Tangará da Serra e deu maior visibilidade para o Ginásio Estadual, pois seu espaço era utilizado constantemente para promoções de diversas entidades.

Nos dias 21 e 22 [de junho] realizou-se o '1º Festão do Arraial', assim chamado porque reuniu várias entidades locais numa só festa, em volta da quadra de esportes. A quadra ficou livre para danças folclóricas e quadrilhas. A Igreja também participou desta festa, para promover cada vez mais a união e a colaboração entre diversas entidades da nossa sociedade (LIVRO TOMBO, 1975, p. 81).

O Jornal Folha de Tangará, de 29 de junho também noticiou como manchete a festa realizada na quadra de esportes, e destacou a participação de seis entidades diferentes como: Grupo Escolar Dr. Antonio Ataliba de Oliveira Neto, Oitava Série do Ginásio Estadual, Centro Cívico, Mobral, Igreja e a ASTAI.

7.2 Pastor, Padres, Freiras e leigos ensinando os alunos migrantes

A docência do Ginásio Estadual de Tangará da Serra foi realizada por pessoas que tinham formação de grau médio completa, em poucos casos incompleta, e também de profissionais com ensino superior. Para organizar e dar início ao funcionamento do ginásio foram selecionadas pessoas na comunidade de Tangará da Serra, que pudessem contribuir com a escolarização dos filhos e filhas das famílias migrantes. Desta forma, pastor, padres, freiras e leigos formaram a equipe que deveria contribuir na formação intelectual da população de Tangará da Serra de 1969 à 1975.

Dentre os professores que assumiram esta tarefa, no primeiro ano de funcionamento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, estão: Albino Ferraz, professor de Português e de Educação Artística, membro e pastor da Igreja Batista, bacharel em Teologia, com ênfase em música sacra; Edgar Henrique Mueller, professor de Religião e História, padre jesuíta, teólogo; Maria Laura Hansel (Ir. Myriam), professora de Geografia, cursando o ensino Normal, irmã da Congregação da Divina Providência; Ciro C. de Freitas, professor de Matemática e Inglês, trabalhava com mecânica e funilaria, tinha curso técnico de nível médio; Emílio Fernandez Lopez, professor de Ciências, funcionário da SITA, tinha formação de grau médio; Neide Parada de Oliveira, professora de Educação Técnica Manual, formação de grau médio, não exercia outra atividade além de ser professora e dona de casa, tinha formação de grau médio; e Francisco Ciro Leite, policial da localidade, tinha formação incompleta de Ensino Médio, depois concluiu em Tangará da Serra, era professor de Educação Física.

Dentre estes primeiros professores do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, apenas a Ir. Myriam Hansel estava em formação pedagógica, os demais ensinavam tendo como referência os professores que tiveram quando eram alunos. Em depoimentos, os alunos da primeira turma a concluir o ensino ginasial em Tangará da Serra, destacam que, todos os professores utilizavam aula expositiva para a abordagem dos conteúdos, porém, alguns se dedicavam mais à sua preparação e execução enquanto outros, segundo depoimento dos alunos, “copiavam o ponto no quadro” e depois lia-o para a classe.

A expressão ter didática, ou não ter didática, é muito comum na memória dos alunos. Para eles, ter didática, era saber explicar o conteúdo, tornar as informações acessíveis para que nas provas pudessem ter bons resultados. Pereira (2009) ao abordar sobre a metodologia de trabalho do professor Albino Ferraz, destaca que: “O professor

Albino era ótimo, tinha bastante didática, era aquele professor que trabalhava certinho, era o tipo do professor. Chegava à sala, explicava muito bem. Tinha uma letra muito bonita. Ele era muito bom”.

Em relação ao planejamento das aulas, os alunos têm como referência o material utilizado pelos professores para a condução de sua docência, como uso de fichas, cadernos de anotações, e ou, a presença de material didático em sala de aula. A presença de material didático resumia-se na utilização de mapas e globos, usados pela professora Ir. Myriam Hansel, em Geografia. Segundo os relatos era uma professora muito dinâmica e explicava muito bem os conteúdos.

No Ginásio Estadual de Tangará da Serra, os professores deveriam seguir o programa estabelecido pela Delegacia de Educação e Cultura; os mesmos tinham liberdade para formular as questões nas provas e exames e autoridade para julgamento das respostas dos alunos. Os professores, embora em maioria não habilitados para a função, eram autoridades em sala de aula e na comunidade.

Regimentalmente, os professores deveriam: zelar pela disciplina da escola e de sua sala de aula; apresentar, no início do ano letivo, o plano de curso a ser revisado pelo diretor; executar o programa de sua disciplina de acordo com o plano de curso autorizado pelo diretor; desenvolver a educação moral e cívica dos alunos; escriturar de forma correta o diário de classe e o livro ponto; promover aulas que contemplem atividades extraclasse; comentar com os alunos os resultados das provas, esclarecendo os erros cometidos; participar de cursos de aperfeiçoamento; fazer questionamentos cotidianamente aos alunos sobre os conteúdos trabalhados; manter os alunos na classe durante as aulas; escolher os livros didáticos a serem trabalhados com os alunos dando conhecimento à diretoria; participar das atividades solenes indicadas pelo estabelecimento de ensino (GINÁSIO... 1969).

O modelo de professor esperado no ginásio era de um professor comprometido com a disciplina dos seus alunos, atento para com as solicitações da direção e formador de alunos conhecedores dos conteúdos curriculares, e patriotas. Nas ações curriculares da escola percebe-se uma transversalidade na formação cívica e moral dos alunos, uma preocupação para além do ensino de conteúdos de uma disciplina.

O professor, em conformidade com o regimento escolar, não tinha muita autonomia, porém, quando os alunos caracterizam o cotidiano da escola e de suas salas de aulas, percebe-se uma autônoma considerável do professor, em relação aos conteúdos e aos métodos trabalhados.

O órgão de representação dos professores, era o Conselho de Professores, que, depois do diretor, era o órgão máximo da escola. O conselho era formado por um professor de cada disciplina e presidido pelo diretor. Este Conselho tinha diversas atribuições, tais como: emitir parecer sobre qualquer assunto de ordem didática ou disciplinar; organizar comissões para discutir assuntos de interesse do ginásio; reavaliar o rendimento escolar do aluno emitindo parecer sobre o resultado final do aproveitamento escolar; e propor modificações no Regimento Escolar.

Além dos professores que trabalharam em 1969, outros realizaram trabalhos de docência no ginásio, de 1970 até 1971 e no ensino de 1º grau, de 5ª à 8ª série até 1975, conforme verificação no livro de registro de frequência. Foram professores durante este período: Pr. Albino Ferraz, Alvina Barreto, Antônio Tonon, Ataliba José Pegorini, Ir. Delfina Müller, Dirce Rigolon Silva, Pe. Edgar Henrique Muller, Francisco Ciro Leite, Ir. Florida Kroetz, Ir. Gisela Neuman, Inês Rodrigues dos Santos Cera, José Delcaro, José Gonçalves Capucho, José Neves Sena, Kiyoshi Hasegawa, Júlio Garcia Cagnin, Maria Amélia, Maria Eugênia Bergamim, Maria Garcia Villaça, Marilene da S. Pegaroni, Ir. Maria Laura Hansel, Maria Helena Batista, Neusa Barbosa Matias, Pe. Renato Roque Barth, Suzi Porfírio, Thais Bergo Duarte Barbosa¹³³ e Yone Aparecida C. Raffa.

Estes professores, listados no parágrafo anterior, também continuavam com a mesma metodologia dos professores de 1969, uma parte considerável aprendeu a lecionar nas salas de aulas do ginásio estadual. Conforme o número de migrantes aumentava a população em Tangará da Serra, novas salas de aula foram surgindo e o número de professores foi crescendo.

As questões cotidianas relacionadas ao trabalho docente eram muito pontuais. Há vários registros de ausência de professores nas aulas, alguns justificados por problemas de saúde, atividades relacionadas à escola e outros motivos. Porém, há muitas ausências sem justificativa. Em 1970, a direção do ginásio criou um documento para que o professor justificasse sua ausência. Conforme Batista (2009) muitas ausências dos professores estão no fato de que eles, exerciam outras atividades além do magistério, e em maior parte a docência não era a atividade principal.

¹³³ Thais Bergo Duarte Barbosa era esposa do prefeito do município de Barra do Bugres José Amando Barbosa (1970 -1974) e com a emancipação de Tangará da Serra foi eleita sua primeira prefeita em 1976.

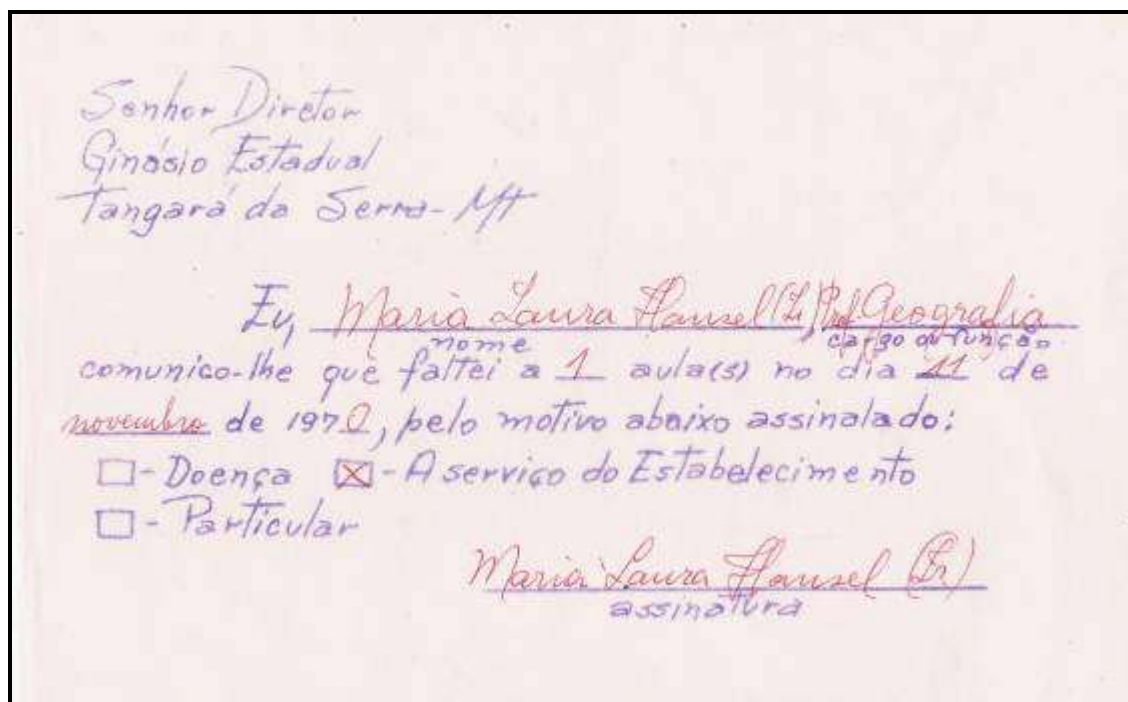


Figura 46 - Comunicado de Ausência - 1970
FONTE: Acervo Escola Estadual “29 de Novembro”

No livro ponto dos professores, que funcionava também como um diário de anotações do cotidiano escolar, encontra-se registro de queixas de alunos em relação ao trabalho dos professores. As reclamações foram informadas em nome da turma mantendo de forma sigilosa o nome do representante de sala ou o reclamante do fato, como no registro de 20 de setembro de 1972. “A 2ª série noturna chefiada por alguém reclamou na secretaria certas atitudes do professor de português” (GINÁSIO, 1973, p.22).

Houve casos em que o professor ao se ausentar da escola, solicitava que alguém o substituísse, muitas vezes, pessoas sem formação para a docência. Em outras ocasiões, as próprias pessoas da escola realizavam esta atividade. “As aulas de História e Geografia foram dadas por auxiliar administrativo” (GINÁSIO, 1972, p. 12).

Nas lembranças dos alunos, estão presentes estas ações de ausência de professores, da dispensa de aulas por esse motivo, e da falta de profissional qualificado para o magistério, porém, em seus relatos fica evidente a autoridade do professor e o compromisso deles ao assumir papéis, um deles, o de ser professor, para contribuir com a comunidade que se organizava em Tangará da Serra, ajudando na formação de crianças, adolescentes e adultos que buscavam a escola.

Os estudantes migrantes, além do controle feito pela arquitetura escolar, tinham um controle jurídico exercido pelo Regimento Escolar, que para eles reservava poucos direitos, o de receber adequada orientação, podendo frequentar além das aulas da série, as sessões

destinadas a trabalhos complementares, o de participar de excursões de atividades esportivas, e de utilizar a biblioteca da escola. Em relação aos deveres, são 18 itens a obedecer e 20 proibições.

Em se tratando dos deveres, pode-se pontuar a necessidade de acatar a autoridade do diretor, professor, secretário e demais funcionários da escola; usar diariamente o uniforme; apresentar-se com asseio e alinhado; levantar-se em classe à entrada e saída do professor, do diretor, de autoridade de ensino ou de visitantes; dentre outros deveres (GINÁSIO, 1969).

Em relação às proibições estão as questões relacionadas à entrada e saída da sala de aula sem a permissão do professor; distrair a atenção do colega durante a aula; usar o nome do estabelecimento sem autorização do diretor; desacatar a autoridade do diretor, do professor; formar grupos e promover algazarras nos corredores; e outras questões de ordem moral.

Os alunos se envolviam diariamente em atividades extraclasse, como a realização de peças teatrais, solenidades com representantes políticos e cívicas, realização de festas juninas, dentre outras. Há vários registros de dispensas de aulas para ensaio de marchas, para organizar o jardim da escola e para apresentação de teatro.



Figura 47 - Apresentação de Teatro – Anos 70

FONTE: Acervo Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral de Tangará da Serra –NUDHEO-TS

As atividades artísticas sempre contaram com a participação do aluno José Amaury Pereira¹³⁴, que criava, dirigia e atuava em diversas peças teatrais em Tangará da Serra. Era também o instrutor da fanfarra. As peças teatrais dos alunos de Tangará da Serra eram representadas em outras cidades, como destaca a Folha de Tangará.

Elenco teatral de Tangará, apresentou ontem em Rosário Oeste a peça 'E daí, Bicho?', a convite da Sra. Delegada de Ensino, que promove naquela cidade uma campanha beneficente em prol da compra de mãos mecânicas à uma jovem daquela localidade, que teve as duas mãos amputadas devido à um acidente elétrico naquela cidade. O elenco tangaraense, em nome de todo o povo de Tangará, foi lá levar seu quinhãozinho de ajuda, pois a renda da apresentação foi totalmente revertida à essa campanha. A Folha de Tangará, congratula-se com este elenco teatral, desejando-lhes muito sucesso (FOLHA DE TANGARÁ, 1974, p.3).

O centro cívico da escola era ativo e desenvolvia várias atividades principalmente na participação de festas, em especial as juninas, para angariar recursos para a manutenção do prédio escolar, pouco assistido ao longo dos anos, pelos governos de Mato Grosso.



Figura 48 - Festa Junina – anos 70

FONTE: Acervo Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral de Tangará da Serra –NUDHEO-TS

¹³⁴ José Amaury, conhecido como Amaury Tangará, é diretor de teatro e cineasta. Em matéria concedida a BOTELHO, Miriam. Amaury Tangará lança vídeo e prepara peça baseada em Dicke. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, 18 mar. 2001. Personalidade. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=44502>. Acesso em 29 ago. 2009, o cineasta relata que sua carreira artística foi influenciada pelo Pe. Renato Barth, pois era ele que emprestava livros, inclusive de Pablo Neruda para que Amaury lesse.

O jornal, conhecido como A Razão era realizado pelo Centro Cívico. Era reproduzido no mimeógrafo à álcool na escola. O Jornal continha matérias sobre questões educacionais, políticas e informações diversas sobre o ambiente escolar.

Os alunos eram envolvidos com a escola. E ela era um espaço social por excelência na comunidade de Tangará da Serra. Porém, dos muitos alunos que entravam na escola, poucos permaneciam. O rendimento escolar era avaliado através da realização de trabalhos escolares, testes, arguições, e pesquisas, prevalecendo as provas. O regimento escolar determinava que o professor avisasse com 48 horas de antecedência a aplicação de provas aos seus alunos e que não desse à prova um caráter de solenidade, para evitar nervosismo nos alunos. Recomendava também que o professor elaborasse as provas em conformidade com o conteúdo trabalhado, que respeitasse o tempo para sua execução e que tais provas fossem elaboradas com objetividade. O Regimento era enfático, ao afirmar que o professor não poderia diminuir notas de alunos por motivos de comportamento.

A média final de cada disciplina era obtida através da soma das sete notas mensais, mais a nota da prova final, multiplicada por três, e depois toda a soma era dividida por 10. Caso o aluno não fosse aprovado, ele poderia realizar a prova de exame de segunda época. A média para a segunda época era a soma das sete notas mensais, mais a nota do exame de segunda época, multiplicada por três, e depois toda a soma era dividida por 10. Os alunos que tivessem 49 pontos ou mais na soma das notas mensais de cada disciplina e que frequentasse 75% das aulas dadas na disciplina eram dispensados da prova de exame final daquela disciplina.

A prova de exame final era realizada para cada disciplina, com uma durabilidade de 90 minutos por disciplina, de forma escrita, planejada e de caráter objetivo. A prova deveria versar sobre todo o conteúdo ensinado na disciplina durante o ano letivo. As provas finais eram prestadas perante uma banca examinadora, formada pelo professor da disciplina e integrada por dois professores do estabelecimento de ensino designados pelo diretor. Para a prova de Português estabelecia-se a obrigatoriedade do exercício de redação e os erros de português deveriam ser objetos de correção em todas as provas de exame final.

Dentre os 58 alunos aprovados no exame de admissão em 1969, apenas 20 concluíram a 8ª série em 1972. Os alunos concluintes da primeira 8ª série, que começaram o ensino ginasial em 1969 em Tangará da Serra, eram considerados, em sua maioria, filhos

e filhas de migrantes proprietários de terras e de comerciantes em Tangará da Serra. A tabela abaixo destaca apenas uma simples trajetória de alguns destes alunos.¹³⁵

Tabela 38 - Alunos concluintes da primeira turma de 8ª Série de Tangará da Serra – 1972

Nº	Nome do aluno	Formação – Situação Profissional - 2009
01	Antônio Francisco de Melo	Professor Aposentado
02	Grácia Paternez	Professora Aposentada
03	Fátima Cristina Martinelli	Professora Aposentada
04	Helena Alves da Conceição	Professora Aposentada
05	Cleonice Garcia Michelin	Sem informação
06	Antônio Alves de Moraes	Engenheiro Elétrico
07	José Ezequiel Ramos	Engenheiro Elétrico (Doutor)
08	Silas Corsino	Bancário Aposentado
09	Aparecido Antunes	Comerciante
10	Geraldo Magela Ferreira Ramos	Gerente de Banco (Falecido)
11	Marcos Antônio Bizelli	Empresário
12	José Amaury Pereira	Ator e Cineasta
13	Abedias de Souza Gama	Professor – Assessor de Governo em TO
14	Ninfa Guerra	Empresária
15	Marilene de Souza Pegorini	Professora Aposentada
16	Ema Loriato	Professora Aposentada
17	Maria Margarida Pereira Ramos	Professora Aposentada
18	Loide Coelho Lopes	Professora
19	Elizabeth Muniz	Bacharel em Direito - Aposentada
20	Elza Batista da Costa	Professora Aposentada

FONTE: Mello (2008); Pereira (2009).

A imagem abaixo destaca a formatura da 8ª série realizada no dia 30 dezembro de 1972. Os alunos, após a missa celebrada pelo professor e padre Edgar Henrique Muller, receberam seus certificados de conclusão de 8ª série, na Igreja Matriz de Tangará da Serra, ocasião em que todos estavam usando o uniforme escolar. Os homens, calça comprida azul de tergal, meias e sapatos pretos e camisa branca com brasão do Estado de Mato Grosso pintado no bolso. As mulheres usavam saia azul de tergal, sapatos pretos com meias brancas e camisa branca com brasão do Estado de Mato Grosso pintado no bolso. Na imagem, sem uniforme escolar, na fila atrás está a Delegada de Ensino e Cultura de Rosário Oeste, Ir. Maria Monfort.

¹³⁵ A trajetória de vida, e o significado da escola em estudo, na vida destes concluintes da 8ª série de 1972, deverá ser objeto de pesquisa em outro momento.



Figura 49 - Formatura de 8ª Série - 1979

FONTE: Acervo particular de Antônio Francisco de Melo

A formatura realizada no espaço da Igreja Católica mostra a relação muito próxima entre a Igreja e a escola em Tangará da Serra. Os padres e freiras estiveram, principalmente até 1975, como professores e diretores escolares. Na maioria das atividades estas duas instituições eram parceiras na formação do migrante. A Igreja, localizada na época, especialmente no centro da cidade de Tangará da Serra, mantinha uma aproximação muito significativa em todos os campos sociais.

A figura anterior corresponde ao nome dos alunos que estão na tabela 38 começando pelo aluno que está no centro, Antonio Francisco de Melo, e seguindo à sua esquerda com a aluna que está à frente do banco que é retratado na imagem. Estes alunos tiveram de uma forma geral, uma trajetória escolar significativa. Alguns continuaram a estudar na própria Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra, realizando um curso de 2º grau¹³⁶ em 1973, que somente em 1974 foi definido como curso de Magistério de 1º grau – nível I a IV. No imaginário dos ex-alunos e em parte da documentação escolar até 1976 está registrado como curso Normal.

¹³⁶ O ensino de 2º grau em Tangará da Serra poderá ser objeto de investigação em trabalhos posteriores.

A Lei 5.692/71, que estabelece diretrizes e bases para o primeiro e o segundo graus, contemplou a escola normal e, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o segundo grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginásial. Assim, a já tradicional escola normal perdia o status de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia (TANURI, 2000, p.80).

Em 1973, muitos alunos se matricularam na primeira turma do 2º grau. As disciplinas cursadas naquele ano foram Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, História, Geografia, OSPB, Matemática, Ciências Físicas Biológicas, Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programas de Saúde e Ensino Religioso. As disciplinas de formação específica só foram oferecidas a partir do segundo ano do curso.

Conforme a Grade Curricular do período letivo de 1973 à 1975 do curso de Magistério, como disciplinas de formação profissionalizante, os alunos cursaram: Filosofia e História da Educação, Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, Biologia Educacional, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, Metodologia e Prática de Ensino. Nos últimos anos do curso também foram oferecidas as disciplinas de Educação Física e Língua Estrangeira Moderna (Inglês).

O 2º grau com habilitação em Magistério era basicamente para atender a necessidade da demanda de professores que já estavam em atividades nos grupos escolares. Dentre os alunos que fizeram parte da primeira turma de II Grau em Tangará da Serra estão: Aparecida Oliveira dos Santos, Antônio Alves de Moraes, Afonso Silveira Torres, Abedias de Souza Gama, Antônio Francisco de Melo, Elza Batista da Costa, Élon Ferreira Morais, Ema Loriato, Fátima Cristina Martinelli, Geraldo Magela F. Ramos, Grácia Paternez, Helena Alves da Conceição, Heracilda Dutra de Azevedo, Ivana de Souza Medeiros, José Ezequiel Ramos, Loide Coelho Lopes, Maria Torres Morais, Marilene de Souza Pegorini, Maria Margarida Ramos, Rita Aparecida dos Santos e Silas Corsino.

Dentre este grupo de 21 alunos que entraram para o 2º grau em 1973, apenas sete concluíram o curso de Magistério em 1975, os demais formandos em 1975 entraram no curso com transferência de outras localidades. Esse movimento mostra a mobilidade dos espaços de colonização em Mato Grosso. A abertura da fronteira agrícola, o estímulo para a ocupação do Centro-Oeste e da região Norte do Brasil fez com que a circulação das pessoas ocorresse de forma intensa.

Neste movimento, mais nove pessoas vieram somar ao curso normal. E em 1975 formaram então 16 novos professores. Os concluintes foram: Alvina Barreto, Antonio Francisco de Melo, Coleta Esteves, Edinéia Simões Matias, Elza Batista da Costa, Ema Loriato, Fátima Cristina Martinelli, Grácia Paternez, Imair Terezinha dos Santos, Inês Rodrigues dos Santos Cera, João Flauzino de Oliveira, Maria Dilza Souza Couto, Maria Lazara Cunha Ramos, Maria Stella Castilho, Rita Aparecida dos Santos e Maria Margarida Ramos. Dentre estes, apenas João Flauzino de Oliveira não se dedicou ao magistério. Alvina Barreto foi secretária de escola e professora, depois se dedicou a atividade comercial. Antônio Francisco de Melo e as demais formandas estiveram parte de suas vidas profissionais ligados à educação escolar. Muitos inclusive, já aposentaram na educação. A imagem a seguir, mostra parte dos formandos no baile de formatura. Ao centro estão os professores do Magistério Mituo Matumoto e Aparecida Xavier Matumoto.



Figura 50 - Baile de Formatura – Habilitação em Magistério - 1975

FONTE: Acervo particular de Elza Batista da Costa

As aulas do Magistério eram oferecidas no período noturno. Segundo relatos, muitos realizaram matrícula no primeiro ano do segundo grau em 1973, porém, não havia sido definido qual seria a habilitação, desta forma, muitos desistiram em especial os homens, pois durante o ano de 1973 ficaram sabendo que o curso seria, a partir de 1974, definido como Magistério e que não tinham habilidade para o exercício desta função e também o salário não era atrativo.

A partir de 1974 a primeira série do ensino de 2º grau funcionava no período vespertino, enquanto que as demais séries funcionavam no período noturno. Este fato impedia os homens de estudarem o 2º grau, pois em sua maioria eram empregados e tinham jornada diurna para cumprir com seus trabalhos.

Um novo espaço para a educação masculina e para as mulheres que não dispunham de tempo para estudar no período vespertino, só foi vislumbrado em 1975 com a criação do curso de 2º grau com habilitação em Técnico em Contabilidade. Para o funcionamento de todos os níveis de ensino, a criação de escolas em Tangará da Serra, foi resultado da movimentação da comunidade. A escolarização em áreas de colonização recente de Mato Grosso foi resultado de ações coletivas da população envolvida, como demonstra esta matéria publicada em Tangará da Serra, no dia 16 de fevereiro de 1975.

[...] segundo orientação da Delegada de Ensino, com relação ao curso Técnico para Tangará da Serra, foi feito o levantamento tanto de alunos como de professores, dando uma clara visão, não somente das condições de funcionamento como a sua necessidade. Em reunião realizada no dia 13p.p. no Grupo Escolar Tangará, presidida pela Diretora Dinamar, com a presença de vários contabilistas e professores, foi então criado o Corpo Docente, sendo assim formado: Neusa, Ir. Florida (Irmã Osvalda), Marta, Sebastião, Ivana, Fernando, José Delcaro, Antônio Carlos e Clelia Maria.

Ficando vago apenas o professor de programação de saúde, o qual contamos com a colaboração do Dr. Amauri, que se achava ausente nesta data.

Além de contarmos com a colaboração espontânea dos acima mencionados, devemos muito nesta iniciativa ao dinamismo e amor à causa do ensino do Pe. Ivo (FOLHA DE TANGARÁ, 1975, p.01).

A partir de 1973 as matrículas do Ginásio Estadual tiveram um significativo crescimento, a abertura do ensino de 2º grau vislumbrou novas expectativas para os alunos e em 1975 com a criação do 2º Grau com habilitação em Técnico em Contabilidade motivou várias pessoas a retornarem à escola. A Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra cresceu, unificou-se como o Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” e transformou-se em Escola Estadual de I e II Graus “29 de Novembro”, na atualidade, com uma nova arquitetura, apenas Escola Estadual “29 de Novembro”.

Considerações Parciais

O texto, Escolas Reunidas, Grupos Escolares e Ginásio Estadual, enfatizou a transformação da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, para as

Escolas Reunidas de Tangará da Serra em 1968, e depois a transformação desta, em Grupo Escolar de Tangará da Serra em 1970. Assim como a criação do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” e do Ginásio Estadual de Tangará da Serra. Todas estas mudanças estiveram ligadas, diretamente, ao movimento migratório que aconteceu em Tangará da Serra. O número de alunos crescia anualmente, fazendo com que a instituição educativa se tornasse objeto de novas preocupações.

A transformação da Escola Rural Mista de Instrução Primária em Escolas Reunidas de Tangará da Serra, além de atender a demanda de novos alunos, recebeu como diretora a Ir. Myriam Hansel da Congregação das Irmãs da Divina Providência. Toda a gestão da irmã à frente das Escolas Reunidas e depois do Grupo Escolar estava em sintonia com as necessidades de assegurar a presença do catolicismo nestas novas áreas de colonização. O papel desempenhado pela irmã Osvalda Kroetz na direção do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” e a presença de padres e freiras no magistério do Ginásio Estadual, contribuía para que a educação católica fosse inculcada nos migrantes de Tangará da Serra.

As Irmãs da Divina Providência assumiram a direção dos Grupos Escolares em Tangará da Serra a pedido do bispo de Diamantino, D. Alonso Silveira de Melo, e consolidaram o controle da escolarização pública de Tangará da Serra por um período de oito anos.

A Escola Pública em Tangará da Serra iniciou-se sob a organização e o controle pedagógico das irmãs da Divina Providência. A laicidade de ensino, não existiu em tempos de escolas reunidas e nem nos primeiros anos de funcionamento dos grupos escolares. Em Mato Grosso, e a história da escolarização de Tangará da Serra é um exemplo, Estado e Igreja aliaram-se para a formação moral e intelectual do migrante.

A gestão político – religiosa da Irmã Myriam Hansel, além de valores católicos, trouxe para a escola preocupações didático-pedagógicas, carentes em tempos da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, pois a mesma estava fazendo o curso Normal no período de férias, concluindo-o em 1970.

No Grupo Escolar “Dr. Ataliba de Oliveira Neto”, irmã Osvalda Kroetz, habilitada e experiente para o magistério, conduzia com maestria o cotidiano da escola. Estava sempre atenta à aprendizagem dos alunos, às suas habilidades, em especial àquelas que pudessem ser úteis à Igreja como a música, por exemplo. Percebe-se através da investigação realizada, que a educação e o processo educativo, eram preocupações da

diretora. Ir. Osvalda Kroetz vivia intensamente a escola. As representações que fazem com que concluamos estes aspectos estão presentes nas fontes orais e escritas.

O tempo das escolas estava centralizado nas festas da Igreja Católica, sob a presença forte do trabalho das diretoras. Elas concretizavam seus objetivos, por meio da educação, que eram, a construção de bases firmes dos valores cristãos católicos nos alunos migrantes.

Os alunos das Escolas Reunidas participavam, ativamente, das atividades da cidade. Estavam sempre em sintonia com os acontecimentos. As práticas educativas em Tangará da Serra estavam relacionadas com a vida social. Na escola os alunos aprendiam os conteúdos determinados pela DRE e recebiam os ensinamentos cristãos da Ir. Myriam Hansel.

Com informações da DRE, a diretora, Ir. Myriam Hansel orientava os trabalhos desenvolvidos pelos professores, mas, não tinha atitudes fiscalistas. Ela assessorava os professores sempre que necessário, porém não realizava imposições sobre o cumprimento de suas atitudes pedagógicas. Enquanto que a Ir. Osvalda Kroetz realizava um trabalho de acompanhamento mais próximo do trabalho pedagógico do professor, fazendo intervenções quando julgava necessário.

Os professores além de exercerem suas atividades de ensino, estavam em sintonia com as questões que se faziam presentes na cidade. Eles representavam os elementos condutores da sociedade, e mesmo com baixos salários, gozavam do prestígio social que a profissão lhes conduzia. O professor deveria garantir o padrão moral, para ter perante a sociedade uma boa reputação, o que lhe daria a possibilidade da manutenção de seu *status* social.

A escolarização em Tangará da Serra foi marcada por significados diferenciados sobre a escola. A Escola Rural Mista de Tangará da Serra pode ser considerada como mais autônoma, ligada diretamente às ações de seu representante, o professor José Nodari, e também das interferências de Antônio Hortolani, gerente da SITA, não no processo de ensino, mas na condução das atividades políticas na e para a escola.

No tempo das Escolas Reunidas, a educação começa a ganhar um caráter mais institucional, influenciada pela condução católica. A escola estava mais próxima da comunidade. Pais, professores e alunos mantinham relações estreitas de integração social. O espaço da escola era o mesmo da comunidade. O trabalho do professor começa a ficar mais dirigido, algumas preocupações coletivas sobre a educação começam a fazer parte do repertório do espaço escolar.

A criação do Grupo Escolar representa uma terceira fase para a história da Educação de Tangará da Serra. Nesta fase, a população separa a escola da comunidade. O espaço individual da escola é consolidado. A construção dos grupos escolares de alvenaria, a cerca ao seu redor, tudo configura concretamente um novo espaço simbólico.

No grupo escolar, outras operações educacionais seriam realizadas. Ainda que o processo educativo fosse marcado pela memorização. Os professores, nos grupos escolares de Tangará da Serra, não ensinaram apenas por empirismo, pois eles estavam em formação escolar. A formação na habilitação para o Magistério, fez com que os professores dessem outros significados para a escola, incorporando os preceitos da Lei 5.692/71.

O Grupo Escolar inaugura um ensino mais impessoal, a preocupação com o conhecimento, vai produzindo um distanciamento com a comunidade local. A população só vai conhecer a escola, nos momentos das festas cívicas. Na escola são aperfeiçoados os espaços internos de poder e controle. No grupo escolar o aluno migrante reconstrói sua cultura.

Para os professores, os grupos escolares, foram sinônimos de perspectiva de uma carreira na educação. O engajamento para realizar a formação na docência foi muito significativo. A consolidação dos professores dos grupos escolares de Tangará da Serra, na carreira dos profissionais da educação do Estado de Mato Grosso, pode ser observada a partir de 1974, pois a maioria dos professores, que engajaram na escola naquele ano, seguiu os caminhos do magistério público.

A criação e consolidação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, depois em 1973 transformado em Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra, foi responsável pela formação docente dos professores migrantes de Tangará da Serra, em especial, por meio da habilitação em Magistério que formou a primeira turma em 1975.

Ser aluno, professor, ou diretor em espaços de colonização recente, é participar da construção de todos os elementos de infra-estrutura que necessita uma comunidade em formação. Tudo foi construído. Do meio do cerrado “nasceram” ruas, avenidas, casas, igrejas, lojas e escola. A escola como a marca de consolidação do progresso e da garantia de um bom futuro para a família migrante. *A casa para morar, o comércio para comprar, a igreja para rezar e a escola para instruir*, esta é marca da memória coletiva dos primeiros habitantes de Tangará da Serra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa “**Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra – Mato Grosso – Brasil - (1964 -1976)**”, registrou a história e a memória de homens e mulheres que participaram da construção da escola em momento de colonização recente em Mato Grosso. As instituições escolares foram organizadas inicialmente pela população local para a consolidação do sonho migrante da garantia do futuro próspero, em especial para seus filhos.

Mato Grosso, no século XXI, com o avanço tecnológico e investimentos na educação, possuía em 2007, conforme dados do Ministério da Educação, os seguintes Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB para a escola pública:

Tabela 39 - IDEB – Brasil e Mato Grosso – Escola Pública - 2007

Níveis de Ensino	Brasil	Mato Grosso
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,0	4,4
Anos Finais do Ensino Fundamental	3,5	3,6
Anos Finais do Ensino Médio	3,2	3,0

FONTE: BRASIL, Ministério da Educação. IDEB. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336. Acesso em 12 set. 2009.

Os baixos índices educacionais, em quase conformidade com os da totalidade da educação brasileira, têm raízes históricas consolidadas, devido à ausência de políticas públicas que respondessem às necessidades da população mato-grossense. A população migrante dos anos 60 e 70 do século XX fizeram com que as escolas em Tangará da Serra fossem criadas e que o processo de escolarização tivesse continuidade, através do movimento das pessoas da localidade, do auxílio da empresa colonizadora e da Igreja.

As famílias migrantes, em geral, movidas pelo discurso da SITA, empresa colonizadora, ao ocuparem o sítio urbano e rural de Tangará da Serra, levaram uma vida simples, aproveitando os recursos naturais que o espaço oferecia. Foram famílias movidas, em especial, pelo ciclo econômico da produção cafeeira.

O fenômeno histórico social que fez movimentar a migração, em especial, do sudeste para Mato Grosso, foi o discurso acerca da abertura da fronteira agrícola, ações do neobandeirantismo. O Estado de Mato Grosso e o governo ditatorial brasileiro criaram uma

política de atração para ocupação dos “espaços vazios” da Amazônia Mato-Grossense, porém não consolidaram políticas públicas para garantir ao migrante qualidade de vida.

Nesta efervescência migratória, a existência do espaço da escola, se consolida como uma das formas de garantir o “futuro promissor”. A população, não cobrou educação de qualidade, até porque conforme os relatos de pais e ex-alunos ao representar o papel da instituição, a existência da escola, garantia a eficiência da educação. A apropriação que os migrantes fizeram da escola é de um espaço de *ensino para o futuro*.

A institucionalização da escola em Tangará da Serra ocorreu com a criação da Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra, em 1964, sob a manutenção do governo de Estado de Mato Grosso e, em 1965, foi instalada a Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio mantida pela Prefeitura Municipal de Barra do Bugres.

A Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra teve seu tempo de duração de 1964 a 1967. Funcionava no mesmo espaço da antiga escola organizada pela SITA. Paredes de madeira, chão batido, cobertura de tabuinhas, janelas de madeira, bancos rústicos de madeira bruta, quadro negro, mesa do professor, mapas e cartaz do tempo compunham elementos interiores do espaço da sala de aula. A arquitetura da escola representava a mesma da cidade. Um espaço de migrantes, em que o material disponível, a madeira, era utilizado.

Em regiões que recebem fluxos migratórios intensos, a escola é um dos elementos constitutivos do eixo de concentração das atividades das pessoas. A escola, a igreja, o campo de futebol e as casas comerciais são os elementos aglutinadores de pessoas e de possibilidades. São estes os espaços cujos olhares, em especial, dos grupos que administram a cidade, se direcionam. São espaços com funções diferenciadas, unos, mas que carregam significados múltiplos e que estabelecem a identidade de uma localidade em formação.

Em Tangará da Serra, a fiscalização da escola, por parte da SEC, ou da DRE estava centrada no apuro burocrático dos registros escritos, pois, em relação aos elementos didáticos, à formação de professores, e aos resultados de aproveitamento dos alunos, não eram objeto de análise. O importante era a existência da unidade escolar. Garantir a sua qualidade de ensino e aprendizagem, voltada para atender uma população migrante, não era proposta de discussão no Estado de Mato Grosso, nos anos sessenta e setenta. O aumento e a diminuição do número de alunos matriculados durante o ano letivo, ou suas presenças e ausências às aulas, bem como, o quadro flutuante de professores, em especial

do Grupo Escolar de Tangará da Serra, evidenciou a reprodução das inquietações do movimento migratório.

Alguns fatores marcaram a cultura das instituições escolares analisadas, tais como a ausência de recursos didático-pedagógicos; o uso de livros didáticos, e para alfabetizar, a cartilha “Caminho Suave”; a memorização como método de obtenção do conhecimento; e o índice considerável de reprovações, abandonos ou transferências, em particular no tempo da Escola Rural Mista de Instrução Primária e das Escolas Reunidas. No tempo dos grupos escolares, com professores já em formação, o índice de resultados finais, em relação à reprovação diminuiu.

As escolas de Tangará da Serra, no período em estudo, 1964 a 1976, não eram escolas isoladas do Estado de Mato Grosso ou do Brasil. As políticas públicas é que eram ausentes numa perspectiva de minimizar ou romper com os problemas do *homem novo, no novo mundo mato-grossense*.

Em Tangará da Serra a institucionalização da escola, tanto no espaço urbano, quanto no rural, foi marcada por práticas de ensino empiristas, caracterizadas por professores em formação, porém já com a distinção social, possibilitando, o enquadramento de tais professores em um diferente espaço social. O professor, era um representante da elite intelectual do espaço em estudo. Em Tangará da Serra, a escola foi uma produção da sociedade, e como a sociedade estava em processo constante de mutação, devido à inconstância do movimento migratório, assim também se observou as práticas educativas. No início da formação urbana de Tangará da Serra, o espaço e o tempo da escola, se misturaram ao tempo da colonização.

As mudanças nas nomenclaturas da escola, assim como, a composição de modalidades diferentes, passando de escola rural mista, depois para escolas reunidas em seguida para grupo escolar e por fim em escola estadual, além de atender às exigências legais do Estado, estão ligadas, diretamente, ao movimento migratório que aconteceu em Tangará da Serra. O número de alunos cresceu anualmente, fazendo com que a instituição educativa se tornasse objeto de novas preocupações.

A aliança entre a Igreja e o Estado, nestas regiões de colonização recente, explica-se pela necessidade da manutenção do processo romanizador da Igreja Católica, em especial após o Concílio Vaticano II, assim como, garantir a formação de uma comunidade “dócil” assegurando a implantação das políticas públicas do estado de Mato Grosso. A distinção social das freiras como diretoras era condição para legitimar suas ações frente à escola e também a garantia de que a “cartilha” dos governos ditatoriais fosse cumprida. A

ordem e a moral estavam em consonância com o estado autoritário que se consolidava no Brasil após 1964.

A história da Educação de Tangará da Serra amplia-se com a criação dos grupos escolares. A identidade do grupo escolar é marcada pela organização do seu espaço individual; a escola é separada da comunidade. O envolvimento da comunidade com a escola se faz sempre a convite da escola. A cultura escolar, embora sendo influenciada por ela, segregou a comunidade. A continuidade destas ações se fortaleceu com a institucionalização do Ginásio Estadual e posteriormente da Escola Estadual de I e II graus de Tangará da Serra, espaços que asseguravam a continuidade e formação profissional para alguns migrantes.

A escola em regiões de colonização recente é resultado do *saber e fazer* de vários agentes diferenciados. O primeiro foi o da família do aluno que migrou, e que exigiu a presença da escola, contribuindo para o seu funcionamento. O segundo, da empresa colonizadora, que garantiu a presença da escola e buscou alternativas para que funcionasse e fosse institucionalizada. A escola existiu de fato. Esteve presente na consolidação do discurso capitalista da expansão da fronteira. O terceiro foi a Igreja, que utilizando-se do saber das irmãs da congregação da Divina Providência e dos padres Jesuítas, implementou ações para garantir o domínio da mentalidade das famílias migrantes. E enfim, o último *saber e fazer* foi resultado das ações individuais e conjuntas dos agentes alunos e professores que em diferentes tempos, aperfeiçoaram os espaços escolares configurando-lhes vida.

Considerando que o problema que direcionou esta pesquisa tenha sido : **“Como foi tratada a questão educacional durante o estímulo à ocupação territorial em Mato Grosso a partir de 1960?”**, chegamos as seguintes considerações:

- a) As escolas em Tangará da Serra sejam elas de ensino primário e ou médio, até 1976, foram criadas inicialmente a partir de movimentos realizados pelas famílias migrantes, que buscaram apoio institucional nas lideranças políticas e religiosas da localidade;
- b) A empresa de colonização, SITA, por meio de seu gerente senhor Antônio Hortolani, em especial até os anos de 1969, esteve em sintonia com a organização da escola, mantendo-a quando se fazia necessário e apoiando seus professores.
- c) A empresa colonizadora utilizava em sua propaganda, de forma direta e indireta, a presença da escola, para incentivar a prática migratória para Tangará da Serra,

isto mobilizou a comunidade, fazendo com que em oito anos de migração (1960 – 1968) já existisse o ensino ginasial.

- d) O poder público estadual, a Secretaria de Educação e Cultura, por meio da Delegacia Regional de Educação e Cultura de Rosário Oeste, depois que a escola se constituiu enquanto espaço físico e recursos humanos, fizeram seu processo de institucionalização. O poder do Estado de Mato Grosso chegava até a escola por meio das ações fiscalizadoras das inspetorias de ensino da SEC e da DREC.
- e) As ações da SEC e da DREC, nas escolas em Tangará da Serra, foram responsáveis pela transição da Lei 4.024/61 para a aplicabilidade da Lei 5.692/71. As práticas da nova legislação educacional foram aos poucos implantadas no currículo escolar, ganhando mais força com a formação da primeira turma de concluintes de Magistério em Tangará da Serra, em 1975.

A família migrante, em um número significativo, preocupava-se com o processo de escolarização dos seus filhos. A escolarização é constituidora dos anseios dos migrantes, pois no eixo central que constituiu o movimento de pessoas para Mato Grosso no século passado estava: terra, trabalho e família. A ventura da família, passava pelo processo educacional dos filhos. Este desejo fez com que escolas fossem criadas no espaço urbano e que outras tantas surgissem na zona rural de Tangará da Serra dentre os anos de 1960 a 1976. Em 1977, primeiro ano de administração político administrativa de Tangará da Serra, o município contava com 53 escolas municipais rurais, totalizando 2.472 alunos na zona rural.

Estes dados apontam para a estreita relação entre migração e escolarização, pois em zonas de colonização recente, onde o fluxo migratório é intenso, a presença de escolas se concretiza com a permanência do migrante. Foi por isso que em algumas localidades rurais de Tangará da Serra, a presença de escolas foi efêmera: sua durabilidade estava em sintonia com a economia local.

No fazer do movimento migratório, entendendo a escola como elemento de garantia de uma prosperidade futura e relacionando-a ao caráter comercial do empreendimento da colonização, consideramos que o tempo escolar foi marcado cronológica e politicamente pelo momento da ditadura militar brasileira, por suas imposições cívicas e morais. A escola em Tangará da Serra, em tempos de laicidade educacional, viveu uma cultura escolar influenciada pela religiosidade católica, por meio de músicas, dramatizações, orações e aulas. As festas comemorativas, desfiles cívicos e teatros, alteravam o ritmo do cotidiano escolar. Assim como, as ações do tempo físico, como as longas chuvas, ou os grandes

períodos de seca, modificavam a paisagem e fazia com que, na escola, medidas fossem tomadas para que os alunos tivessem acesso e ou permanecessem no ambiente escolar.

Os espaços escolares, improvisados, construídos coletivamente ou pelo Estado, carregam a marca da migração. As salas de aulas sempre estavam lotadas, e novos espaços deveriam ser providenciados para abrigar o aluno migrante que chegava em Tangará da Serra. Os períodos escolares deveriam ser tresdobrados (matutino, intermediário e vespertino) para que possibilitassem acesso ao número elevado de alunos. Em alguns anos, salas eram alugadas para que alguns alunos pudessem estudar. A construção dos grupos escolares, em alvenaria, deu outra fisionomia à paisagem da cidade.

Os alunos, sujeitos da ação educativa escolar, eram em sua maioria filhos de famílias de lavradores, pessoas que não tinham propriedade rural e que trabalhavam em pequenas lavouras nas proximidades do núcleo urbano de Tangará da Serra. Muitos também eram filhos de pais que mantinham atividades de serviços ou comerciais na cidade. Eram até 1976, pessoas que tinham poucos recursos financeiros. Com procedentes do movimento do migratório rural-rural, apresentavam muita defasagem em relação à idade e à série. O índice significativo de reprovação e desistência contabilizou os resultados escolares.

O professor, também migrante, aprendeu a ser professor no trabalho que desenvolvia com seus alunos. A formação profissional, para uma parcela significativa dos professores, só chegou em 1973 com a consolidação do ensino de 2º grau em Tangará da Serra, habilitação para o Magistério de I a IV. Os professores eram orientados e ou formados numa perspectiva tecnicista de educação. Alguns, eram inovadores em suas ações pedagógicas, ensinavam os conteúdos pré-estabelecidos pela SEC com metodologias mais diferenciadas. O trabalho didático do professor era orientado pela direção dos grupos escolares, porém, percebe-se através das fontes, uma autonomia relativa do professor na condução da sua tarefa educativa. No relacionamento professor e alunos havia uma diversidade de ações para que a disciplina da sala de aula fosse mantida. O professor era considerado na escola e pela comunidade em geral uma autoridade educacional.

Espaços de migração são também espaços de conflito, ligados à posse da terra e às questões étnicas, específicas de regiões de fronteira. Além destes conflitos, que mobilizaram a localidade de Tangará da Serra, em sua história do tempo recente, outros surgiam nos espaços escolares, talvez não explícitos, mas articulados às práticas cotidianas da escola. Dentre estas situações podemos elencar as seguintes ações: manutenção da escola aos interesses da empresa colonizadora (1964-1968); imposição do catolicismo no

espaço da escola; controle na escolha dos docentes; estabelecimento de regras para a caixa-escolar e uniforme, conflitos entre os alunos considerando as diferenças de idade na mesma série; ausência de professores na escola; imposições de práticas pedagógicas aos professores; controle da inspetoria de ensino da DREC; e manutenção de interesses políticos no espaço da escola, dentre outros articulados no interior dos capítulos desta tese.

Esta pesquisa aponta novas possibilidades de investigação, dentre elas, cito: “o magistério masculino em regiões de colonização recente”, uma questão de gênero muito pertinente à investigação, assim como, “cursos de formação de docentes em região de colonização recente”.

Esta investigação, inédita, sobre as representações entre migração e escolarização na história recente de Mato Grosso (1964 – 1976), acena para o descortinar de mais uma contribuição em História e Historiografia da Educação no Brasil, na tentativa de “compreender a lógica das identidades múltiplas” conforme registra Nóvoa (2005) no prefácio de História e Memória da Educação no Brasil, ao responder a pergunta: “Para que a História da Educação?”.

MATERIAIS HISTÓRICOS

1. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso - APMT

Jornais

- Diário de Cuiabá, Ano VIII, nº. 1868, Cuiabá, 25 Maio 1976.
- Diário de Cuiabá, Ano VIII, nº. 1963, Cuiabá, 17 Set. 1976.
- Diário de Cuiabá, Ano VIII, nº. 1970, Cuiabá, 25 Set. 1976.
- Diário de Cuiabá, Ano VIII, nº. 1963, Cuiabá, 12 Nov.1976.
- Diário de Cuiabá, Ano VIII, nº. 2020, Cuiabá, 28 Nov. 1976.
- Folha Mato-grossense, Ano X. nº. 1160. Cuiabá, 27 Maio 1970.
- Folha Mato-grossense, Ano X. nº. 1162. Cuiabá, 31 Maio 1970.
- O Estado de Mato Grosso, Ano XXXI, nº. 5.612. Cuiabá, 06 Jan. 1970.
- O Estado de Mato Grosso, Ano XXXI, nº. 5.704. Cuiabá, 06 Maio 1970.
- O Estado de Mato Grosso, Ano XXXI, nº. 5.724. Cuiabá, 30 Maio 1970.
- O Estado de Mato Grosso, Ano XXXVIII, nº. 7.359. Cuiabá, 25 Maio 1976.

Mensagens de Presidente de Estado

Mensagem do Presidente de Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa, dirigida à Assembléia Legislativa, ao instalar-se a sua 2ª sessão ordinária da 12ª Legislatura, em 13 de maio de 1922.

Mensagem do Presidente de Estado Pedro Celestino Corrêa da Costa, dirigida à Assembléia Legislativa, ao instalar-se a sua 3ª sessão ordinária da 12ª Legislatura, em 22 de maio de 1923.

Livros de Registro

- Índice das Escolas do município de Corumbá e Rosário Oeste, 1956 - 1961.
- Índice de Escolas do município de Barra do Bugres, 1965.
- Livro de Protocolo, 1964.
- Livro de Registro de Portarias, 1964.
- Livro de Termos de Compromisso de professores e diretores, 1966 e 1967.

Catálogo de Leis

- Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927. Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso. Cuiabá, 22 de abril de 1927.
- Decreto nº. 726, de 19 de maio de 1964. Dispõe sobre a classificação de professores primários normalistas. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 22 de maio de 1964.

Decreto nº. 769, de 1º de agosto de 1964. Institui o “Fundo de Atividades para Extra-Ecolares”. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 06 de agosto de 1964.

Decreto nº. 939, 25 de maio de 1965. Cria o distrito policial de Tangará da Serra, no município de Barra do Bugres, com limites que menciona. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 31 de maio de 1965.

Decreto nº 264, de 28 de junho de 1967. Eleva à categoria de Escolas Reunidas as Escolas Rurais, Mistas de “Nova Olímpia” e “Tangará” ambas no município de Barra do Bugres. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 28 de junho de 1967.

Decreto Legislativo nº 2.876, publicado em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de dezembro de 1968.

Decreto Lei nº 1.084 de 04 de março de 1970, dispõe sobre a criação do Ginásio Estadual de Tangará da Serra, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de março de 1970.

Despacho Governamental de 15 de maio de 1961. Anula o concurso público de 1960. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 20 de maio de 1961.

Ementários, 1961 a 1964.

Lei nº. 866, 22 de outubro de 1956. Lei de Normalistas.

Lei nº. 2.090 de 19 de dezembro de 1963. Institui a Reforma Administrativa e cria a Secretaria de Educação e Cultura, desmembrada da Secretaria da Educação, Cultura e Saúde.

Lei nº. 2.399 de 25 de fevereiro de 1965. Dá nova estrutura ao quadro do Ensino Primário do Estado. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 04 de março de 1965.

Lei nº. 3.407 de 22 de outubro de 1973. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 25 de outubro de 1973.

Lei nº 452, de 24 de novembro de 1951. Lei orgânica do Ensino Primário de Mato Grosso. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 28 de novembro de 1951.

Portaria nº. 636, de 16 de outubro de 1959. Lei do Concurso público. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, 03 de dezembro de 1959.

Regulamento de Instrução Pública de 1942. Livro 222.

Resolução nº 23 de 10 de março de 1970, autoriza o funcionamento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra no município de Barra do Bugres, publicada em Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 30 de julho de 1970.

2. Arquivo das Irmãs da Divina Providência

Crônicas

Arenópolis. Crônica da Escola Missionária do Bom Jesus de Arenópolis – 1965 – 1968.

Cuiabá. Seminário Coxipó da Ponte - Patronato Santo Antônio. 1963 – 1976.

Nortelândia. Crônica Casa Sant'Ana em Mato Grosso – 1963 - 1970.

Tangará da Serra. Casa Nossa Senhora Aparecida – 1968 – 1982.

3. Arquivo da Paróquia Nossa Senhora Aparecida – Tangará da Serra – MT

Livro Tombo

Livro Tombo I - Reitoria de Nossa Senhora Aparecida - 1966 a 1983.

4. Arquivos Particulares

Cartas

CARNEVALI, Américo. Em carta para o autor. Uberlândia (MG), 23 out. 2001. 2 f.

NODARI, José. *Carta para Silvio Paternez*. Barra do Bugres (MT), 24 jul. 1966. 1.f

OSVALDA, Irmã. Em carta para o autor. São Miguel do Oeste (SC). 16 jan. 2001. 6 f.

PEREIRA, José Egberto. Em carta para o autor. Bom Jesus do Itabapoana (RJ), 13 nov. 2000. 6.f.

Jornais

Jornal a Razão. Nº 1. Tangará da Serra, 12 de abr. 1975.

Jornal Vanguarda de Tangará Da Serra. Especial p.6-11 [s a].

Mapas

SILVA, Darwin Monteiro da. *Planta Cadastral de Barra do Bugres, Arenópolis e Cáceres*. Cuiabá, 1960. 1 mapa, n.º 226; Escala 1: 250. Manuscrito.

Projeto Arquitetônico

CARVEVALI, Américo. *Projeto Arquitetônico de Tangará da Serra*. Empreendimento da Cita - Companhia Imobiliária Tupã para Agricultura.

5. Arquivo dos Jesuítas – Cuiabá – MT

KUNRAHT, José Aleixo. *Recenseamento*. Prelazia de Diamantino - Reitoria de Tangará - Núcleo do Interior. 1966

6. Biblioteca da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Censo Demográfico de 1960. Mato Grosso.

Censo Demográfico de 1970. Mato Grosso.

Censo Demográfico. Dados Gerais: Migração - Instrução – fecundidade mortalidade - Mato Grosso IX - Recenseamento Geral do Brasil, 1980.

Anuário Estatístico do Brasil, anos; 1955, 1957 e 1958.

O Brasil em números. Apêndice do Anuário Estatístico do Brasil - 1960.

Sinopse Estatística do Ensino de 1º Grau – 1973 -1974.

Sinopse Estatística do Ensino de 1º Grau – 1975

Estatísticas da Educação Nacional – 1971 – 1973.

7. Câmara Municipal de Barra do Bugres

Livro de Atas da Câmara Municipal de Barra do Bugres – Livro de Atas - 1959 a 1974.

8. Depoimentos

BATISTA, José Onofre. Em entrevista para o autor. Cuiabá, 28 fev. 2009.

BEAZÓLI, Maria. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra, 11 maio 1991.

CASAGRANDE, Iracema Machado da Silva. Entrevista concedida ao Programa nos Bastidores do Rádio. Rádio Pioneira. Tangará da Serra, 12 maio 2001.

_____. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra, 08 fev. 2006.

- CAGNIN, Júlio Garcia. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 28 jul. 2009.
- FERRAZ, Albino. Em entrevista para o autor. Campo Grande – MS, 21 jul. 2009.
- GONÇALVES, Ivone Paternez. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 02 jan. 2008.
- GOULART, Elzira Maria. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 27 mar. 2009.
- HANSEL, Maria Laura. Em entrevista para o autor. Porto Alegre - RS, 15 jul. 2007.
- IMMIG, Apolonia. Em entrevista para o autor. São Miguel do Oeste - SC, 22 jul. 2007.
- KROETZ, Florida. Em entrevista para o autor. São Miguel do Oeste - SC, 22 jul. 2007.
- LIMA, Generosa Alves. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 27 mar. 2009.
- MARTINEZ, Wanderley. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 1991.
- MELO, Antônio Francisco de. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 02 jan. 2008.
- MULLER, Pe. Edgar Henrique. Em entrevista para o autor. Diamantino – MT, 07 set. 2000.
- MORAES, Alvany Leocádio. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 16 maio 2009.
- NODARI, Ivone. Em entrevista para o autor. Aripuanã - MT, 16 dez. 2007.
- NODARI, Altair. Entrevista para o autor. Barra do Bugres – MT, 10 dez 2008.
- OLIVEIRA, Nasmim Silva. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 04 fev. 2009.
- PATERNEZ, Maria Margarida Ramos. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 06. fev. 2009.
- PEDÓ, Anete; SHWVER, Terezinha Catarina. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra - MT, 19 ago. 2007.
- PEREIRA, Grácia Paternez. Entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 16 jan. 2009.
- SASSAKI, Talkessi (Aldo). Em entrevista para o autor. Várzea Grande - MT, 31 de jan. 2008.
- SILVA, Eva Maria da. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 16 fev. 2008.
- SILVA, Genésia Faria e. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 04 fev. 2009.

SILVA, Leni Gomes da. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 16 jan. 2009.

SENA, José Neves. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra – MT, 16 abr. 2009.

SÖHN, Rufina (Ir. Leontine). Em entrevista para o autor. Porto Alegre - RS, 15 jul. 2007.

VIEIRA, Alvina Barreto. Em entrevista para o autor. Tangará da Serra, 04 fev. 2009.

9. Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”

Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Decreto n. 813 de 4 set. de 1964, cria a Escola Rural Mista de Instrução Primária de Tangará da Serra. Cuiabá, 11 set. 1964.

_____. Decreto n. 1.131 de 29 de 4 de 1970, eleva a categoria de Grupo Escolar as Escolas Reunidas de Tangará da Serra. Cuiabá, 05 de maio de 1970.

Diários de Classe, 1970 a 1975 (A coleção não está completa).

Livro de Matrículas – 1964 a 1966.

Livro de Matrículas de 1970 a 1975.

Livro Ponto de Professores – 1970 a 1975.

Livro de Visitas – 1964 a 1967

Livro de Exames Finais – 1970 a 1975.

Livro de Notas Bimestrais – 1973 a 1975.

Livro de Presença de Alunos – 1964 a 1966.

Livro de Classes, 1968.

Mapa do Movimento Geral – 1971.

Mensagem da Ir. Myriam, [s.d].

Planta Baixa da Escola Estadual de 1º grau "Emanuel Pinheiro". Escala 1:50. Governo do Estado de Mato Grosso- Secretaria de Educação e Cultura. 1975.

Recibo de Caixa Escolar, 1971.

Roteiro de Atividades Cívicas, 1972.

SITA – Comunicação de doação de lotes urbanos para o Grupo Escolar – 01 de dez 1971.

10. Escola Estadual “29 de Novembro”

Escola Estadual de I e II Graus de Tangará da Serra

- * Grade da Habilitação para o Magistério – I a IV – 1973 – 1975
- * Processo de autorização para funcionamento do Ensino de II Grau – 1975.

Escola Estadual de I e II Graus “29 de Novembro”

- * Diário Oficial referente a escola e município – 1969 – 1975. Pasta 1.

Ginásio Estadual de Tangará da Serra

- * Atas gerais dos exames de admissão - 1969
- * Livro Ponto Professores – 1969
- * Livro Ponto do corpo docente e pessoal administrativo e Professores – 1970
- * Planta Baixa de escola Distrital, 1969.
- * Registro ponto diário de aulas dos professores - 1971
- * Registro ponto diário de aulas dos professores – 1972
- * Registro ponto diário de aulas dos professores e pessoal administrativo – 1973
- * Registro ponto diário de aulas dos professores e pessoal administrativo – 1974
- * Regimento Escolar – 1969.

Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”

- * Livro Ponto Professores – 1974
- * Livro Ponto Professores – 1975
- * Livro de registro de notas de Exame Final dos alunos – 1971 -1972
- * Livro de registro de notas de Exame Final dos alunos – 1973
- * Livro de registro de notas bimestrais, recuperação e média final dos alunos – 1974
- * Livro de registro de matriculas – 1974
- * Livro de registro de Exames Finais – 1973 – 1975.

KROETZ, Florida. Relatório – ficha resumo do Grupo Escolar “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto” Livro de registro de matriculas – 1974 – 1975.

11. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR

A Cruz. Ano 1959 a 1960. Título 38. Rolo 43. NDIHR. Microfilme.

A Cruz. Ano 1963 a 1969. Título 38. Rolo 45. NDIHR. Microfilme.

Jornais Diversos. Período 1926 a 1966. Rolo 15. NDIHR. Microfilme.

Mensagens dos Governadores do Estado, 1954 a 1959, Doc.118-122. Ano 1954 a 1959 . Rolo 9. NDIHR Microfilme.

Mensagens dos Governadores 1962 a 1965 . Rolo 10. NDIHR. Microfilme.

Revista Brasil-Oeste. Ano 1956 a 1958. Rolo 59. NDIHR. Microfilme.

Tribuna Liberal. Julho a dezembro. 1964 a 1965. Título 87. Rolo 51. NDIHR. Microfilme.

Tribuna Liberal. Fevereiro a dezembro. 1966 a 1967. Título 87. Rolo 50. NDIHR. Microfilme.

12. Mensagens eletrônicas

CARNEVALI, Américo. Tangará da Serra. [Mensagem de trabalho]. Mensagem recebida por: edinei@vsp.com.br. em 13 nov. 2001.

13. Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral de Tangará da Serra – NUDHEO-TS.

Ata de Criação da Escola Rural Mista Municipal “Santo Antônio” - 1965.

Jornal Folha de Tangará, Ano I nº 1 a Ano 2 nº 54. Tangará da Serra - 1974 a 1975.

Plano Preliminar de Orientação para o desenvolvimento urbano – PPODU – Tangará da Serra, 1976.

14. Fontes iconográficas

Acervos privados

Família Sasaki

Aldo Sasaki – 1964

Acervo Ivone Paternez Gonçalves

Antônio Hortolani e José Nodari em discurso a população

Famílias migrantes na frente da Igreja com a imagem da santa padroeira – 1967

Alunas balizas e sua professora – 1968

Comemoração do Dia dos Professores – 1975.

Professoras uniformizadas – 1970

Professoras da Escolas Reunidas de Tangará da Serra – 1969

Desfile cívico na Avenida Brasil – 1972

Acervo Ivone Nodari Machado

Professoras Terezinha Sasaki e Ivone Nodari – 1965

José Nodari em plantação de arroz – 1972?

Acervo da Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”

Grupo Escolar de Tangará da Serra – 1975

Cantina do Grupo Escolar - 1975

Biblioteca do Grupo Escolar de Tangará da Serra – 1975

Secretaria do Grupo Escolar - 1975

Sala de Aula – 4ª Série – 1975

Acervo da Escola Estadual “29 de Novembro”

Bilhete recebido pela doação de livro

Ginásio Estadual de Tangará da Serra – 1971

Secretaria da Escola Estadual de I e II Graus de Tangará da Serra - 1975

Sala dos Professores – 1975

Cozinha – 1975

Comunicado de Ausência - 1970

Acervo Antônio Francisco de Melo

Formatura de 8ª Série - 1979

Acervo Elza Batista da Costa

Baile de Formatura – Habilitação em Magistério – 1975

Professora Elza Batista da Costa e seus alunos da 2ª série – 1976

Acervo Joaquim Alves da Silva

Diploma de contribuinte honorário - 1969

Acervo Ir. Osvalda Kroetz

Crianças em Fileira – 1975

Horta Escolar – 1975

Equipe diretiva e alunos vestidos de índios.

Grupo Escolar Dr. Ataliba Antonio de Oliveira Neto

Acervo Álbum das Irmãs da Divina Providência

Plantação de Abacaxi – 1975

Acervo do NUDHEO –TS

Cine Teatro Alvorada - 1974

Apresentação de Teatro – Anos 70

Festa Junina – anos 70

15. Legislação Nacional de Educação

Decreto - Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969

Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961

Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971

Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996

16. Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

_____. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi.(org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155 – 202.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Território*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, ano III, p.5- 26, 1998.

ALCÀZAR I GARRIDO, Joan Del. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/ Ed. Marco Zero. Vol. 13, nº 25,26, set.1992/ago., 1993. p.33-54.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (orgs). *História e memórias da educação no Brasil*. Vol III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

ALVES, Laci Maria Araújo. *Nas trilhas do ensino: educação em Mato Grosso – 1910-1946*. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

ALVES, Nilda; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Imagens de escolas: espaçotempos de diferenças no cotidiano. *Educação & Sociedade: Revista de Ciência da Educação*. Centro de Estudos da Educação e Sociedade. p. 17 -36. v. 25, n.86. jan.abr. São Paulo: Cortez: Campinas, CEDES, 2004.

ALVES, Luiz Gilberto. *Educação e História em Mato Grosso (1719 – 1864)*. 2.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 1996.

_____. *A produção da escola pública contemporânea*. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados: Campo Grande, MS: Ed.UFMS, 2004.

_____. Em busca da historicidade das práticas escolares. In: SAVIANI, Dermeval et al. *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. (Coleção Memória da educação). p.255 – 265.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. *Ensino de leitura e grupos escolares: Mato Grosso – 1910 – 1930*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

AMORIM, Lenice. MIRANDA, Leodete. *Mato Grosso: atlas geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (orgs.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação).

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução Andréa Dore. Bauru: Edusc, 2006.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagne (Orgs). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. São Paulo: EDUSC, 2000.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi.(org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23 -80.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAUJO, José Carlos de Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (orgs.) *Novos temas em História da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados: Uberlândia: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação).

BARRA, Valdeniza Maria Lopes. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios) modos de organização da escola e intervenções de ensino. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, nº 14, maio/ago., p. 15 -16, 2007.

BARROS, Armando Martins. Os álbuns fotográficos com motivos escolares: veredas do olhar. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo. *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. São Paulo: Autores Associados: Uberlândia: EDUFU, 2005.

BARROS, José D'Assunção. *O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: _____. *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini&Caniato, 2008.p. 15-26.

BECHER, Berta K; MACHADO, Lia Osório; MIRANDA, Mariana. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília: EdUNB: Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1990.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Trad. Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1991.

BIENNÊS, D. Máximo. *Uma Igreja na fronteira*. São Paulo: Loyola, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOTH, Agostinho. Memória, educação e velhice: o próximo a ser conhecido. In: TEDESCO, João Carlos. *Usos de memórias: política, educação e identidade*. Passo Fundo: UFP, 2002. p. 83-105.

BOTELHO, Miriam. Amaury Tangará lança vídeo e prepara peça baseada em Dicke. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, 18 mar. 2001. Personalidade. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=44502>. Acesso em 29 ago. 2009.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo permanente de trabalho de Educação do Campo. *Referência para uma política nacional de Educação do Campo*. Resolução CNE/CEB nº1 – 3 abr. 2002. Brasília, 2005.

_____. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). 1972/74*. Rio de Janeiro: IBGE, 1971.

_____. Ministério da Educação. IDEB. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=180&Itemid=336. Acesso em 12 set. 2009.

BROD, Ir. Rita. *O Deus da aliança – 40 anos na vida e na missão*. Cuiabá, 2003. Mimeograf.

BRUAND, Yves, *Arquitetura contemporânea no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BRUNI, José Carlos; MENNA-BARRETO, Luiz; MARQUES, Nelson (orgs). *Decifrando o tempo presente*. São Paulo: Unesp, 2007.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933)*. São Carlos: EDUFSCAR. 2002.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (orgs.) *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação). p. 25 – 38.

_____. A teoria em pesquisa: o lugar e a importância do referencial teórico na produção em educação. *Cadernos de Pós-Graduação*, São Paulo, v.4, Educação, p.33 -38, 2005.

_____. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: SAVIANI, Dermeval et al. *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. (Coleção Memória da educação). p.151 – 164.

_____; PINTO, Gelson de Almeida. *Arquitetura e educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971*. São Carlos: EdUFSCAR; Brasília: INEP, 2002.

BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. Cultura, Tradição, Educação. In: GATTI JÚNIOR, Décio; PINTASSILGO, Joaquim. (orgs.). *Percursos e desafios da pesquisa e do ensino de História da Educação*. Uberlândia: EDUFU, 2007. p.13 – 22.

CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 6 ed. São Paulo: Livraria duas Cidades, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo - *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Sueli P. et al. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 6. ed. Tradução Epharaim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHARTIER, A. M. Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária. *Revista brasileira de História da Educação*, n.03, Sociedade Brasileira de História da Educação –SBHE, jan-jun, p.9-26, 2002.

CHARTIER, Roger, *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, DIFEL: Rio de Janeiro: Beltrand Brasil S.A, 1990.

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUVEAU, Agnès. PHILIPPE, Tétart.(orgs.) *Questões para a História do presente*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 1999.

COSTA, Iraci Del Nero da. PORTO, Cornélia Nogueira. Projeto: *Transformações da estrutura produtiva da agricultura e movimentos migratórios no Brasil*. Relatório Final. Ministério da Agricultura. FIPE - Fundação Instituto de pesquisas econômicas. São Paulo: Abril de 1983.

_____. *Movimentos migratórios no Brasil e seus condicionantes econômicos. (1872-1980)*. FIPE - Fundação Instituto de pesquisas econômicas. São Paulo: 1987.

COSTA, Romana Maria Ramos. *Cultura e contato: um estudo da sociedade Paresí, no contexto das relações interétnicas*. 1985. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COUTO, Osmair. *As relações trabalhistas durante o ciclo cafeeiro na região de Tangará da Serra nas décadas de 70 e 80*. 1999. Monografia. (Especialização em Direito) Faculdade de Direito, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá.

CROCE, Benedetto. *História como história da liberdade*. Tradução Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

CUNHA, Luiz Antônio. Religião, Moral e Civismo na Educação Brasileira – 1931/97. In: *VIII Congreso Iberoamericano de Historia de la educación latinoamericana*, de Buenos Aires. Anais...Buenos Aires, 2007. I CD-ROM.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. *Sorriso de tantas faces: a cidade (re) inventada. Mato Grosso pós 1970*. 2005. Dissertação. (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O legado da era Vargas: educação e a Igreja Católica. *Revista da Educação Pública*. Cuiabá, v.14, n. 25, p.167 – 183, jan./jun.2005.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF, 2000.

_____; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Revista da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação – ANPED, p. 19 -34, n.14. maio/jun./jul./ago/ 2000. São Paulo – SP. (Número Especial – 500 anos de Educação Escolar).

_____. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; _____.; Veiga, C. G. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 135 – 150.

_____; VIDAL, Diana Gonçalves. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n.1, p.139 -159, jan./abr., 2004.

FERREIRA, Eudson de Castro. *Posse e propriedade: a luta pela terra em Mato Grosso*. Campinas, 1984. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Enciclopédia ilustrada de Mato Grosso*. Cuiabá: Buriti, 2004. p. 263. Conforme estimativas do IBGE – 2006.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas: Papirus, 2003. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

_____. *Caminhos da História ensinada*. 7. Ed. Campinas: Papirus, 1993. (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano em clave historiográfica. In: _____.; _____. *Historia reciente: perspectivas y desafios para un campo en construcción*. Buenos Aires: Paidós, 2007.

FRATTARI NETO, Nicola José. Educandário Espírita Ituiutabano: da laicidade à fé perante as transformações na educação brasileira (Ituiutaba, MG, 1958-1973). In: SOUZA, Sauloéber Tarso de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. *Do público ao privado, do confessional ao laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX*. Uberlândia: EDUFU. 2009. (no prelo)

FREITAS, Maria Teresa de Assunção (org.). *Memórias de professoras: História e histórias*. Juíz de Fora: EdUFJF, 2000.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. 2000. Tese. (Doutorado em História) -

Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; _____. (orgs.). *Novos temas em História da Educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. (Coleção memória da educação). p. 3 – 24.

_____. *A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970 – 1990)*. Bauru: Edusc; Uberlândia: EDUFU, 2004.

_____; PESSANHA, Eurize Caldas. História da educação, instituições e cultura escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: _____.; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. São Paulo: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 91 – 104.

_____.; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. São Paulo: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005.

_____. Estudo sobre as tendências atuais da pesquisa em história da educação: a temática da história das instituições escolares. In: IBIAPINA, Maria Lopes de Melo; CARVALHO, Maria Vilani Cosme de (orgs.). *Educação, práticas socioeducativas e formação de professores*. Teresina: EDUFPI, 2006. p.31 – 46.

GERMANO, José Willington. *Estado militar e educação no Brasil (1964 -1985)*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *Filosofia e história da educação brasileira*. Barueri, SP: Manole, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia Letras, 1999.

GOMES, Ângela de Castro Gomes. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____.(org.) *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004. p. 7- 24.

GONÇALVES, Irlen Antônio; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História das culturas e das práticas escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. (orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção educação contemporânea). p. 31-58.

GONÇALVES, Marlene; SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (orgs.). *Lembranças de professores e alunos mato-grossenses – 1920 – 1950*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz - *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: Unicen, 2002.

GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. "*Templo do bem*": o Grupo Escolar de Uberaba, na escolarização republicana (1908-1918). 2007. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

HAUPT, Heinz-Gerhard. O lento surgimento de uma história comparada. In: BOUTIER, J. e JULIA, Dominique.(orgs.) *Passados Recompuestos campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro:EdUFRJ/Ed.FGV, 1998.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salle. *Dicionário Houaiss: da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Estimativa.

<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/estimativa.shtm>.

Acesso em 29 ago. 2009.

_____. Síntese de Indicadores Sociais 2008 - Uma análise das condições de vida da população brasileira. – analfabetismo.

http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mt&tema=sis_2008.

_____. Cidades: Mato Grosso: Tangará da Serra. Disponível em:

<http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 29 ago. 2009.

IVO, João Sinhô Caliente (org.). *Legislação Administrativa da Educação: coletânea dos atos do Estado*. Cuiabá: SEC, 1979.

JESUS, Antônio João. Os Umutina. *Dossiê Índios de Mato Grosso - OPAN/CIMI/MT*. Cuiabá, 1987.

JULIÁ, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) n.1, jan. jul., pp.9-43, 2001.

KÖRBES, M. *História da Congregação das Irmãs da Divina Providência – 1929 – 2003*. Porto Alegre: Calábria, 2004. v.2.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

LAMARE, Rinaldo de. *Manual Básico de alimentação escolar*. Rio de Janeiro: Victor Publicações, [s.d].

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Irene Ferreira et al. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

LEVI, Giovanni, Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.) *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

LÉVIS-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. Trad. Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Escola rural: história, memória e representações. *Cadernos de História da Educação*. n. 03, Uberlândia: EDUFU, p. 27 – 38, 2004.

LIMA, Geraldo Gonçalves de. *O Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio – Minas Gerais (1912 – 1930): ensaios de uma organização do ensino público primário*. 2006. 163f. (Dissertação). Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Das escolas reunidas ao grupo escolar: a escola como repartição pública de verdade. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e socialização da infância no Brasil*. (1893 -1971). Campinas: Mercado Aberto, 2006. p.81 – 108.

LOPES, Ivone Goulart. *Asilo Santa Rita: educação feminina católica (1890-1930)*. Cuiabá: Central de Texto: EdUFMT, 2006. (Coleção coletânea educação e memória. v.1).

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*. 1980. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A migração através dos dados dos registros de casamentos dos cartórios da microrregião norte Novo de Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org). *Maringá e o norte do Paraná: estudos de História Regional*. Maringá: EDUEM, 1999.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. *Índios de Rondon: Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxíñiti, grupos Paresí*. Rio de Janeiro, 1994. Tese. (Doutorado em Antropologia). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MAGALHÃES, Justino P. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). *História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 1999. (Coleção Educação Contemporânea). p.67 -72.

_____. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUZA, C. e CATANI, D. (orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2. São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. *Tecendo nexos: História das instituições educativas*. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

_____. A História das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, DÉCIO; INÁCIO FILHO, Geraldo. *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. São Paulo: Autores Associados: Uberlândia: EDUFU, 2005.

MALDI, Denise. *Pantaneais, planícies, sertões: uma reflexão antropológica sobre espaços brasileiros*. Revista Matogrossense de Geografia. Ano 01 número 00. Cuiabá: EdUFMT, 1995.

MANGUEL, A. *Lendo imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Fernando Braudel, 2005.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães: *Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido*. Campinas: Papirus, 2007. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

_____. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAZZEI, Wanda (Ir. Maria Elisa). *Irmãzinhas da Imaculada Conceição em Mato Grosso. Diamantino/ Cuiabá: Alvorada, 1984.*

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1998.

MENDONÇA, Zilda Gonçalves de Carvalho. *A história da formação docente: a singularidade da escola normal de Rio Verde – GO (1933-1974)*. Goiânia: Asa, 2005.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: SAVIANI, Dermeval et al. *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. (Coleção Memória da educação). p.31-38.

MIRANDA, Leodete; AMORIM, Lenice. *Mato Grosso: atlas geográfico*. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1998.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. Padres e artesãos: narradores itinerantes. In: *História oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo. v. 4, p.39–54, 2001.

_____. FERNANDES, Tânia Maria. (orgs.) *História oral*: um espaço plural. Recife: Universitária; UFPE, 2001.

_____; Faria, Regina Helena Martins de. (Orgs). *Memória de professores*: histórias da UFMA e outras histórias. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/ Departamento de História: Brasília: CNPq, 2005.

MORENO, Gislaine. *Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso*. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo.

NEVES, Dimas Santana Souza. Poder e cultura escolar na Primeira República em Mato Grosso. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, nº 13, jan/abr, p. 51 – 70, 2007.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Leões e raposas na política de Mato Grosso (até 1978)*. Rio de Janeiro: Mariela, 2001.

_____. *Elites políticas*: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso). Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1988.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *Ecos – Revista Científica*. São Paulo, v. 7, n.2 p.351 – 368, jul./dez., 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NÓVOA, Antônio. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D. B; BASTOS, M. H. C. (orgs.). *Educação em revista*: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 482-509, p. 496.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. *Famílias e natureza*: as relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra – MT. Tangará da Serra: Sanches, 2004.

_____. A demografia das famílias em Tangará da Serra – MT. In: PERARO, Maria Adenir; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (orgs). *Mulheres e famílias no Brasil*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2005. p. 283 -304.

_____. Tangará da Serra: uma história de colonização privada. In: BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT/Carlini & Caniato, 2008. p. 181 – 204.

OLIVEIRA, Dennisson. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: UFPR, 2000.

OLIVEIRA, João Mariano de. *A Esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de SINOP*, São Paulo, 1983. Dissertação. (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. *Colonização e diferenciação: os colonos de Canarana*. Rio de Janeiro, 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PERARO, Maria Adenir. *Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970*. 1978. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

_____. As fontes paroquiais: uma experiência de pesquisa. *Territórios e Fronteiras: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Cuiabá*, v. 1, nº 1, p.11–23, 2000.

_____. *Bastardos do Império: família e sociedade em Mato Grosso no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2001.

PEREIRA, Aires José. *Urbanização na fronteira agrícola de Mato Grosso: o caso de Tangará da Serra*. 1999. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

PERFIL, *Administrações estaduais 1980 - Centro - Oeste*. Número 11.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Campinas: Autores Associados: São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

PINSKY, Carla Bassanezi.(org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do `indizível´ ao `dizível´. In: SIMSON, O. de M von (org.) *Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)* São Paulo: Vértice, 1988.

QUEIROZ, Maria Aparecida de. *A questão rural e os desafios da educação: o caso do Ceará Mirim*. 1984. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RECK, Jair (org). *Novas perspectivas para Educação do Campo em Mato Grosso: contextos e concepções: (re) significando a aprendizagem e a vida*. Cuiabá: Delfanti, 2007.

REIS, Rosinete Maria; SÁ, Nicanor Palhares. *Palácios da instrução: institucionalização dos grupos escolares em Mato Grosso (1910 -1927)*. Cuiabá: Central de Texto: EdUFMT, 2006. (Coleção coletânea educação e memória. v.3).

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste: a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1970. v.2.

RODRIGUES, José Albertino. (org.). *Durkheim: Sociologia*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1981.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *Antimanual do mau historiador: ou como se faz uma boa história crítica?* Tradução: Jurandir Malerba. Londrina, EDUEL, 2007.

ROQUETTE-PINTO, E. *Rondônia*. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional/ Brasília: INL, 1975.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de. (orgs.) *A terra da conquista: história de Mato Grosso Colonial*. Cuiabá: Adriana, 2003.

ROTTMANN, Elisabeth. *História da Congregação das Irmãs da Divina Providência – 1842 – 1970*. Lingen/Ems: R. van Acken, 1977.

SÁ, Elizabeth Figueiredo. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910 – 1927)*. Cuiabá: EDUFMT: 2007.

SÁ, Nicanor Palhares. Estrutura da produção da história da educação na região Centro-Oeste. *Revista de Educação Pública*. Cuiabá: EdUFMT, v.14, n. 2 (jul-dez). p.113 -129, 2005.

SANTA SÉ . Concílio Vaticano II . Disponível em:
http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_perfectae-caritatis_po.html. Acesso em 02 jan. 2008.

SANTANA, Charles D`Almeida. *Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migrações – Bahia: 1950 – 1980*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Regina Bega. *Migração no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1998.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: SAVIANI, Dermeval et al. *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. (Coleção Memória da educação). p. 75 -94.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: _____ et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea). p.9 – 58.

_____. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: _____. *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. (Coleção Memória da educação). p.3 – 30.

SILVA, Ciriaco da. *Desbravadores tangaraense: a fé na terra*. n.º 0871, reconhecido pelo decreto 269, de 28/09/1998 - Prefeitura Municipal de Tangará da Serra - MT.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e. *Escola Normal de Cuiabá: história da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916)*. Cuiabá: Central de Texto: EdUFMT, 2006. (Coleção coletânea educação e memória. v.2).

_____. O florescer de uma cultura escolar no ensino público mato-grossense. In: VIDAL, Gonçalves Diana (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado das Letras, 2006.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes, Política indigenista oficial e ocupação de Mato Grosso – 1970 – 1986. In: *Índios em Mato Grosso*. Cuiabá:OPAN/CIMI, 1987.

SILVA, Lúgia Osório. *Terras devolutas e latifúndios: efeitos da Lei de 1850*. São Paulo: EdUNICAMP, 1996.

SILVA, P. José de Moura. *Missão Prelazia de Diamantino: 22.3.1929 a 16.10.1979*. Cuiabá, 1988. Mimeo.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes. *Saberes e práticas de ensino de história em escolas rurais (um estudo no município de Araguari – MG, Brasil)*. 2007. 171f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SIMIÃO, Regina Aparecida Versoza. *O processo de profissionalização docente em Mato Grosso (1930 -1960)*. Cuiabá: Central de Texto: EdUFMT, 2006. (Coleção coletânea educação e memória. v.4).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870 – 1889)*. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

_____. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil de Castelo a Tancredo*. Trad. Mário Saviano Silva. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

STEFANINI, Maria Lúcia Rosa. *Merenda escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança*. 1997. Tese (Doutorado em Nutrição). Departamento de Nutrição, Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SOUZA, Edison Antônio de. *Sinop: história, imagens e relatos: um estudo sobre a colonização de Sinop*. 2001. Dissertação. (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SOUZA, Helen Cristina de. *Entre a aldeia e a cidade: educação escolar Paresí*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SOUZA, Gizele de. Cultura escolar material na história da instrução pública primária no Paraná: anotações de uma trajetória de pesquisa. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, nº 14, maio/ago., p. 37 -68, 2007.

SOUZA, Marlene Flores de. *A história das idéias educacionais na Província de Mato Grosso: o discurso da Nação/Paraíso*. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SOUZA, Rosa Fátima. *Templos de civilização: implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; VALDEMARIN, Vera Teresa. (orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção educação contemporânea).

_____. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção Educação Contemporânea). p. 9 – 58.

_____; FARIA FILHO, Luciano Mendes. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares: cultura escolar primária e socialização da infância no Brasil. (1893 -1971)*. Campinas: Mercado Aberto, 2006. p.21-56.

_____. Vestígios da cultura material escolar. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados, nº 14, maio/ago., p. 11 -14, 2007.

SOUZA, Luzia Helena Trovo Marques de. *A inspeção em Barra do Garças, estado de Mato Grosso: descrição de sua prática nos anos de 1988 a 1990*. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.

STADNIKY, Hilda Pívaro. Trabalho e expropriação em uma área de colonização recente: os discursos da diferença de gênero no cotidiano. *UNICÊNCIAS*. Cuiabá: Unic, 1998. v.2.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (orgs.). *História e memórias da educação no Brasil*. Vol III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

SWAIN, Tânia Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, Catherine e BECKER, Bertha. (org.), *et. al. Fronteiras*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, nº 14, maio/jun/jul/ago. p. 61 -88, 2000.

UREL, Neide Aparecida Herrera. Tangará da Serra, 1997. Trabalho de Graduação. (Metodologia do Ensino de Ciências Humanas) - Pedagogia, Faculdade de Educação, Instituição Tangaraense de Ensino e Cultura.

VALDEMARIN, Vera Teresa. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, D. et al. *O legado educacional do século XIX*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea).

VAGO, Tarcísio Mauro. Fontes para a História da Educação: notas de um percurso de pesquisa. In: MORAIS, Christiani Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida (orgs.). *História da Educação: ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VARAZZE, Jacopo de. *Legenda áurea: vida de santos*. Tradução Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves (org.) *Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

_____. Por uma ampliação da noção de documento escolar. In: SAVIANI, Dermeval et al. *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: UNISO; Ponta Grossa: UEPG, 2007. (Coleção Memória da educação). p. 59 – 74.

VIÑAO FRAGO, Antônio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. In: Warde, M. (org.) *Contemporaneidade e Educação*, ano V, n. 07, Rio de Janeiro: IEC, p. 93 -110, 2000.

_____. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. *Revista Brasileira de Educação*, n.0, p. 62-82. 1995.

VIÑAO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização a disposição física da direção escolar na escola graduada. Trad. Deise Cristina de Lima Picanço. In: BENCOSTA, Marcus Levy (org.). *História da Educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 15-47.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em*

1850 – 1888. São Paulo: Marco Zero/ Cuiabá: EdUFMT, 1993.

WERLE, Flávia Obino Corrêa (org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Unijuí, 2007.

ZANDAVALLI, Leda B. et. al. *Caderno de didática*. 2. d. Passo Fundo: Livraria das Faculdades, 1982.

APÊNDICE

APÊNDICE A - quadro da educação em Tangará da Serra – 1964 – 1976

Ano	Assunto	Documento	Obs.
04/07/1964	Cria uma Escola Rural Mista de Instrução primária no lugar denominado Tangará da Serra no município de Barra do Bugres	Decreto nº 813 de 4 de julho de 1964 publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 11 /09/1964	Motivo da criação: dado o número de crianças em idade escolar existentes naquela localidade.
18/06/1965	Instalação da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio – posse de Iracema da Silva Machado Casagrande ao cargo de professora	Ata de Instalação da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio	Ata escrita em papel almaço com pauta – Doc. NUDHEO-TS
28/06/1967	Eleva a categoria de Escolas Reunidas as Escolas rurais mistas de Nova Olímpia e Tangará ambas no município de Barra do Bugres.	Decreto nº 264, de 28 de junho de 1967, publicado no Diário Oficial de Mato Grosso no dia 28 de junho de 1967.	
29/11/1968	Cria o Ginásio Estadual de Tangará da Serra, município de Barra do Bugres	Lei nº 2.876 – publicado no Diário Oficial do Estado de Mato em 30/12/1968.	Assinado pelo deputado Emanuel Pinheiro – Presidente da Assembléia Legislativa
04/03/1970	Cria o Ginásio Estadual em Tangará da Serra e integra a lotação do referido ginásio	Decreto nº 1.084 de 04 de março de 1970 – publicado no Diário Oficial em 05 de março de 1970	Dispõe sobre o número de recursos humanos da escola.
10/03/1970	Autoriza o funcionamento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra no município de Barra do Bugres	Resolução nº 23 de 10 de março de 1970 publicado no Diário Oficial do Estado de Mato em 30/07/1970	
29/04/1970	Eleva a categoria de Grupo Escolar as Escolas Reunidas de Tangará da Serra, município de Barra do Bugres	Decreto nº 1.131 de 29 de abril de 1970 – publicado no Diário Oficial do Estado de Mato em 05/05/1970	Motivo: em virtude do elevado nº de crianças em idade escolar existentes naquela localidade.
08/08/71	Criação do Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio de Oliveira	Decreto nº 1.464 de 08 de agosto de 1971.	

10/07/1973	Eleva a nível de II Grau o Ginásio Estadual de Tangará da Serra e altera o nome do Ginásio para – Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Tangará da Serra	Decreto nº 1.542 de 10 de julho de 1973 publicado em Diário Oficial em 23/07/1973	
04/03/1975	Aprovada a lei que oficializa o nome do Grupo Escolar de Tangará da Serra, para Escola Estadual do I Grau Emanuel Pinheiro	Certidão da Câmara Municipal de Barra do Bugres em 04 de março de 1975.	Motivo: Exigência da Secretaria Estadual de Educação e Cultura
26/10/1976	Integração Física das Escolas: Escola Estadual de 1º e 2º Graus – 29 de Novembro e Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio de Oliveira	Decreto nº 768 de 26 de outubro de 1976 publicado no Diário Oficial de 26 de outubro de 1976.	As escolas passarão a denominar-se Escola Estadual de 1º e 2º Graus “29 de Novembro”

APÊNDICE B - Quadro da educação em Tangará da Serra – Escola Estadual “Emanuel Pinheiro”

Ano	Assunto	Documento	Obs.
04/07/1964	Cria uma Escola Rural Mista de Instrução primária no lugar denominado Tangará da Serra no município de Barra do Bugres	Decreto nº 813 de 4 de julho de 1964 publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 11 /09/1964	Motivo da criação: dado o número de crianças em idade escolar existentes naquela localidade.
28/06/1967	Eleva a categoria de Escolas Reunidas as Escolas rurais mistas de Nova Olímpia e Tangará ambas no município de Barra do Bugres.	Decreto nº 264, de 28 de junho de 1967, publicado no Diário Oficial de Mato Grosso no dia 28 de junho de 1967.	
29/04/1970	Eleva a categoria de Grupo Escolar as Escolas Reunidas de Tangará da Serra, município de Barra do Bugres	Decreto nº 1.131 de 29 de abril de 1970 – publicado no Diário Oficial do Estado de Mato em 05/05/1970	Motivo: em virtude do elevado nº de crianças em idade escolar existentes naquela localidade.
04/03/1975	Aprovada a lei que oficializa o nome do Grupo Escolar de	Certidão da Câmara Municipal de Barra do Bugres em 04 de	Motivo: Exigência da Secretaria Estadual de

	Tangará da Serra, para Escola Estadual do I Grau Emanuel Pinheiro	março de 1975.	Educação e Cultura
--	---	----------------	--------------------

APÊNDICE C – Quadro da educação em Tangará da Serra – Escola Estadual “29 de novembro”

Ano	Assunto	Documento	Obs.
29/11/1968	Cria o Ginásio Estadual de Tangará da Serra, município de Barra do Bugres	Lei nº 2.876 – publicado no Diário Oficial do Estado de Mato em 30/12/1968.	Assinado pelo deputado Emanuel Pinheiro – Presidente da Assembléia Legislativa
04/03/1970	Cria o Ginásio Estadual em Tangará da Serra e integra a lotação do referido ginásio	Decreto nº 1.084 de 04 de março de 1970 – publicado no Diário Oficial em 05 de março de 1970	Dispõe sobre o número de recursos humanos da escola.
10/03/1970	Autoriza o funcionamento do Ginásio Estadual de Tangará da Serra no município de Barra do Bugres	Resolução nº 23 de 10 de março de 1970 publicado no Diário Oficial do Estado de Mato em 30/07/1970	
08/08/1971	Criação do Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio de Oliveira	Decreto nº 1.464 de 08 de agosto de 1971.	
10/07/1973	Eleva a nível de II Grau o Ginásio Estadual de Tangará da Serra e altera o nome do Ginásio para – Escola Estadual de 1º e 2º Graus de Tangará da Serra.	Decreto nº 1.542 de 10 de julho de 1973 publicado em Diário Oficial em 23/07/1973	
26/10/1976	Integração Física das Escolas: Escola Estadual de 1º e 2º Graus – 29 de Novembro e Grupo Escolar Dr. Ataliba Antônio de Oliveira	Decreto nº 768 de 26 de outubro de 1976 publicado no Diário Oficial de 26 de outubro de 1976.	As escolas passarão a denominar-se Escola Estadual de 1º e 2º Graus “29 de Novembro”

APÊNDICE D – Mapa de Movimento geral**Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA****Mapa do Movimento Geral referente ao Mês de Abril das Escolas Primárias do Município de Barra do Bugres****Grupo Escolar de Tangará da Serra**

Nº	Nome	Cargo	Grau de Instrução	Classe	Salário em Cruzeiros	Tempo de Serviço - anos	Ano da Nomeação
01	Maria Laura Hansel (Ir.)	Diretora	Normal	PP	188,00	17	1970
02	Inês Espíndola	Secretária	Normal Geral	PP	120,00	1	1971
03	Ninfa Guerra	Professora	3ª Série – Ginásial	PP	100,00	4	1971
04	Grácia Paternez	Professora	3ª Série – Ginásial	PP	100,00	6	1971
05	Terezinha Martinelli	Professora	1ª Série Ginásial	PP	100,00	2	1971
06	Ivone Paternêz	Professora	4ª Série – Ginásial	PP	100,00	6	1971
07	Humberto Albuim Arrais	Professor	2ª Série – Ginásial	PP	100,00	2	1971
08	Abedias Sousa Gama	Professor	3ª Série – Ginásial	PP	100,00	1	1971
09	Lindalva Dantas Porfírio	Professora	2ª Série – Ginásial	PP	100,00	2	1971
10	Manira Catarina Ermitã	Professora	1ª Série – Ginásial	PP	100,00	2	1971
11	José Neves Sena	Professor	Ginásio	PP	100,00	2	1971
12	Elzira Cruz Garcia	Professora	4º ano	PP	124,50	5	1965
13	Eva Maria da Silva	Continua	1ª Série – Ginásial	PP	100,00	1	1971
14	Iraci de Andrade Cardoso	Professora	4º ano	PP	100,00	3	1971
15	Afonso Silveira Torres	Professor	3ª Série – Ginásial	PP	100,00	-	1971
16	Helena Dias Lima	Continua	2ª Série – Ginásial	PP	100,00	-	1971
17	Dirce Morais Alves	Continua	1ª Série – Ginásial	PP	100,00	-	1971
18	Maria Antonieta Oliveira	Continua	3º ano	PP	100,00	-	1971
19	Jurandy de Matos Vieira	Professor	Ginásio	PP	120,00	3	1971
20	Maria Torres	Professora	3ª Série Ginásial	PP	100,00	5	1971

21	Nelcy Matos	Professora	3ª Série Ginásial	PF	100,00	-	1971
----	-------------	------------	-------------------	----	--------	---	------

ANEXOS

Antonio Galhardo
 Benedito Comaromeli
 José de Oliveira
 Waldemir José da Silva
 Paulo Caspary
 Francisco Antonio da Silva
 Waldemir José da Silva
 Emanuel Galhardo
 Manoel Fagundes
 Cláudio dos Santos
 José Pereira
 Inês de Azevedo
 José de Azevedo



ANEXO B - Carta de José David Nodari a Sílvio Paternez

Bassa do Bugre, 21 de Julho de 1966.

Ilmo Sr.
Sílvio Paternez
Doutor em Letras

Presidência

Quero-me levar ao conhecimento de V. Sa. que estou morando no Departamento da Educação e Cultura num período de quatro dias, ora só, ora com o ilustre Secretário. Quanto tratamos do caso da escola de Tangará, isto deu-se entre os dias: 19-20-21-22 do corrente mês. Paralelamente com os processos encaminhados pelo Secretário da Educação, a Medias e indicações minhas bem assim da referida de kutos, indo encontrar, na Sala Civil, no Palácio do Governo, cujos processos foram enviados pelo atual governador por força do Decreto de 15 de Fevereiro de 1966, de 16 do corrente mês. Pois, em ato meu tenho seu ofício todas as nomeações feitas a partir do dia 27 de Outubro - 65 até o presente. E de acordo ao seu ofício conciliado em aquele que possuem títulos que comparem cursos concluídos e os que estiverem lotados em tais desse prazo permanecerão até posterior julgamento. Deverá voltar à busca amanhã em busca, junto à Secretaria, novas medidas quanto o caso da escola de Tangará no prazo de até o dia 5 de agosto próximo para decidirmos melhor o caso. (continua - - -)

Entretanto, Tanguary só possui um (1) professor Atual, e por determinação do Sr. Deputado Rito me são, não houve nomeação. O que devemos aguardar com as portas fechadas da escola, (5-ajuda).

Mas, assim que eu chegar, não devemos deixar de fazer que venha socorrer os alunos que estão sem assim das crianças de Tanguary. Assim como não demora destes dias, e motivo a minha estada aqui na maternidade em Curitiba.

Solicito ao curso seguinte, sobre as condições do exposto acima a concessão do C. de Tanguary, bem assim a de Tanguary, Tanguary, seus filhos, e aos candidatos a escolas para Maria Lucia, Tanguary sua filha, e Tanguary, a Tanguary da Silva.

Não sendo estas participações e por sua opinião e as melhores condições e condições, apresento o seguinte para apreciação - São os meus protestos de mais alta estima e consideração. Como me muito

Respeitosamente

De V. S.

Luiz Rodas

Presidente do Conselho Municipal de Tanguary